

Este exemplar corresponde à redacção final da  
tese defendida por Dulce Maria Pompeo  
de Camargo Leme e aprovada pela  
Comissão Julgadora.

Campinas 8/Agosto/84

M. Trautenberg

**«HOJE HÁ ENSAIO»**

(A greve dos Ferroviários da Cia Paulista - 1906)

Dissertação apresentada co  
mo exigência parcial para  
obtenção do grau de Mestre  
em Sociologia à Comissão  
Julgadora da Universidade  
Estadual de Campinas, sob  
orientação do Professor  
Maurício Tragtenberg.

COMISSÃO JULGADORA

---

---

---

## AS GREVES EM SÃO PAULO

Chegou, agora, a nossa vez, senhores, de mostrarmos ao velho continente que acompanhamos rigorosamente os seus exemplos civilizadores.

Sendo as greves assim como uns fulgores do trabalho fecundo, inteligente, agem, procedem mui corretamente os que acendem das greves os furores.

E, como lã na Europa, a sabre e a tiro são do operãrio as queixas recebidas, mil punhados de flores eis que atiro.

Ao chefe de polícia sublimado que acolhe ã bala, a espada, as investidas do tranquilo viver de Antonio Prado.

Pery - A Tribuna

Santos, 30/5/1906.

## AGRADEÇO

. a meu orientador

Maurício Tragtenberg

pela confiança e estímulo constantes;

. aos professores do Curso de Pós-Graduação

Daniel Hogan

Manoel Tosta Berlinck

Michael Hall

que colaboraram mais diretamente para a realização deste trabalho;

. aos demais professores e funcionários do IFCH;

. aos primeiros mestres

Dêa Ribeiro Fenelon

José Cláudio Barriguelli

. às colegas

Coraly Garã Caetano

Doraci Alves Lopes Fernandes

Maria Antonieta Gomes Penteado

que estiveram sempre presentes, incentivando-me através de críticas e sugestões;

. aos colegas de mestrado que dividiram comigo os mesmos problemas;

. às amigas

Maria Emília (Lia) Beozzo do Amaral

Maria Inês Feijó Jardim

a quem devo a leitura interessada e preciosas sugestões para a redação final;

- . aos colegas do DEME - F.E. - UNICAMP e a Elizabeth Silveiras Pompêo de Camargo pelo ânimo firme que souberam me emprestar;
- . aos ferroviários entrevistados;
- . à FAPESP e CAPES pelo apoio;
- . a Maria Luiza, do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, a Marisa e demais funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, à Biblioteca particular de Jolumã Brito, ao Museu do Ferroviário, à Biblioteca da FEPASA, Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Biblioteca Municipal de São Paulo, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e ao Arquivo Público do Estado de São Paulo pela atenção e pronta colaboração;
- . a Afrânio Bardari, ex-aluno e funcionário da FEPASA, pelo trabalho fotográfico e cooperação durante a realização das entrevistas, e a Maria Eduarda Silva Leme pelo levantamento bibliográfico nas Bibliotecas de Ciências Sociais e Economia e Administração da USP.

Agradeço finalmente à minha família  
e aos meus

Roberto

Andrê

Gustavo

Mariana

que não sofreram calados as minhas ausências.

## SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I: O CONTEXTO DA GREVE (1870-1906) .....	
1. Expansão Cafeeira e Ferrovia .....	8
2. Companhia Paulista - Breve relato Histórico .....	17
3. A Organização Operária .....	26
4. As Condições de Trabalho do Ferroviário .....	45
5. A Companhia Paulista e a Reivindicação dos Ferroviários .....	52
CAPÍTULO II: O HISTÓRICO E A CARACTERIZAÇÃO DA GREVE ..	
1. Desencadeamento da Greve e seu Desenvolvimento .....	62
2. Tentativas de Negociação .....	86
3. As Manifestações de Sabotagem .....	98
4. A Violência e a Repressão Policial ....	100
5. As Manifestações de Solidariedade .....	123
6. A Declaração de Greve Geral .....	139
7. O Fim da Greve .....	154
CAPÍTULO III: ANÁLISE DA GREVE .....	
1. A Visão da Imprensa .....	158
2. As Lições da Experiência .....	172
3. Observações Finais .....	190
CONCLUSÃO .....	199
BIBLIOGRAFIA .....	207
ANEXOS .....	213

## INTRODUÇÃO

Resgatar experiências passadas do movimento operário significa reconhecer seu valor social para a prática do presente.

"Hoje há ensaio" (A greve dos ferroviários da Companhia Paulista - 1906) é exemplo de uma forma de abordagem concreta do movimento operário em São Paulo, cuja preocupação principal foi perceber e captar a dinâmica do movimento. Nele, o espaço da empresa foi o ponto de partida e de chegada da luta, como decorrência da situação real das relações de produção. Era na empresa que se faziam os contatos diários, sendo as seções de trabalho — e não as associações operárias — a base da organização. Nela os operários sentiam as condições reais de vida e de trabalho que propiciaram o início da greve (como eram também denominadas as greves) deflagrada através do uso cifrado do telégrafo da Cia. Paulista.

Neste sentido, este espírito de luta se faz presente na atualidade, através das novas formas de organização do operariado. Também hoje os movimentos se desenvolvem a partir das condições reais vividas pelos trabalhadores e não da ação sindical. A partir das lições assimiladas em experiências anteriores, os operários aprimoram, cada vez mais, sua resistência contra os mecanismos de controle exercidos pelo capital, passando as greves a serem idealizadas no espaço da fábrica.

Para a compreensão do particular abordamos, na medida em que nos permitiram as fontes de consulta, as condições de vida e trabalho do ferroviário, para posteriormente relacioná-las ao conjunto das relações sociais entre a classe operária e a classe dominante, uma vez que, na época, o proletariado iniciava sua organização na luta contra o processo de exploração a que estava submetido.

Nesta perspectiva, a greve da Cia. Paulista teve importância fundamental. O movimento partiu do trabalhador ferroviário que já possuía, então, relativa organização, não sõ pela sua concentração em diferentes pontos do Estado de São Paulo, como pela sua atuação em manifestações reivindicatórias anteriores.

Além do mais, a ferrovia foi um dos fatores que favoreceram a expansão da economia paulista, destacando-se ainda, pela sua eficácia, como fator de formação, desenvolvimento e integração de povoados e núcleos urbanos, promovendo a ampliação do mercado consumidor, ao mesmo tempo em que se tornou, dadas as suas características, um poderoso veículo de idéias em favor da causa operária.

Para a organização do proletariado eram importantes o exemplo e a ação, como a empreendida na greve de 1906, para que, a partir da identificação de interesses comuns, se obtivesse a solidariedade dos demais trabalhadores, avançando aos poucos a luta do proletariado. Durante a greve, a senha "hoje há ensaio" foi uma estratégia, entre outras, utilizada com o objetivo de expandir o movimento.

Para a concretização deste estudo realizamos uma análise da bibliografia referente ao desenvolvimento do

capitalismo e formação da classe operária no Brasil, no início do século, e dedicamos grande tempo à pesquisa e interpretação dos jornais operários e da grande imprensa da capital e do interior<sup>1</sup>. Também não faltaram depoimentos de elementos participantes ou contemporâneos da greve de 1906<sup>2</sup>, cuja contribuição consideramos ter sido relativa, devido a sua idade avançada e provavelmente às diferentes situações de greve experimentadas por eles no decorrer do tempo. E ainda, temos

1. É preciso ressaltar que apesar da importância dos jornais operários para este trabalho, não foram eles os principais fornecedores do material fundamental, uma vez que suas publicações, com exceção do 11 Século, eram semanais ou mesmo quinzenais. A isto se acresce a impossibilidade de encontrar jornais de cidades importantes, durante o movimento, como São Carlos, Jaú e principalmente Jundiá.
2. Damos destaque especial a:
  - Henrique Ambrósio - (1890-1978) - nacionalidade italiana. Iniciou na Companhia Paulista em 01/04/04, em Jaú. Categoria-praticante grátis, recebendo o 1º salário de 30 mil réis apenas em agosto do mesmo ano. Adotou uma atitude francamente favorável ao patronato da época, justificando assim a sua não adesão à greve. Foi promovido depois da greve. Trabalhou 10 anos sem folga. De 6 em 6 meses obtinha de 5 a 6 dias de licença. Informou que os filhos de chefe de estação eram admitidos como aprendizes a partir dos 11 anos de idade. Afirmou ainda que os maquinistas gozavam de privilégios e que em geral eram portugueses, dada a constituição física favorável. (São Paulo)
  - Júlio Guerreiro - (1884-1977) - nacionalidade espanhola. Iniciou na Companhia Paulista em 07/08/1896, em Jaú. Categoria na época da greve - operador de telegrafo e bilheteiro - Salário 30 mil réis. Assumiu uma atitude hostil ao patronato e um desencanto quanto à política governamental adotada nos primeiros anos da república. Foi preso durante a manifestação de 06 como um dos incitadores da greve. (Campinas).
  - Anacleto Paulino - (1891 - ? ) - para ele quem insuflou a greve foi um inglês que desejava assumir a direção da Cia. em lugar do Dr. Monlevade, o que no entanto lhe era difícil por ser estrangeiro. Também nos informou que São Carlos era a sede da Sociedade Beneficente da Cia. Paulista e que possivelmente as "atas" da referida Sociedade deveriam estar nesta cidade. (São Carlos).
  - Outros - Sebastião Silva, Dino Anthero Estevam, Luiz Rivelin, em Jundiá; Humberto Primo Torreta, Rio Claro; Rufino Santos Filho, Nicolò Lombardo e José Antonio da Silva, São Carlos; e ainda, Dr. Antonio F.A.Cavalcanti, engenheiro da Cia. em 1912, Campinas.

consciência de que entrevistas realizadas com alguns participantes esparsos do movimento não poderiam fornecer maiores perspectivas de análise, uma vez que a história não é feita apenas por agentes individuais. No entanto, estas considerações não invalidam a contribuição prestada através de informações e documentos, que em algumas passagens tivemos oportunidade de utilizar.

No CAPÍTULO I do trabalho, a teoria se justifica para aclarar e situar o objeto de pesquisa e não para direcionar as etapas da investigação.

A análise da greve parte do movimento concreto, cuja dinâmica desenvolveu-se também numa conjuntura concreta. Assim, foi preciso inseri-la em um contexto mais amplo, ou seja, o da economia agro-exportadora do café, onde a ferrovia, dadas as exigências do dinamismo do capitalismo internacional, ocupou um papel estratégico como elo entre regiões produtoras e exportadoras.

Dada a própria natureza do trabalho demos um destaque especial à Cia. Paulista, administrada muito tempo por representantes da família Prado. Além do mais, a Paulista foi, naquele período, importante meio de escoamento e circulação da produção cafeeira, tornando-se uma ferrovia vital para São Paulo e o país.

Tomando por base a estrutura sócio-econômica brasileira, no início do século, procuramos conhecer as condições sociais específicas da classe operária, a influência das decisões do Congresso de 1906 em sua organização, a natureza e contradições de suas reivindicações, e como havia se manifestado sua solidariedade, se mais no plano moral ou no mate

rial, se na forma de protesto, de adesão à luta ou de auxílio econômico.

Uma vez constatada a realidade econômica e social da época, procuramos perceber as manifestações ocorridas em função desta mesma realidade, no que se referia às relações e controle do capital sobre o trabalho.

A partir da organização do proletariado em São Paulo, situamos a importância do ferroviário e o caráter de sua participação dentro do movimento, consideradas suas condições específicas dentro do quadro geral dos trabalhadores assalariados.

Para tanto, procuramos verificar suas condições materiais de existência, salários e padrão de vida, relações e divisão de trabalho, tipo de contrato de trabalho, para melhor interpretar as propostas conduzidas pelas Ligas Operárias (associações locais que precederam os sindicatos), e o alcance de sua atuação entre os trabalhadores. São assim foi possível compreender suas reivindicações em relação, primeiramente, à empresa e, posteriormente, ao conjunto social.

No CAPÍTULO II, foram trabalhados os dados recolhidos através da pesquisa empírica a partir de alguns itens levantados por nós - Início e desenvolvimento da greve; tentativas de negociação; manifestações de sabotagem; violência e repressão policial; a solidariedade e a greve geral - a fim de permitir ao leitor um entendimento global dos principais acontecimentos que nortearam o movimento, evitando uma visão exclusivamente cronológica.

Acompanha este capítulo, um grande número de ANEXOS<sup>3</sup> (boletins, cartas, telegramas, etc.) que, pela riqueza de seu conteúdo, consideramos importantes como fonte de pesquisa.

Finalmente, no CAPÍTULO III foi feita uma análise conclusiva dos dados obtidos na investigação empírica.

A partir desta análise foi possível demonstrar que as condições materiais da realidade vivida levaram os ferroviários a manifestações reivindicatórias imediatas, culminando em formas de solidariedade de outros setores operários.

A própria vanguarda operária, constituída de uma minoria anarquista, percebendo esta realidade, propagava, através da imprensa, a necessidade da ação direta. Para eles, somente a ação espontânea das massas, que consistia em pressionar o poder a nível das relações de produção (de forma violenta ou não), poderia unir o operariado e levá-lo à emancipação.

Inclusive, a organização inicial dos sindicatos, onde a ação sindicalista era direta, se definia a partir destes pressupostos. Os sindicatos deveriam ser constituídos por operários do mesmo ofício nas profissões isoladas e independentes; de vários ofícios, quando anexados a uma mesma indústria; ou abrangendo todos os ofícios nas grandes empresas. Seu objetivo principal era a resistência econômica ao patronato na defesa dos interesses morais, materiais, econômicos e profissionais dos trabalhadores<sup>4</sup>.

---

3. Optamos por publicar os documentos segundo a ortografia oficial. A tradução dos jornais italianos foi feita por Silvana Mara Iovino.

4. Ver resoluções - I Congresso Operário Brasileiro - 1906, p. 10.

Embora a greve não trouxesse ganhos econômicos imediatos para o operariado, as lições experimentadas foram importantes neste período em que a solidariedade e a organização decorreram das condições do momento. Na luta, perceberam sua força, seu potencial. A greve foi o momento da explicitação das contradições entre o capital e o trabalho.

O movimento de 1906, considerado como um primeiro ensaio de greve geral, não foi entendido como um fato isolado, e sim como o germen de um movimento mais amplo que se estendeu até 1908 e que, partindo de reivindicações mais imediatistas, permitiu reivindicações mais amplas contra o poder do capital e contribuiu para a organização do operariado.

## CAPÍTULO I

### O CONTEXTO DA GREVE

(1870 - 1906)

#### 1. Expansão Cafeeira e Ferrovia

A caracterização da situação sócio-econômica do Brasil, no período em estudo, se fez necessária a partir do próprio objetivo básico do trabalho. Ou seja, em nosso entender, tornou-se inviável um estudo das relações sociais de produção em estrada de ferro, sem que anteriormente tivéssemos uma compreensão global do papel desempenhado pela própria ferrovia na expansão capitalista da economia cafeeira em São Paulo.

A periodização se justifica, tanto pelas transformações ocorridas a nível do capitalismo internacional, como pela necessidade de compreender sua articulação em relação a nossa evolução interna, a partir do papel desempenhado pelo Brasil, neste período, dentro da dinâmica do capitalismo internacional.

Na segunda metade do século passado, o aumento da demanda externa levou o café, cuja produção estava centrada no Estado de São Paulo, a ser o produto mais rentável dentro do setor exportador brasileiro, representando quase a metade de nossas exportações. No início da República, a cultura cafeeira correspondia a cerca de 55% do valor total da nossa produção agrícola para exportação, sendo que em 1904/05, esse va

lor subiu para 75%, permanecendo mais ou menos estável até meados da década de 20, do século atual.

Wilson Cano analisa o problema mostrando que o complexo cafeeiro capitalista paulista, ou seja, seu sistema de produção e circulação, operava na base de relações capitalistas de produção, possibilitando o surgimento de um conjunto econômico integrado<sup>1</sup>. Sua expansão atingiu outros setores da sociedade, ao possibilitar a diversificação da economia paulista. A agricultura deixava de ser a única alternativa para o emprego de capitais. Havia outros setores propícios ao investimento, como as vias férreas, as instituições de crédito e a indústria.

Assim, o complexo cafeeiro paulista levou à formação e desenvolvimento de um mercado de trabalho onde o café vai ser direta ou indiretamente o maior empregador, determinando a taxa de salários que variava conforme seus movimentos cíclicos e conforme o mercado de oferta de mão de obra. Portanto, nas épocas de crise, o que restava para a mão de obra desocupada era a possibilidade de se empregar nas atividades urbanas como a indústria e a ferrovia.

O crescimento vertiginoso da cultura cafeeira levou a um aumento considerável da produção. Em 1895 produzimos cerca de 6.000 mil sacas; já em 1900 a produção ascendia a 11 milhões e meio de sacas e em 1906 atingia o limite até então desconhecido de 22 milhões de sacas, produção esta que em 1907 baixou para 20 milhões, que somadas aos estoques anteriores de cerca de 4 milhões, representaria um excedente de

---

1. CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. vol. I, p. 6.

16 milhões de sacas sobre o consumo mundial, determinando o aviltamento de preços e semeando pânico entre os homens do café.

Dessa forma as crises de superprodução são sucessivas, destacando-se a de 1906, o que exigiu uma política especial de intervenção para controle da situação. Portanto, no campo econômico, a gestão de Rodrigues Alves não foi fácil. Esta primeira grande crise o levou a posicionamento adverso aos interesses das classes dominantes, agravando as dificuldades políticas. Seu programa financeiro manteve as linhas gerais do programa deflacionário de Campos Salles (1898 - 1902). Rodrigues Alves conseguiu elevar as taxas cambiais tornando-as mais estáveis. Foi uma política que atendeu mais aos interesses gerais do país, contrariando os dos exportadores de café e dos grupos ligados às indústrias fabris existentes, a quem interessava o câmbio baixo, porque o café vendido nos mercados exteriores produziria mais dinheiro, e encareceria os produtos importados, propiciando maior margem de lucro às fábricas nacionais.

Entretanto, a crise continuava a acentuar-se, tornando-se inadiável uma nova política de valorização do café, enquanto o consumo mundial crescia constantemente. No entanto, os lucros dos exportadores não acompanhavam esse crescimento.

Os produtores consideravam que só poderiam ser salvos a partir da direta intervenção do governo Federal nos mercados. Para tanto, solicitaram imediato auxílio para a regularização dos estoques e conseqüente defesa dos preços existentes. Pleitearam medidas mais amplas, que além de forçar a

valorização artificial do café, afetariam a estrutura da política monetária do governo Rodrigues Alves. Esta política vai se efetivar em fevereiro de 1906, quando se realizou o "Convênio de Taubaté" com a presença dos presidentes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sem acordo prévio com o governo Federal.

*"A acalorada polêmica que suscitou a política de valorização, constituiu uma clara indicação das transformações que na época se operavam na estrutura político-social do país. A descentralização republicana havia reforçado o poder dos plantadores de café ao nível regional". 2*

Devido à discordância do então presidente Rodrigues Alves quanto à política de valorização, foram intensas as pressões dos cafeicultores, que por deterem a hegemonia e o controle político, viram seus interesses particulares garantidos. O governo Federal modifica sua orientação econômica, permitindo a manipulação da taxa de câmbio, com o intuito de proteger o café da queda dos preços.

É neste sentido que procuramos, agora, dar um destaque especial ao papel desempenhado pela ferrovia para explicar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e em particular às transformações capitalistas ligadas à economia cafeeira.

Lenin, em sua obra clássica sobre o imperialismo, evidenciou a importância da "era ferroviária", considerando-a como o ponto fundamental na caracterização da fase mono

polista do capitalismo.

*"As estatísticas das ferrovias oferecem dados de notável precisão acerca dos diferentes ritmos de desenvolvimento do capitalismo e do capital financeiro no conjunto da economia mundial". 3*

O capitalismo mundial encontrava-se já na fase de predominância da exportação de capitais, sob a forma de empréstimos ou sob a forma de aplicação, tendo como uma de suas finalidades a expansão da construção de ferrovias, especialmente nos países onde os riscos eram eliminados devido às "garantias de juros" oferecidas.

Assim, as inversões britânicas no Brasil cresceram lentamente, vindo a acentuar-se a partir de 1890, quando o país deixa de apresentar uma balança comercial com saldo positivo, para passar a depender cada vez mais das importações. Dessa forma, o capital inglês passou a dominar as condições externas como: transporte, financiamento e comercialização, especialmente do café, sem penetrar em sua produção.

Em São Paulo, o café, ao estender-se para o interior, buscando o oeste paulista, gerou um problema relativo ao alto custo do transporte que começava a travar o processo de acumulação, principalmente porque a circulação de mercadorias tinha que ser rápida, para evitar a desvalorização do produto e a diminuição da margem de lucro auferida pelos cafeicultores.

Segundo as palavras de Marx,

---

3. LENIN, V. Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo.  
pp.95 e 96 .

*"a indústria de transporte constitui ramo autônomo da produção e, por consequência esfera particular de emprego do capital produtivo. Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação". 4*

Portanto, o país teve que suprir a necessidade de melhor se relacionar ao mercado internacional, conseguindo o escoamento mais eficiente de seus produtos, o que só se tornou possível a partir da implantação de ferrovias.

No Estado de São Paulo, as ferrovias foram introduzidas pelo capital comercial interno e pelo capital financeiro inglês, com o fim de resolver o problema do escoamento da produção, ao mesmo tempo que visava provocar um maior dinamismo à expansão cafeeira e a consequente acumulação de capital dela proveniente.

Entretanto, como sabemos, a expansão do café no oeste paulista iniciou-se numa época em que se esgotavam as possibilidades de manutenção do sistema escravista, principalmente como consequência da abolição do tráfico pela Inglaterra em suas colônias. Por este motivo, já em 1852, a lei Imperial nº 641 de 26 de junho<sup>5</sup>, proibia o emprego da mão de obra escrava na construção de estradas de ferro, visando provavelmente a garantir a continuidade do braço escravo na atividade agrícola das fazendas. Além disso, com a inauguração das ferrovias, novamente surgiram condições para se poupar a utilização do trabalho escravo, antes empregado no transporte animal.

4. MARX, K. O Capital. Livro II, vol. III, p. 155.

5. Condição 9ª - "A Companhia se obriga a não possuir escravos, e a não empregar no serviço da construção do caminho de ferro, senão pessoas livres..." - Colleção das Leis do Império do Brasil de 1852. Tomo XIII - Parte I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, p. 6.

Desta maneira, ferrovia e trabalho assalariado aparecem dentro das transformações exigidas pela expansão cafeeira. É a ferrovia o primeiro fator a possibilitar a formação de um mercado de trabalho livre. "*Poupando o escravo, a ferrovia utiliza o trabalho assalariado expandindo o núcleo de trabalho livre dentro da ordem escravocrata*"<sup>6</sup>

Esses fatos levam a concluir que a expansão das estradas de ferro e a introdução do trabalho assalariado, relacionados às transformações exigidas pelo complexo cafeeiro e aos interesses da Inglaterra em eliminar o tráfico de escravos, aparecem para romper os entraves impostos ao processo de acumulação, apresentando-se, por sua vez, como um aspecto da ampliação das relações capitalistas em escala internacional.

Portanto, a expansão ferroviária paulista não foge a esse quadro do capitalismo mundial, mesmo quando sob direção e capital nacionais. Wilma Peres Costa<sup>7</sup> analisa o problema mostrando que a crescente dependência paulista do capital inglês teve seu início com a construção da São Paulo Railway, ligando Jundiaí a Santos em 1867. Esta estrada de ferro, mesmo descentrada da zona produtiva, acabou por se tornar a mais importante ferrovia paulista, uma vez que monopolizava o trajeto até o porto de Santos, o que tornou desnecessário ao capital inglês novos investimentos diretos neste setor de transportes. Assim, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (inaugurada em 1872), inteiramente paulista, não foge do jugo do capital inglês, porque além de aumentar sua rentabilidade, por ser sua tributária, o fez com maquinaria e tecnologia inglesa.

6. COSTA, W. P. *Ferrovia e Trabalho Assalariado*. p. 127.

7. Para maior aprofundamento ler COSTA, W. P., op. cit. pp. 86 a 91.

Na verdade, esse empreendimento de construção de estradas de ferro paulistas com capital nacional foi possível, inicialmente, devido às condições especiais do mercado cafeeiro por volta dos anos 70 do século passado, e que resultou no acúmulo de capitais que puderam ser transferidos para as ferrovias. Entretanto, tais condições desapareceram a partir das fases de superprodução do café, que ao diminuírem a margem de lucro criaram a necessidade de empréstimos para financiar a expansão e os novos investimentos no setor ferroviário.

Tomando por base a análise realizada por Flávio Saes<sup>8</sup>, até a década dos anos 90, as crises do mercado cafeeiro não chegam a atingir totalmente a rentabilidade das companhias de estradas de ferro, pois, até esse período, a principal preocupação da administração ferroviária era o volume do café a ser transportado, havendo um relacionamento equilibrado entre o mercado cafeeiro e a prosperidade das ferrovias.

No entanto, a década de 90 é caracterizada pelo rompimento dessa relação:

*"Novos fatos interpõem-se entre o mercado cafeeiro e as ferrovias de modo que as condições favoráveis aos produtores de café podem criar um estado insustentável para as empresas de estrada de ferro. A essência dessa discordância vai decorrer da violenta queda da taxa de câmbio verificada a partir dos primeiros anos da república... O declínio da taxa de câmbio aumenta o preço interno do café (ou seja, o preço do café exportado em moeda nacional) se o preço internacional permanecer fixo".* 9

Como consequência, elevam-se os custos operacionais das ferrovias devido ao aumento do custo de produtos importados (atingindo

8. SAES, F. M. As ferrovias de São Paulo - (1870 - 1940). pp. 76 a 79.

9. Id., *ibid.*, p. 79.

gindo diretamente aquelas que dependiam da importação de equipamentos e combustíveis), e devido à elevação dos salários pagos aos trabalhadores, como decorrência do processo inflacionário que se estabelece internamente.

Esta situação estende-se até 1906, quando o programa de valorização do café, estabelecido pelo Convênio de Taubaté, consegue estabilizar a taxa de câmbio e regular o comércio do café, garantindo, assim, a rentabilidade das estradas de ferro.

Em resumo, a expansão da ferrovia nas regiões de café significava: maior produtividade; melhor circulação; menores perdas e danos; melhoria da qualidade do produto; maior racionalização do trabalho e liberação de certos capitais imobilizados.

Daí podemos concluir que a ferrovia possibilitou a diminuição dos custos de transformação da produção cafeeira, aumentando os lucros dela provenientes. Por outro lado, intensificou a velocidade da circulação de mercadorias e conseqüentemente da rotação do capital, viabilizando, portanto, a reprodução da própria economia cafeeira, como decorrência da dinâmica capitalista de produção.

Além do mais, por volta dos anos 80, até os anos 90, do século passado, ela própria se constituiu numa nova oportunidade de renda para o capital excedente gerado pelo complexo cafeeiro. Nesta época, as sucessivas ampliações das linhas, que coincidiram com as primeiras crises do mercado cafeeiro, levam à necessidade de se recorrer ao financiamento externo britânico, que assim passa a dominar mais diretamente o sistema ferroviário paulista.

Além dos transportes, o capital estrangeiro foi aplicado também no sistema bancário, favorecendo a progressiva criação de indústrias de bens de consumo não duráveis, que não faziam concorrência aos monopólios estrangeiros.

A exportação desses produtos cria uma infraestrutura para as cidades: comércio, energia, estradas, portos e sistemas de transportes e comunicações (onde se insere a ferrovia) que dão impulso a essa concentração industrial. Ao contrário da indústria inglesa, que exportava seus produtos ao mundo, as fábricas brasileiras estavam voltadas para o consumo local. O próprio salário dos operários é que vai alimentar e ampliar o mercado interno. Com a crescente industrialização foi introduzida a mecanização em larga escala, resultando na depreciação dos salários de um grande número de operários anônimos, que incluía mulheres e crianças, para quem as leis de proteção social inexistiam. Reagindo às condições de trabalho a que estavam sujeitos, os operários se organizaram para defesa de seus interesses.

## 2. Companhia Paulista - Breve relato histórico

Consideramos desnecessário arrolar e descrever certos detalhes minuciosos referentes ao surgimento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, uma vez que estes já foram devidamente explorados por inúmeros autores que se preocuparam em desvendar a história das ferrovias de São Paulo e do Brasil. Além do mais, Odilon Nogueira de Matos lembra "que a Paulista já encontrou seus historiadores: Adolfo Pinto; no passado e Célio Debes; no presente"<sup>10</sup>.

10. MATOS, Odilon N. Café e Ferrovias. p. 62.

Isto não significa que não nos reportaremos aos dados e fatos que consideramos fundamentais e indispensáveis para enriquecer e elucidar este tema de estudo.

A Companhia Inglesa São Paulo Railway Company - (inaugurada em 1867), não se interessou pelo prolongamento da estrada até Rio Claro, já que detentora da concessão imperial. Assim, a iniciativa coube aos fazendeiros, os maiores interessados, fato que fundamentou a origem da Companhia Paulista.

No entanto, convém lembrar, mais uma vez, que os ingleses monopolizaram a área mais estratégica, correspondente à do porto de Santos ao Planalto, "*tornando todos os caminhos do interior para o litoral seus tributários inevitáveis*"<sup>11</sup>.

Se por um lado tal fato beneficiava "a inglesa", por outro, trouxe insatisfação à classe cafeicultora que percebia a urgência do prolongamento da estrada, pelo menos até o município de Campinas, considerado como o mais rico da província de São Paulo, e melhor relacionado, que Jundiaí, com os demais centros produtores do interior paulista.

Como decorrência, coube aos fazendeiros de São Paulo a importante iniciativa de lançar a idéia de ser construída uma estrada de ferro estendendo-se pelo interior. Em 1867, ano da inauguração da São Paulo Railway, Saldanha Maranhão, então presidente da província de São Paulo, agiu no sentido de ser construída uma estrada de ferro entre Jundiaí e Campinas.

---

11. DEBES, Célso. *A Caminho do Oeste: Subsídios para a História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo - 1ª parte - 1832-1869.* p. 12.

Em dezembro do mesmo ano, Saldanha Marinho realiza uma decisiva reunião no município de Campinas, com a finalidade de esclarecer as condições existentes para a realização do projeto, uma vez que pairava a desconfiança, o pessimismo e a incredulidade, principalmente quanto à forma de obtenção de capital e mesmo quanto à posterior lucratividade do empreendimento; e de lançar uma lista de acionistas entre os presentes. Ao final da sessão, mais de 5.300 ações são compradas pelos capitalistas e fazendeiros de Campinas e região, correspondendo a mais de 1.000 contos de réis, ou seja, mais de 1/5 do capital exigido para o empreendimento. Logo a seguir, Saldanha Marinho nomeou comissões formadas por liberais e conservadores, com a finalidade de prosseguir o trabalho de levantamento de capital, através da adesão de novos acionistas.

Portanto, inegavelmente, a concretização da Companhia Paulista de Estradas de Ferro está ligada, também, à figura habilidosa de Saldanha Marinho que ao falar em nome dos verdadeiros interesses da província, e ao invocar os benefícios advindos com tal empreendimento aos próprios cafeicultores, conseguiu conciliar as divergências políticas regionais entre liberais e conservadores.

Em relatório apresentado à Assembléia Provincial em fevereiro de 1868, assim se expressa seu presidente:

*"Nomeei para os pontos mais interessados no projetado melhoramento comissões dentre as pessoas das diversas localidades, para que corresse geralmente a subscrição. E quando incrédulos anunciavam a perda de tantos esforços, protestava contra isso o mais belo e magnífico resultado. Temos inscritas até agora cerca de 18.600 ações, no valor de 3.720:000\$00, valor que já atinge a um dos orçamentos apresentados. Está, pois, formada a Companhia Paulista, que só depende da legalização de sua existência, e disto trato eu com esmero, folgando em comunicar-vos que considero tal legalização como fato consumado.*

*É o primeiro exemplo desta ordem no país. É a primeira companhia brasileira que, em ponto tão elevado, abstrai de capitais estrangeiros, e se liberta do jugo comercial estrangeiro. É fato de alcance enorme para o futuro. Honra a província de São Paulo!*

*Honra aqueles que souberam distinguir tão nobremente a sua Província, que assim resguardaram seu crédito financeiro, e que assim escreveram com caracteres indelêveis uma brilhante página de sua história" 12*

A legalização da companhia, aludida por Saldanha Marinho, dependia de um urgente posicionamento dos ingleses, no sentido de oficializar a desistência da concessão imperial (que se estendia até Rio Claro), da qual continuavam sendo detentores.

Finalmente, após a interpeação feita pelo presidente da província de São Paulo, a sociedade com sede em Londres afasta-se definitivamente, eliminando o mais sério obstáculo à efetivação do empreendimento.

A 28 de novembro de 1868 são aprovados os estatutos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Jundiaí a Campinas, assinado no Palácio do Rio de Janeiro, por Joaquim Antônio Fernandes Leão. Esse contrato dava privilégio exclusivo por 90 anos à Companhia Paulista, entre Campinas e Jundiaí.<sup>13</sup>

Apesar de nunca se haver descartado a idéia da necessidade de prolongamentos futuros, o professor Odilon N. de Matos comenta que

---

12. v. cf. BENEVOLO, Ademar. Introdução à História Ferroviária do Brasil - Estudo Social, Político e Histórico. p. 160.

13. Estatutos e Relatórios da Companhia Paulista - (Contracto com o Governo Provincial e Concessões do Governo Geral), 1870.

"o nome primitivo da Paulista dava a entender que o objetivo da empresa era construir a estrada apenas de Jundiaí a Campinas, não se cogitando pelo menos no primeiro momento, de entender os benefícios da ferrovia a outras áreas. Mas, essa extensão se impõe logo após o remate do primeiro trecho. Muitos dos fazendeiros incorporadores da estrada tinham seus interesses em áreas situadas além de Campinas: Limeira, Rio Claro e vale do Mogi-Guaçu(...) Jamais se conformariam que a Paulista se detivesse em Campinas" 14

Os trabalhos para construção da estrada iniciaram-se em princípios de 1870, para ser inaugurado o trecho Jundiaí a Campinas, em 1872. Lançavam-se, a partir do evento, as bases para a formação de um importante entroncamento das estradas de ferro para além das fronteiras do Estado, sendo ela uma das estradas mais bem localizadas, logo transformando-se na maior transportadora de café do mundo.

O seu prolongamento é determinado em 1873, estendendo-se de Santa Bárbara e Limeira até Rio Claro, em 1876, atendendo a uma região de grande desenvolvimento por ser a de maior produção de café do país. Convém lembrar que essa ampliação conseguida pela Cia. Paulista foi realizada às custas de capital originário da própria província e levantado através da subscrição de ações, levando a Paulista a solicitar a elevação de seu capital social e a mudança de nome para "Companhia Paulista de Estradas de Ferro do Oeste".<sup>15</sup>

Depois de 1877, a Companhia Paulista desiste da garantia de juros oferecida pelo governo provincial, demonstrando estar suficientemente estabelecida. Isto resultou para a Paulista em um só regime financeiro para os vários trechos de estradas, antes sujeitos a regimes contratuais diferentes.

14. MATOS, Odilon N. op.cit., p. 65.

15. Relatório da Companhia Paulista, 1876.

Nesta época, o prolongamento para a região do rio Mogi-Guaçu foi favorecido pela disponibilidade de mão de obra e baixa de salários por decorrência da falta de grandes obras na província, como também pela baixa no preço dos trilhos. Entretanto, havia falta de capital e dada a impossibilidade da companhia para obter empréstimo inglês, recorreu ao empresário e capitalista Antonio da Silva Prado<sup>16</sup>. Em 1878, a dívida contraída foi saldada através de empréstimos a longo prazo obtidos na Inglaterra.

Três anos mais tarde, a Paulista chega até Descalvado (1881), passando por Cordeiros (atual Cordeirópolis), Araras, Leme, Pirassununga e Porto Ferreira.<sup>17</sup>

Esse período de expansão demonstra o rápido desenvolvimento da Companhia, estando ela sempre preocupada com o volume de café a ser transportado, o que, aliás, fazia com eficiência, pois disso dependia a estabilidade econômica da empresa.

Já em 1880, a Paulista planejava a construção da estrada de Rio Claro a Araraquara. Seu traçado de expansão gerou muita polêmica e somente em 1884 ela seria efetivada, mas não através da própria Paulista, e sim pela Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro, presidida pelo Barão de Pinhal. É então construído o prolongamento de Rio Claro a

16. Relatório da Companhia Paulista, 1877.

17. COSTA, W.P., ressalta que é justamente nessa região do Rio Mogi-Guaçu que "se encontram as propriedades de alguns de seus maiores e mais importantes acionistas, entre os quais a família Prado (Araras, Descalvado)" (...) E mais, de Porto Ferreira partirá, ainda, o Ramal de Santa Veridiana, cujo terminal será o próprio pasto da fazenda de Antonio da Silva Prado (concluído em 1891)".op.cit., p. 107.

São Carlos (1884), de São Carlos a Araraquara (1885) e o ramal Visconde do Rio Claro a Jaú (1887).

Em 1889 foi a estrada vendida a uma companhia inglesa, a "The Rio Claro São Paulo Railway Company" que obteve concessão para prolongar a estrada nas seguintes direções: de São Carlos a Santa Eudóxia e Ribeirão Bonito, e de Araraquara a Jaboticabal, sendo estes trechos concluídos em 1893 pela Companhia Paulista, que adquiriu a empresa em 1892, após eliminar as pretensões da Mogiana, também candidata à aquisição da aquela companhia.<sup>18</sup> Neste mesmo período, outros pequenos trechos e ramais foram incorporados à Paulista.

---

18. O engenheiro Francisco Monlevade assim descreve o evento: "Naquela época a Companhia Paulista não passava de uma estrada regional, com o seu perímetro limitado aos 224km de sua linha até Descalvado, através de zona agrícola das mais antigas do Estado, que embora florescente ainda, não oferecia para o futuro as perspectivas de engrandecimento compatíveis com o programa a que ela tinha direito de aspirar. A Mogiana, outra admirável via férrea paulista, por tanto tempo sua rival, já tinha penetrado muito além, pelo sertão paulista, que ameaçava conquistar em todas as direções, porquanto, não se contentando em já ter atingido, naquela época, as terras ubérrimas de São Simão e de Ribeirão Preto - a 400km de seu ponto inicial, de Campinas - pretendia também incorporar aos seus domínios a Rio Claro Railway, cuja aquisição pleiteava com o maior interesse. Se ele conseguisse realizá-la, a Paulista, cercada em todas as direções pela Sorocabana e Mogiana, não podendo mais prolongar suas linhas, perderia os seus foros de primogênita das ferrovias do Estado, ficando adstrita do seu primeiro e modesto apanágio" - (Artigo publicado em "O Jornal do Rio" - 20 de maio de 1928) In: BENEVOLO, Ademar, op. cit., p. 273.

A unificação das duas companhias sob uma mesma direção possibilitou uma maior eficiência na circulação de mercadorias, contribuindo para minimizar a insatisfação dos cafeicultores contrariados com os constantes atrasos decorrentes, principalmente, da falta de entrosamento entre as linhas.

Esse fato vem ilustrar e corroborar o posicionamento de vários autores que destacam a Companhia Paulista como "um modelo de eficiência ferroviária", tanto no campo técnico como administrativo. No entanto, o mais interessante é observar que a própria empresa sempre se considerou uma ferrovia exemplar, como se pode perceber nas insinuações que deixa transparecer em seus relatórios, onde faz questão de ressaltar sua capacidade de racionalidade e inovação.

Esta eficiência provaria a competência da aristocracia rural paulista responsável pelo lançamento dos alicerces da Cia. Paulista, principalmente através da participação especial da família Prado, cujo mais ilustre representante — o Conselheiro Antonio Prado — é hoje dos mais lembrados da história do período.

Os Prado tiveram uma participação especial como promotores, administradores e financiadores da Companhia Paulista. Muitos Prado passaram por sua diretoria, o que lhes assegurou uma política ferroviária coincidente com seus interesses, uma vez que, a maioria de seus negócios dependia direta ou indiretamente do café. Havia, portanto, em suas atividades, interesses empresariais e pessoais.

Na última década do século XIX e início do século XX, a Cia. sob sua direção continuou se expandindo, atin-

gindo as cidades de Bebedouro e Barretos. Cabe aqui lembrar, que até a primeira década do século XX, não houve uma participação importante do capital estrangeiro com relação à propriedade de ações de ferrovias, e sim uma certa dependência por meio de empréstimos realizados, como foi o caso da Cia. Paulista, com o intuito de ampliar sua linha através do oeste Paulista.

Antonio Prado, em todo o período de sua vida pública, foi fazendeiro, industrial, comerciante e político. Herdou fazendas de café e multiplicou-as. Foi diretor de banco e organizou e dirigiu muitas empresas. Em 1892 tornou-se presidente da Companhia Paulista, cargo que ocupou até 1928. Em 1895, fundou o curtume da Água Branca, combinando os interesses da ferrovia e da exportação. Foi prefeito de São Paulo quatro vezes, no período compreendido entre 1899 e 1910. Como presidente da Cia. Paulista, Antonio Prado estendeu suas linhas, introduziu inovações importantes e conseguiu manter sua rentabilidade de modo a garantir a manutenção de um alto padrão de serviços.

O sucesso de sua vida pública lhe garantiu uma progressiva imagem como político e homem de negócios e contribuiu para um privilegiado relacionamento com o governo.

Entretanto, suas realizações beneficiaram mais a classe média e as elites, principalmente porque as crescentes classes média e baixa, em sua maioria, abstinham-se ou eram mantidas fora do processo político, o que favorecia a manipulação por parte do governo estadual.

"Isto foi demonstrado dramaticamente com a vigorosa repressão de Antonio à greve na Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, em 1906, época em que era prefeito e presidente da ferrovia". 19

Além do mais, A. Prado foi elogiado por alguns jornais representantes da burguesia pela firmeza de sua oposição a esta questão trabalhista levada com tanto vigor, a ponto de deixar de comparecer ao funeral de seu irmão Martinico Prado, falecido dia 23/05, em pleno desenrolar da greve<sup>20</sup>.

### 3. A Organização Operária

O mecanismo de concentração de renda predominante no Brasil, no fim do século passado e início deste século, beneficiava apenas um determinado setor da sociedade. Aliás, desde o seu surgimento, o proletariado brasileiro foi muito mal remunerado. Mesmo com uma jornada de trabalho extensa, com o trabalho da mulher e da criança, o salário, muitas vezes pago atrasado, permitia apenas o mínimo para a subsistência. Não tinham nenhuma segurança no trabalho, o tratamento a eles dispensado era péssimo, tendo ainda, em muitas ocasiões, que pagar multas, na maioria das vezes irrelevantes ou até mesmo inexistentes.

19. LEVI, D. A Família Prado. p. 299.

20. Para maiores detalhes a respeito da Família Prado e a Cia. Paulista ler: LEVI, D. A Família Prado e MATTOON, R., The Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1868-1900: A Local Railway Enterprise in Sao Paulo, Brazil.

Além do mais, não existia previdência social, nem direito à aposentadoria. Operários eram demitidos sem maiores explicações e os frequentes acidentes de trabalho, nunca indenizados.

Esta situação, encontrou resistências já no final do século passado, que tendiam a manifestar-se sob diferentes formas, por parte daqueles que viviam de salários. Entretanto, suas associações, por falta de melhor orientação, representaram, apenas em parte, seu papel.

Nos primeiros anos do século XX, as manifestações operárias ampliaram-se e caracterizaram-se por uma maior organização. Até este período, predominavam imensas sociedades ou agremiações mútuas, que, exceto algumas, não proporcionavam aos operários a defesa de seus direitos e de sua dignidade, e nem sequer cumpriam com as disposições dos próprios estatutos, por falta de recursos necessários. Permaneciam também as Caixas Beneficentes<sup>21</sup>, cujos objetivos iam desde o atendimento social do empregado (incluindo desemprego, invalidez, funeral) até programas assistenciais médico e farmacêutico, rejeitados pelos operários, principalmente por causa de seu péssimo atendimento. Com a crítica ao mutualismo e às caixas de resistência, ficava claro que interessava sobretudo ao operário não cogitar somente de conseguir alívio em

---

21. Por exemplo: muitas empresas possuíam sua sociedade Beneficente, incluindo as Estradas de Ferro. A Sociedade Beneficente da Cia. Paulista foi fundada em princípios de 1906, e a objeção a ela constituiu-se em um fator importante para a deflagração da greve ora em estudo.

caso de moléstia ou recursos para a velhice, uma vez que o mutualismo tinha por base o entesouramento das economias do pobre, sob pretexto de previdência. Era urgente cogitar de meios preventivos para obstar as causas das moléstias e do pauperismo resultantes de uma pêsima organização da sociedade.

"E não é somente obra da evolução o progresso das sociedades humanas, muito dependente ele dos esforços dos homens cultos que sempre descortinaram os mais vastos horizontes e impelem os interessados — que no nosso caso são os oprimidos e os trabalhadores todos — à conquista de novas vantagens, à formação de um novo direito social que há de sobrepujar os direitos vetustos(...) Nada se conquista sem a ação(...) Em nossa época ninguém pode viver sem a cooperação alheia, pois a indústria moderna, com a parcelada divisão do trabalho, nos obriga ao comunismo na produção e a associação, para tirar melhor resultado da nossa luta(...) Desde que a forma de produção industrial nos obriga a ter certa união, não podemos e não devemos fugir a esse dever sob pena de sermos nós, os operários — subjugados e escravizados pelo capitalismo imperante (...) Cumprir portanto a nós — os explorados — tratar de minorar as tristes consequências da ganância capitalista. É necessário que nos constituamos em fortes associações de artes e ofícios, para impor aos monopolizadores internacionais, condições mais humanas de tratamento e de trabalho (...) A associação é portanto, excelente escola educativa e instrutiva. Educativa, no sentido de desanuviar os nossos cérebros de falsa educação. Instrutiva, porque conduz os proletários experientes da vida prática à procura de soluções para os males que os afligem (...)

O Capitalismo — assim como o poder público — na da condece senão à força e o proletariado deve envidar todos os esforços se agremiar e adquirir a força precisa para a luta". 22

A partir de 1905/06, os operários, até então habitados à servidão, começariam a reagir. Foi um princípio de

reação, com o movimento caminhando lentamente. Seus líderes tinham consciência de que dada a baixa instrução do proletariado e um momento histórico, até aquela data, relativamente satisfatório para o trabalhador, era impraticável fazê-lo compreender as vantagens de um novo sistema econômico e de uma outra forma de governo. Enfim, sabiam das dificuldades que teriam que enfrentar.

*"No atual estado de evolução humana, não podemos pretender que tão cedo seja fácil reunir elementos tão díspares, em grande número divergentes pela educação, pela instrução, pelos costumes, pelas nacionalidades". 23*

Freqüentemente, os jornais operários<sup>24</sup> denunciavam as condições de vida miseráveis a que estava sujeita a classe trabalhadora, com o intuito de conscientizar o operariado. Estes jornais iniciaram um trabalho, cuja finalidade principal era despertar e unir o proletariado para lutar em defesa de seus interesses. Nesta época começavam a se manifestar os primeiros sintomas de pauperização da classe operária, que começou a sentir mais objetivamente a exploração a que estava submetida. Havia, principalmente em São Paulo, uma grande leva de desempregados e sub-empregados nas cidades. A carestia,

23. Jornal Operário - 17/09/1905, p. 1.

24. Dentre os jornais operários do começo do século que representavam as diferentes tendências do pensamento operário - destacamos: Avanti! e Il Século (socialistas); La Battaglia, (anarco-comunista); A Lucta Proletária e A Terra Livre (anarco-sindicalistas). É necessário destacar uma limitação, pois os jornais que propagavam a resistência circulavam semanalmente ou quinzenalmente, apenas entre seus associados. E ainda, os jornais Avanti! e Il Século que eram diários, eram escritos em italiano.

a falta de moradia, a mortalidade infantil, a exploração dos trabalhadores, as jornadas de até 16 horas de trabalho e os baixos salários contribuíram para que a questão social viesse à tona com maior intensidade.

A situação econômica dos trabalhadores no Brasil, era, com algumas oscilações para melhor ou pior, análoga à de muitos outros países. Apesar de nas regiões mais pobres as idéias revolucionárias estarem menos arraigadas e ser mais difícil fazer sua propaganda, o momento era oportuno para o incitamento à luta.

*"Para que brote o espírito revolucionário é necessário que haja a sensação viva do sofrimento, o sentimento de injustiça, a consciência da situação..."* 25

Esta situação contribuiu para criar um mal estar, que indicou a necessidade imediata de uma obra de organização operária de resistência. Inicialmente, foram feitas reiteradas tentativas em São Paulo, muitas vezes malogradas, desanimando os operários, a ponto de duvidarem do bom êxito de qualquer tentativa futura. Além do mais, apesar dos ideais operários serem únicos, variava, no entanto, a forma de ação que aconselhavam as diferentes correntes, fundamentalmente os anarquistas.

Os operários anarco-sindicalistas sentiam, antes de tudo, que o ponto de partida do processo de mobilização era a consciência de classe, a organização e a luta, que fariam com que o operariado sentisse a necessidade da resistência e da união.

"Defenderemos os operários, sem nos preocuparmos com as suas idéias e princípios, sem cogitarmos do seu ofício ou mister, porque entendemos que antes de mais nada, é preciso sentir a necessidade da resistência no proletariado, a união de todos os trabalhadores para o fim comum; o melhoramento de suas condições materiais e morais; sejam eles católicos ou acatólicos, monarquistas ou anarquistas". 26

Já os anarco-comunistas eram hostis às organizações sem fim direto à anarquia e, por isso, matinham-se afastados de todas as associações operárias cujo propósito era a resistência e melhorias de condições de trabalho a serem conquistadas gradativamente. Consideravam a propaganda e a educação como elementos conscientizadores das massas que deveriam utilizar diferentes formas de luta, ligadas à ação-direta, para garantir uma ação operária permanente.

Freqüentemente, protestavam e criticavam a atitude das Ligas Operárias, quando estas enviavam representantes oficiais ao interior, que não pertenciam à classe. Para eles a classe operária deveria prescindir o mais possível da intervenção de estranhos, por mais sinceros e desinteressados que fossem.

Reforçavam constantemente a necessidade de se associarem por classe, seguindo uma meta de trabalho educativa. Sabiam que a consciência e a solidariedade de classe eram fundamentais. No processo de luta contra o capitalismo, sentiam imperiosa a necessidade da ação econômica imediata, uma vez que julgavam insuficiente a ação política. A luta deveria partir da ação direta dos operários sobre os seus inimi

gos, com métodos que lhe fossem próprios, ou seja, próprios da organização econômica de que faziam parte os trabalhadores de todas as opiniões políticas.

Para isto era necessária a ação espontânea das massas. Sem a vontade das massas não seria possível lutar por uma sociedade que assegurasse o desenvolvimento integral de cada indivíduo, porque, para eles, não estava longe o dia em que se faria necessária a greve geral.

Enquanto isto, a ação ficaria restrita a recursos como o boicote às casas que não se sujeitassem às exigências dos paredistas. O boicote, porém, só conseguia resultados satisfatórios se fosse acompanhado de uma larga publicidade, como por exemplo, uma greve de empregados da viação pública; e informando minuciosamente ao público as razões que motivaram o movimento. Mostravam ainda, que era necessário lembrar que sempre haveria "krumiros" (fura-greves) naquele meio social feito de misérias e iniquidades, impelidos pelas privações e por uma educação insuficiente, pois muitos deles, que tanta indignação provocavam entre o proletariado combativo, eram considerados como degenerados, alcoólatras, tristes frutos da miséria e do excesso de trabalho. Eram classificados como operários embrutecidos, inconscientes, um pouco mais do que os outros, dos seus verdadeiros interesses e de todo o proletariado, desconhecendo o valor da solidariedade e da luta contra a exploração capitalista.

Considerava a liderança operária que eram eles, muitas vezes, curáveis por meio da ação, da experiência, desde que lhes fosse dispensada uma certa dose de benevolência e generosidade. Lembravam também, que a desocupação, rica fonte

de traidores, era tratada com desatenção. Assim, muitas vezes, a traição decorria de circunstâncias provocadas pelo desespero e pela pobreza, principalmente onde houvesse escassez de trabalho, que favorecia a ação dos patrões.

O melhor recurso era, portanto, fazê-los sentir quão repugnante e nociva era sua atitude aos seus interesses e aos de todos.

O impulso fundamental na tentativa de unificar a ação operária ocorreu com a realização, em 1906, do I Congresso Operário Brasileiro com sede no Rio de Janeiro, cuja tarefa principal foi a de procurar um meio para despertar a consciência de classe do proletariado. Aliás, nesta época, os congressos foram importante meio de organização e de luta.

*"Desde os grandes laboratórios de idéias que foram os Congressos da Internacional, os Congressos Operários têm mostrado a sua utilidade: são excelentes meios de propaganda, de comunicação de idéias. As opiniões entrechocam-se, penetram-se, definem-se, os homens conhecem-se e relacionam-se, os equívocos desfazem-se, os antagonismos manifestam-se". 27*

Portanto, consideravam que os Congressos Operários serviam para revelação de idéias, uma vez que os mesmos, por si sô, pouco ou nada significavam, pois não garantiam a ação. Se os homens capazes de iniciativa não agissem, o Congresso não teria eco, uma vez que não representava a tradução duma força real, de uma necessidade sentida, de uma vontade determinada. Assim, os Congressos apenas aconselhavam, não impunham as idéias que deveriam ser ratificadas pelos sindicatos e seus associados. Não haveria imposição de resoluções, o que

havia era uma maioria que decidia agir. A única imposição, conforme consideravam, era a do "exemplo" da maioria, não da corporação, mas dos ativos, dos que agiam, dos que se preocupavam com a ação de classe. Convencer com o exemplo da ação, era, enfim, a característica principal da ação sindicalista.

Considerando que o operariado achava-se muito dividido quanto às opiniões políticas e religiosas, concluíram que a única base sólida de acordo e de ação eram os interesses econômicos comuns.

*"O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial, e sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, há por fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral". 28*

Uma vez que a solidariedade deveria ser consciente, a iniciativa e a capacidade do proletariado não poderiam continuar nas mãos de poucos. Desta forma, a recém inaugurada Confederação Operária Brasileira tinha por principal finalidade promover a união e estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado organizado, através da propaganda, para defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores.

*"O Congresso considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação-operária, o método — federação — a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade (...) Delibera*

*também que a confederação só admita sindicatos cuja base essencial seja a resistência sobre o terreno econômico". 29*

Além de cuidar das necessidades de orientação do operariado, o Congresso se preocupou também com a sua organização. Assim, considerando as diversas condições do proletariado e da indústria, aconselhou de preferência:

*"- o sindicato abrangendo todos os ofícios, nas grandes empresas ou companhias - quando estes se achem diretamente ligados entre si sob uma mesma administração;*

*- o sindicato de ofício, nas profissões isoladas e independentes;*

*- o sindicato de indústria, quando vários ofícios estão estreitamente ligados ou anexos na mesma indústria;*

*- a união de ofícios vários, só no último caso e com o fim de facilitar e provocar a formação das outras associações de resistência". 30*

Também considerando que na falta de resistência ao patronato, as obras de beneficiência, mutualismo e outras ficaram a cargo exclusivamente do operariado:

*"O Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato". 31*

E ainda, destacamos rapidamente outras resoluções aconselhadas pelo Congresso: não admissão, nos sindicatos, de patrões ou qualquer espécie de não trabalhadores, mas unicamente salarizados que não explorassem diretamente operários ou

29. Resoluções - I Congresso Operário Brasileiro, p. 10 e 11.

30. Resoluções - op. cit., p. 10.

31. Ibid., p. 10.

aprendizes. Neste caso, considerando que os mestres e contra mestres eram, como decorrência do cargo que ocupavam, os verdadeiros representantes dos patrões:

*"O Congresso entende que (...) devem ser excluídos dos sindicatos operários; podendo em casos excepcionais fazer-se um regulamento interno para regularizar a admissão dos mesmos". 32*

Finalmente, com relação à ação operária<sup>33</sup> a ser adotada pelo proletariado, o Congresso aconselhou como meios de ação: a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, a manifestação pública, etc, conforme as circunstâncias do lugar e momento, o que contribuiu para que a luta operária passasse a ter uma orientação muito semelhante à do sindicalismo europeu no que dizia respeito aos meios de ação econômica direta de pressão e resistência. Entretanto, embora essas formas de violência fossem previstas pela ação direta, foram muito pouco utilizadas no Brasil. Os próprios anarco-sindicalistas criticavam a violência exagerada, pregada pelo sindicalismo revolucionário.

O Congresso aconselhou ainda a priorizar a luta pela redução das horas de trabalho, em detrimento da luta pelo aumento de salário, uma vez que o aumento de salário era mais uma consequência, um efeito da diminuição das horas de trabalho, da menor desocupação e do bem estar relativo. O Congresso decidiu instigar as organizações a empreender uma ativa propaganda em favor das oito horas, sem diminuição de salário;

---

32. Ibid., p. 13.

33. Ibid., p. 13 a 18.

resistência às multas nas oficinas e fábricas; defender o direito de reunião, e, quando impedidos, aconselhou o operário a exigir os seus direitos agindo, se necessário, até com a maior violência; aconselhou os sindicatos a fundarem escolas apropriadas para os sócios e seus filhos; a exigir do patrão indenização em caso de acidente de trabalho; a lutar para garantir o pagamento em dia; incentivar a participação das mulheres nos sindicatos e impedir que os filhos fossem enviados às oficinas ou fábricas, antes da idade prevista, para evitar sua exploração como aprendizes.

Apesar do grande número de anarco-sindicalistas, grupo predominante no Congresso, percebe-se que as resoluções foram redigidas de forma a manter uma neutralidade, não atacando ou defendendo qualquer tática ou meio de ação, buscando, enfim, um termo de acordo na ação do sindicato, considerado apenas como agrupamento de trabalhadores com interesses econômicos idênticos.

Por este motivo, o jornal A Terra Livre<sup>34</sup> considerou que o Congresso de 1906 não representou uma vitória do anarquismo. Mas que, ao mesmo tempo que não foi uma vitória do anarquismo, foi indiretamente útil à difusão das suas idéias. Aliás, conforme afirmaram, a imprensa burguesa nem sequer suspeitava das idéias que iriam predominar no Congresso, já que o mundo burguês ignorava o mundo proletário. Ignoravam as correntes de idéias, as aspirações, os métodos e formas de ação, desconhecendo inclusive a mais rudimentar terminologia usada na questão social. Na realidade, a principal discordância que surgiu na grande imprensa referia-se à exclusão, por

34. A Terra Livre. 13/06/1906, p. 4.

parte do operariado, de qualquer participação na vida política do país.

Por exemplo, o jornal A Platêa lamentou a falta de organização de um partido operário:

*"Realmente é para lamentar que sendo o proletariado uma força, permaneça assim desarregimentado, sem consciência do seu valor e tal qual vez explorado por falsos mentores. No seio do proletariado se vai recrutar o mais poderoso exército eleitoral. Por via de regra o proletariado é eleitor, vota (...) O que impede a formação de um partido operário não é como pensam muitos, o receio de novas explorações (...) Culpados são talvez os mais eminentes representantes da classe, porque se deixam seduzir por teorias (...) e se abroquelam numa doentia intransigência que os inutiliza(...)" 35*

Já o jornal A Notícia<sup>36</sup>, do Rio de Janeiro, publicou um protesto do deputado Medeiros e Albuquerque que afirmava que a moção aprovada pelo Congresso, excluindo a política do seio das associações, era resultado de leituras estrangeiras mal digeridas ou da propaganda de operários estrangeiros. Condenava, ainda, o fato de não sair, durante o Congresso, a constituição de um partido político operário forte e disciplinado.

Tais afirmações foram veementemente contestadas pelos operários que participaram do Congresso e que

*"consideram e acham justo que o sr. Medeiros e Albuquerque seja político patriota eleitoral, jacobino, tudo, porque S.S. ganha 75\$, tem a barriga cheia. Nós, porém, é que não podemos esposar tais idéias, porque temos uma outra concepção da justiça, não gostamos de aceitar leis de ninguém, nem dá-las a ninguém; não gostamos de governar, nem ser governadores. A nossa luta está aberta contra toda e qualquer tirania, contra todo e qualquer do*

35. A Platêa. 18/04/1906, p. 1.

36. Apud, Comércio de São Paulo. 19/04/1906, pp. 1 e 2.

*mínio do homem pelo homem (...). Do Congresso não sairá este partido e o critério com que o notável representante da nação encara o fato não nos surpreende, nem ofende: está perfeitamente de acordo com os seus interesses de classe". 37*

Até esta época, a resposta do operariado brasileiro às idéias do sindicalismo havia sido muito lenta. Apareciam no movimento mais estrangeiros, porque em São Paulo o operariado era, na sua maioria, imigrantes que geralmente ocupavam os cargos mais qualificados.

De maneira geral, destacavam-se as principais cidades como Campinas e Jundiaí, com categorias profissionais mais numerosas e mais concentradas. Eram grandes centros ferroviários que apresentavam, mesmo antes do Congresso, um relativo grau de mobilização considerado ainda insatisfatório pela A Terra Livre.

*"Numerosíssimas são já as adesões à nossa Liga Operária; mas não há ainda aquela vontade enérgica de quem quer libertar-se do jugo da miséria e dum trabalho forçado. Não percebeis que sois tratados pior que escravos? Não vedes as injustiças que diariamente os chefes cometem contra vós, porque sabem que estais desunidos? Muitos de entre vós aceitaram a fórmula para serem propostas, mas não se lembraram de a preencher e devolver para serem aceitos. E qual a desculpa que apresentam? Que querem saber os fins. Mas os fins não nos foram explicados. Os fins são os melhoramentos imediatos na classe proletária. Que melhoramentos desejais? Primeiro que nunca vos falte trabalho? Segundo que o vosso trabalho seja suficientemente renumerado? Terceiro que sejais considerados como pessoas e não como máquinas? Pois bem: isso só o conseguireis unindo-vos uns aos outros. Desunidos não conseguireis melhorar nas vossas condições". 38*

37. Comércio de São Paulo. 19/04/1906, p. 2.

38. A Terra Livre. 7/03/1906, p. 3.

Após o Congresso de 1906, as Federações Operárias (de âmbito estadual) passaram a ser uma realidade e grande parte das categorias profissionais, como os ferroviários, os tipógrafos, os chapeleiros e os sapateiros já possuíam a sua Liga Operária (âmbito regional) que recebia as mais diferentes denominações como: União de Resistência; Associação de Resistência; União Operária; União de Ofício; Liga de Resistência, etc., destinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores contra a exploração capitalista, pois só nas Ligas o operariado poderia adquirir o espírito de solidariedade tão necessário a sua organização.

A luta maior estava iniciada.

*"No dia 19 de Maio de 1906 os operários assistiram comícios em praça pública, em que se exigia a jornada de oito horas, e os oradores homenagearam os milhares de revolucionários russos vítimas pelo governo czarista. Em São Paulo utilizou-se um teatro, enquanto os cariocas pela primeira vez comemoravam a ocasião em praça pública. Em Santos, Ristori pronunciou um discurso. Evarardo Dias falou em Campinas. Em Jundiaí, Edgard Leuenroth fez uma exposição sobre o 1º Congresso Operário Brasileiro do qual participara". 39*

Um mês após o Congresso, a greve dos ferroviários da Cia. Paulista serviu como um teste para a Federação Operária de São Paulo que entrou imediatamente na luta, procurando organizar o movimento e ampliá-lo através de outros setores do operariado.

*"É necessário que ele comece a sentir a solidariedade que o liga a seus companheiros; aprenda a cooperar com os outros, na defesa dos interesses comuns e que, lutando contra os patrões e contra o governo que apoia os patrões, compreenda que estes são parasitas, inúteis e que, os trabalhadores poderiam conduzir eles mesmos a sociedade". 40*

39. RODRIGUES, E. Socialismo e Sindicalismo no Brasil. p.142.

40. A Terra Livre. 15/05/1906, p. 3.

A vanguarda operária reconhecia a necessidade da organização para a propaganda e para a ação. Para eles, quem não procurava a cooperação dos outros e oferecia a sua em condições de reciprocidade e de solidariedade colocava-se em situação inferior.

Era necessário que os operários, em suas associações, lutassem por reivindicações de caráter mais geral, que apoiando-se na solidariedade de todos, tornaria mais segura, mais estável e mais uniforme a condição do trabalhador.

Com o decorrer do tempo, intensificaram-se os apelos feitos pelo Congresso para a formação de associações de todas as categorias e ofícios que os levassem a essas reivindicações de caráter mais geral, como a luta pela jornada de oito horas (redução da produção individual) e repouso semanal, e que deveriam ter como respaldo a solidariedade de todos, para que as condições do trabalhador fossem mais estáveis e uniformes, facilitando o caminho para a emancipação.

Para conseguir a adesão de determinadas empresas, era necessário repetir o apelo com frequência, levando os companheiros a raciocinarem um pouco e não se conformarem em viver tão miseravelmente. De nada adiantaria a luta de uma ou duas sociedades porque, se não contassem com o auxílio de seus companheiros, não poderiam triunfar.

Quanto maior fosse o número de organizações operárias, quanto maior fosse o número de associados, maior seria também o respeito e o temor que os patrões sentiriam deles.

Assim, mesmo que em algumas categorias os trabalhadores não tivessem tempo suficiente para se organizar, ou fossem poucos os que soubessem ler ou escrever, o importante,

ainda, era pensar na organização de toda a classe operária, embora parte de seus esforços pudesse ser empregada nas organizações que mais de perto lhe interessassem.

Seguindo as indicações do Congresso Operário, os sindicatos, segundo suas condições, se constituíram por profissão ou por indústria determinada. Habitualmente, agruparam trabalhadores do mesmo ofício e seus similares. Nas grandes empresas ou companhias, como os caminhos de ferro, por exemplo, o sindicato reuniu os trabalhadores de todas as categorias.<sup>41</sup> O modo de agrupamento foi indicado segundo a organização do patronato. Isto porque os explorados duma grande empresa teriam pouca força de resistência e de reivindicação, se estivessem divididos por sindicatos diversos.

Estas associações foram vitais para a melhoria das condições econômicas de pelo menos certas classes melhor organizadas e mais ativas.

A Federação Operária de São Paulo dizia:

*"Sabemos que a consciência e a solidariedade são para os trabalhadores elementos mais do que suficientes para suas iniciativas, e é por isso que nos dedicamos a um trabalho educativo da consciência proletária, do estímulo da solidariedade da classe".* 42

A atuação dos operários imigrantes começava a assustar a classe patronal. Dessa forma, em maio de 1906, quando os sindicatos adquiriram uma força cada vez maior, foi apresentado um projeto, aprovado em janeiro de 1907, pelo Congresso Nacional, com o intuito de organizar os sindicatos pro

41. É o caso da Paulista cujos empregados fundaram a Liga Operária de empregados da Cia. Paulista em 1905.

42. *A Terra Livre*. 07/02/1906, p. 4.

fissionais. No art. 2º § 2º ficou bem clara a forma como procuravam neutralizar a ação dos estrangeiros:

*"Sõ podem fazer parte dos corpos de direção dos sindicatos, brasileiros natos ou naturalizados com residência no país de mais de cinco anos e no gozo de todos os direitos civis". 43*

As experiências estrangeiras eram valorizadas e transmitidas, no Brasil, através da imprensa operária que freqüentemente anunciava ou propagava notícias sobre os sindicatos europeus.

Nesta época, as principais reivindicações operárias, na Europa, eram, como aqui, a jornada de oito horas e o repouso semanal. Para eles, a luta pelas oito horas era considerada a escola primária da luta de classes e da revolução. Esta luta faria o proletariado compreender que sã consigo poderia contar na luta pela liberdade e que nunca obteria senão o que fosse capaz de impor diretamente.

Por exemplo, as notícias sobre o sindicalismo, na França, ressaltavam que na ação sindical não se podia confundir ação econômica com ação política, porque sã se podiam recrutar trabalhadores de idéias e concepções heterogêneas do ponto de vista político, quando estas fossem homogêneas do ponto de vista econômico.

Nos sindicatos alemães, eram freqüentes as críticas às associações mutualistas que, quando ligadas aos sindicatos, enfraqueciam a organização do operariado.

---

43. Anuaes da Câmara dos Deputados. vol. I, 1906, Congresso Nacional, p. 471.

Estas idéias, como se pode verificar, foram em maior ou menor intensidade divulgadas e colocadas em prática no Brasil.

Os resultados desta melhor organização foram observados já em 1906, quando se identificaram as manifestações grevistas que, apesar da falta de preparo inicial, levaram o operariado a uma resistência cada vez mais sólida, tomando um caráter de permanência.

Os operários, enfim, reconheceram a greve como um direito que não poderia ter como efeito prejudicar o contrato de trabalho através da ameaça dos patrões de tirar dos trabalhadores suas garantias.

Para eles, as greves, mesmo derrotadas, mantinham o espírito de revolta e exercitavam o operário para a luta, para o antagonismo de classe. Era uma insurreição econômica parcial que preparava a revolução essencialmente econômica.

No ano de 1906, antes da greve da Paulista, iniciada a 15 de maio, outras greves já haviam acontecido. Entre elas, destacamos a ocorrida, em uma tecelagem em São Bernardo-SP (março); numa fábrica de calçados, em São Paulo (abril) e a greve dos operários gráficos da Casa Duprat & Comp. (abril).

Entre as causas imediatas destas greves destacamos as irregularidades praticadas pelo mestre ou gerente das oficinas - dispensa injustificada de companheiros de trabalho, substituídos geralmente por aprendizes.

Um dos meios disponíveis e mais utilizados pe

los patrões para conter estas manifestações grevistas era a repressão. O menor rumor de um movimento paredista colocava a polícia em estado de prontidão, com o intuito de manter a ordem, garantir os bens das companhias. Entretanto, as manifestações, geralmente, assumiam caráter mais violento quando a ação policial visava garantir o trabalho daqueles que se opunham ao movimento.

Para um maior aperfeiçoamento de suas funções, foi contratada, em 1906, uma missão francesa para instruir a Força Pública paulista.

Dentre estas funções,

*"a mais importante é a de força de repressão aos movimentos trabalhistas. Daí sua participação como restauradora da ordem nas contínuas greves operárias, deste período, sobretudo (...) em Jundiá, em Rio Claro, em Campinas (parade de operários da Companhia Paulista em 1906, quando foram mobilizados, 1214 soldados da Força Pública) (...)" 44*

#### 4. As Condições de Trabalho do Ferroviário

Dentro do crescente desenvolvimento industrial gerado pela acumulação de capital proveniente do café, a ferrovia foi, dentre as empresas, talvez a que mais condições possuiu para contratação de muitos operários nos mais diferentes setores de atividades, cuidando ela própria de seus regulamentos, dada a ausência quase total de leis trabalhistas no período.

44. FERNANDES, H.R. "A Força Pública do Estado de São Paulo". In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, 2º volume, p. 251.

Como exemplo, em 1868, antes mesmo do início de sua construção, os estatutos da Cia. Paulista determinavam:

"art. 17 - À diretoria compete:

§1º - Estabelecer regulamento para reger os empregados da Cia. nos seus diferentes serviços;

§2º - Formular regulamento para a direção de todos os serviços e em geral de tudo que respeita a construção e custeio da estrada de ferro.

(.....)

§14º - Nomear e demitir livremente seus empregados; diminuir o número destes, quando convier; marcar-lhes categoria e vencimentos.

(.....)

art. 18 - O presidente é o executor das deliberações e resoluções da diretoria". 45

Na realidade, estes estatutos tiveram por base o regulamento de 1857, uma legislação ferroviária que apresentava, nos seus 159 artigos, normas gerais e particulares a respeito da construção, conservação, policiamento, inspeção, movimento, fiscalização e etc., referentes às estradas de ferro e cujas modificações só aconteceram a partir da 2a. década do século XX.

Este regulamento foi em grande parte uma reprodução de toda a experiência ferroviária da Europa, garantindo a regularidade dos transportes, observância dos horários e eficiência de sua mão de obra.

As exigências disciplinares e o rigor para tratar faltas funcionais contrastavam com a ausência de disposições referentes a horas de serviço, dias de trabalho, salário e férias, sendo extremamente omissas sob o ponto de vista social.<sup>46</sup>

45. Estatutos e relatórios da Cia. Paulista. 1868, op.cit., pp. 6 e 7.

46. Para maiores detalhes, BENÉVOLO, A., op.cit., pp.567 a 571.

A partir de 1870, início da construção da Cia. Paulista, os relatórios demonstraram que a dificuldade inicial da empresa de reunir repentinamente grande número de trabalhadores foi sendo gradativamente sanada.

Sabe-se que a maioria das empresas importava trabalhadores e a Cia. Paulista não fugiu à regra. Assim, os empregos que exigiam maior especialização, como, por exemplo, a operação das vias-férreas e as oficinas, foram inicialmente preenchidos por estrangeiros. Pudemos inclusive, colher informações de que para a função de maquinistas eram contratados geralmente imigrantes portugueses, por serem fortes e de pequeno porte, o que facilitava a execução deste tipo de trabalho.<sup>47</sup>

Mais tarde, a própria Cia. resolveu cuidar da formação da mão de obra a ser utilizada. Conforme o relatório da Paulista<sup>48</sup>, em 1904 houve uma inovação na escola para formação de aprendizes, fundada em 1901, nas oficinas de Jundiaí. A escola sofreu várias modificações no sentido de tornar o ensino mais prático e eficiente. Isto porque as crianças aprendizes seriam disciplinadas, desde o início, dentro dos parâmetros delimitados pela empresa, com o fim de garantir futuramente a concretização de seus objetivos, tentando ainda, minimizar os já crescentes conflitos trabalhistas.

A tática adotada pela Cia. Paulista, nesta época, foi a adoção de uma política paternalista, uma vez que a empresa passou a assumir uma série de medidas para melhorar as condições de vida do ferroviário, sem que este tivesse nelas

47. Entrevista com o ferroviário Henrique Ambrósio.

48. Relatório da Companhia Paulista. 30/06/1904, p. 12.

alguma participação.

Além da Escola de Aprendizes, criaram ainda a Associação Protetora das Famílias dos Empregados, a Sociedade Beneficente e iniciaram a construção de casas para os trabalhadores. Desta forma, tentavam evitar, chegando mesmo a reprimir, a expansão e adesão dos ferroviários à recém-fundada Liga Operária da Cia. Paulista, de iniciativa exclusiva dos trabalhadores.

E ainda, em 1905, com base nos regulamentos de 1857, a Cia. Paulista editou seu próprio regulamento e instrução para os empregados da divisão do tráfego<sup>49</sup>, com o objetivo de controlar melhor a ferrovia e a mão de obra nela empregada.

*Neste período, "o capital percebeu, então, a necessidade de acrescentar novos instrumentos que garantissem a continuidade da exploração da mão de obra ferroviária. A "força bruta" das primeiras décadas já não era suficiente para mantê-los no trabalho, no ritmo e durante o tempo desejado. É nesse momento que o "paternalismo" começou a se introduzir na Companhia Paulista". 50*

Apesar de não ser fácil levantarem-se dados sobre as reais condições de trabalho dos ferroviários, no início do século XX, podem-se encontrar notícias de constantes manifestações de descontentamento dos trabalhadores em ferrovias, que passaram a exigir melhores condições de vida e de trabalho, uma vez que não aceitavam passivamente o que lhes era imposto.

Após 1890, quando diminuíram as construções de novas estradas de ferro, teve início um período que se carac-

49. Pudemos obter uma cópia do citado Regulamento, através do Sr. Henrique Ambrósio, que após a entrevista concedida nos forneceu o material em questão.

50. SEGNINI, L. Ferrovia e Ferroviários. p. 42.

terizou pela consolidação ou acomodação das ferrovias a seus objetivos permanentes de empresa, ligados à manutenção e efetivação de seus serviços. Neste período, intensificaram-se os conflitos entre as empresas ferroviárias e os trabalhadores.<sup>51</sup>

A situação experimentada pelos ferroviários que tinham consciência da força que seu trabalho representava como trabalhadores em um setor vital da economia nacional, transformou-os em uma categoria profissional organizada e combativa, apresentando uma participação efetiva dentro do movimento operário.

Para isso contribuía o fato de que a ferrovia, ao reunir grande número de trabalhadores, favorecia a união e as relações de trabalho, mesmo a grandes distâncias.

*"As chamadas divisões - tráfego - linha - tração - constituem apenas grandes pontos de união, grandes superfícies de contato entre os oficiais do mesmo ofício. Entre um maquinista de uma locomotiva - serviço técnico caracterizado pelo movimento - e o guarda-chaves de uma estação - pequena tarefa administrativa de função secundária - as relações são contínuas, e o mesmo sucede entre os agentes, feitores de turmas, guarda-freios, conferentes, telegrafistas, foguistas, chefes de trens, quase todos os dias em contato, (...) apesar de separados às vezes por grandes distâncias".<sup>52</sup>*

J.A. Rodrigues salienta que o sindicato funcionava, nesta época, como um grupo primário, baseado em rela

51. MEDEIROS, M.M. Estradas de Ferro e Ensino Industrial - Um Estudo de Caso. p. 31.

52. BENÉVOLO, A. op.cit., p. 46.

ções informais, sem apresentação de formas rígidas e permanentes de hierarquia.

Muitas vezes, sua força contraditória podia ser explicada pelas características das categorias profissionais mais atuantes como os marítimos, ferroviários e pessoal dos transportes urbanos que frequentemente foram a greves que marcaram época.

*"(...) deslocando-se de um centro para outro, portadores naturais de idéias (...), indivíduos experientes e, na expressão vulgar, 'viajados'. Além de tudo, eram homens que manejavam e dirigiam o navio e a locomotiva, o que lhes acarretava inegável prestígio". 53*

Desde o final do século XIX e início do século XX, muitas foram as greves, ocorridas no Brasil, que tiveram à frente o elemento ferroviário, conforme demonstra o quadro a seguir.

---

53. RODRIGUES, J.A. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. p. 36.

QUADRO Nº 1  
GREVES EM FERROVIAS  
 (Período - 1880/1906)\*

Ano	Local	Causa
1880	-	8 Engenheiros contra processo administrativo
1889	E.F.C.B.	-
1890/91	E.F.C.B.	Greves políticas para derrubar Deodoro
1892	E.F.C.B.-RJ	Questões de Salário
1892	E.F.Baturitê-CE	-
1893	E.F.C.B.	-
1896	E.F. BA - MG	Atraso de Pagamento
1897	E.F.D. Thereza Christina - SC	Aumento de Salário
1898	E.F.C.B. S.Félix - BA	Péssima situação de Trabalho
1899	E.F.C.B.	Atraso de Pagamento
1900	E.F.C.B. Cachoeira - BA	Redução de horas de trabalho e aumento de salário
1901	E.F.Sorocabana	Atraso de pagamento
1901	C.P.E.F. Rio Claro	Redução de horas de trabalho e aumento de salário
1905	E.F.Mogiana Campinas	-
1906	Ferrovias Great Western-Recife	-
1906	C.P.E.F.	Causas administrativas

\* Dados fornecidos pelas fontes consultadas

- Ausência de informações

FONTES: CARONE, E. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*; RODRIGUES, E. *Trabalho e Conflito*; SIMÃO, A., *Sindicato e Estado*.

Das greves ferroviárias da Cia. Paulista de que temos conhecimento, a primeira teve apenas um dia de duração, em setembro de 1901, na cidade de Rio Claro. O movimento contou com a participação de mais de 100 operários, como protesto pelo aumento de horas de trabalho e diminuição de salário.<sup>54</sup>

Em fins de 1905, ocorreu uma greve encabeçada por ferroviários da Cia. Mogiana, em Campinas. Esta greve serviu como ponto de partida para a organização dos trabalhadores em estradas de ferro. Durante a greve, pregaram a solidariedade para fortalecer o movimento e aproveitaram para propagar a Liga Operária, fundada dias antes. A lista de adesão de nomes enviada às oficinas ferroviárias e aos mecânicos conseguiu, logo de início, 300 assinaturas.<sup>55</sup>

Em 1906, apesar das pressões exercidas pela administração ferroviária, o número de adeptos das Ligas cresceu sensivelmente e só a Cia. Paulista contribuiu com um número oscilando entre 3.500 e 3.800 associados, resultado da ampla propaganda sindical organizada pela sua liderança.

Ao mesmo tempo que se enfatizava a necessidade da vez maior de organização do proletariado, o jornal A Terra Livre publicava com certa frequência as primeiras notícias de descontentamento do operariado com relação à Cia. Paulista.

##### 5. A Companhia Paulista e a Reivindicação dos Ferroviários

As manifestações de desagrado por parte do operariado, em relação à Cia. Paulista, começaram a aparecer com mais

54. Avanti! 21 e 22/9/1901, p. 3.

55. AMARAL, L. (org.), A Cidade de Campinas em 1900. pp. 174 e 175

intensidade, a partir de outubro de 1905, quando a Cia., alegando economia, concedeu três dias por mês de descanso, às segundas-feiras. Assim, o calendário da empresa passou a prever maior número de feriados com menor tempo de trabalho e consequente diminuição de salário.

Foi nesta época que a administração da Cia. Paulista começou a dispensar grande número de empregados em diversas repartições, argumentando falta de serviço, provocado principalmente pela modernização implantada nas oficinas.

Estas dispensas não ocorreram no quadro do pessoal da Cia., ANEXO 1, ligado a serviços como: Inspetoria Geral, Contadoria, Almojarifado e Divisão do Tráfego. As demissões concentraram-se no pessoal da Linha e principalmente da Locomoção, conforme o quadro abaixo:

QUADRO Nº 2

Designação	Pessoal		Despesas com Pessoal	
	1905	1906	1905	1906
Inspetoria Geral, Contadoria e Almojarifado	112	113	385:353\$380	388:097\$510
Tráfego e Telégrafo	1311	1461	2.038:260\$680	2.169:834\$850
Locomoção	1360	1201	1.955:284\$790	1.645:629\$140
Linhas e Edifícios	1151	1080	1.325:811\$360	1.286:035\$370
Total	3934	3855	5.704:710\$210	5.489:596\$870

FONTE: Relatório da Cia. Paulista nº 57 - 1905.  
Relatório da Cia. Paulista nº 58 - 1906.

Pelo quadro acima, percebe-se que houve, em 1906, uma economia razoável (215:113\$340) em relação a 1905, apesar das despesas com Inspetoria Geral, Contadoria, Almojarifado e

Tráfego terem sido maiores (134:318\$300). Apesar do aumento natural de 150 operários na Divisão de Tráfego, uma vez que o movimento da Cia. Paulista, registrado em 1906, foi bem maior que o de 1905, resultante do aumento enorme de quilometragem, a economia provocada com dispensa de pessoal foi de 349:431\$640, para a qual, sō a Locomoção, contribuiu com 309:655\$650. Neste setor, houve um total de 159 demissões concentradas principalmente nas oficinas. (Quadro nº 3).

QUADRO Nº 3  
COMPARAÇÃO DO PESSOAL DA LOCOMOÇÃO  
(1905-1906)

Designação	Data	Total	Diferença
Escritório	1905	19	
	1906	14	-5
Oficinas	1905	1034	
	1906	890	-144
Tração	1905	307	
	1906	297	-10
Total	1906	-	-159

FONTE: Relatório da Cia. Paulista nº 58 - 1906, p. 204.

Na Linha, a maior parte das dispensas ocorreu entre os Trabalhadores e em menor número entre os Feitores e os Mestres de Linha.

No entanto, o que mais descontentou os operários foi a arbitrariedade que permeou estas medidas, pois geralmente a lista de demitidos incluía os funcionários mais antigos da Companhia, a quem, segundo os operários, depois de anos de exploração, já faltava a energia produtiva.

O jornal A Terra Livre<sup>56</sup> lembrava que, segundo os usos, os últimos que entrassem, ou seja, os mais novos é que deveriam ser despedidos. Entretanto, não era o que estava acontecendo. Além do mais, de nada adiantava o operário demitido reclamar a injustiça junto ao seu Chefe.

A Terra Livre ressaltou, ainda, haver alguma consciência por parte de certos operários mais novos, que entendendo que deveriam ter sido eles os despedidos, pediram demissão, aumentando para 50 o número de empregados recém-saídos da Cia.

Para evitar problemas, os chefes iam demitindo os empregados aos poucos, pagando o mês de serviço e dependendo do caso, de 15 a 31 dias de gratificação, tanto aos demitidos como aos que se demitiram. Na verdade, esta gratificação não era mais do que a economia das três últimas segundas-feiras dos meses que os empregados eram impedidos de trabalhar. Além disto, ofereceram passagens gratuitas para que os despedidos pudessem percorrer toda a linha à procura de trabalho.

Outras arbitrariedades foram denunciadas, fundamentalmente em Jundiaí, como, por exemplo, a atitude de proteger certos empregados pagando-lhes mais, ao mesmo tempo que prejudicavam a carreira de alguns funcionários que já deveriam ter sido promovidos. Esta situação foi encaminhada ao Dr. Torres Neves, Inspetor Geral da Cia. Paulista, mas este se limitou a ampliar as regalias a outros maquinistas, sem se preocupar em solucionar a questão da promoção. Assim, os limpadores não seriam promovidos a foguistas, nem os foguistas a maquinistas.

---

56. A Terra Livre. 17/02/1906, p.3

Os operários iniciaram, então, através da imprensa operária, um protesto contra estas injustiças e reclamaram do péssimo tratamento dado pelos mestres aos seus subalternos. Estes mesmos mestres que, segundo a imprensa operária, recebiam 1, 2 e até 4 contos de réis por mês, além das vantagens custeadas pela Cia.

Contestavam também as notícias divulgadas pela grande imprensa de que os chefes das oficinas gozavam da estima da totalidade dos operários que, na realidade, segundo eles, se limitavam a uns poucos bajuladores. Os operários nutriam uma repulsa contra os chefes que muitas vezes, sem justa causa, entregavam seus companheiros para serem presos e torturados pela polícia.

Em novembro de 1905, o Jornal Operário<sup>57</sup> fez novamente uma crítica às instituições como: a Sociedade Beneficente, Associação Protetora das Famílias dos Empregados e outras do gênero, alegando terem sido fundadas por chefes das oficinas, o que amortecia nos operários o espírito de qualquer iniciativa em seu proveito, já que os interesses entre si eram divergentes. Na maioria dos casos, estas instituições surgiam e viviam em proveito dos chefes e seus afilhados e em detrimento do próprio operário.

Aos poucos, as denúncias na imprensa operária tornaram-se mais contundentes. Argumentando contra as boas qualidades que eram atribuídas à administração da Cia. Paulista, posicionaram-se contra a criação do Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia. Paulista, para o qual os empregados tinham

57. Jornal Operário. 12/11/1905, p. 4.

que desembolsar 5\$000 mensais, sendo que muitos pagavam, mesmo sem freqüentar, sã para não serem perseguidos. E ainda, a Cia. havia criado uma Cooperativa da qual os empregados reclamavam com freqüência, alêm da Beneficiente, com farmácia prãpria, jã denunciada inúmeras vezes, e que oferecia um atendimento pouco satisfatãrio.

Neste perãodo, foi intensificada a propaganda pe la fundação de Sociedades de Resistência que congregassem to dos os operãrios em prol da mesma idãia.

*"Num meio industrial acanhado como Campinas as sociedades fracionãrias de artes e ofãcios, que desagregados, poucas forças poderiam opor à atmosfera do capitalismo, achamos conveniente tentar constituir uma sociedade operãria geral, agremiando os operãrios industriais e particularmente os empregados de vias fãrreas com o fim ãnico de defender os seus interesses econãmicos". 58*

Uma das formas para conseguir tal intento era conscientizar o operariado das injustiças que sofriam, jã que a situação ficava cada vez mais crãtica e o descontentamento dos empregados da Cia. Paulista crescia a cada dia.

A imprensa operãria passou a publicar com mais intensidade as arbitrariedades.

Denunciavam que, em Campinas, existiam centenas de operãrios desempregados por falta de serviço e que mesmo assim as oficinas das estradas de ferro continuavam dispensando dezenas de operãrios, não por falta de serviço, mas porque

existiam centenas de aprendizes que faziam o mesmo serviço por um ordenado mais exíguo. Em suma, tanto com operários da Cia. Paulista como da Cia. Mogiana, estava ocorrendo diminuição de salário e suspensão de trabalho.

A partir de janeiro de 1906, foram despedidos 9 ajustadores, 8 mecânicos, 10 pintores, 4 fundidores e alguns limpadores, estando ainda a lista dos setenciados com mais de 100 nomes.

Em abril de 1906, o Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro estabeleceu as diretrizes importantes para a luta a ser empreendida pelo operariado.

A imprensa operária intensificou a sua ação. Assim, ainda em abril, um mês antes da greve, começaram a aparecer notícias delatando a tirania do Chefe da Estação de Jundiaí, pivô da greve de maio, que com seus regulamentos despóticos impunha à maioria dos empregados uma média de 13h a 16h de trabalho, sem contar os dias de plantão que eram obrigados a fazer.

*"Os conferentes e portadores às 6 horas da manhã vão, a toque de sineta, assinar o ponto e retiram-se depois do último trem de passageiros. Os manobreadores e guarda-sinais entram às 6 e meia, e só depois de concluídas as manobras é que podem retirar-se: às 8 ou 9h da noite, quando não é tempo de safra de café; às 10 ou 11 h no tempo da safra.*

*Não basta este trabalho de 13 a 16 h por dia: cada semana fica de plantão até fechar o expediente, que quase sempre vai até a meia noite. Às vezes estas sentinelas molham-se e não têm licença de trocar de roupa.*

*Aqueles que chegarem com 5 ou mais minutos de atraso sofrem um desconto de 1/2 dia, o que tem sucedido.*

*O empregado que se achar conversando, quer com colegas, quer com estranhos ao serviço, ou fumando, ou fora do posto, embora por força maior, será severamente punido.*

*Ao mictório sô pode ir um empregado de cada vez, devendo pedir licença e explicar o que vai fazer. Nenhum empregado obterá licença por negócio ou doença enquanto estiver outro ausente do serviço. O dêsputa que decreta isto, e que por sinal é muito religioso, tem feito sempre o mesmo, por onde tem passado, satisfeito com o seu bem - estar (será ele permanente?... ) e indiferente às dores que causa, com as suas vexações e as suas multas. A lista das suas arbitrariedades é bem longa e vem de longe: calamos as que conhecemos, porque para analisar cárcere e carcereiros é suficiente o que fica dito. O número dos que tiveram que abandonar o serviço da Cia. passa de 90". 59*

No mesmo jornal, solicitam o apoio da imprensa perante a diretoria da Cia. Paulista, que em Rio Claro havia tornado obrigatória a participação na Sociedade Beneficiente desta via férrea e que na realidade nenhum benefício traria a seus empregados. A maioria dos operários recusou-se a apoiar a Sociedade.

Finalmente, afirmaram que a Cia. pretendia tornar cada vez mais intolerável a vida de seus funcionários, uma vez que atribuiu um prejuízo que afirmava ter tido ao trabalho pouco cuidadoso do pessoal. Por isso, em edital, afixou, em lugar visível, uma ameaça de expulsão ao empregado que cometesse alguma falha. Esta situação gerou grande expectativa entre os empregados que já se sentiam prejudicados com recriações e multas cobradas no dia do pagamento. Neste período, conforme alguns dados que pudemos obter, o salário mensal do ferroviário da Cia. Paulista, segundo a categoria profissional e que poderia variar dependendo da região onde trabalhava e do tempo de serviço, era o seguinte:

## QUADRO Nº 4 \*

Categoria	Salário
Limpadores	de 70 a 100\$000
Trabalhadores da Conserva	de 75 a 90\$000
Batedores de Roda	160\$000
Foguistas	de 160 a 170\$000
Maquinistas	de 260 a 280\$000

\* Dados fornecidos pelas fontes consultadas

A baixa renumeração aliada às demais medidas arbitrárias gerou muitos protestos.

*"E como pode ser correto pagar as suas dívidas o empregado que ganha 4\$000 réis diários com responsabilidades e multas, ou o que ganha 3\$000 ou mesmo 2\$600? Será isto ordenado com que um operário possa viver sofrivelmente sem se encher de dívidas? Isto quando são cada vez mais caros os gêneros alimentícios, cujo preço, sobe à medida que os salários baixam!*

*O salário nem chega para o alimento! Pois como se vai alimentar um infeliz com 2\$600 ou 3\$000 por dia? A pão e água?*

*E alimentando-se mal tem ainda que trabalhar às carreiras durante o dia inteiro. Melhor lhe seria estar na cadeia, se não fosse a família, por que ao menos não arruinava o corpo de fadiga.*

*Não é esta uma situação capaz de despertar nos corações o mais profundo rancor e a mais intensa sede de vinganças? Mas, se não pudermos por — lhes um termo cairemos no mais negro abatimento, na maior abjeção.*

*Companheiros! Coragem! A luta é necessária e nós devemos preparar-nos para a vitória". 60*

A resistência iniciada meses antes tomava proporções inesperadas. Nem a vanguarda operária esperava que o resultado de seu trabalho conscientizador tivesse efeito tão rápido. Os ferroviários foram, assim, uma das primeiras categorias profissionais a por em prática o programa de luta estabelecido pelas associações de resistência criadas recentemente. Apresentando uma organização satisfatória para a época, os ferroviários iniciaram um trabalho de ação direta, com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho dentro da empresa.

Em meados de maio, estourava a mais importante greve até então realizada no Brasil, paralisando o tráfego da Paulista, extensa e movimentada artéria ferroviária do Estado.

## CAPÍTULO II

### O HISTÓRICO E A CARACTERIZAÇÃO DA GREVE

#### 1. Desencadeamento da Greve e seu desenvolvimento

No dia 15 de maio de 1906, teve início a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, desencadeada às primeiras horas da manhã, abrangendo as mais diferentes cidades do interior do Estado, num total de 1057 Km ao longo de 119 estações, por onde corriam 2700 vagões e 133 locomotivas. O ponto de contato para o deflagrar da greve foi estabelecido através do próprio telégrafo da Companhia, por meio de cifras que indicavam o dia e a hora para o início do movimento. Chegou a ser de quase 4000 o número de paredistas, incluindo o pessoal das oficinas, tráfego e linha, que, paralisados, atingiram uma das mais fecundas zonas do Estado de São Paulo, cuja linha principal ia de Jundiaí a Bebedouro, passando por cidades importantes para o tráfego, como Campinas, Vila Americana, Limeira, Cordeiro, Araras, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado, Rio Claro, Anápolis, São Carlos do Pinhal, Guariba, Jaboticabal, Bebedouro e pelos ramais de Santa Veridiana, Santa Gertrudes, Campo Alegre, Brotas, Torrinha, Dois Córregos, Santa Eudóxia, Ribeirão Bonito, Jaú, Pederneiras, São Paulo dos Agudos, Piratininga, Guataparã, Pontal e Santa Rita e ainda as conexões para outros Estados, transportando cerca de 80% do café paulista. De 1/7/1904 a 30/06/1905, a Cia. Paulista transportou - 6.093.733 sacas de café, de um total de 7.423.002 sacas que

entraram em Santos neste período.<sup>1</sup>

Um correspondente do jornal O Estado de São Paulo, em Campinas, cidade que alcançou grande destaque durante a greve, assim descreveu o início do movimento:

"Pela primeira vez os campineiros assistem ao espetáculo de uma greve levada a cabo, é justo reconhecer com a máxima habilidade, pelas muitas centenas de operários e mais empregados da C.P.E. F. em todas as suas extensas linhas (mais de 1000Km) desde Jundiaí até as mais longínquas estações no interior do Estado.

O plano inteligente acordado entre o enorme pessoal, foi realizado com verdadeiro sucesso, estando a greve como um raio na madrugada de 3a. feira última, dia 15. A estação, armazém e a usina de luz elétrica ficaram abandonados. Tudo às escuras. Um ou outro empregado de lanterna em punho, percorria, então, a plataforma e as longas linhas de armazéns.

Passageiros, uns de bondes, outros de carros ou a pé, carregando malas chegavam desejando seguir no trem de 6 h e 13' da manhã para São Paulo.

Não havia trens da Paulista! Uma decepção! Os carros de passageiros encostados à plataforma descausavam em completo abandono (...) Na estação, àquela hora matinal, foram entregues uns boletins, sendo mais tarde os mesmos largamente distribuídos no centro da cidade.

A notícia da greve espalhou-se como por encanto, rapidamente, e os curiosos encheram logo a "gare", a polícia tomou conhecimento, ordenando o Sr. Dr. Delegado que uma força de 10 praças de armas embaladas ficasse guardando a estação, sob comando de um inferior, o que foi feito (...)"<sup>2</sup>

Diretores da empresa, comerciantes, usuários, população em geral, todos foram surpreendidos. O jornal operário O Livre Pensador qualificou esta greve como "um fenômeno completamente novo no Brasil".<sup>3</sup>

1. Ver Fanfulla, 16/5/1906, p. 3.

2. O Estado de São Paulo. 19/5/1906, p. 1.

3. O Livre Pensador. 20/5/1906, p. 1.

Mas, na realidade, os rumores de uma parede já vinham de há algum tempo. O movimento deveria ter sido deflagrado no dia 12 de maio, próximo a Rio Claro, conforme afirmou o jornal Cidade de Campinas:

*"(...) Consta-nos até que no dia 12 do corrente, em zona da linha, além de Rio Claro, a greve fora iniciada, sem resultado, porém, pois que o comitê da Liga Operária nada resolvera ainda definitivamente em relação à greve geral". 4*

Para reforçar esta suspeita, é interessante salientar que já no dia 14 (um dia antes da greve), o Diário Popular e o Comércio de São Paulo publicaram pequena nota sobre um boato de greve na Paulista. Vejamos a informação publicada pelo Comércio de São Paulo:

*"Corria ontem com insistência pela cidade de São Carlos do Pinhal, segundo informa o Correio de São Carlos, que se achava iminente uma greve dos maquinistas da estrada de ferro Paulista. Esta não foi começada; entretanto conseguimos verificar que algo houve nesse sentido, ontem, entre aqueles funcionários e mais que a greve fracassou devido aos maquinistas da bitola larga terem-se desligado do plano, à última hora (...)" 5*

No entanto, ao ser declarada a greve, muitos setores da sociedade não lhes deram crédito, porque talvez duvidassem de que a parede se concretizasse, uma vez que não se efetivou em algumas tentativas anteriores. Essa descrença ocorreu no próprio dia 15, quando apesar da notícia da paralisação

4. Cidade de Campinas. 16/5/1906, p. 1.

5. Diário Popular. 14/5/1906, p. 2. e Comércio de São Paulo. 14/5/1906, p. 3. Uma vez que a notícia foi transcrita do Correio de São Carlos, deduz-se que ela é anterior ao dia 14. Infelizmente, não pudemos verificar e ampliar estas informações, pois não conseguimos obter nenhum exemplar deste jornal, referente ao período em estudo.

ção ter saído publicada em alguns jornais de São Paulo, a Companhia Inglesa iniciou a venda de passagens para os pontos servidos pela Paulista, tendo posteriormente que restituir a importância das mesmas e suspender o recebimento de bagagens e correspondências com destino a outras linhas.

Não tardou, porém, que a notícia fosse oficialmente confirmada pelo chefe do tráfego da Cia. Paulista, Sr. Max Mundt, que às 5 h e 1' telegrafou ao chefe do tráfego da inglesa nestes termos:

*"Aqui tudo em greve. Não correm os trens"*

Às 6 h e 20' outro despacho:

*"Nenhum trem correrá hoje nesta linha, tanto de passageiros como de mercadorias". 6*

Apesar do movimento ter surpreendido mesmo os que estavam mais ou menos a par da vida operária, não se constituiu uma novidade para os funcionários da Paulista que a estavam articulando cautelosamente há dias, ou podemos dizer, até meses, por se mostrarem descontentes com as inúmeras arbitrariedades cometidas contra eles. A Terra Livre, importante órgão informativo operário, na sua edição do dia 16 de maio, demonstrou não ter maiores dados sobre a greve, limitando-se a transcrever o manifesto lançado pelos grevistas. Disse o jornal:

*"Faltam-nos dados, mas se a informação é exata, esta greve será a mais importante até hoje realizada no Brasil, paralisando o tráfego numa extensa e movimentada artéria ferroviária deste Estado". 7*

6. Comércio de São Paulo. 16/5/1906, p. 2.

7. A Terra Livre. 16/5/1906, p. 2.

Por outro lado, percebe-se que a idéia de greve foi amadurecendo aos poucos. Num interessante relato, o jornal socialista Il Secolo escreveu que durante os longos preparativos que precederam a declaração de greve, havia no pessoal da Cia. Paulista um certo ar de mistério que deixou a todos incertos e titubeantes, porque temiam serem indiscretos e atrapalhar o paciente trabalho de organização, encabeçado pela Liga Operária de Jundiaí. Os operários, segundo o jornal, trabalharam muito tempo na sombra para preparar o grande golpe. Mas, com a declaração de greve, os combatentes saíram à luz, gritando alto a sua declaração de guerra, que nada mais era que um protesto contra a violação do mais elementar direito à vida.<sup>8</sup>

Por isto, apesar da surpresa que causou, percebe-se que alguns setores da imprensa estavam melhor informados e, portanto, permaneciam na expectativa, esperando qualquer sinal que pudesse indicar o início da paralisação.

Este sinal surgiu quando os operários enviaram carta datada do dia 14 a alguns jornais, como o Comércio de São Paulo e o Il Secolo, dos quais contavam obter um julgamento pelo menos imparcial, dando conhecimento da greve e solicitando o comparecimento de repórteres, para que, em comício público, a ser realizado em Jundiaí, no Teatro São José, às 2 h., do dia 15, pudessem ouvir os motivos da extrema deliberação.

Assim, no próprio dia 15, poucos foram os jornais que noticiaram os primeiros acontecimentos. O Comércio de São Paulo<sup>9</sup> foi o que forneceu maior número de informações. Isto porque seu repórter embarcou para Jundiaí, com um advoga

8. Ver Il Secolo. 16/5/1906, p. 2.

9. Ver Comércio de São Paulo, p. 1 e 2.

do da capital, Dr. João Giogliano, convidado pelos operários e pessoal da Cia. Paulista. Portanto, este repórter forneceu os primeiros dados sobre a greve, que teve como pivô o desentendimento surgido, desde fins de abril, entre o chefe da estação Jundiaí-Paulista, João Gonçalves Dias e o funcionário Thomas Degani, conferente na estação de Jundiaí e há oito anos empregado da Companhia.

Degani havia solicitado por duas vezes ao chefe da estação autorização para visitar a família em Itatiba e só no terceiro pedido, após a intervenção do chefe de tráfego Max Mundt e mais especialmente do inspetor geral Manuel Pinto de Torres Neves, a licença lhe foi concedida por três dias. Quando regressou, tomou conhecimento de que havia sido transferido para Ribeirão Bonito, por incompatibilidade com o chefe da estação.

No entanto, Degani considerou-se prejudicado, uma vez que havia iniciado a construção ou comprado uma casa (aqui as informações divergem) em Jundiaí, precisando, portanto, efetuar os pagamentos mensais. Assim, recorreu aos companheiros da Liga Operária<sup>10</sup> para que o ajudassem. Porém, a conselho de seu irmão seguiu para o ponto de remoção, enquanto aguardava uma outra solução.

A Liga já havia conferenciado com o Dr. Torres Neves, inspetor geral da Cia. Paulista, que há algum tempo havia mandado chamar o ajustador mecânico Almeida, tesoureiro da Liga Operária, para conversar sobre os fins e projetos da mesma. Na verdade, a conversa teve origem no descontentamento dos

---

10. Analisaremos melhor o papel da Liga Operária na greve, no Capítulo III.

operários, gerado pelos abusos praticados na Sociedade Beneficente da Cia. Paulista. E, ainda, na ocasião, trocaram idéias sobre o dia de 8 h de trabalho e outras concessões<sup>11</sup>. Torres Neves, inspetor geral da Paulista há 16 anos, desejava evitar uma greve que poderia comprometer a confiança depositada pelo pessoal que trabalhava sob suas ordens.

Com base nestes fatos, a Liga Operária, tão logo tomou conhecimento da queixa de Thomas Degani, enviou, a 28 de abril de 1906, um ofício ao Dr. Torres Neves, relatando a grave injustiça cometida contra este operário. No documento, a Liga Operária (secção da Cia. Paulista), após enaltecer as qualidades do conferente, pediu sua reintegração em Jundiaí. E, ainda, denunciou as arbitrariedades, pressões e abusos sofridos pelos demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que, através de um abaixo assinado, solicitou uma punição ao chefe arbitrário. ANEXO 2.

O ofício não teve resposta. Aliás,

*"a administração da Paulista conhecia sobejamente o incidente que se levantara entre o chefe da estação de Jundiaí-Paulista e o conferente Thomas Degani e, por uma medida de disciplina e de ordem no trabalho, julgou necessária a transferência do empregado para outra localidade". 12*

Novo ofício foi providenciado pela Liga, também endereçado ao Dr. Torres Neves, dia 2 de maio. Neste ofício, a Liga Operária solicitou que até o sábado (dia 5) fosse dada uma solução ao problema de que eram alvos os "honestos" operários da Companhia. ANEXO 3.

11. Retomaremos o assunto no Capítulo III.

12. O Estado de São Paulo. 16/5/1906, p. 1.

A Cia. Paulista permaneceu em silêncio e esta atitude

*"foi recebida pela Liga como uma provocação. Assim, o seu Conselho Diretor começou desde logo a trabalhar secretamente afim de conseguir, pela greve, o que não havia conseguido pelas intimações". 13*

Finalmente, no dia anterior à greve, foi enviada uma "carta-ultimatum" ao Dr. Torres Neves que consideramos fundamental para compreender o movimento que ora analisamos, tal a riqueza de informações ligadas às próprias condições de trabalho a que estavam submetidos os empregados da Paulista. Nesta carta, os Operários reclamaram que o trabalho não era mais realizado por categorias, uma vez que foram obrigados a completar ou auxiliar tarefas alheias à atividade para a qual tinham sido contratados. Reclamavam ainda, que proporcionalmente a uma época recente anterior, houve um rebaixamento nos salários que deixaram de ser suficientes para o sustento da família, mesmo para quem já tinha alguns anos de trabalho. Além disso, não ganhavam "sobre-tempo", uma vez que com a diminuição do número de empregados houve sobrecarga de trabalho.

Explicitaram ainda o descontentamento com relação ao chefe do tráfego, engº Francisco Paes Leme de Monlevade e de seu ajudante, Henrique Burnier, chefe da estação de Jundiaí, cuja fama de "duros" e "odiosos" já havia se espalhado.

ANEXO 4.

---

13. O Estado de São Paulo. 16/5/1906, p. 1.

Assim escreveu o jornal Il Secolo:

"A vontade dos dois compadres tinha imposto um regime de terror. Centenas de velhos empregados ficaram na miséria só porque tentaram resistir às ordens opressoras dos dois chefes, ou por não ter cedido frente às injustas imposições. O caso do empregado Thomas Degani foi a centelha que aparentemente gerou o incêndio, mas o fogo já queimava por baixo há longo tempo, e só estava esperando o momento favorável para se declarar". 14

Fora estes aspectos já anunciados, pudemos identificar muitos outros descontentamentos manifestados nas linhas da Paulista.<sup>15</sup>

A insatisfação dos operários da Cia. Paulista com relação à Sociedade Beneficente era antiga e profunda, além de a considerarem como um local empregatício dos parentes do Dr. Monlevade que negavam aos operários o direito de representação e de voto no seio da Sociedade. Queixavam-se da demora e do mal atendimento que lhes ofereciam na farmácia e a que eram obrigados a submeter-se, por indicação do médico imposto pela Paulista. E não havia outro recurso, porque tanto o médico como o farmacêutico eram da família do engº chefe, a quem a diretoria dava toda a força e apoio, sem atender a qualquer reclamação contra eles. O médico, inclusive, recusava-se a visitar doentes, limitando-se, por muito favor, a umas consultas "e receitando quase que infalivelmente umas pílulas feitas de alcaçus e chã de folhas de laranjeiras, meio prático de não gastar nem vasilhame, nem medicamentos"<sup>16</sup>. Denunciavam também a Cooperativa pertencente à Cia. Paulista que ao invés de auxi

14. Il Secolo. 16/5/1906, p. 2.

15. Correu até o boato de que uma das principais causas da greve teria sido o fato de a Cia. Paulista ter se recusado a dar a cada operário um dos célebres "relógios áurea". Tivemos oportunidade de conhecer um exemplar deste relógio, quando da nossa entrevista com o Sr. Humberto Primo Torreta, em Rio Claro.

16. Comércio de São Paulo. 21/5/1906, p. 3.

liar os operários chegava a acumular imensos capitais e propriedades que não se sabia a quem deveriam pertencer mais tarde.

Criticavam, ainda, as mudanças realizadas nas oficinas, que, segundo eles, tiveram um resultado nulo. Explicando melhor: a Companhia mudou as oficinas de serraria, já instaladas e funcionando em Jundiaí, para Rio Claro, por 400 contos de réis. E mudou parte das oficinas, já instaladas e funcionando em Rio Claro, para Jundiaí, onde seriam feitos os reparos em locomotivas.

Segundo os operários, tudo isto foi feito para justificar o crescimento do número de engenheiros, as viagens aos EUA, pagas à razão de 40 contos de réis, para o estudo de "novas" máquinas, das quais existia um exemplar abandonado nas oficinas da São Paulo Railway.

Mostravam-se ainda descontentes com a escola prática criada pela Cia. Paulista, onde o empregado era obrigado a pagar para praticar. E mais, como os feriados lhes eram descontados, seus salários eram reduzidos ainda mais, sendo eles, muitas vezes, despedidos sem justa causa. Na primeira leva, cerca de 40 operários, entre eles alguns com 12 anos de serviço, foram despedidos, provocando o temor de novas demissões, que, segundo constava, seriam de mais ou menos 60 empregados. Para eles, sua situação piorava na razão inversa da do pessoal administrativo. Frequentemente comparavam sua condição às de um mísero escravo, dado o cansaço e o sofrimento a que estavam sujeitos, sem futuro, sem estabilidade, sem garantias, sem o direito de queixa e, ainda mais, com a imposição de um mês de 19 dias. Mais particularmente, citaram o exemplo de um maquinista, João de Oliveira, que teve seu salário reduzido de 350\$000

rêis para 300\$000 rês, alegando-se uma espécie de garantia de aposentadoria. Reclamaram ainda que o engº Monlevade, entrando recentemente na oficina, gritara com um operário que trabalhava num furador, para que este trabalhasse mais depressa e, finalmente, que este engº movia perseguição aos operários que faziam parte da Liga, que ele repudiava.

Enfim, a Companhia exigia a máxima subserviência do pessoal subalterno. À vista de tantas demissões, previam que as horas de trabalho seriam aumentadas, já acontecendo isto à noite, contrariando "o alvitre de exigir dos operários apenas 8 horas de trabalho, consoante os departamentos do governo, onde se presume boa interpretação às leis constitucionais".<sup>17</sup> Além do mais, com a suspensão do trabalho, às segundas feiras, teriam eles que realizar, com menos salário, o mesmo trabalho de 6 dias, em apenas 5.

Afirmavam que as oficinas estavam mantendo pouco pessoal, porque os reparos de locomotivas e vagões não eram convenientemente feitos. Faziam apenas simples reparos provisórios e de pequena duração, que, segundo os empregados, no futuro, seriam duplamente dispendiosos e exigiriam a volta do triplo do pessoal demitido.

Através das denúncias da má qualidade dos serviços oferecidos pela Paulista, os operários acreditavam poder contar, cada vez mais, com a solidariedade do público. Por isso, salientavam também que as estações não ofereciam nem comodidade, nem segurança, principalmente a de Jundiaí-Paulista, alvo direto do descontentamento dos empregados e ponto impor-

17. Ibid., p. 1. A discussão das 8 horas de trabalho só vai tomar corpo a partir de 1907. Ver Capítulo III deste trabalho.

tante da linha, onde os passageiros estavam sujeitos ao sol ou às chuvas, sem falar da ameaça constante que oferecia seu trânsito.

Por seu lado, o Dr. Torres Neves garantiu que, quando a comissão do pessoal da estrada o procurou, respondera que não podia atender a nenhuma das pretensões que motivaram o movimento.

Quanto à obrigatoriedade de serem sócios da Sociedade Beneficiente da Cia. Paulista, alegou que essa medida existia há 2 anos e que fora introduzida na reforma dos seus estatutos, em Assembléia Geral da Sociedade, por se ter reco-  
nhecido que esta não podia manter-se com um número pequeno de sócios. E ainda, ficou estabelecido que a Cia. Paulista contribuiria para a Sociedade com cerca de 80 contos por anos, pro-  
venientes de multas e de outras pequenas verbas que seriam re-  
vertidas para o patrimônio social, tendo já a Paulista doado 2 contos. E mais, os estatutos facultavam que 100 sócios pode-  
riam convocar uma Assembléia Geral, onde seria possível modifi-  
car qualquer disposição, inclusive dissolver a Sociedade, se assim o desejassem. Enfim, entre a Companhia e a Sociedade ha-  
via apenas relações de proteção daquela a esta, nada mais; a administração superior da estrada não intervinha na vida econô-  
mica da Sociedade. Afirmou ainda que o Dr. Monlevade sempre agiu de acordo com a administração superior da Companhia.

Frente a estes acontecimentos, o manifesto lançado pelos grevistas, no dia 15, data do início da greve, foi bastante pobre em argumentação, o que fez com que o jornal operário A Terra Livre considerasse suas reivindicações "extremamente moderadas".<sup>18</sup> No entanto, na madrugada do dia 15, com a greve já iminente, a Liga Operária fez uma reunião bastante numerosa. Nela deliberaram melhor as reivindicações. Dentre as decisões tomadas incluía-se: paralisar o tráfego; manter a calma; solicitar a solidariedade dos demais companheiros e do público em geral; pedir o dia de 8 h (que não aparece explicitada no manifesto) e solicitar a demissão do engº Monlevade e do engº Henrique Burnier. Resolveram ainda nomear quatro sub-comissões (para o caso de serem presos os membros do Conselho da Liga) e também uma comissão encarregada de apresentar o memorial das reclamações dos grevistas à diretoria da Companhia.

A Liga distribuiu 10.000 destes manifestos ao longo da linha, nos quais os grevistas enumeraram as causas da greve, a partir dos descontentamentos com:

- 1º. Seus superiores, em especial o Dr. Francisco Paes Leme de Monlevade e o chefe da estação Jundiaí-Paulista;
- 2º. diminuição dos dias de trabalho, com realização do mesmo serviço e mesmo número de empregados;
- 3º. redução do salário em 10%;
- 4º. dispensa ao trabalho de centenas de empregados;
- 5º. pretensão de se reduzir em mais 30% o pessoal de certas repartições;

18. A Terra Livre. 16/5/1906, p. 2.

69. obrigatoriedade da participação na Sociedade Beneficiente, com a contribuição de 3\$ mensais por empregado.

Destes fatores, resultaram as seguintes reivindicações, esperando contar com a solidariedade do operariado e do público em geral:

19. demissão do cargo do chefe da locomoção, Dr. Monlevade, do seu ajudante, Dr. Henrique Burnier e do chefe da estação Jundiá-Paulista;

20. não obrigatoriedade de inscrição na Sociedade Beneficiente. ANEXO 5.

Tudo leva a crer que a alusão às causas meramente administrativas fazia parte de uma estratégia dos grevistas, que conhecedores da realidade social no momento e do nível de consciência do proletariado, optaram por este tipo de luta, que exclui, inclusive, a questão pelas 8 h. do rol das reivindicações<sup>19</sup>.

No entanto, esta atitude deu margem a diferentes interpretações por parte da imprensa e do público.

Vejamos as declarações contidas no jornal Cidade de Campinas:

*"Do documento (...) depreende-se que somente causas de caráter administrativo levaram os empregados da Cia. Paulista, à greve ontem iniciada; não os moveu o egoísmo, não poucas vezes justificado do aumento de salário e diminuição das horas de trabalho, e é essa talvez a maior razão, o mais poderoso motivo, para justificar a grande simpatia com que foi acolhido este movimento por uma grande parte da nossa população".* 20

19. Entretanto, sabemos que a Liga, numa das reuniões realizadas, queria determinar a luta pela obtenção das 8 h. de trabalho, enquanto outros líderes, como Manuel Pisani, figura de destaque na greve, continuavam a defender apenas a necessidade de uma administração mais digna.

20. Cidade de Campinas. 16/5/1906, p. 1.

Por outro lado, surgiram críticas à carência de razões ponderáveis que justificassem a greve, que para eles, visava ao desprestígio dos superiores hierárquicos. O O Estado de São Paulo foi um jornal que deixou transparecer sua desconfiança:

*"Pelo que soubemos a alta administração da Companhia não acredita que sejam de todo o ponto exactos os motivos com que o boletim da Liga justificava o seu procedimento (...) esse movimento não era tão encobertamente planejado e dirigido que não transpirasse o objetivo que ele obedecia". 21*

O Comércio de São Paulo, assim se pronunciou:

*"Logo que a notícia (...) foi divulgada e por toda a cidade espalhou-se, sentiu-se perfeitamente que a cessação do tráfego das linhas da Paulista não obedecia a motivos de ordem econômica. Tratava-se da exigência de medidas de efeito puramente morais. A inclusão do dia de 8 h. no programa das reivindicações apresentadas ali, revelava-se de ante-mão, uma parte prejudicada e a qual parece ter sido lembrada simplesmente como um elemento de tática para o momento das negociações que se viessem a estabelecer entre a Companhia e os seus operários em greve". 22*

Já o Il Séclo, num artigo intitulado "Fisiologia de uma greve", caracterizou o acontecimento como o primeiro caso grandioso de greve, chegando a perguntar: "É uma greve ou início de revolução, esta do pessoal da Paulista?" Saliencia que o movimento foi uma "guerra maravilhosa", de fazer inveja a qualquer general. Depois de tecer algumas considerações gerais, lembrou que esta luta deveria pesar muito sobre o destino do operariado e para a aquisição de uma nova

21. O Estado de São Paulo. 16/5/1906, p. 1.

22. Comércio de São Paulo. 16/5/1906, p. 1.

consciência, já que uma nova força entrava em jogo na grande competição dos interesses de classe, firmando a entrada do Brasil no número dos países modernos e civilizados. Tudo isto significava uma verdadeira revolução nas relações sociais, onde esperava que os operários da Paulista soubessem "mostrar-se dignos da sua missão histórica".<sup>23</sup>

O Conselheiro Antonio Prado, presidente da Cia. Paulista e Prefeito de São Paulo, tomou conhecimento do movimento grevista pelos repórteres do Comércio de São Paulo que o procuraram às primeiras horas da manhã do dia 15, para entrevistá-lo. Segundo relataram, o presidente da Companhia expressava um grande pesar ao pronunciar-se:

*"É uma injustiça: disse. Nunca me chegaram ao conhecimento essas reclamações em que os empregados da Paulista assentaram esta greve. Chegaram-me rumores de uma parede mas, ao que se dizia, apenas contra a atual organização da Sociedade Beneficiente".* 24

Que, apesar de se haver oposto à inclusão dos empregados superiores da Companhia como membros da Sociedade Beneficiente, via apenas grandes vantagens para os operários, pois a Sociedade oferecia um corpo médico permanentemente em serviço pelas linhas, munidos de ambulâncias, farmácia e outros socorros. Além do mais, a Companhia contribuía com 50 contos anuais (contra os 80 contos afirmados pelo Dr. Torres Neves), empregados em ações. Segundo Antonio Prado, esta instituição estava incluída dentro das "idéias sociais", pois

23. Ver IL Secolo. 16/5/1906, p. 1.

24. Comércio de São Paulo. 16/5/1906, p. 1.

possibilitaria aos operários tornarem-se acionistas da empresa. E mais, a direção da Sociedade era exercida pelos próprios operários, que podiam convocar Assembléias e tomar as resoluções que considerassem convenientes.

Referindo-se às reclamações contra o engº Monlevade, o Conselheiro disse não poder compreendê-las, porque, primeiramente, nunca chegaram ao seu conhecimento reclamações sérias contra ele, e, depois, este engº foi sempre apontado como partidário de "idéias socialistas" e dedicado amigo dos operários, a ponto de ter dele partido a idéia da fundação da Sociedade Beneficiente.

Disse ainda acreditar que as origens da greve remontavam às medidas anteriores tomadas pela diretoria, com o fim de melhorar o serviço da Companhia, pois há algum tempo atrás, o Dr. Monlevade estivera nos EUA, estudando os melhoramentos a introduzir no serviço de locomoção e de máquinas e já adotados pelas vias férreas da América do Norte. Na volta, opinou pela aquisição de máquinas que ocasionaram a dispensa de alguns empregados. Esta situação foi atenuada através da dispensa do trabalho nas 2as. feiras, o que permitiria a permanência de alguns operários sem alterar os orçamentos da Companhia, medida esta aprovada pelos próprios operários.

Em suma, Antonio Prado sabia dos rumores da greve, mas estando resolvida a centralização do serviço de carpintaria nas oficinas de Rio Claro e a de serralheria, fundição e forjas nas de Jundiaí, até então acumuladas em um e outro lugar, acreditou que poderia evitar manifestações de desagrado pela transferência de pessoal, pois sendo esta uma medida necessária, os operários não veriam nisso nenhuma in

tenção de prejudicá-los.

Esta argumentação fez parte de uma carta enviada pelo advogado da Cia. Paulista, Dr. Manuel Villaboim, ao jornal O Estado de São Paulo:

*"Por motivos de economia, resolvida pela administração da Companhia, havia necessidade de dispensar muitos de seus operários, procurando, porém, evitar esse transtorno aos que tivessem que ficar sem colocação, resolveu-se que só haveria trabalho 5 dias na semana, e nas mesmas horas (...). Essa providência, porém, cessou há dois meses, isto é, muito antes do movimento grevista. Invocá-la como pretexto para a greve, dois meses depois de abandonada, é manifestar uma carência lamentável de razão". 25*

O Advogado trouxe a público também uma ata da Assembléia Geral da Sociedade Beneficente, de abril de 1906, com a qual pretendeu mostrar as manifestações de louvor ao competente funcionário Monlevade. Esta Assembléia havia sido convocada para discutir, entre outras razões, um projeto de reforma dos seus estatutos. Nela salientaram o estado próspero da Companhia e a decisão de conceder pensões às viúvas de seus associados. A reunião terminou com a aprovação unânime do relatório e contas da diretoria e com a votação de 25 artigos, contidos no projeto, para reforma dos estatutos que foram igualmente aprovados. ANEXO 6.

O Comércio de São Paulo percebeu que nada tinha sido dito pela imprensa com relação ao modo de pensar do Dr. Jorge Tibiriçã, presidente do Estado, e resolveu entrevistá-lo. Segundo este jornal, o Dr. Jorge Tibiriçã:

25. O Estado de São Paulo. 27/5/1906, p. 2.

"Olha para os acontecimentos que se tem desenrolado no interior do Estado com a calma tranquila e segura de quem conhece perfeitamente seu dever e está disposto a cumpri-lo. S.Exa. não tem o mínimo gesto de impaciência ou de desapontamento".<sup>26</sup>

Disse ainda que o governo não foi solicitado como mediador da greve, cabendo a ele, portanto, apenas prevenir os excessos e lamentando que as forças policiais enviadas para as linhas da Paulista não tivessem chegado a tempo de evitar os estragos ocorridos. Segundo o presidente do Estado, a lei seria cumprida.

Neste mesmo número do jornal o Comércio de São Paulo, talvez para não macular a imparcialidade que se lhe atribua, publicou um artigo bastante contraditório, buscando agradar as duas partes. Chamou pela "honra da nossa civilização" e pelos "costumes ordeiros da população de São Paulo".

Disse ainda que o interesse que animava os propósitos de prudência e calma dos grevistas tinha o auxílio do Sr. presidente do Estado, autoridade sensata e patriótica, defensora da lei e das instituições, capaz, portanto, de entender todas as vicissitudes desta luta operária.

"As violências só servem para depor contra a organização moral de quem as pratica, e se os operários se mantiverem sempre numa atitude calma e digna de homens civilizados, mesmo que não cheguem a atingir a realização das suas esperanças, pelo menos terão conservado a confiança dos seus concidadãos e sobre eles estará constantemente alertada a proteção salutar das leis que nos regem e nos defendem". 27

26. Comércio de São Paulo. 18/5/1906, p. 1.

27. Ibid., p. 1.

Como decorrência da paralisação da Paulista, as estradas de rodagem para Jundiaí e para o Oeste começaram a ficar movimentadas por trollys e cavaleiros. As poucas conduções disponíveis atingiram um preço altíssimo. O aluguel de um cavalo chegou a preços exorbitantes (100\$000). Além do mais, encareceu muito o serviço de carros de praça.

Muitas reclamações chegaram à Cia. Paulista pela demora nas viagens, correndo até a notícia de algumas ações de indenização instauradas contra a empresa.

Os albergues ficaram repletos de forasteiros que não podiam continuar viagem. As transações bancárias ficaram muito prejudicadas e, em Campinas, a população reclamava da falta de gêneros alimentícios. Diziam que os "caipiras", amedrontados, deixavam de levar aos mercados cereais e outros produtos da pequena lavoura. Faltavam, no mercado, frango, ovo e batata e em alguns locais a matança de gado foi interrompida, devido à falta de transporte para os bois.

Por outro lado, alguns negociantes procuraram se aproveitar da situação. Por isto, apesar dos gêneros fundamentais como leite e pão conservarem os preços antigos, os demais, quando encontrados, custavam muito acima do preço habitual. Uma dúzia de ovos chegou a ser vendida a 1\$800 réis e o saco de farinha a 22\$000 réis. Em consequência, algumas famílias começaram a fazer provisão de víveres, temendo a carestia.

Gravíssimos foram os efeitos da greve que repercutiram sobre o comércio em toda a zona atingida pelo movimento. Corriam notícias de que foram levadas aos cartórios de protestos inúmeras letras que não puderam ser pagas pelos res

pectivos comerciantes, porque estes não receberam as quantias que esperavam do interior. Previa-se que muitas casas comerciais ver-se-iam obrigadas a requerer falência. As casas de câmbio ficaram sem lucros, por não receberem os telegramas sobre as oscilações e o serviço postal foi suspenso, providenciando-se o transporte de sacolas da Paulista e da Mogiana em carros, para a estação de Monte Serrat, pela Ituana e de lá enviadas para São Paulo. Como não queriam que o interior ficasse sem sua correspondência habitual, as malas para Limeira e Rio Claro seguiram pela Sorocabana, sendo que, para as estações mais próximas à Mogiana, seguiram estafetas e empregados postais utilizando-se de carroças.

Enfim, havia grande agitação nos locais da greve e as condições se tornaram difíceis, exigindo rápida solução, pois a normalidade das principais cidades atingidas pela greve estava longe de ser restabelecida.<sup>28</sup>

O recrudescimento da greve, principalmente com a adesão da Mogiana, a partir do seu 50 dia, trouxe feições mais graves ao acontecimento e suas conseqüências passaram a ser consideradas imprevisíveis, uma vez que a violência se generalizou.<sup>29</sup>

*"São simplesmente deploráveis diversas atitudes assumidas perante o movimento grevista que ora abala e inquieta a vida de São Paulo. Não se sabe bem o que mais admirar no caos estabelecido: se a ação dos mais diretamente interessados, a tatearem sem decisão e sem vontade firme uma si*

28. Para obtenção de maiores detalhes e outras informações sobre os acontecimentos, consultar os jornais citados neste trabalho.

29. Analisaremos melhor o assunto no final deste capítulo.

*tução bem definida e bem clara, ou se a criminosa leviandade com que elementos estranhos à greve e puramente especulativos andam a fazer de uma crise que interessa à vida do Estado e à tranquilidade geral..."* 30

Apesar dos esforços dos presidentes da Cia. Paulista e Cia. Mogiana para que não houvesse completa interrupção do tráfego, as comunicações em todo o interior do Estado ficaram muito prejudicadas, pois nas áreas mais férteis a paralisação foi praticamente completa. Portanto, o comércio, a indústria e a lavoura não puderam dar saída a sua produção.

A tendência cada vez mais evidente para uma generalização da greve aumentou a apreensão de diferentes setores da sociedade, dividindo suas opiniões: pró ou contra os grevistas, fazendo com que as notícias publicadas pelos jornais, com relação à solidariedade manifesta pelo povo em geral ou à repressão exigida pelo povo em geral fossem bastante contraditórias neste momento. Muitas Associações Comerciais do interior do Estado trocaram suas manifestações de solidariedade por exigências concretas, por parte da Cia. Paulista e do Governo, para a solução do problema.<sup>31</sup>

Também ficaram apreensivos fazendeiros e comerciantes estabelecidos à beira das linhas da Paulista, que diante da situação decidiram enviar uma carta a ser publicada pelo Comércio de São Paulo. Após elogiarem a posição do jornal, por ter querido conciliar os interesses dos operários e da Companhia, lembraram que os interesses da agricultura, do comércio e da indústria deveriam valer mais do que "certos caprichos". E continuaram:

30. Comércio de São Paulo, 20/05/1906, p. 1.

31. Retomaremos o assunto no final deste capítulo.

"Ninguém indenizará o comércio pelos prejuízos que têm com essa crise, e aqueles que têm os seus capitais empregados nas empresas industriais, tal fizeram, por terem confiança no espírito sensato e na prudência daqueles a quem entregaram o seu dinheiro". 32

Nas ruas das cidades, grupos discutiam a greve.

Pelas notícias dos periódicos depreende-se que uns manifestavam temor de que o país caísse nas garras de "socialistas malditos e dos anarquistas infernais", pois encaravam a greve como um movimento que obedecia a ordens de potências estrangeiras. Outros achavam que a greve era promoção do próprio Rodrigues Alves, presidente da República, para que não fosse votado o Convênio de Taubaté.<sup>33</sup>

Diante da falta de manifestações dos políticos de Jundiaí, grevistas eleitores formaram uma comissão com a finalidade de esclarecê-los de que a ala mais firme nas eleições era a do eleitorado da Paulista, composta de 250 eleitores no município.

As notícias iam ficando cada vez mais contraditórias, ora enfatizando o enfraquecimento, ora o recrudescimento da greve e das manifestações de solidariedade, principalmente com relação a outras empresas ferroviárias. A impaciência começava a tomar conta mesmo dos jornais que se auto classificavam de imparciais, se manifestando, uns a favor da Cia. Paulista, outros a favor dos operários, mas sempre considerando não valer a pena o impasse que se estabeleceu com relação à solução do

32. Comércio de São Paulo. 21/5/1906, p. 2.

33. Com referência ao Convênio de Taubaté. Ver Capítulo I.

problema<sup>34</sup>. A opinião pública tendia a se colocar contra as decisões da direção da Companhia, pensando-se até em pedir a interferência pessoal de Jorge Tibiçã, presidente do Estado. Chegou a ser noticiado que um grupo de senhoritas de Jundiá pretendia pedir ao Dr. Antonio Prado que terminasse com este estado de coisas.

Frente a estes acontecimentos, os principais acionistas da Cia. Paulista apresentaram uma moção de solidariedade à diretoria da Companhia, de que reconheciam os relevantes serviços prestados à empresa e apoiaram sua atitude enérgica

*"diante da injustificável greve dos operários da estrada, que, apesar da boa vontade da empresa ferroviária, tem rejeitado todo e qualquer acordo que possa ter termo ao anormalíssimo estado de coisas (...)"*<sup>35</sup>

Na verdade, a Cia. Paulista, desde o início da greve, envidou todos os esforços para fazer circular alguns trens com carregamento de café, com o firme propósito de não prejudicar o público e os seus próprios interesses. Afinal, era sabido que os trens exclusivamente de passageiros davam prejuízo à Companhia. E, além do mais, as colheitas do ano já haviam começado. Desta forma, vez ou outra aparecia nos jornais a notícia de trens de carga (40, 60 vagões) circulando carregados de café e cargas de importação, apesar da falta de colaboração da Mogiana, no período em que ficou paralisada.

Por seu lado, usuários da Inglesa reclamavam o não atendimento, por parte da Cia. Paulista, para despachar encomendas para o interior e perguntavam:

34. Ver item Tentativas de Negociação, neste Capítulo.

35. A Platéia. 23/5/1906, p. 4; O Estado de São Paulo. 23/5/1906, p. 2; Il Secolo. 23/5/1906, p. 2.

"Como é que a Companhia e outros jornais da capital afirmam diariamente que a greve está terminada e agora não despacham encomendas e correspondências?" 36

Eram transcorridos 10 dias de greve e sentiam-se ainda evidências de sua presença. Mas, a decisão de se liberar na Mogiana o trabalho àqueles que o desejassem, arrefeceu o ânimo dos grevistas, que num desesperado esforço tentavam impedir que seus companheiros voltassem às atividades<sup>37</sup>. Em Ribeirão Preto e Campinas registraram-se conflitos entre operários da Mogiana e seus companheiros que se apresentaram ao trabalho.

Inúmeros estabelecimentos industriais e comerciais, até então solidários ao movimento, foram aos poucos retomando suas atividades. Enquanto isto, corriam notícias contraditórias quanto à volta ou não dos operários da Paulista ao trabalho, em pontos distantes como Jaú, Dois Córregos, Pederneiras, Cordeiro, São Carlos, Água Vermelha, São Paulo dos Agudos, Pirassununga, Descalvado e outras localidades.

## 2. Tentativas de Negociação

Desde o início da greve, o Dr. Antonio Prado sentiu a gravidade dos fatos, uma vez que a greve, em uma estratégica ferroviária como a Cia. Paulista, não podia ser encarada co

36. Comércio de São Paulo. 26/05/1906, p. 1 e 2.

37. A liberação do trabalho aos operários da Cia. Mogiana foi decorrência de um acordo entre a Liga Operária e a diretoria da Cia. Mogiana. Ver item Tentativas de Negociação, neste capítulo.

mo uma luta de efeitos restritos. Sabia ele que a greve teria sérias conseqüências nas relações públicas e na vida do Estado e que por isto deveria despertar evidente interesse, por parte da imprensa e da opinião pública, com relação a seu desenrolar.

Assim, prontamente solicitou ao Dr. Torres Neves uma comissão de grevistas para lhe expor as causas e providências que julgavam necessárias para a volta ao trabalho. Dois enviados do Dr. Antonio Prado dirigiram-se à sede da Liga Operária, convidando-a para conferenciar com o presidente da Companhia.

Mas, logo de início, um impasse foi criado. Os grevistas responderam que se o Dr. Prado tivesse se dirigido a Jundiaí sozinho teriam atendido ao pedido, mas, desde que ele chegou junto à força policial, não queriam aderir à violência. Além do mais, esta resolução foi tomada também porque as Comissões da Liga Operária entendiam que no escritório da Companhia haveria coação moral, porque seriam inferiores colocados diante de superiores e coação física, porque os policiais estariam a provocar os grevistas. Apesar da recusa, disseram que ficariam satisfeitos em receber o Dr. Prado na Liga Operária ou em qualquer outro lugar neutro.

Dado o impasse, Antonio Prado, de retorno à Capital, assim se manifestou ao Comércio de São Paulo:

*"Os homens estão intratáveis. Imagine que mandei convidá-los a virem entender-se comigo no escritório. Momentos depois chegaram dois representantes da Liga Operária. Imediatamente fiz sair todas as pessoas que se achavam comigo, inclusive engenheiros e pessoal da administração da Companhia para que eles pudessem falar-me livremente sem constrangimento. Dirigi-lhes a palavra significando-lhes as intenções da Diretoria de encontrar um meio de harmonizar as coisas. A resposta foi a mais inesperada. Um dos homens disse-me simplesmente que*

o que tinha a dizer-me era muito curto - O Conselho da Liga só trataria na sua sede. A vista disso, vi logo que nada se tinha a fazer. Após a retirada dos dois representantes da Liga, pensei que os seus membros não quisessem vir ao escritório temendo alguma violência. Fiz então, seguir até a sede da Liga o chefe das Oficinas com a incumbência de assegurar-lhes as intenções pacificadoras e convidá-los novamente a virem conversar comigo. A resposta foi a mesma". 38

Antes de encerrar sua missão em Jundiaí, Prado solicitou ao Dr. Monlevade que fosse amplamente divulgado um aviso aos maquinistas, foguistas, chefes de trens e operários das oficinas que aquele que não voltasse ao trabalho seria considerado despedido.

Declarou ainda estar pronto a receber os operários que quisessem entender-se com ele. E, para ganhar terreno, marcou uma Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Beneficente para o domingo, dia 20, na tentativa de resolver uma das reivindicações dos grevistas. Esta Assembléia teria como sede o edifício do Grêmio dos Empregados da Cia. Paulista a fim, de que seus sócios tomassem conhecimento da renúncia de toda a diretoria, bem como da reforma dos estatutos.<sup>39</sup>

Posteriormente, os grevistas reunidos nomearam uma comissão para ir a São Paulo tratar com o Dr. Prado dos interesses dos operários. Entretanto, com a inesperada chegada de Antonio Prado, novamente a Jundiaí, não segue a comissão para a Capital.

38. Comércio de São Paulo. 16/05/1906, p. 1.

39. Os jornais não deram qualquer notícia posterior a respeito. Não sabemos nem mesmo se a Assembléia chegou a se realizar. No entanto, percebe-se que Antonio Prado pretendeu deixar em aberto um canal de negociação, dando tempo inclusive para que a Companhia fizesse um exame mais apurado do caso, talvez por que, através da imprensa pode-se perceber que o caso da "Beneficente" da Paulista foi mais um caso no rol do descontentamento dos operários com suas Sociedades Beneficentes obrigtórias.

Muitos afirmavam que o presidente da Companhia estava inclinado a cooperar para facilitar uma conciliação. No entanto, segundo ele, sō deixaria de ser celebrado qualquer a cordo se os grevistas não modificassem suas exigências.

De qualquer forma, o encontro era absolutamente necessário. Mas, como e onde se encontrar? Quem daria os primeiros passos?

Coube aos grevistas ceder quanto ao local da realização do encontro, uma vez que aceitaram conferenciar no escritório da Companhia.

A Liga, seguindo o conselho de intermediários, formou uma comissão constituída pelos operários Manuel Pisani, José Maria Real, Benedicto José Esteves e Guilherme Hanneckel. Estes procuraram o Dr. Prado que se encontrava na sala da contadoria, pavimento superior do edifício do escritório. Seguiram-se as negociações, por mais ou menos hora e meia.

De um lado, a imprensa operária considerou o Conselheiro intratável e com possibilidades remotas de atender ao pedido dos operários. De outro lado, a grande imprensa relatou que os representantes da Liga foram ouvidos com interesse por Antonio Prado que anotou as reclamações, ao mesmo tempo em que expôs os inconvenientes do movimento e os prejuízos que estavam sofrendo.

Nesta reunião, a comissão de grevistas declarou positivamente que poderiam abrir mão de tudo, menos da demissão do Dr. Monlevade. Para isto alegaram alguns dos casos já relatados por nōs anteriormente e que foram considerados "futilíssimos" pelo jornal O Estado de São Paulo.<sup>40</sup>

40. Ver O Estado de São Paulo. 17/05/1906, p. 1.

Diante destes fatos, foi impossível um entendimento. De volta à sede da Liga, onde companheiros esperavam com ansiedade, o operário Pisani expôs ao Conselho o que havia se passado, afirmando que não puderam conversar francamente com o Conselheiro por terem sido constantemente interrompidos, deixando patente aos companheiros o malogro nas negociações. A greve, portanto, continuaria. Essa decisão da Liga Operária foi referendada, na noite do dia 16, por cerca de 2000 operários da Paulista presentes a uma Assembléia.

O Conselho Administrativo da Liga, através de um boletim, recomendou aos companheiros que se recolhessem as suas casas com calma e prudência, na mesma atitude que haviam mantido até então, não retornando ao trabalho até segunda ordem.

Com o objetivo de não embaraçar qualquer acordo no sentido de por termo à greve da Paulista, Monjevade, Henrique Burnier e João Gonçalves Dias, respectivamente, chefe de tráfego, chefe da estação de Jundiaí e chefe da estação Jundiaí-Paulista pediram demissão de seus cargos.

Entretanto, de antemão previa-se que o pedido não seria aceito pela diretoria, apesar da esperança que ainda tinham os operários.

Dentro do previsto, o Conselheiro Antonio Prado não julgou procedente o motivo, por estar certo de que passada a agitação de ânimo, que atribuía a influências estranhas anarquistas<sup>41</sup>, a situação voltaria à calma habitual.

---

41. Ver Capítulo III.

A atitude gerou uma reação por parte do advogado dos grevistas, Dr. João Gogliano. Em carta publicada pela imprensa, o advogado reafirmou e justificou a intenção de não abrirem mão da demissão do Dr. Monlevade; afirmou ainda que as medidas de pressão adotadas pela Companhia e a própria força policial não assustavam os grevistas, porque o que os moveu à greve foram injustiças sofridas na luta entre o capital e o trabalho e não influência alguma estranha, como queria fazer parecer o Dr. Antonio Prado. ANEXO 7.

O impasse continuava. Quase 2000 operários da Cia. Paulista reunidos, principalmente em Jundiaí e Campinas, decidiram não aceitar o convite de volta ao trabalho.

Por outro lado, o Comércio de São Paulo<sup>42</sup>, em nova entrevista com o Conselheiro Antonio Prado, obteve a informação de que a Companhia considerava primordial para qualquer acordo - que os operários se apresentassem ao trabalho sem imposições. Uma vez normalizado o trabalho, a Companhia veria o que seria possível fazer no sentido de atender às reivindicações que fossem reputadas razoáveis e que, para a volta ao trabalho, daria preferência aos antigos empregados.

Passados alguns dias, publicou-se a notícia de que os operários em greve abriram mão da questão ligada à Sociedade Beneficiente, continuando a aceitar as suas cláusulas, com a condição de que fossem revertidas para o fundo social as multas impostas, chegando inclusive a pensar em convocar uma Assembléia da Associação Beneficiente para tratarem da reforma dos estatutos ou dissolução da Sociedade.

42. Comércio de São Paulo. 19/5/1906, p. 1.

Os grevistas procuraram o jornalista Octaviano Silveira, solicitando sua intervenção para solução da greve, quando comprometeram-se a abrir mão de qualquer coisa, menos da demissão do engº Monlevade.

Dados os prejuízos que chegavam a cifras imensas e o aumento do preço dos gêneros alimentícios, a Associação Comercial de São Paulo ofereceu-se como mediadora para a resolução da greve.

Da tentativa de mediação resultou a realização de uma reunião, em Jundiaí, com a participação de uma Comissão da Sociedade Comercial, do Dr. Antonio Prado e representantes dos grevistas.

Apesar das notícias contraditórias veiculadas pelos jornais, é certo que o Dr. Prado se mostrou extremamente intransigente, até com relação à própria Comissão, uma vez que tentou impor condições e restrições às atribuições dos representantes da Associação Comercial.

Num primeiro momento das negociações, os operários se mostraram dispostos a aceitar a arbitragem proposta, ou seja, a Companhia e os grevistas nomeariam por conta própria um certo número de representantes para examinar os fatos e procurar uma solução.

Num segundo momento, novas dificuldades surgiram, tendo percebido a Comissão que o representante operário, Manuel Pisani, estava muito preocupado com a responsabilidade que pesava sobre ele, como representante dos grevistas. Estas dificuldades centravam-se na causa primeira de toda a luta, ou seja, na demissão do Dr. Monlevade, exigida pelos grevistas e descartada pelo presidente da Companhia que, para negociar,

requeria o imediato restabelecimento do tráfego.

A Comissão, para ganhar a confiança dos grevistas, pediu franquia para todos os membros da Liga sobre os quais havia um mandato de captura e a libertação dos que haviam sido presos. E, ainda, profundamente preocupada com o abalo econômico sofrido pelo país, decidiu, mesmo com a discordância de alguns, se empenhar em propor à Companhia apenas a demissão de Monlevade. Esbarrou, contudo, na negativa do Dr. Prado.

A situação que se criou tornou inviável uma conciliação. Os operários assim se manifestaram:

*"Ninguém como nós pode discutir e tratar dos nossos interesses, e nós mesmos queremos diretamente tratá-los.*

*Iniciemos a luta e, vitoriosos ou vencidos, devemos sair dela altivos da nossa dignidade de homens". 43*

Após o malogro de mais uma tentativa de negociação, um telegrama enviado pela Comissão à Associação Comercial de São Paulo contradisse a posição que a grande imprensa lhe atribuiu durante a mediação, uma vez que colocou apenas o operariado como responsável por mais este fracasso.

*"Damos por finda a nossa missão. Os grevistas, por seu chefe Pisani, estão irredutíveis. Foi impossível chegar-se a uma solução amigável como esperávamos e desejávamos. A Cia. Paulista, aceitou incondicionalmente a nossa intervenção". 44*

43. A Lucta Proletária. 01/9/1906, p. 3.

44. Comércio de São Paulo. 21/5/1906, p. 1.

Depois dos contraditórios comentários veiculados pela imprensa, a Federação Operária de São Paulo esclareceu os motivos pelos quais os grevistas não aceitaram o arbitramento proposto pela Comissão da Associação Comercial.

Além da Comissão não estar composta em partes iguais de representantes, queria que os operários voltassem imediatamente ao trabalho, o que fazia cair por terra as condições especificadas pelos mesmos operários. ANEXO 8.

Também a Liga Operária, depois de uma Assembleia secreta, sentiu a necessidade de destruir as insinuações lançadas contra os operários. Assim, através de um comunicado, explicitaram os motivos que os levaram a rejeitar um acordo com a diretoria da Cia. Paulista e declararam estar prontos para aceitar uma arbitragem mais justa. ANEXO 9.

Depois do fracasso da Comissão, as Ligas Operárias de Campinas, Jundiaí e Rio Claro solicitaram a manutenção da greve. Advertiram para a possibilidade de poderem vir a ser iludidos com falsas notícias e salientaram a importância do momento que era decisivo para a manutenção da greve. ANEXO 10.

Dadas as dificuldades de um acordo com a Cia. Paulista, os operários intensificaram os protestos contra o Dr. Monlevade, através da imprensa operária:

*"É a figura de um inconsciente, que cria uma escala de prejuízos, e que depois de ter terminado a triste colheita do ódio, se põe humildemente aos pés de seus patrões implorando-lhes proteção. E quando protegido, sorri e provoca (...) Ele sabe que na luta odiável, por trás de sua miserável e pobre pessoa, se escondem os interesses de uma classe, e ele tem razão em sê-lo assim (...) A sua derrota seria a derrota da Cia. Paulista. Eis como um pigmeu pode parecer um gigante". 45*

Também o Comércio de São Paulo<sup>46</sup> considerou que não valiam a pena os sacrifícios impostos ao país só para manter um engenheiro em seu cargo. E ainda, considerou como mais intransigente a atitude da diretoria da Cia. Paulista. O posicionamento a favor dos operários decorreu do fato de os mesmos já terem cedido em todas as reivindicações, permanecendo apenas a exigência da demissão do Dr. Monlevade.

E a situação conservou-se inalterada quanto às negociações entre grevistas e a Cia. Paulista.

O mesmo não ocorreu com relação a Cia. Mogiana que através de seu presidente, Dr. Antonio Álvares Penteado, conseguiu um acordo com a Liga Operária, que, diante da forte pressão exercida pelo presidente do Estado, resolveu ceder antes que demonstrasse maior fraqueza, pois sentia ser impossível manter por mais tempo a greve dos companheiros da Mogiana.

Mais uma vez, a Associação Comercial resolveu constituir nova Comissão Arbitral para tentar resolver definitivamente o problema. Imediatamente formaram-se duas correntes: uma que tendia a proteger o Dr. Antonio Prado e a Companhia, jogando a responsabilidade da greve para os grevistas e preferindo deixar a solução do caso ao governo; a segunda condenava a posição da Comissão frente à questão, sugerindo um Conselho de árbitros em número igual, para ambas as partes.

---

46. Comércio de São Paulo. 22/5/1906, p. 1.

A Comissão foi formada e à noite, ao se dirigirem ao Chefe de Polícia para solicitar garantias, souberam que Antonio Prado havia telegrafado, colocando-se contrário a qualquer nova negociação. Diante disto, a Comissão considerou sua intervenção desnecessária e renunciou.

Ainda neste telegrama, dirigido ao Vice-Presidente da Cia. Paulista., Dr. Francisco Antonio de Souza Queiróz, o Conselheiro denunciou os atentados contra propriedades da Cia. e anunciou o completo restabelecimento do tráfego para dentro de alguns dias. ANEXO 11.

Segundo várias notícias, causou má impressão a direção da Cia. Paulista ter recusado negociar com uma Comissão arbitrativa.

A verdade é que, naquele momento, não interessava mais à Companhia qualquer tipo de acordo. Além dos grevistas já terem começado a dar alguma mostra de cansaço, a Paulista aos poucos tomava o comando do tráfego, através da utilização de operários "fura-greve", também chamados de "krumiros". E ainda, como os membros da Associação Comercial estavam divididos quanto as suas opiniões, não deveria ser descartada a hipótese de surgir numa reunião propostas de solução para o problema que poderiam não interessar ao Dr. Prado e à diretoria da Cia. Paulista.

Os acionistas da Cia. reuniram-se imediatamente e aplaudiram a atitude tomada por Antonio Prado, dando-lhe a mais completa solidariedade para qualquer medida, mesmo que enérgica, que julgasse necessária colocar em prática, para normalizar o serviço da Companhia.

Por seu lado, a Liga Operária defendeu-se das acusações do Conselheiro, julgando-as improcedentes. A Liga não se considerava responsável pelas atitudes de alguns poucos exaltados que haviam praticado desatinos, sem grandes prejuízos para a Cia., visto que eram logo reparados os danos causados.

Assim, mais uma vez, a situação prosseguia a mesma, após novo insucesso nas negociações.

Em Campinas, a Liga Operária distribuiu outro boletim divulgando que o Conselho Administrativo não havia concordado com a diretoria da Paulista, devendo, por isto, continuar a luta em que se achava empenhado o proletariado. O mesmo boletim afirmava que os companheiros de Jundiaí e Rio Claro permaneciam firmes, resolvidos a resistir.

Após frequentes reuniões para decidir sobre a continuidade do movimento, a Liga Operária inclinou-se à possibilidade de ceder novamente e propôs que os grevistas se contentassem com a remoção do Dr. Monlevade, ao invés de sua demissão. Não havia outra saída, pois os sinais de enfraquecimento da greve eram evidentes. Antonio Prado continuava irreduzível, enquanto uma Comissão de grevistas procurava o chefe da linha da Paulista, declarando-lhe que todos os seus companheiros estavam resolvidos a voltar ao trabalho, com a condição de serem todos, sem exceção, anistiados. No entanto, sabia-se que o presidente da Cia. Paulista estava disposto a aceitar os empregados, recusando, porém, os instigadores da greve.

Fechou-se o espaço para negociação, principalmente porque naquele momento a Cia. Paulista sentiu a evidente fragilidade do movimento paredista.

### 3. As Manifestações de Sabotagem

Aos primeiros dias de greve, começaram a circular as notícias sobre atitudes agressivas dos grevistas. Eram notícias contraditórias, uma vez que produziam veementes desmentidos e protestos por parte dos periódicos operários. O advogado da Liga desmentiu a informação publicada pela grande imprensa de que os grevistas haviam assumido atitude agressiva e que, em grupos armados, intimavam os operários estranhos à greve a não trabalhar. Disse o advogado da Liga Operária, Dr. João Gogliano:

*"Cumpre-me o dever de opor formal desmentido (...). Os operários conservam-se e conservar-se-ão em atitude pacífica, desprezando as repetidas provocações daqueles que ali foram para manter a ordem; é tal a solidariedade e perfeita harmonia entre todos os operários da Companhia Paulista, que mesmo quando quisessem impedir que operários estranhos à greve trabalhem, não o poderiam fazer porque tais operários lá não existem". 47*

Apesar de tudo, não podemos ignorar as inúmeras notícias de pequenas sabotagens ocorridas aqui e acolá. São peças de máquinas desaparecidas; informações de grupos armados percorrendo a linha entre Jundiaí e Campinas, impedindo os operários de trabalhar; destruição dos trilhos.

Os trilhos haviam sido untados com sabão, azeite e graxa e as locomotivas estavam impossibilitadas de funcionar. Nos tubos laterais da máquina, por onde escoava a água, colocaram grande quantidade de sabão, talvez 4 kilos em cada tubo. Por isto,

---

47. A Platêa. 17/5/1906, p. 4.

numa das primeiras tentativas da Companhia, de reativar os trens, um que seguia para Rio Claro parou subitamente, em virtude de estragos na caldeira.

Além do mais, foram cortados os fios das linhas telefônicas da Companhia entre Campinas e Samambaia e entre Samambaia e Valinhos. Correu inclusive o boato de que os grevistas pretendiam assaltar a empresa de "luz elétrica", para deixar a cidade sem iluminação.

A cada dia que passava, prosseguiram as notícias sobre danificações. As caixas de água nas estações da linha Paulista foram esvaziadas, sendo também cortados os canos e bombas que as alimentavam. A estação da Paulista iluminou-se por 20 lampiões de querosene por não funcionar a usina de luz elétrica. Máquinas foram estragadas, obstáculos colocados em vários trechos da linha, trilhos foram arrancados, inclusive em curvas, aumentando o perigo de um acidente mais grave, na tentativa de atrasar os trens especiais que a Cia. Paulista tentava fazer circular. Em São Paulo dos Agudos e Jaú houve até ameaça de os grevistas destruírem, a dinamite, a ponte sobre o rio Tietê.

Entre Pirassununga e Descalvado, foram deixados trilhos soltos. Seria desastroso se a força policial não tivesse reparado a instalação.

Diante dos fatos, o policiamento foi reforçado... Dezenas de soldados espalharam-se para guarnecer a linha. Mais de 16 operários presos pelo interior, praticando sabotagens; outros, em fuga, reagiram a mão armada. O ambiente criado favoreceu o acirramento da greve, preocupando os membros da liderança operária que manifestaram suas apreensões numa carta enviada de Jundiaí para o Comércio de São

Paulo<sup>48</sup>. Nesta carta, motivada pelas notícias de sabotagem, os grevistas mostraram preocupação pelo encaminhamento dos fatos que assumiam cada vez mais um caráter violento, dada a intransigência da Cia. Paulista e da polícia que, aliadas à imprensa burguesa procuravam confundir a opinião pública. Lamentaram ainda as notícias de atos de sabotagem assumidos por grevistas ao longo da linha, não tendo inclusive, condições de se posicionar quanto a sua veracidade, ainda porque o Conselho Administrativo da Liga de Jundiaí mantinha-se oculto, com receio de sofrer violências, uma vez confirmada ordem de prisão contra Edgard Leuenroth.

Diversos jornais noticiaram que, devido às atitudes hostis assumidas por alguns grevistas, o Dr. João Glogiano renunciava ao mandato de advogado da Liga Operária, numa atitude praticamente inexplicável, apesar da carta que a acompanhou a sua decisão. ANEXO 12.

Por outro lado, o Dr. Affonso Celso Garcia ofereceu-se para advogar a causa dos operários, em casos onde houvesse violência por parte da polícia.

#### 4. A Violência e a Repressão Policial

O Conselheiro Antonio Prado, logo após tomar conhecimento da greve, solicitou a ajuda da polícia na pes

48. Comércio de São Paulo. 26/5/1906, p. 2.

soa de seu delegado Dr. Meirelles Reis, pois, para o poder público, era natural o emprego de soldados nos conflitos entre capital e trabalho.

Assim, desde que a greve estourou, a linha da Paulista foi totalmente ocupada e o Governo Federal enviou no decorrer da parede batalhões do exército e navios de guerra, numa verdadeira mostra de solidariedade patronal.

Desta forma, as primeiras providências foram tomadas pelo Dr. Meirelles Reis, para garantir a ordem, os interesses da estrada e a liberdade dos empregados que porventura quisessem trabalhar: reforçou o contingente de policiais do 19. Batalhão com cerca de 75 praças, comandados por um tenente e auxiliado por dois alferes que partiram para os locais da greve, sendo alguns transportados pela Mogiana. E ainda manteve-se em comunicação telegráfica com os delegados das principais cidades servidas pela Paulista que solicitaram destacamento policial para conter os grevistas, ANEXOS 13, 14 e 15.<sup>49</sup>

Em Jundiaí, o Dr. Augusto Pereira Leite, 29 de delegado auxiliar do Estado de São Paulo, publicou o seguinte aviso:

*"Faço saber aos que o presente virem e a quem possa interessar que todos aqueles que espontaneamente queiram trabalhar, terão plena garantia da polícia, bem como esta manterá a ordem pública em caso de perturbação".* 50.

49. Cópia de telegramas originais encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo - Latas ordem 3093 e 3099.

50. *Il Secolo*, 16/5/1906, p. 2 e *Comércio de São Paulo*, 17/5/1906, p. 1.

Outra medida logo adotada foi a de publicar, aos primeiros dias de greve, um anúncio solicitando maquinistas e foguistas para substituir os paredistas:

*"A Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais precisa contratar maquinistas e foguistas, podendo quem estiver em condições, apresentar-se no escritório da inspetoria geral em Jundiaí - M.P. Torres Neves Chefe do escritório central". 51*

Decidida a solucionar o mais rápido possível o problema, a diretoria da Cia. Paulista procurou na agência de colonização e trabalho, 50 trabalhadores para conserva da linha, 10 maquinistas e 10 foguistas.

Imediatamente, a Liga Operária respondeu com um boletim no qual solicitou a solidariedade de todos os operários:

*"Tendo a Companhia Paulista publicado um anúncio pedindo maquinistas e foguistas, avisamos a todos os companheiros que não se deixem iludir por tal pedido. Os empregados em geral da Companhia Paulista estão em greve, provocada pela prepotência dos empregados superiores da Companhia. Portanto, se os maquinistas, foguistas e operários não querem trair a causa operária, não devem ir trabalhar na Companhia Paulista". 52*

Entretanto, o apelo mais veemente foi feito pela Federação Operária de São Paulo e dirigido aos empregados da Light and Power, uma vez que se anunciava a intenção de alguns de seus empregados de virem em substituição aos grevistas, atitude que consideravam traiçoeira e nociva aos interesses da classe operária. ANEXO 16.

51. A Platêa. 16/5/1906, p. 2 e outros dias.

52. Comércio de São Paulo. 17/5/1906, p. 2. e Il Secolo. 17/5/1906, p. 2.

Alertaram ainda para o perigo de se iludirem com boletins falsos publicados pela imprensa ou distribuídos pelos empregados superiores do tráfego.

O jornal Il Secolo protestou contra as palavras pronunciadas pelo Dr. Prado e publicadas pelos jornais da grande imprensa: "O único vencedor nesta luta será a força!" E aconselhou:

*"Grevistas, em guarda! O momento é solene! De um lado o direito, a razão, o bom senso, do outro o prejuízo secular ofuscado por esta improvisada elevação de forças (...). Em guarda, porque aqui, como outra vez e em outros lugares, a razão do capital encontrou um válido apoio sobre os instintos bestiais dos policiais. Em guarda, porque se tenta romper a serenidade e a firmeza com a qual se desenvolve esta luta, com uma intervenção armada, da qual só os brutos podem sair vencedores! Em guarda, porque o Sr. Prado e Cia. sabem que o interesse deles não podem sustentar por mais tempo uma luta deste gênero, e estão procurando um modo de por um fim à questão com a força. Em guarda, porque as provocações já começaram. (...) A calma é a força, e nesta calma está o segredo do triunfo". 53*

Começaram também a aparecer denúncias contra os soldados, acusados de agredir covardemente os grevistas, de lhes roubar dinheiro e ameaçar de morte.

Como decorrência, a força policial foi considerada insuficiente e a população começou a alarmar-se. O Dr. Meirelles Reis procurou o Dr. Jorge Tibiriçã, presidente do Estado, para conferenciar sobre os rumos tomados pela greve, decidindo-se pelo reforço policial de mais 75 praças e a transferência de policiais das cidades próximas para as cidades servidas pela Paulista, o que provocou veementes protestos destas cidades que já consideravam seus destacamentos reduzidíssimos.

Para contornar o problema da Capital, o Comando da Guarda Nacional ofereceu ao governo 600 homens dessa milícia, para substituir no policiamento da cidade de São Paulo os soldados da força pública que foram para o interior.

Também o Dr. Antonio Prado foi recebido pelo presidente do Estado, a fim de relatar os fatos: funcionamento dos trens, contratação de novos maquinistas e foguistas, pois, apesar das intimidações, nenhum operário havia comparecido ao trabalho. O presidente da Paulista informou ainda que havia telegrafado para o Rio de Janeiro solicitando 800 operários e para a Cia. Leopoldina e Central do Brasil pedindo maquinistas.

O presidente do Estado, Jorge Tibiriçã, garantiu todo o auxílio necessário por parte da força, para que tivessem êxito as providências tomadas pela Cia. Paulista.

Assim, aumentou a repressão, chegando a Jundiaí, ao longo dos dias, um grande contingente da cavalaria, provocando um clima de insegurança e prenúncio de possíveis violências. Os operários grevistas continuavam mantendo atitude calma, não obstante a cavalaria continuasse a percorrer a cidade. Vários foram os testemunhos de agressões praticadas por soldados. Várias pessoas foram feridas e no percurso da linha algumas pessoas foram mortas.

Os trens de inspeção entre Jundiaí e Campinas, levando policiais armados, chegavam a levar 10 horas para fazer este percurso. Os policiais foram deixados ao longo da estrada, sob a vaia dos grevistas, para fazer o reparo dos estragos feitos na linha e garantir a passagem de Antonio Prado e sua comitiva que viajavam em trem especial.

O Comércio de São Paulo relatou um fato cômico

com relação a um trem de inspeção, conduzido pelo eng<sup>o</sup> ajudante Burnier, um dos empregados superiores, cuja demissão foi sol<sup>i</sup>citada pelos grevistas:

*"Num dado momento, o trem ao chegar ao início de uma rampa cujos trilhos estavam cobertos de graxa e sabão, não conseguia avançar mais um passo. O Dr. Burnier resolveu recuar uns 100 metros para tomar impulso. O Alferes que comandava a força de 25 praças não conhecia o Dr. Burnier e gritou-lhe:*

*- Você está é com idéias de greve. A máquina tem que ir para a frente; isto de voltar é conversa (...)*

*Diante das necessárias explicações e do argumento de que era preciso limpar os trilhos e cobri-los de terra, o alferes fez desembarcar parte de seus homens. Afinal, a máquina bruta e resfolegando foi galgando a rampa (...) enquanto o alferes, ainda desconfiado não largava o olho do Dr. Burnier (...)" 54*

Novas formas de violência foram realizadas pela polícia, que, se aplicadas pelos grevistas, seriam facilmente classificadas como atos de sabotagem.

Entre eles temos: interrupção e censura do telegrafo nacional e da Paulista, impedindo a transmissão de notícias sobre a greve e de telegramas cifrados; destruição de máquinas e ferramentas provocada pelos próprios policiais; princípio de incêndio nas oficinas, enquanto esta era guardada pela polícia; e detenção e prisão de grevistas.

Essas agressões, desordens e vandalismos que levaram os soldados a destruir ferramentas, arruinar maquinários e queimar os materiais foi decorrência do descontentamento com a precariedade das acomodações e a péssima alimentação a que estavam sujeitos, enquanto permaneciam aquartelados nas oficinas da Paulista.

Esta situação teve início quando efetivou-se a solidariedade dos comerciantes da cidade de Jundiaí que as-  
sentiram ao convite dos grevistas, fechando suas portas às pes-  
soas estranhas à cidade. Tal situação levou o 2º delegado au-  
xiliar de Jundiaí a telegrafar ao chefe de polícia, pedindo  
providências, uma vez que, perdurando semelhante situação, a  
falta de víveres logo se faria sentir. Além do mais, solici-  
tou também o fornecimento de camas para os novos operários es-  
perados para não ficar dependente do comércio da cidade.

Assim, trens especiais da São Paulo Railway che-  
gavam transportando gêneros, colchões e objetos de uso para a  
força pública ali destacada, para a qual o comércio de Jun-  
diaí negava-se a vender tudo.

A Liga Operária, temendo que fossem atribuídos  
tais vandalismos aos grevistas, lançou um boletim protestando  
contra tal situação. ANEXO 17.

Nas ruas só circulavam, vigilantes e inquietos  
os "secretas", uma vez que os grevistas permaneciam trancados  
em suas casas evitando confrontação. Até mesmo repórteres e  
advogados dos grevistas foram perseguidos.

Tornou-se público o mandato de prisão contra os  
membros do Conselho da Liga e a polícia continuava a procurá-  
los.

A Cia. Paulista continuava fazendo de tudo pa-  
ra restabelecer o tráfego. Empregados de categoria superior  
foram convidados a aplicar seus conhecimentos teóricos, na  
maioria das vezes sem o menor resultado, na tentativa de fa-

zer funcionar as máquinas; trens especiais foram postos a circular com a finalidade de transportar dezenas de maquinistas e foguistas provenientes do Rio de Janeiro. O jornal O Estado de São Paulo<sup>55</sup> chegou a citar os nomes dos foguistas contratados, vindos dos navios da Marinha "Barroso", "Riachuelo", "Deodoro", "Floriano" e "Tymbira".

Novos telegramas foram enviados à Cia. Leopoldina, Central do Brasil e outros ramais de Estrada de Ferro, solicitando mais de 800 operários. Diante da recusa destes, os operários foram mais tarde cedidos pela Light e pela Marinha.

Com a chegada dos motorneiros e condutores da Light, o desespero começou a tomar conta dos operários e uma reunião foi marcada em Jundiaí. Entretanto, esta não se realizou, devido ao ostensivo aparato policial.

Aos operários da Light, vindos para trair seus companheiros, foram dirigidos apelos e reprovações, uma vez que milhares de famílias lutavam com fome, mas não se rendiam para não cortar a força da greve e trair os companheiros.

Esta insistência em ocupar fura-greves no lugar dos grevistas provocou muitos acidentes, inclusive provocando mortes, como a de 2 maquinistas navais, fulminados quando trabalhavam na usina elétrica de Campinas.

Também a imprensa burguesa executou seu papel, publicando notícias contraditórias para confundir os grevistas. A indignação foi geral. Foram boicotados A Tribuna Italiana, A Platêa, Fanfulla e o São Paulo que muito abertamente punham se a serviço da Companhia Paulista.

55. O Estado de São Paulo. 19/5/1906, p. 1.

Enquanto os jornais operários comentavam não haver nenhuma deserção, nenhum sinal de cansaço ou desconfiança entre os combatentes, o que fez aumentar o sentimento de solidariedade, outros jornais da imprensa burguesa noticiavam que muitos operários haviam se apresentado ao trabalho, como os mestres das oficinas de carpintaria. Segundo estes jornais, seis máquinas já estavam inteiramente reparadas e limpas, prontas para funcionar, assim como as linhas telegráficas, estando apenas proibidos os telegramas cifrados. Daí A Platêa ter publicado em letras maiúsculas que acreditava já estar a greve terminada, em virtude das enérgicas e decisivas providências tomadas.<sup>56</sup>

Diante dos fatos, a Liga Operária lançou novo apelo para que os operários não se deixassem enganar por falsas notícias. ANEXO 18.

Outro boletim explicativo foi impresso em Jundiaí para ser distribuído em São Paulo, alertando quanto à desconfiança da Liga em relação às garantias oferecidas pela justiça, que transformou Jundiaí numa verdadeira praça de guerra auxiliada pela imprensa burguesa. ANEXO 19.

O jornal operário La Battaglia denunciou os jornais burgueses que tratavam os operários como revoltosos, agitadores e instigadores. Lembrou ainda as palavras proferidas pelo Conselheiro Antonio Prado, no primeiro dia da greve e já criticadas pelo Il Secolo:

*"Nesta questão, quem vencerá será a força, a polícia que aprendeu com instrutores franceses (...). Qualquer que seja o intento dos grevistas, o governo fica incondicionalmente ao lado da Cia(...)"*.<sup>57</sup>

56. ver A Platêa. 18/5/1906, p. 4.

57. La Battaglia. 20/5/1906, p. 1.

O jornal foi bastante perspicaz em suas afirmações. Analisou quão desproporcionais foram as manifestações repressivas em relação aos estragos de alguns poucos quilômetros de trilhos que eram refeitos, como novos, em apenas alguns minutos.

Salientou ainda que no Brasil os operários eram propriedade absoluta do capital e por isso a última palavra cabia às carabinas da polícia, mesmo que para isso precisassem invadir suas casas e agredir suas mulheres e filhos.

E, finalmente, criticou o ócio dos acionistas e as atitudes do presidente da Cia. Paulista que além de ser um homem de temperamento forte, carregava no sangue os instintos de uma velha estirpe de escravistas e fazendeiros, o que não lhe deixou compreender a rebelião daqueles que considerava dóceis instrumentos a serviço da sua Companhia, levando-a a cumprir uma obra de odiosa represália em solidariedade ao engº Monlevade.

Aliás, aliada à figura de Monlevade surgiu em São Roque um caso semelhante com a pessoa do chefe de locomoção da Sorocabana, Sr. Scherving que andou cometendo uma série de violências contra os quais os parentes das vítimas reclamaram. Acompanhado da polícia, este Sr. perseguiu, ameaçou, espancou, invadiu casas e efetuou prisões de operários para descobrir quem havia distribuído boletins a respeito da greve da Paulista.<sup>58</sup>

Por muito tempo, os jornais publicaram sua atitude de severa vigilância e perseguição sem motivo a operários da estrada Sorocabana.

58. ver Comércio de São Paulo. 21/5/1906, p. 2. e A Platêa. 21/5/1906, p. 4.

Piorava cada vez mais a situação para os grevistas, pois a presença dos "krumiros", furadores de greve, podia provocar alguma reação por parte dos paredistas ou da força pública.

A Cia. aceitava quantos trabalhadores quisessem empregar-se, contratando muitos, provenientes de vários pontos do Estado.

Constava que os operários krumiros que vieram de fora e que trabalhavam por conta da Paulista não podiam sair das oficinas e se tivessem permissão do Dr. Monlevade para fazê-lo, andavam acompanhados por soldados para não se comunicarem com os grevistas.

Em Campinas e Rio Claro, foram distribuídos boletins onde as Ligas Operárias de Jundiaí, Campinas e Rio Claro se omitiram da responsabilidade de qualquer violência que pudessem vir a ocorrer, dadas as provocações e as medidas de repressão adotadas pela Cia. Paulista contra os grevistas. ANEXO 20.

A partir dos primeiros rumores de adesão à greve por parte dos operários da Mogiana nova pressão foi feita na tentativa de enfraquecer a greve. O Sr. Max Mundt, chefe do tráfego, em Jundiaí, afixou na estação um aviso convidando todo o pessoal do tráfego a comparecer ao serviço.

A mesma tática foi adotada com os grevistas da fábrica Bento Pires, em Jundiaí, que após a decisão de permanecer em greve foram advertidos pelo próprio proprietário que os ameaçou com demissão, caso não voltassem ao trabalho.

Boa parte dos grevistas da fábrica Bento Pires acabou voltando ao trabalho, temerosos pelas ameaças sofridas.

As redondezas da fábrica ficaram vigiadas, enquanto a entrada era fiscalizada pela polícia.

No 59 dia de greve, após a adesão dos operários da Mogiana em solidariedade aos companheiros da Paulista, a estação da Inglesa em Jundiaí amanheceu vigiada por 12 agentes que fiscalizavam os passageiros. A polícia reforçou a sua força permanente em prontidão. Para Campinas seguiram a gentes de segurança, portando instruções especiais.

Em Santos, a polícia impediu que se realizasse um comício dos operários, além de apreender alguns dos boletins que seriam distribuídos. Os operários não se deram por vencidos e transferiram a reunião para a sede social da Internacional União dos Operários, cedida pela diretoria. Pediram o comparecimento de todos, solicitando "que deixassem o medo atrás da porta".<sup>59</sup>

Diante dos fatos, o presidente do Estado telegrafou ao presidente da República, Rodrigues Alves, notificando a adesão da Mogiana e a provável adesão das Docas de Santos e do pessoal da zona da Central. Em resposta, o presidente da República enviou "vasos de guerra" para o porto de Santos e a polícia teve ordens para adotar medidas cada vez mais enérgicas. Com os cruzadores "Barroso" e "Tiradentes" atracados no porto de Santos, tendo a bordo grande contingente policial, o governo demonstrou que levava às últimas consequências sua oposição ao movimento grevista. Por isto, A Tribuna<sup>60</sup> de

59. ver Comércio de São Paulo. 21/5/1906, p. 1.

60. A Tribuna. 20/5/1906, p. 1.

Santos achou pouco provável que os empregados das Docas e da Inglesa aderissem à greve.

Corriam boatos de uma cisão entre os operários. Um grupo seria a favor da volta ao trabalho sob condição e outro que persistia na greve. São desconstruídas as notícias, mas afirmava-se que em muitas cidades os operários haviam retornado ao trabalho com a garantia da polícia.

Em São Paulo, foram impedidos de embarcar para Jundiaí os advogados da Liga Operária Drs. José Mendes de Almeida, Angelo Mendes de Almeida e Dario do Amaral. Os advogados já haviam marcado seus bilhetes quando o escrivão do delegado auxiliar, acompanhado de dois agentes, não os deixou embarcar. Os advogados retiraram-se e imediatamente requereram habeas-corpus, alegando estarem tolhidos em sua liberdade de locomoção e livre exercício da profissão.

A pressão aumentava, pois queriam fazer os operários trabalhar a qualquer custo. Como exemplo temos a prisão de um maquinista português, ex-tesoureiro da Liga Operária e um dos mais ativos no movimento operário. Quiseram forçá-lo a guiar uma máquina entre Jundiaí e Campinas. Este maquinista havia ido à estação passar um telegrama para um colega em Descalvado, cuja família se achava em Jundiaí. O chefe da estação não só se recusou a passar o telegrama como ainda aconselhou o tenente a prendê-lo. O maquinista permaneceu preso nas oficinas da Cia. Paulista, incomunicável, por ter se recusado a trabalhar. Quando foi solto, um habeas-corpus já havia sido impetrado em seu favor e um telegrama já havia sido enviado pedindo a intervenção do Cônsul português.

Um empregado da conserva, intimado a trabalhar, recusou-se por possuir mantimentos suficientes em casa. Os soldados despejaram-no com a família.

Novas táticas de pressão foram adotadas pela Cia. Paulista, tais como a de procurar os operários que trabalhavam como feitores, para que exigissem que suas turmas voltassem ao trabalho sob ameaça de prisão; efetuou-se o despejo judicial dos operários grevistas que foram obrigados a abandonar em, 24 horas, as casas de propriedade da Cia. Paulista, num total de 50 casas. Ao desocupar as residências, foram impedidos pela polícia de retirar o que lhes pertencia. A medida foi determinada a fim de acomodar os novos operários da estrada. ANEXO 21.

Outra tática foi a de comunicar a outras Estradas de Ferro que o tráfego da Paulista estava restabelecido, para que estas ativassem suas estradas e as conexões com a Cia. Paulista. Neste trabalho, houve principalmente a colaboração da grande imprensa que intensificou sua crítica ao desenrolar do movimento. Com o claro propósito de confundir a opinião pública, passaram a ser constantes as acusações de que a greve não tinha um motivo real e que fora determinada por um grupo de inconscientes, acarretando grandes prejuízos não só à estrada como a toda zona servida por essa linha, assim como para os próprios operários. Felicitavam o governo por não ceder a estas imposições tão descabidas. Ressaltavam as garantias e benefícios de que gozavam os operários da Paulista que se encontravam em situação vantajosa. E, ainda, que a Companhia, preocupada com a possibilidade de diminuição de trabalho, tratou,

através do Dr. Monlevade, de acomodar o trabalho para evitar dispensas. Enfatizavam a falta de consciência e lealdade do proletariado que com estas atitudes aniquilavam a força da classe trabalhadora.

Salientaram ainda o problema do prejuízo para todo o Estado, uma vez que a greve foi considerada a mais grave perturbação do trabalho até então ocorrida no território paulista. Por isto, defenderam a necessidade de o governo garantir a manutenção da ordem, a propriedade e o trabalho.

Até representantes da Igreja se manifestaram a favor da classe patronal. O Pároco de Jundiaí fez publicar na imprensa uma carta dirigida aos operários, em que chamava a atenção para a escassez de empregos no período e a conseqüente possibilidade de o empregado deixar de ocupar o "honroso lugar que tinha na Cia. Paulista". Termina a carta apelando para o verdadeiro cristianismo, cuja força estava justamente na obediência. ANEXO 22.<sup>61</sup>

61. A posição do pároco foi realmente uma verdadeira provocação. Vários jornais protestaram. O Comércio de São Paulo (25/5/1906, p. 2) assim se manifestou:

"(...) Se os operários são cristãos para sofrer e perdoar, não o serão igualmente os srs. Drs. Antonio Prado e Monlevade? Não devem ter estes srs. os mesmos sentimentos religiosos (...)?

Cristo amou os humildes e os pequenos e parece-nos que neste caso da greve, são os operários que merecem mais proteção bondosa e paternal do digníssimo pároco (...)  
Amém".

Já as palavras do Il Secolo (24/5/1906, p. 2) foram: "(...) E depois dizem que não serve para nada a religião? Este padre fala como um filósofo (...). Por isso, seguindo os ensinamentos do bom padre, os operários de Jundiaí deverão obedecer sempre e deixarem se crucificar". Entretanto, coube ao A Terra Livre a crítica mais contundente, cuja argumentação retomaremos no Capítulo III.

O movimento grevista continuava, apesar de todas as tentativas de abafá-lo. O governo do Estado de São Paulo, receoso de que seus recursos não fossem suficientes para reprimir a greve que tendia a alastrar-se, pediu mais auxílio ao Governo Federal.

As forças federais estavam concentradas, o que fazia prever algo de extraordinário. Estavam de sobreaviso, prontos para partir para São Paulo, o 7º e o 22º batalhões de Infantaria do Rio de Janeiro. Os operários da Capital Federal, ao tomarem conhecimento, protestaram veementemente, pois consideravam o envio de forças para São Paulo, por parte do Governo Federal, uma ameaça à integridade física e moral do proletariado e um ataque a sua liberdade individual. ANEXO 23.

Em Santos, a repressão policial conseguiu abafar a tão esperada solidariedade e o Delegado de Polícia, na tentativa de esfriar mais ainda os ânimos, distribuiu boletins onde garantia que, devido às providências tomadas pelo Governo e pelas Estradas de Ferro Paulista e Mogiana, estava restabelecido o tráfego nestas linhas, com o retorno dos operários ao trabalho. Terminou informando que a polícia agiria com a máxima severidade contra qualquer tentativa de perturbar a ordem. A São Paulo Railway comunicou o restabelecimento do tráfego em conexão com a Paulista.

A greve já durava mais de uma semana e o policiamento continuava a ser intensificado no interior de São Paulo. Os operários manifestavam receio de que a qualquer momento a violência ocorresse, apesar da calma com que aguardavam a solução para o problema.

As cidades mais afastadas ficaram completamente sem notícias do desenrolar da greve. Algo interessante ocorreu com o pessoal de Espírito Santo do Pinhal, que, privados de qualquer notícia, pela suspensão do serviço postal, pediram ao jornal Il Secolo, com resposta paga, notícias da greve. A resposta à solicitação foi o seguinte telegrama:

*"Greve continua normal, tranquila, com solidariedade de entre os operários; prevê-se triunfo para os grevistas. Comunicações interrompidas, comércio parado, público favorável aos grevistas". 62*

Entretanto, a polícia deteve o telegrama como se tratasse de alguma coisa subversiva. O serviço telegráfico não permitiu transmitir o telegrama sem o visto policial, o que foi solicitado. Como resposta, os redatores do Il Secolo foram ameaçados com deportação e não se permitiu que o telegrama fosse expedido, além de a polícia ter detido o texto original. Este gesto provocou uma carta aberta de Antonio Piccarolo no jornal Il Secolo, do qual era fundador, onde deixou transparecer sua incompreensão com relação ao ocorrido, uma vez que a solidariedade operária era um fato inegável. Manifestou também sua repulsa pelo fato de ter tido sua casa vigiada e seus passos seguidos após o incidente.<sup>63</sup>

De Jaú, muitos foram os desmentidos de notícias publicadas pela imprensa, afirmando que os operários haviam voltado ao trabalho, o que era uma inverdade, porque todos continuavam a esperar as ordens da Liga Operária.

62. Il Secolo. 23/5/1906, p. 1.

63. Ver Il Secolo. 23/5/1906, p. 2.

Em Rio Claro, a polícia ameaçou despedir um bilheteiro da estação, o ajudante deste e o escriturário que despachava encomendas e bagagens, por serem membros da Liga e por se recusarem a voltar ao trabalho.

Já uma comissão de operários de Água Branca acusou o Dr. Monlevade de ser o principal responsável por uma carta publicada no São Paulo e na Gazeta, onde um certo trabalhador mostrava-se indignado pelos insultos proferidos contra "o bom chefe (...) homem honesto e amigo da classe trabalhadora". O protesto surgiu porque o signatário, além de não ser mestre geral das oficinas como apareceu explicitado e sim um simples feitor de Carpinteiros, foi um dos mais ativos incitadores da greve, além de ter promovido uma subscrição em favor dos grevistas. E mais, os operários protestaram discordando do teor da carta.<sup>64</sup>

Na Capital do Estado, uma reunião que se realizava na Federação Operária de São Paulo pela Associação dos Gráficos, com a finalidade de discutir os problemas do operariado foi impedida pelo 1º delegado que ocupou a sala militarmente e em nome do chefe de polícia declarou desfeita a reunião, sem maiores explicações, ameaçando utilizar a força policial, se necessário. Os gráficos se posicionaram contra a arbitrariedade e a violência policial, conclamando a todos, pela primeira vez, para a greve geral. ANEXO 24.

Elevava-se cada dia mais o número de praças de polícia em serviço na linha da Paulista entre Jundiaí e Rio Claro, calculando-se, no décimo dia de greve, que chegasse à casa dos 1200.

64. Ver Comércio de São Paulo. 24/5/1906, p. 2.

As ruas assumiam aspecto belicoso, soldados a galope, armas embaladas. Esperavam-se graves acontecimentos, porque além Campinas os ânimos se exaltavam. Os delegados das cidades mantinham cerco fechado contra os grevistas, proibindo que se reunissem, mesmo em suas próprias casas. Inclusive, já haviam aprisionado três líderes da greve que, para desespero das famílias, foram enviados a São Paulo. Na Capital, apesar de os trens chegarem repletos de presos, desconhecia-se seu paradeiro. Calculavam que fossem 30, 70, até 200. Devido a sua origem estrangeira, houve inclusive protestos do consulado Italiano e Português. Em Campinas, foram libertados operários detidos em meio a calor sufocante, exauridos de fome e sede. Declararam que um alferes os ameaçou de que, caso não fossem trabalhar, seriam conduzidos a um ponto isolado, onde seria feita a justiça sumária, prática em tempo de guerra.

Segundo a imprensa, Jundiaí e Campinas pareciam achar-se em estado de sítio. As arbitrariedades e a violência continuavam. Foram anotados os números das casas onde residiam os grevistas. Em Rio Claro, um operário da Liga, responsável por recolher mantimentos e donativos, foi intimado e considerado preso em seu próprio domicílio. E, ainda, arrombaram o portão de um depósito onde a Liga Operária guardava provisões de carne verde e mantimentos. Boletins dos grevistas pedindo solidariedade foram interceptados pela polícia que os substituía por boletins falsos, principalmente após a decisão dos operários da Mogiana de retornarem ao trabalho. Na verdade, a Liga Operária, sabendo da ameaça do governo de ocupar militarmente a Mogiana para reativá-la, permitiu a volta ao trabalho aos operários da Cia. Mogiana que assim o desejassem.

A patrulha policial acirrava o cerco. Tipógrafos foram intimidados, sob ameaça de prisão, a não imprimir boletim algum da Liga Operária. As notícias dos jornais se contradiziam. Apesar de alguns afirmarem que o tráfego da Mogiana e Paulista estava regularizado, os escritórios das duas Companhias permaneciam fechados. Aproveitando-se da confusão e das informações desencontradas, o 2º delegado auxiliar comunicou a todos que garantiria a volta ao trabalho a quem assim o desejasse, agindo contra quem os impedisse ou ameaçasse.

A Liga Operária, através da Federação Operária de São Paulo, sentiu a necessidade de destruir as insinuações dirigidas ao movimento operário e de repudiar as diversas formas de pressão. Para tanto, distribuiu manifestos desmentindo notícias e solicitando aos operários firmeza e resistência, sem deixar-se levar pelos boatos circulantes. ANEXOS 25 e 26.

Os advogados dos operários impetraram inúmeros habeas-corpus a favor deles e dos grevistas presos ou perseguidos, por considerarem haver uma quebra das garantias constitucionais à liberdade de ação, pensamento e locomoção, preservadas por qualquer regime republicano.

O Tribunal de Justiça que analisou um deles procurou ouvir o delegado de polícia que assim se manifestou:

*"Em referência ao vosso ofício (...) alegando impedimentos opostos pela polícia à sua livre locomoção e ao exercício de sua profissão, cabe-me significar-vos que as medidas preventivas ora tomadas e garantidas na lei não importam, como no caso vertente, em cerceamento da liberdade individual, porquanto, na situação anormalíssima em que se acha parte do território do Estado diante das greves nas vias férreas Paulista e Mogiana, e algumas oficinas, ocorre-lhe o cumprimento do dever de prevenir e impedir de qualquer modo que*

*periclitem os direitos e garantias de sua população e espera que da parte do poder judiciário não encontrem apoio as novas ameaças de perturbação, oriundas de qualquer agitação no espírito operário, cuja classe como sabeis, tem tido todas as garantias da polícia (...)" 65*

Apesar de divergirem as posições dos juizes, o Tribunal de Justiça denegou a ordem de habeas-corpus preventivo, requerido pelos advogados, ficando aos impetrantes o direito apenas de promover ação por perdas e danos. O Tribunal argumentou que a situação criada pelos grevistas era das mais melindrosas, ameaçando a ordem pública e paralisando o comércio, cabendo ao chefe de polícia empregar todos os recursos para impedir maiores violências por parte dos perturbadores da ordem, principalmente os estrangeiros a quem acolheram com tanto carinho.

O jornal Il Secolo revidou as acusações feitas contra os estrangeiros, pois considerou que, não contentes com sua situação, apenas lutavam pelos seus direitos contra a opressão. Saliou ainda que não havia nada mais perigoso para a tranqüilidade de um país, do que ter homens que, pagos para manter a ordem, ao contrário, agiam arbitrariamente contra a imprensa, calando jornalistas; censurando postais e telegramas; violando casas de família e invadindo associações; efetuando prisões não previstas pela lei; proibindo advogados de exercerem sua profissão, negando-se inclusive a conceder-lhes habeas-corpus.<sup>66</sup>

A Liga Operária denunciou todas estas violências e declarou que os advogados continuavam a exercer o legíti-

65. O Estado de São Paulo. 21/5/1906, p. 1.

66. Ver Il Secolo. 22/5/1906, p. 1.

timo direito de defender a causa operária, confirmando categoricamente a continuidade da greve.

É importante saber que apesar do posicionamento do Tribunal de Justiça, alguns juizes lembraram que perante a Constituição, que afirmavam ser uma das mais liberais da América do Sul, a greve era um direito, e, portanto os grevistas não eram criminosos, mantendo-se àquela altura abatidos pela atitude enérgica das Companhias Mogiana e Paulista e pelas providências tomadas pelos poderes competentes. Daí ter o Dr. Affonso Celso Garcia entrado com longa petição de habeas-corpus em favor dos grevistas à Câmara Criminal de Justiça, onde reconstitui, passo a passo, a greve em questão e as violências aplicadas contra os grevistas, a partir da análise da situação sócio-econômica e condições de trabalho do operariado nacional e mesmo internacional. ANEXO 27.<sup>67</sup>

Os demais advogados entraram com a ação de perdas e danos que lhes assegurava, conforme lembrou o Tribunal de Justiça, o direito de indenização. Encaminharam ainda, uma representação ao presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçã, com base na Constituição Federal, protestando contra a atitude hostil do governo, através das autoridades policiais, no trato com os operários. ANEXO 28.

Como resposta, o Dr. Manuel P. Villaboim, advogado da Cia. Paulista justificou porque era contra o pedido de habeas-corpus. Saliou que as Estradas de Ferro representavam um serviço público e, portanto, toda e qualquer violência contra elas constituía crime, segundo o Código Penal. E,

---

67. Dada a riqueza de dados é interessante que seja feita uma leitura minuciosa do pedido de habeas-corpus (ANEXO 27) impetrado em favor dos grevistas, pelo advogado A. Celso Garcia.

como já se haviam verificado perturbações no exercício dos direitos da Cia. Paulista, claro era que o poder judiciário não poderia conceder habeas-corpus preventivo que significaria a carta branca para que alguns sectários apaixonados subvertessem completamente o serviço desta via férrea.<sup>68</sup> E, ainda, como a responder à argumentação do advogado A. Celso Garcia, explicitou sua defesa numa carta enviada ao jornal O Estado de São Paulo, analisou as consequências da paralisação dos serviços da Cia. Paulista e as providências para sanar tais transtornos, a improcedência das exigências dos grevistas e as atitudes criminosas por eles assumidas, justificando, assim, a ação policial. Finalizou salientando que o que estava em questão não era o direito de greve, mas o atentado à liberdade de outros e o desrespeito à propriedade privada. ANEXO 29.

O debate entre os advogados dos grevistas de um lado e da Cia. Paulista de outro continuou até o final da greve.

Celso Garcia escreveu mais um artigo no Comércio de São Paulo, tratando novamente do habeas-corpus e refutando o Dr. Villaboim que incitou a Câmara Criminal a denegar a ordem de habeas-corpus. Argumentou que a polícia dispersou violentamente os grevistas e citou o decreto nº 1162 de 12/12/1890 onde a greve não era passível de pena por não ser crime. E continuou:

68. Para maiores detalhes com relação a legislação, ver O Estado de São Paulo, 26/5/1906, p. 3.

"Não somos favoráveis ou contrários aos grevistas. Mas, nos dias em que uma simples suspensão de trabalho autoriza a polícia a impedir o exercício da profissão a advogados, a proibir reuniões, a prender operários, a desterrá-los, a sonegá-los aos juizes; nos dias em que os próprios magistrados a covardados diante da prepotência voltam as costas a quem, de lei aberta invoca a sua autoridade, não é estranhável que nós estejamos ao lado dos perseguidos. A nossa atitude até hoje, não tem sido outra". 69

O tribunal de Justiça julgou o pedido de habeas corpus e decidiu que os pacientes seriam dispensados de comparecer ao Tribunal e que fossem pedidas novas informações ao Sr. Chefe de Polícia antes do julgamento final.

O Dr. Villaboim respondeu ao Dr. Celso Garcia com base nos mestres europeus do direito administrativo, onde encontrou argumentos para defender a Cia. Paulista. Recorreu também ao regulamento para Estradas de Ferro, de 1857, que concedia atribuições policiais a quem fosse responsável pela conservação, manutenção e segurança de estradas de ferro<sup>70</sup>, tentando provar que o habeas-corpus, se concedido, seria um novo incitamento à desordem. ANEXOS 30 e 31.

##### 5. As manifestações de Solidariedade

Apesar dos transtornos que esse movimento vinha causando, por deixar incomunicável e isolada uma das mais ricas regiões do território brasileiro, não havia dúvidas de que, pelo seu caráter superior de solidariedade, inspirou, na opi

69. Comércio de São Paulo, 28/5/1906, p. 1.

70. Ver maiores informações no Capítulo I.

nião pública e no comércio, uma certa simpatia.

Realmente, a solidariedade era um fator importantíssimo para os operários em greve. Portanto, logo às primeiras horas da paralisação, um boletim foi distribuído convocando o operariado para uma assembléia a ser realizada no Teatro São José, em Jundiaí. E a assembléia foi muito concorrida, nela comparecendo inclusive o delegado auxiliar Dr. Pereira Leite, convidado pelos grevistas para assistir à reunião do camarote da polícia. O repórter do jornal Il Secolo retratou de forma interessante o evento:

*"No meio dos bastidores, onde o aperto era grande, deu para ver bem a platéia, onde se alinhavam espremidamente por entre as filas dos bancos, homens de várias cores, de vários tons de pele, provocadas pelo sol e pelas intempéries. Nas arquibancadas penduravam-se verdadeiros grupos de pessoal, todos com os ouvidos atentos, todos os olhos se fixando na pequena mesa quadrada, situada no meio do palco, na qual se apoiava com um gesto de imperiosa firmeza o orador do dia.*

*E o orador era Manuel Pisani, a alma de todo o movimento. A sua palavra repercutia na sala em meio ao vasto silêncio.*

*Nem um sopro, nem uma respiração, poderia se dizer quase, que ele estava falando para uma Assembléia de fantasmas (...)"*. 71

Pisani, ao assumir a cadeira da presidência, concedeu todos os poderes à assembléia, ou melhor, em nome do Conselho Diretor da Liga Operária da Cia. Paulista, cujo mandato acabara de expirar, entregava os destinos da Associação aos próprios companheiros, comunicando que cada um responderia individualmente por todos e todos responderiam por um. Isto porque, a luta dependia de todos que se achavam empenhados nela. Para evitar futuros problemas, a Liga Operária decidiu não aceitar

novos sócios durante a greve.

Declarou ainda que 3800 companheiros melhor poderiam defender os interesses coletivos: deveriam dividir as penas e as responsabilidades da luta, uma vez que cada um era parte integral do todo que representava o interesse comum. Pediu que os companheiros continuassem firmes e inabaláveis nas reivindicações que apresentaram à Cia. Paulista e na atitude calma e pacífica que até então mantinham. Solicitou ainda aos companheiros que não dessem crédito ao noticiário da imprensa que, via de regra, se posicionava em defesa dos interesses do capital. Disse Pisani:

*"Logo, se a imprensa lhes for favorável, muito bem, se não for muito melhor. Quem deve julgar os atos dos operários é a consciência de cada um". 72*

Na realidade, Pisani se referia indiretamente às notícias distorcidas principalmente do jornal São Paulo, cujo repórter, presente na assembléia, se manifestou em defesa da imprensa, lembrando que os jornais não são inimigos do operariado, mas auxiliares poderosos da vitória de suas causas justas.

Pisani pediu que os companheiros se fiscalizassem mutuamente, aconselhando a solidariedade. Divulgou o apoio recebido de toda a nação e leu os telegramas de adesão da Federação Operária de São Paulo, ali representada pelo operário Edgard Leuenroth. Leu também as comunicações vindas do Rio, Campinas e Rio de Claro com manifestações de apoio de operários e comerciantes. Dado o irrestrito apoio dos comerciantes de diferentes localidades, chegou a correr o comentário de que esta

solidariedade se devia ao fato de que a Sociedade Beneficente incluía uma espécie de Cooperativa que lhes fazia concorrência.

O operário lembrou ainda aos companheiros que em Santos as greves fracassaram por falta de recursos<sup>73</sup>, o que esperava não acontecesse novamente, posto que o comércio ofereceu-se para auxiliá-los. Além do mais, sabiam que os funcionários superiores da Cia. tinham dirigido telegramas ao pessoal das estações do interior e a resposta era sempre de solidariedade.

Finalmente, é importante ressaltar que no final da reunião foi também lembrado que os operários não pediam aumento de salário, nem diminuição de horas de trabalho. Queriam apenas um superior digno para os administrar<sup>74</sup>. Pediu que todos se retirassem para suas casas, enquanto na sede da Liga Operária, numerosos sócios fariam turno para marcar ali sua presença.

De maneira geral, os primeiros dias transcorreram na mais perfeita calma, com os grevistas evitando circular pelas ruas.

Das cidades atingidas pelo movimento, chegavam inúmeros telegramas confirmando a greve com o apoio do público em geral. Em São Paulo, a fábrica de calçados Globo aderiu à greve, em solidariedade. Em Jundiaí, o mesmo ocorreu com as oficinas da Arens cujos aprendizes destruíram seus equipamentos, enquanto a fábrica de tecidos São Bento, em greve desde o dia 10 de maio, permaneceu no movimento<sup>75</sup>. E, ainda, em Campi-

73. Ver o trabalho de Maria Lúcia Cairá Gitahy, *Os Trabalhadores do Porto de Santos - 1889-1910*, especialmente Capítulo III.

74. Retomaremos o assunto no Capítulo III.

75. As operárias desta fábrica de tecidos trabalhavam 13 horas por dia e estavam ameaçadas de perder 200 réis diários, de um salário de 1,200 réis.

nas, teve início uma greve de dois dias deflagrada pelos operários do Curtume Campineiro que exigiam aumento de salário. Esperava-se, ainda, a solidariedade nas linhas da Mogiana, Ramal Férreo, Funilense, Central e Estrada de Ferro de Minas. Para Santos foi enviado forte apelo de solidariedade, chamando os trabalhadores para a greve geral. Este apelo, assinado por "operários conscientes", assim se dirigiu ao operariado:

*"Preparem-se para a luta! O momento é oportuno! Chega de opressão! Estejam de prontidão ao primeiro grito de GREVE! Vamos aderir aos nossos companheiros da Paulista, se não forem atendidos em suas mais do que justas reivindicações". 76*

Outros boletins foram distribuídos pela Liga Operária, recomendando absoluta calma e completa solidariedade aos grevistas. Afirmavam que, se a Paulista continuasse a admitir novos operários, a greve se estenderia a outras estradas, uma vez que o operariado se declararia solidário. A Federação Operária de São Paulo enviou representantes às principais cidades, com o objetivo de garantir todo o apoio moral e material às Ligas Operárias.

Apesar de os operários do Rio de Janeiro, especialmente das Estradas de Ferro Leopoldina e Central do Brasil, afirmarem que não trairiam os companheiros e ameaçaram, inclusive, de aderir à greve, muitos foram os "krumiros" que responderam aos apelos da Cia. Paulista, aceitando substituir os companheiros. Por isto, os operários solicitaram aos comerciantes, principalmente em Jundiaí, a sua cooperação quanto ao não fornecimento de casa e comida às pessoas estranhas ao lugar. ANEXO 32.

76. Comércio de São Paulo, 20/5/1906, p. 2; A Platêa, 19/5/1906, p. 1 e A Tribuna, 19/5/1906, p. 1.

Abaixo-assinados com centenas de subscrições foram passados entre os comerciantes que assentiram ao convite das Ligas Operárias, fechando seus estabelecimentos. Em algumas cidades, os comerciantes também realizaram protestos e enviaram representantes à Cia. Paulista e ao governo do Estado, pedindo solução para o problema, devido aos inúmeros prejuízos de que eram vítimas. Em Jundiaí, apesar da manifesta solidariedade, os comerciantes chegaram a pedir a intervenção da Associação Comercial de São Paulo que, em resposta, votou uma moção em solidariedade às medidas patronais. ANEXO 33.

A Mogiana declarou-se solidária no 59 dia de greve. O sinal foi dado com as seguintes palavras escritas nos passeios das ruas de Campinas - "Hoje há ensaio". Uma pequena nota dos companheiros da Liga Operária acompanhava esta declaração de greve:

*"Para mais uma vez sermos solidários e firmes na nossa justa causa, é que nos achamos com a solidariedade de nossos companheiros da Companhia Mogiana que deram o grito de União e solidariedade(...)"*. 77

Realmente, a greve que atingiu até Uberaba, em Minas Gerais, foi exclusivamente de solidariedade, uma vez que fizeram questão de deixar claro que estavam satisfeitos com seus superiores da Cia. Mogiana. Os empregados do Ramal Férreo Campineiro e da Funilense seguiram o exemplo dos companheiros da Mogiana.

A notícia lançou novas esperanças, provocando o maior entusiasmo entre os grevistas que consideravam estar garantida a vitória se se mantivessem firmes na luta. À porta dos jornais foram afixados os primeiros telegramas a respeito, enquanto as Ligas Operárias e a Federação Operária de São Paulo soltavam profusamente diferentes boletins solicitando enfaticamente a firmeza dos operários, única forma para vencer as violências e arbitrariedades a que estavam sujeitos. Afirmavam, inclusive, que, se necessário, iriam à greve geral. ANEXOS 34, 35 e 36.

A Liga Operária começou a se articular para ajudar os operários mais necessitados, com os primeiros auxílios pecuniários. A primeira Liga vinculada à Cia. Mogiana a se manifestar foi a de Ribeirão Preto.

Em Rio Claro, no centro da Liga, realizou-se concorrida reunião, em apoio à causa dos que lutavam pela conquista de um direito elementar. Em decorrência, o industrial Sr. Júlio Stern, proprietário da fábrica de cerveja "Rio Claro", espalhou boletins, declarando fechada sua empresa, solidário aos grevistas.

Outra manifestação surgiu do Centro Socialista Paulista, cujo Comitê Executivo, reunindo-se e interpretando o pensamento de todos os sócios, atendeu ao apelo dos trabalhadores da Cia. Paulista que lutavam contra o abuso de autoridade e em desfavor da cumplicidade da imprensa vendida.

Também a Igreja Positivista do Brasil lançou interessantes manifestos de solidariedade, tecendo considerações sobre as greves e a política republicana, uma vez que se preocupava com as necessárias reformas sociais exigidas pela época, não entrando, contudo, na apreciação dos motivos deteru

minantes da greve, ANEXOS 37, 38, 39 e 40,<sup>78</sup>

O jornal operário La Battaglia fez seu apelo de adesão, enfatizando a necessidade da ação e da greve geral para que o operariado pudesse defender-se da opressão de classe.<sup>79</sup>

Também a "União dos Trabalhadores Gráficos" realizou manifestação de apoio. Os litógrafos elogiaram a forte organização da Liga de Resistência Jundiaense, fazendo votos de pleno êxito na luta que realizavam. Os litógrafos de Ribeirão Preto fizeram manifestação semelhante, incitando os operários à greve geral.

Em Cordeiro, foi publicado também um manifesto expondo os motivos que levaram os operários à greve e descrevendo alguns episódios ocorridos na cidade. ANEXO 41.

De Limeira, os grevistas pediram notícias e confirmaram que paralisaram, assim como o comércio, logo que souberam da greve. No entanto, reclamaram por estarem completamente sem notícias, mostrando, inclusive, acreditar numa adesão da Inglesa e da Central.

Em Piracicaba, os operários "todos grevistas, de acordo com os sócios do Centro Socialista, com bandeira saudaram (...) favoravelmente os operários".<sup>80</sup> Passeio e discursos pelas ruas da cidade marcaram, publicamente, seu apoio. A pacífica e ordenada demonstração teve a participação de mais de 3000 pessoas, acompanhadas pela banda de música local.

78. O positivismo de Augusto Comte expandiu-se no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Apesar do pequeno número de adeptos aos seus princípios, foi grande sua influência doutrinária, lançando dúvidas a respeito da situação social vigente no Brasil. Portanto, os manifestos publicados por ocasião dos movimentos sociais, como os que ora anexamos, merecem uma leitura mais atenta por parte do leitor.

79. La Battaglia. 20/5/1906, p. 1.

80. Il Secolo. 24/5/1906, p. 2.

Em Bauru, se reuniram mais de 300 pessoas para um ato de solidariedade. Os presentes foram convidados para participar de um comício público: que se tomassem as providências necessárias, caso a greve continuasse, realizando-se inclusive uma coleta pecuniária.

Os operários das fábricas situadas na Água Branca também promoveram uma subscrição que em menos de uma hora havia arrecadado 192\$000. Mais tarde, a arrecadação chegou a casa dos 300\$000.

Correu notícia de que a Liga Operária de Buenos Aires, solidária, enviou recursos financeiros. Estas colaborações possibilitaram aos grevistas juntar recursos para sustentar-se em parede por muito tempo. Inclusive operários da Liga e comerciantes recolheram mantimentos e donativos fornecidos pela população.

A Liga dos Artistas Alfaiates convocou uma assembleia para propor um comício com o objetivo de afirmar sua solidariedade. Já o centro operário dos marmoristas emitiu palavras de solidariedade, enquanto na Sorocabana e Ituana corriam apenas boatos de greve.

Também a Bandeira Portuguesa declarou-se francamente solidária com todos os grevistas e prometeu tratar, no seu próximo número, do problema da greve, com a altivez necessária. Aconselhou ainda os operários portugueses a reagirem, dentro da lei, contra os tiranos.

A União dos Trabalhadores e Artistas Gráficos e dos Chapeleiros conclamou reunião pela segunda vez em São Paulo, na sede da Federação Operária de São Paulo, à qual compareceram cerca de 300 associados. Depois de ampla discussão

decidiram declarar solidariedade aos colegas da Paulista, acompanhada de auxílio financeiro. Discutiram também a possibilidade de uma greve geral atendendo à deliberação da Federação.

Na região de São Carlos, no núcleo colonial "Jorge Tibiriçã", houve descontentamento por parte dos colonos, registrando-se desordens. Por este motivo, de São Paulo, foi enviado um telegrama para o Rio levando a notícia de que a lavoura deveria também fazer greve, não remetendo café para Santos, enquanto não fosse votado o Convênio de Taubaté.<sup>81</sup>

Entretanto, o próprio jornal analisou:

*"Isto é bom de dizer, mas de fazer é um pouco mais difícil porque se o café não desce para Santos, o dinheiro de Santos não sobe para os que mandam café".*

E, ainda, acrescentou com humor:

*" — Que pena não durar essa greve das estradas de ferro uns seis meses! ...*

*— ?!*

*— O café não descia; não havia portanto, exportação. Logo, esgotando-se os "stocks" do Havre, Hamburgo e Nova York, o café subia de preço. Estava feita a valorização".* 82

Os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco organizaram um "meeting" convidando o operariado, o povo e as classes liberais, para protestar contra as medidas adotadas pela polícia com relação à greve. Os estudantes queriam a manutenção dos direitos e liberdades garantidos pelas

81. Ver Capítulo I.

82. A Tribuna. 23/5/1906, p. 1.

leis da República.

A Liga Operária de Campinas recebeu importantes correspondências de outras cidades, apoiando a greve e noticiando a formação de novas Uniões.

Em Santos, correu um boletim informando a todos que a greve continuava e que deveriam permanecer prontos e na expectativa, sem se amedrontar com o aparato bélico, dando vivas à união e emancipação operária. Na verdade, os grevistas não haviam desistido da idéia de ampliar o movimento para outros empregados da Estrada de Ferro. Novo boletim foi enviado aos empregados da São Paulo Railway chamando-lhes a atenção para o fato de que, indiretamente, estavam cooperando com as autoridades ao transportar os soldados e reafirmando a necessidade da solidariedade. ANEXO 42.

Em Valinhos, foi distribuído um boletim aconselhando os soldados a desobedecer seus superiores e aliarem-se à greve.

Também em Bragança, o operariado da cidade promoveu uma reunião deliberando protestar em solidariedade e incitando à continuação do movimento até a conquista de seus direitos. Para tanto, nomearam duas comissões: uma para redigir e publicar um boletim, outra para fazê-lo chegar aos grevistas.

Em Dois Córregos, deflagrou-se uma greve com a adesão de mais de 600 operários.

Os padeiros e os trabalhadores da Cia. de Iluminação a gás não entraram em greve a pedido dos grevistas, uma vez que acabava sendo um desserviço à população. O mesmo ocorreu com alguns jornais do interior, como o Cidade de Campinas e O Alpha, de Rio Claro, que, paralisados, impediram ao público acesso às informações, sujeitando-os às falsas notícias. ANEXO 43

Outras greves ocorreram principalmente em Jundiaí, Campinas e Rio Claro, circulando boato de que as docas de Santos e a Inglesa iriam aderir à greve.

Entretanto, em Santos, uma cidade com muita tradição de luta, nada havia sido feito até aquele momento que justificasse sua adesão ao movimento, com exceção dos carceiros em greve. Por este motivo, os operários, sentindo a importância da participação, principalmente dos trabalhadores da São Paulo Railway, solicitaram veementemente através da Federação Operária de São Paulo a sua adesão, através de um boletim amplamente distribuído. ANEXO 44.

Ainda em Santos, foi distribuída uma circular solicitando a solidariedade de remadores, barqueiros e charreteiros e convidando-os para discutir problemas comuns à classe operária.

Uma reunião, no Rio de Janeiro, ocorreu em resposta ao apelo feito pelo Comitê Provisório nomeado pelo 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril, que pregava que, diante da greve, só existia um sentimento para os operários: de solidarizar-se com os amigos em luta.<sup>83</sup> Que atitude tomar diante do que estava se passando em São Paulo? Seria lançado um protesto contra a injustiça de que eram vítimas os trabalhadores. Assim, foi enviado à Capital paulista um delegado da Federação Operária do Rio de Janeiro em missão de solidariedade e portando uma moção aprovada em assembleia e que manifestava todo o apoio, caso as perseguições do governo con-

83. Ver a análise das principais decisões do 1º Congresso Operário Brasileiro, 1906, no Capítulo I.

tinuassem. Enquanto durou o movimento, permaneceu na sua sede uma comissão que trabalhou todas as noites, no intuito de se preparar para qualquer eventualidade que pudesse surgir no Rio e que reclamasse uma demonstração de apoio aos grevistas paulistas. Para idêntico fim a "Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros" e a "Liga das Artes Gráficas" convidaram todos os seus associados e membros das classes para comparecer a esta reunião. Também a "União dos Carpinteiros, Pedreiros e Artes Correlatas" convocou um comício para discutir a melhor maneira de prestar solidariedade e protestar contra a arbitrariedade de que eram vítimas. Na reunião, concorrida e entre moções apresentadas, havia uma que mandava transcrever em toda a imprensa do Rio de Janeiro artigos apoiando os grevistas. ANEXO 45.

É interessante observar que os estivadores, carneiros, trabalhadores de café, sapateiros e manipuladores de tabaco, da Capital Federal, não compareceram ao comício realizado, por serem francamente hostis à greve geral.

O pedido de solidariedade foi reforçado pela Confederação Operária Brasileira em seu primeiro e único boletim. ANEXO 46.

A solidariedade das Estradas de Ferro Mogiana, Funilense e Ramal Férreo Campineiro terminou depois de poucos dias, em atenção ao público, com o próprio consentimento da Liga Operária que exigiu, como condição, não serem os trens guardados por praças da polícia.

Este fato abalou muito o ânimo dos grevistas. Por isto, a Liga Operária, preocupada, explicou que tomou aquelas deliberações porque uma vez que a Assembléia dos Trabalhadores da Mogiana foi unânime em garantir a volta ao trabalho para aqueles que assim o desejassem, a Liga Operária não poderia sujeitar ninguém à coação de espécie alguma. Além do mais, o governo havia ameaçado encampar a linha, caso o problema não se resolvesse rapidamente. ANEXO 47.

Por isto, em São Paulo foi distribuído um boletim dirigido aos operários, ao povo e também aos soldados: retomava as causas da greve, as atitudes adotadas pela Cia. Paulista e pelo governo e finalizava solicitando solidariedade e convidando a todos para comparecer a um comício organizado para apoiar os companheiros em greve. ANEXO 48. No apelo aos soldados, chamava a atenção para a real missão do exército, de defesa à Pátria em perigo e conclamava-os a desertar dos quartéis e abraçar a bandeira da revolução social. ANEXO 49.

Também a população e os comerciantes começaram a demonstrar certa impaciência. À Associação Comercial de São Paulo foram enviados telegramas pedindo providências para o término da greve. A Associação respondeu que estava empenhando todo esforço para o término honroso e pacífico da greve e rápido restabelecimento do tráfego.

Corriam notícias de um esfriamento do movimento, principalmente entre Rio Claro e Anápolis, onde encontrava-se completo o pessoal das estações intermediárias. Segundo informações, o movimento enfraqueceu muito e mais de 50% dos operários sô não retornou ao trabalho com receio de sofrer violências e perseguições futuras. Correram notícias, inclusive,

de que alguns operários entenderam-se com seus superiores, tendo surgido daí uma proposta para a volta ao trabalho mediante anistia geral, o que provavelmente não seria aceito pelos superiores da Cia. Paulista.

A Liga Operária lançou boletins aconselhando resistência e negando que alguns tivessem retornado as suas atividades como propagavam os boatos; outros, incitando os operários a comparecer ao trabalho. Pediam ânimo porque a vitória estava próxima. Este boletim foi reforçado por uma comunicação da Federação Operária de São Paulo, onde esta desmente categoricamente os boatos falsos e sem fundamento que afirmavam a disposição para a volta ao trabalho. Declararam que a greve continuava e que os paredistas contavam com a solidariedade do proletariado brasileiro, em vista da atitude prepotente da Cia que pretendia sufocar a greve à força.

A Federação Operária de São Paulo publicou novo boletim onde reforçou a necessidade da greve geral e o combate à traição. Fez também um apelo aos operários de São Paulo, depois de analisar a reação da Cia. Paulista.

A Liga Operária de Rio Claro alertou quanto à nova tática da Cia. Paulista que consistia em lançar falsos boletins. ANEXOS 50, 51 e 52 respectivamente.

O que ocorreu, na verdade, foi que a volta ao trabalho, por parte dos operários da Mogiana, arrefeceu os ânimos. Aos poucos, as categorias em solidariedade foram voltando ao trabalho. QUADRO Nº 5. Considerava-se a greve praticamente terminada.

## GREVES EM SOLIDARIEDADE AOS OPERÁRIOS DA CIA. PAULISTA

(período de 15 a 25/05/1906)\*

Estabelecimento ou categoria	Cidade	Início	Término	Outras causas
Fábrica de Tecidos Bento Pires & Cia.	Jundiaí	10/5**	19/5	rebaixamento salarial
Oficinas Arens (tecelãs)	Jundiaí	15/5	-	baixo salário
Fábrica de Calçados Globo	São Paulo	15/5	-	-
Curtume Campineiro	Campinas	16/5	18/5	aumento de salário
Cocheiros e Carroceiros	Jundiaí	18/5	19/5	-
Criados de Hotéis e Restaurantes	Jundiaí	18/5	-	-
Mac Hardy	Campinas	19/5	25/5	-
Lidgerwood	Campinas	19/5	25/5	-
Ramal Férreo Campineiro	Campinas	19/5	25/5	-
Funilense	Campinas	19/5	25/5	-
Operários da Mogiana	Cidades à margem da linha	19/5	25/5	-
Alexandre Sien (Oficina Mecânica)	Campinas	19/5	-	-
Pedreiros	Campinas	19/5	-	-
União Tipográfica	Campinas	19/5	25/5	-
Faber & Irmão	Campinas	19/5	25/5	-
Pedro Anderson	Campinas	19/5	25/5	-
Fábrica de Cerveja "Rio Claro"	Rio Claro	19/5	-	-
Carroceiros	Santos	19/5	-	-
Cocheiros e Condutores de Bondes (Ferro Carril Campineiro)	Campinas	20/5	23/5	-
600 operários diversos (-)	Dois Córregos	22/5	-	-
Fábrica de Tecidos Carioca	Rio de Janeiro	24/5	-	-
Ferro Carril Carioca	Rio de Janeiro	24/5	-	-

\* Dados fornecidos pelas fontes consultadas

\*\* Esta greve teve início antes da dos operários da Cia. Paulista. Após o dia 15, ela passou a ter também um caráter de solidariedade.

(-) Ausência de informações.

Fontes: Comércio de São Paulo; O Estado de São Paulo; A Platéia; II Secolo; Fanfulla e Cidade de Campinas - período de 15 a 25/5/1906.

## 6. A Declaração de Greve Geral

Já se haviam passado 10 dias de greve e todos esperavam pela normalização do tráfego nas linhas da Paulista e pela volta às atividades fabris na capital do Estado. No entanto, a campanha pela greve geral continuava a ser realizada nas mais diferentes localidades. Clubes Socialistas publicavam boletins concitando à greve geral. Em Rio Claro, a Liga Operária publicou desmentidos às falsas notícias e pediu calma, solidariedade e coragem. Após divulgar algumas notícias e denunciar "krumiros", anunciou que a qualquer instante deveria ser declarada a greve geral na capital. ANEXO 53.

Em Campinas, a greve dos maquinistas e foguistas continuava, apesar de que alguns empregados do tráfego aceitaram voltar ao trabalho. Muitos foram despedidos por ordem superior, visto que, conforme se declarara, havia a idéia de demitir todos aqueles que se evidenciaram na greve, principalmente os membros do Conselho Administrativo da Liga Operária.

Em Jundiaí, o Inspetor Geral da estrada lançou o seguinte aviso:

*"De ordens da Diretoria, aviso aos operários das oficinas de Jundiaí, que serão definitivamente demitidos os operários que não se apresentarem ao serviço na 2a. feira, 28 do corrente". 84*

A pressão aumentava e os grevistas perseguidos ocultavam-se para evitar as violências de que eram cons-

tantemente ameaçados, prontificando-se a modificar seus pedidos, de forma a facilitar o mais possível uma conciliação honrosa para eles e para a Cia. Paulista. Os grevistas chegaram inclusive a abrir mão definitivamente da demissão do Dr. Monlevade e de Henrique Burnier, em troca da garantia de reintegração de todo o pessoal em greve, da não obrigatoriedade à participação na Sociedade Beneficiente e aumento de 25% a todos os trabalhadores com salário inferior a 4\$000 diários. A NEXO 54.

Diante da atitude inflexível da Paulista, a Sociedade União Operária de Santos, em nome de seus 1074 associados solicitou Razão e Justiça por parte de sua diretoria, em nome dos trabalhadores escravizados ao dever de servir a esta Cia. ANEXO 55.

A Liga Operária manteve-se em freqüentes reuniões procurando uma solução, uma vez que a Paulista prosseguia irredutível, contribuindo para enfraquecer visivelmente o movimento. Apesar de tudo, também a Paulista interessava uma rápida solução para o problema. As colheitas de café já haviam se iniciado com prejuízos, uma vez que apenas a circulação de trens de passageiros era deficitária para a Cia.

No geral, a situação não se modificara, apesar das insistentes comunicações do chefe do tráfego da São Paulo Railway de que o tráfego estava plenamente restabelecido, pois segundo testemunhos de negociantes da capital que não conseguiram embarcar suas mercadorias para o interior, a greve não havia terminado.

Em meio a estes acontecimentos, a Federação Operária de São Paulo declarou a greve geral. Em São Paulo, os operários dos mais diferentes ramos responderam prontamente aderindo à greve, levando muitos a crer que este movimento de solidariedade se consumaria. Declararam-se imediatamente em greve os trabalhadores gráficos, sapateiros, chapeleiros, tipógrafos de algumas oficinas de trabalho e parte dos operários da Cia. Mecânica, elevando-se a 4000 o número de grevistas solidários, atingindo quase todas as fábricas do Brás, Bom Retiro e Lapa.

Um apelo foi lançado pelos grevistas aos companheiros de outros ofícios, chamando por solidariedade. ANEXO 56. Também a Federação Operária de São Paulo fez um veemente apelo à solidariedade, deixando transparecer a certeza de que o movimento se estenderia ao Rio de Janeiro e Santos. ANEXO 57.

Em São Paulo, o chamado à greve geral teve início no dia 26, quando ao meio dia e meia um grupo de grevistas saiu pelas ruas centrais.

Ao chegarem ao largo de São Francisco, pequeno número de estudantes incorporou-se aos grevistas, depois de um discurso veemente feito por um acadêmico de direito para mais ou menos 4000 pessoas. Depois, diversos operários também usaram da palavra, apelando para a solidariedade de outros acadêmicos.

Com a intervenção da polícia, a multidão prorrompeu a exigir que fosse respeitada a liberdade de pensamento e reclamou as garantias oferecidas pela Constituição Republicana

na. Após a prisão de estudantes e operários, os manifestantes foram convidados a entrar para o edifício da Academia, considerada inviolável, para fugir da violência da polícia que tentava dissolver a reunião.

Depois deste incidente, foi organizado um cortejo que desceu para a cidade, pela rua de São Bento, onde conseguiram o apoio de muitos operários e a paralisação do comércio, que fechou suas portas.

Ao chegarem ao largo do Rosário "dando vivas ao proletariado e à greve geral e morras à prepotência e tirania do capital"<sup>85</sup> depararam com o delegado que, acompanhado de uma força de cavalaria, intimou os operários a se dispersarem para evitar a perturbação da ordem.

Mesmo assim, ainda continuaram pela rua 15, largo do Palácio, rua Direita e São Bento até o largo de São Francisco, onde a reunião se dissolveu.

Pelo interior, a notícia da greve geral, iniciada em São Paulo, encontrou receptividade, principalmente entre o operariado.

Na Capital do Estado, corriam boatos de que a ordem seria alterada devido à greve geral ali declarada. A polícia entrou de prontidão, tendo providenciado a manutenção da ordem.

O início da perturbação do trabalho ocorreu no distrito do Bom Retiro, com os empregados da limpeza pública. Depois, muitos operários da Lapa, Brás, Barra Funda, Mooca e

---

85. O Estado de São Paulo. 27/5/1906, p. 1.

da Consolação atenderam às solicitações da Federação Operária de São Paulo e aderiram ao movimento, saindo às ruas, na tentativa de ganhar novos adeptos. Em alguns pontos da cidade, os manifestantes pretenderam impedir que os demais operários trabalhassem. A polícia solicitou insistentemente que se retirassem para suas casas e não coagissem aqueles que não queriam aderir à greve. Os grevistas, não cedendo, foram dispersados pela cavalaria.

Por seu lado, a Liga Operária denunciou grupos de desordeiros infiltrados aos operários e estudantes, acusados de secretas da polícia, por vezes, responsáveis por cenas de violência no centro da cidade, contra a população; senhoras e crianças se defendiam da agressão policial lançando mão de tábuas e caixotes tomados às casas comerciais.

Nos armazéns da São Paulo Railway, no Pary, trabalhavam os empregados de carga e descarga, quando policiais tentaram prender um dos companheiros. Os demais conferentes, trabalhadores e carroceiros opuseram-se e agrediram os policiais, até serem retirados do local por suas autoridades superiores.

E, na Lapa, alguns grevistas que tentavam convencer operários da Inglesa do quanto seria importante o seu apoio, foram brutalmente agredidos pela polícia, provocando o protesto dos empregados da São Paulo Railway. ANEXO 58.

Além destas, muitas ocorrências foram registradas. Ao final da violenta manifestação havia 12 bondes danificados, diversos feridos e centenas de presos. O policiamento foi redobrado, e a polícia disposta a agir com maior energia para evitar qualquer perturbação da ordem. ANEXO 59.

No interior, apesar da calma e do trabalho estar praticamente normalizado, continuavam a desembarcar soldados enviados pelo governo e em Santos as forças navais continuavam a bordo dos vasos de guerra. A censura telegráfica não lhes permitia terem notícias dos movimentos na Capital.

Os estudantes de Direito, da Escola Prática de Comércio e de Farmácia protestaram contra as arbitrariedades e contra a suspensão das aulas na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, por determinação do Ministério do Interior.

Os acadêmicos lançaram um manifesto relatando os acontecimentos, ANEXO 60. Um acadêmico de Direito declarou ter experimentado uma das maiores decepções de sua vida de moço republicano, descrente do regime implantado no país em 1889, ANEXO 61.

No entanto, outros acadêmicos protestaram com relação à generalização na participação dos estudantes de Direito, quando, na realidade, estiveram presentes às manifestações apenas alguns moços exaltados que desrespeitaram a tradição ordeira e sensata da Academia de Direito. ANEXO 62.

Neste estágio da greve, o movimento de solidariedade, oscilante, dificultava as informações: imprecisão no tempo de duração das paralisações ocorridas após o chamado da Federação Operária de São Paulo à greve geral e continuidade da indefinição da volta ou não ao trabalho por parte de operários da Mogiana, que ainda não haviam retornado as suas atividades.

Inúmeros foram os estabelecimentos fechados a partir da adesão de outras categorias profissionais como trabalhadores de curtume, do saneamento, marceneiros, copeiros,

agenciadores de hotéis, cozinheiros, carregadores, tecelões, seralheiros, costureiras e lavadeiras. QUADRO Nº 6. Faltava, no entanto, a adesão fundamental dos operários da Inglesa.

No Rio de Janeiro, intensificaram-se as manifestações a favor dos operários da Paulista. Desde a ampliação da greve geral em São Paulo, avolumavam-se na Capital Federal as idéias de adesão à greve geral já oficializadas por muitas associações operárias que, se não haviam entrado em greve, discutiam os modos de tornar efetivo seu apoio, nem que fosse através da demonstração de simpatia pelo movimento desenvolvido. Comícios foram realizados com a participação de diversos oradores, várias comissões formadas a fim de solicitar aos companheiros de diversas oficinas e secções o abandono do trabalho. Os estivadores do Lloyd declararam-se em greve, apesar da recusa inicial, logo que tomaram conhecimento da declaração de greve geral da qual eram partidários.<sup>86</sup> Ainda no Rio, teve início uma subscrição em favor dos grevistas de São Paulo e a Confederação Operária Brasileira prometeu cobrir todas as despesas em propagandas feitas em São Paulo, em favor da greve. E mais, foi denunciada, através da imprensa, grave perturbação de espírito entre os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil. Havia, entre eles, alguns que não recebiam vencimentos há cerca de cinco meses; e outros, há 14 meses, apesar dos balancetes demonstrarem que o Governo Federal lucrava com a empresa.

---

86. Retomaremos a questão no Capítulo III.

## QUADRO Nº 6

## MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE À GREVE GERAL

(Período - 26 a 30/5/1906)\*

Estabelecimento ou Categoria	Cidade	Início
Kraig & Martins	SP	26/5
Lidgerwood	SP	26/5
Tipografia do Globo	SP	26/5
Andrade & C.	SP	26/5
Vanorden & C.	SP	26/5
Stocco	SP	26/5
Mofreita	SP	26/5
Gerke e Rothschild	SP	26/5
Klabin Irmãos	SP	26/5
Elias Farkat & C.	SP	26/5
E. Riedel	SP	26/5
C. Caffê & C.	SP	26/5
Casa Garraux	SP	26/5
Cardoso e Motta	SP	26/5
Espindolo	SP	26/5
Laemmert & C.	SP	26/5
Estabelecimento Cardinale	SP	26/5
Falcone Schwlinger	SP	26/5
Avanti!	SP	26/5
Deutsche Zeitung	SP	26/5
Anezio Azambuja	SP	26/5
Calçados M. Mellilo	SP	26/5
F. Scatomacchia	SP	26/5
Angelo Ferro	SP	26/5
A. Gravino e União	SP	26/5
Chapêus E. Cervone e Irmão	SP	26/5
Sebastião Ramos	SP	26/5
J. Ganji & Fº	SP	26/5
J. D. Ramenzoni	SP	26/5
J. Bosisio e Filhos	SP	26/5
João Adolpho	SP	26/5
Moinho Matarazzo	SP	26/5
Irmãos Canton	SP	26/5
Marê e Monti	SP	26/5
Siqueira	SP	26/5
Progresso	SP	26/5
Amigucci	SP	26/5
Rosenheim e Meyer	SP	26/5
Andrade e Mello	SP	26/5
Ribeiro	SP	26/5
Rappel	SP	26/5
Hartmann e Reischenbach	SP	26/5
Hennies Irmãos	SP	26/5
Manderbach & C.	SP	26/5
União Matarazzo & Cia.	SP	26/5
Móveis Santa Maria	SP	26/5
Lavanderia Paulista	SP	26/5
Curtume (Barra Funda)	SP	26/5
Estivadores do Lloyd Brasileiro	RJ	26/5

Pereira dos Santos & C.	RJ	27/5
Liceu de Artes e Ofícios	SP	27/5
Oficina Mecânica da Lapa	SP	27/5
Liga de Resistência dos Muradores	SP	27/5
Copeiros, Agenciadores de Hotéis, Cozinheiros e Carregadores	SP	27/5
Tecidos Regoli, Crespi & C.	SP	28/5
Tecidos Penteado	SP	28/5
Tecidos Mariangela	SP	28/5
Tecidos Egolina Mococa	SP	28/5
Antarctica	SP	28/5
Calçados Clark	SP	28/5
Calçados Syria	SP	28/5
Chapéus M. Villela & C.	SP	28/5
Fósforos Matarazzo	SP	28/5
Serraria Sydow	SP	28/5
Serraria Cavalheiro	SP	28/5
Serraria União	SP	28/5
Serraria Internacional	SP	28/5
Filippo Vicari	SP	28/5
Ernesto Amadei	SP	28/5
Oriente	SP	28/5
Santini	SP	28/5
Puccinelli	SP	28/5
Lameiro	SP	28/5
Papais	SP	28/5
Lensa	SP	28/5
Oficina Adelino Nigretti	SP	28/5
Oficina da Cantareira	SP	28/5
Casa Tommasini - Marmoristas	SP	28/5
Fábrica de Vassouras Fracalanza e C.	SP	28/5
Funileiros da Fábrica de Óleo "Sol Levante"	SP	28/5
Fundição Francisco Amaro	SP	28/5
Fábrica do Sr. Matanõ, Serrichio & C.	SP	28/5
Fábrica de Pregos Sr. Schetz	SP	28/5
Fábrica de Peneiras	SP	28/5
Fábrica de Parafusos	SP	28/5
Costureiras e Lavadeiras	SP	29/5
Casa Weissflog	SP	29/5
Tecidos Anhaia	SP	29/5
Tecidos Dell'Acqua	São Roque	29/5
Serraria 15 de novembro	SP	29/5
Cavouqueiros da Oficina da Ponta da Area	Niterõi	29/5
Costureiras de Sacos	Santos	30/5
Tecidos Corcovado	RJ	30/5
Comissão de Saneamento	Santos	30/5

\* Dados fornecidos pelas fontes consultadas.

Por falta de informação não foi possível precisar o tempo de duração destas manifestações de solidariedade e nem a que categoria de trabalho pertenciam alguns dos estabelecimentos.

Fontes: Comércio de São Paulo; O Estado de São Paulo; A Platêa; II Secolo; Fanfulla; Cidade de Campinas; Jornal de Piracicaba; A Tribuna.  
período de 26 a 30/5/1906.

A violenta reação policial fez crer a muita gente que já havia sido declarada a parede geral no Rio de Janeiro. Porém, a paralisação de alguns estabelecimentos e oficinas não configurava greve geral. Foram efetuadas várias prisões, inclusive a de Antonio Pinto Machado, secretário da Sociedade União Operária do Engenho de Dentro<sup>87</sup>, acusado de encabeçar a projetada greve.

Em São Paulo, continuavam os apelos aos companheiros das mais diferentes categorias, através de um boletim que enumerava todas aquelas que já haviam paralisado suas atividades. ANEXO 63. O apelo foi dirigido especialmente aos barbeiros e cabelereiros, ANEXO 64, e aos operários da Inglesa, cuja solicitação partiu da própria Federação Operária de São Paulo. ANEXO 65.

O superintendente da Light, temendo a greve dos condutores e motorneiros, foi às oficinas e prometeu melhorias ao pessoal empregado.

Uma comissão de copeiros, agenciadores de hotéis, cozinheiros e carregadores da rua da Estação comunicou que, em solidariedade aos companheiros, abandonaria o trabalho.

A Federação Operária de São Paulo, pôde, portanto, demonstrar sua satisfação, através de um boletim em que elogiou as manifestações solidárias. ANEXO 66.

---

87. As oficinas do Engenho de Dentro tiveram uma grande importância para a manutenção e reparo de todo o material da Estrada de Ferro D. Pedro II, cujas instalações, depois de ampliadas, tornaram-nas capazes de serem, na época, produtoras de locomotivas.

Os operários da Mogiana, cujos salários foram integralmente garantidos, apesar dos dias paralisados, declararam-se moralmente ao lado dos grevistas, prometendo continuar a prestar todo o auxílio possível. Por isto, resolveram terminantemente que não fariam nas oficinas da Mogiana qualquer concerto do material da Paulista.

Entretanto, o movimento de greve geral limitou-se exclusivamente à Capital paulista, apesar das tentativas de resistência em algumas cidades,

Em Jundiaí, foi afixado novo boletim da Liga Operária concitando os operários a se conservarem em greve e afirmando que pessoas importantes de Jundiaí e de São Paulo conferenciaram com o presidente do Estado e que este lhes havia prometido franco apoio. O Estado de São Paulo criticou e negou a veracidade desta afirmação contida no boletim da Liga Operária.<sup>88</sup>

Em Santos, apesar do trabalho normalizado, continuavam insistentes boatos de que finalmente a Inglesa paralisaria o tráfego, encabeçando a adesão dos demais operários da cidade. Um pedido foi encaminhado à imprensa, solicitando que esta não publicasse notícias alarmantes. Ainda neste comunicado, lembraram aos comerciantes que dependiam do consumo operário e que, portanto, não podiam deixar de apoiar os trabalhadores neste momento de emergência.. ANEXO 67

Em Campinas, os trabalhadores continuavam a voltar em grande número. A população que inicialmente foi favorável ao movimento dos operários da Cia. Paulista dividiu suas opiniões. Uma parte da população declarou-se francamen-

88. Ver O Estado de São Paulo. 28/5/1906, p. 1.

te em oposição aos intuitos dos grevistas, procurando demovê-los do movimento e prontificando-se a fazer um "meeting" contrário à greve, o que foi proibido pelo Chefe de Polícia, das as inconveniências do momento. Entretanto, a população concordava que não foram os operários os promotores dos distúrbios, almejando que tudo voltasse à calma e que cada um retornasse com tranqüilidade ao seu posto de trabalho.

Em Rio Claro, cerca de 200 operários constituindo mais de dois terços do operariado da cidade, apresentaram-se ao trabalho. Nos armazéns de carga compareceram os conferentes, ajudantes e praticantes, sô faltando no escritório e bilheteria os empregados que estavam sendo substituídos.

#### Disse A Platêa:

*"De qualquer forma a greve propriamente já não existe. O tardio e injustificado movimento de adesão de alguns operários dos nossos estabelecimentos industriais não encontrou o número de adeptos que os insufladores da greve geral certamente desejavam. Daí, o reconhecimento, por parte da maioria dos homens do trabalho, de que a generalidade da parede não tinha explicação e que acima de tudo precisam tratar da manutenção de suas famílias e que não é precisamente com o abandono do serviço que hão de conseguí-lo". 89*

No entanto, apesar de a greve estar terminando, calculava-se que a Paulista, para normalizar, precisava de, no mínimo, 160 foguistas e maquinistas e que era precisamente o operário desta especialidade de trabalho que persistia na greve.

Em decorrência, as manifestações de sabotagem assumiram características mais violentas.

Entre as estações de Valinhos e Samambaia (Km 40), uma bomba de dinamite explodiu atrasando em 50' o trem que ia para Campinas. Aspirantes da marinha a serviço da Paulista por ordem do governo Federal afirmaram que o acidente que tinha por objetivo destruir o trem, não teve maiores conseqüências, porque a distribuição da carga de dinamite não foi bem calculada. Foi identificado como autor da sabotagem um lenhador português que residia nas imediações.

Também, um trem que se destinava a Jaú, descarrilhou perto de Torrinha, antes do Km 70. Foi um desastre sério, ocorrido em acentuada curva, provocando aspecto desolador. Os prejuízos da Cia. Paulista foram grandes. O acidente se deu entre o posto telegráfico de Canella e a estação de Espirado, onde foi colocada na junta de um dos trilhos uma espécie de cunha feita de cabreúva.

O trem de cargas vinha adiante do de passageiros cerca de 15 minutos. Saltou fora dos trilhos, caindo à beira de um despenhadeiro. Um soldado morreu e outros ficaram gravemente feridos e o chefe de trem, seu ajudante, o foguista e o maquinista salvaram-se milagrosamente.

Se ao invés do trem de cargas viesse à frente o de passageiros, o acidente teria registrado centenas de vítimas. Foram presos o feitor da turma do Km 70 e mais um trabalhador, sobre os quais recaíam as suspeitas, até ser preso o verdadeiro responsável, no Km 72, perto de Jaú.

Com o seu prolongamento, o movimento já havia lesado grandemente o comércio, a indústria e a lavoura, acarretando dificuldades e dissabores a toda a população em toda zona servida pela Paulista e Mogiana, exigindo novo posicionamento da Associação Comercial de São Paulo que convocou uma assemblêia geral, muito concorrida. O presidente, sr. Silva Telles, anunciou o restabelecimento do tráfego e sugeriu uma moção de aplauso ao governo do Estado e ao Dr. Antonio Prado. Entretanto, alguns sócios declararam-se contrários, pois achavam justas as reivindicações dos grevistas: eram os operários que sustentavam o capital e sem eles não poderiam viver; que o Brasil não estava acostumado a essas lutas do operariado, por isso não se queria dar-lhes o merecido valor. É interessante ressaltar que quem liderava o grupo contrário portava sobrenome estrangeiro: Puglisi, Carbone, Tagliavia, Pinotti, Gamba - representantes do alto comércio.

A moção foi rejeitada por 2/3 dos votos, ficando assim insustentável a posição do Dr. Silva Telles, como presidente da Associação Comercial, o que provocou seu pedido de demissão.

Para evitar maior extensão da greve, a repressão foi aumentando gradualmente.

A censura telegráfica tornava-se cada vez mais rí-gida. De Rio Claro, foi recusado um telegrama a ser enviado a Jorge Tibiriçã, presidente do Estado. Nele, a popula-ção reclamava e pedia providências urgentes para pôr fim às ameaças policiais de que eram vítimas todos aqueles que distribuïam mantimentos aos grevistas.

A censura atingiu inclusive o Rio de Janeiro

para impedir que seus operários obtivessem notícias do andamento da greve.

E, para amedrontar e sufocá-la pelo medo e pela força, continuavam a ocorrer prisões ilegais e castigos físicos. Estas atitudes chegaram a provocar a reação de uma autoridade civil que assim se manifestou quanto à educação e à disciplina da polícia:

*"Os soldados quando saem da Capital entendem que é para dar pancadas e se não tiverem ocasião, não cumpriram sua missão (...)"* 90

Havia inclusive a existência de um acordo tendente a, em qualquer manifestação operária, intervirem desordeiros conhecidos, a fim de provocar os grevistas, dando lugar à intervenção violenta da polícia.

Em São Paulo, a polícia mandou fechar e lacrar as portas do edifício onde a Federação Operária de São Paulo tinha sua sede, além de amedrontar e perseguir aqueles que tentassem se reunir. Os grevistas e seus familiares passaram a sofrer toda forma de vexames e acusações injustas. Tudo isso provocou um manifesto da "União dos Trabalhadores Gráficos" isentando-se da responsabilidade de boletins assinados em seu nome, inclusive porque a polícia não permitia qualquer reunião normal de seus sócios. ANEXO 68.

No Rio de Janeiro, uma comissão de operários declarou que estava longe a solução do Movimento Operário que irrompeu em Jundiaí e se alastrou para a Capital. E também protestaram contra os desmandos praticados contra o sr. Oreste

Ristori, redator do jornal operário La Battaglia. A polícia havia invadido sua residência e não o encontrando, agrediu o filho e prendeu sua mulher durante 6 horas.

## 7. O Fim da Greve

Enquanto a Federação Operária de São Paulo estava lutando para manter a greve geral em São Paulo, em Jun diaí, a luta continuava cada dia mais áspera e difícil. Incon<sup>u</sup>táveis manifestos e boletins foram espalhados pela Liga, com apelos vibrantes, enérgicos, no desespero de manter constante a solidariedade.

Alguns operários grevistas convocaram um "meeting" para o dia 29, a fim de tomarem uma decisão qualquer.

Segundo algumas versões, um grupo de 20, 30 grevistas acompanhados de grande número de colonos do núcleo colonial "Barão de Jundiaí" e paredistas da Arens, num total de 100 pessoas, reuniram-se inicialmente no largo da Matriz, junto ao coreto, para posteriormente sair caminhando pelas ruas da cidade. Segundo outra versão, cerca de 200 operários grevistas, já dispensados do serviço, vieram armados de uma colônia e instalaram-se no largo da Matriz.

Não se determinou ao certo quais intenções moveram os grevistas. Segundo informações dos jornais, os manifestantes voltariam pacificamente para suas casas; ou a finalidade era fazer uma demonstração hostil frente ao palacete do Dr. Monlevade; ou ainda, asseguravam que eles iriam atacar as oficinas da Cia.

Independentemente das causas que impulsionaram os grevistas, a manifestação ocorreu próxima ao largo da Matriz, naquela ocasião patrulhada por 2 soldados da cavalaria. Passado um momento, iniciou-se o conflito que se generalizou com a chegada de um reforço policial. Travou-se um tiroteio que deixou, além de alguns feridos, 3 mortos: o soldado Pedro Evangelista de Araújo e dois grevistas, Ernesto Gould e Manoel Dias.<sup>91</sup> (Figura 1)

Em poucos minutos a praça ficou deserta. Soldados iniciaram o patrulhamento da cidade, proibindo a todos de sair às ruas. O comércio fechou suas portas.

O 29 delegado auxiliar procedeu à abertura de um rigoroso inquérito, ordenando a prisão das pessoas suspeitas, que eram colocadas em vagões da Cia. Paulista transformados em prisões. No final da tarde, novo tiroteio nas proximidades da estação da Paulista. A Federação Operária de São Paulo protestou energicamente contra a versão espalhada pela polícia e prometeu publicar um "número especial"<sup>92</sup> sobre a greve da Paulista. ANEXO 69.

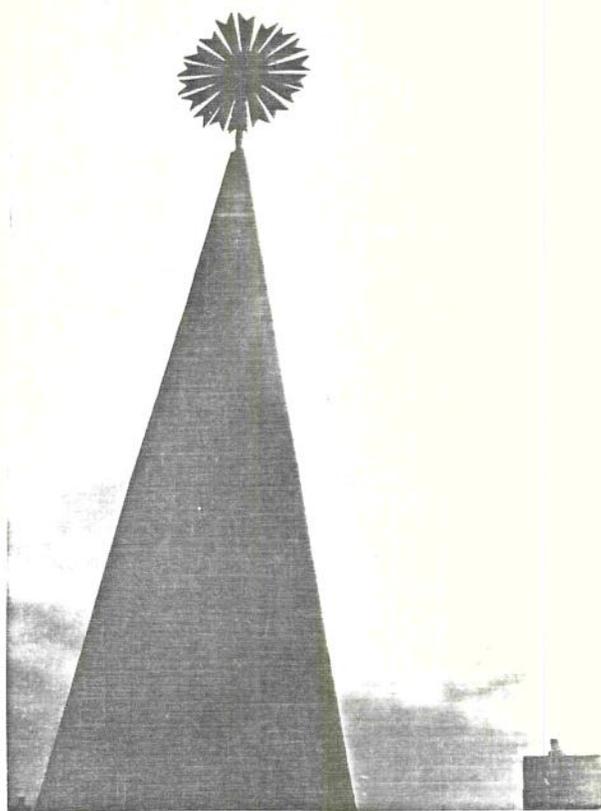
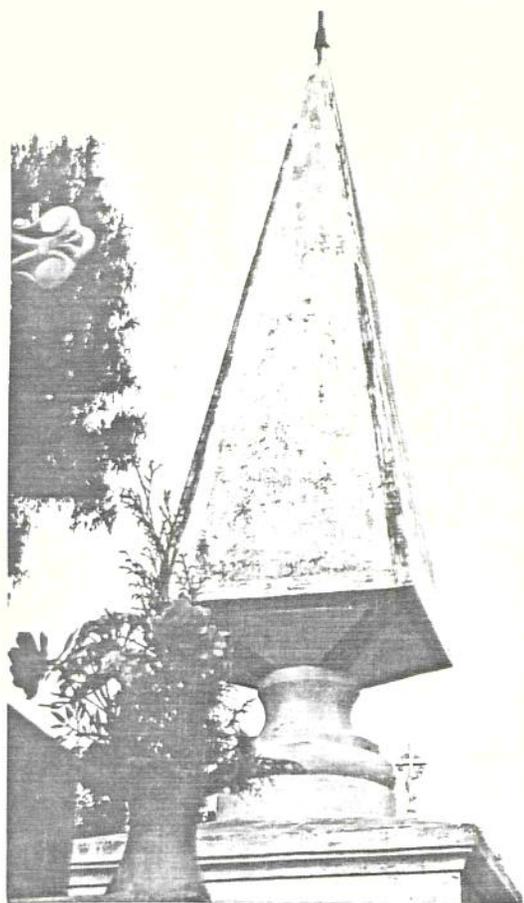
O presidente da Cia. Paulista, Dr. Antonio Prado, mostrou-se pesaroso com relação aos distúrbios ocorridos em Jundiaí e declarou que a Cia. promoveria o enterro do soldado e daria uma pensão a sua família.

91. Pedro E. Araújo - praça da cavalaria, chegou a receber os primeiros socorros médicos, mas morreu logo depois.  
Ernesto Gould - ajustador mecânico da Cia. Paulista, de nacionalidade inglesa, 36 anos, viúvo com 7 filhos menores, teve morte instantânea.

Manoel Dias - de nacionalidade espanhola, 14 anos, foi atingido por uma bala que lhe atravessou o pulmão direito; transportado para o hospital, veio a falecer mais tarde.

92. Não conseguimos ter acesso a esta publicação. Não sabemos sequer se ela chegou a ser concretizada.

FIGURA 1



Aqui jaz  
Ernesto Gould  
nascido a 18 de março de 1870  
falecido a 29 de maio de 1906

SAUDADE  
DOS  
COMPANHEIROS DE LUTA

Aqui jaz  
Manoel Dias  
nascido a 20 de dezembro de 1891  
falecido a 2 de junho de 1906

Quadra 9  
Cemitério de Jundiaí - S.P.

As notícias vindas de Jundiaí contribuíram decisivamente para o término do movimento paredista. No dia 30, as atividades foram consideradas normais com os operários retomando seus postos nas respectivas empresas, a pedido da própria Federação Operária.

Em geral, os jornais burgueses elogiaram a orientação segura das autoridades e os esforços do chefe de polícia quanto à garantia do trabalho, da propriedade e da manutenção da ordem.

O Dr. Meirelles Reis, em ofícios dirigidos às cidades de Porto Ferreira, Descalvado, Brotas, Dois Córregos e Jaú, recomendou que se procedesse à verificação de todos os estragos havidos na linha da Paulista, a fim de fundamentar o processo que deveria ser instaurado contra os responsáveis pelos danos.

De todos os pontos do Estado, telegramas anunciavam o retorno à normalidade.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DA GREVE

#### 1. Visão da Imprensa

Inúmeros foram os artigos publicados pela imprensa, analisando o movimento que marcou época na história do proletariado brasileiro - a greve de 1906.

De maneira geral, consideravam que uma importante consequência deste movimento foi a comprovação de que no seio do proletariado existia intensa força e vitalidade que, apesar de ainda descoordenadas, desorganizadas e hesitantes souberam mostrar seu valor.

Apesar da precária organização, a iniciativa conseguiu abalar inicialmente a máquina sustentada pelo capitalismo e pelo poder. Compreendeu-se claramente seu valor. O movimento, afinal, havia partido da corporação que era, talvez, a mais bem organizada do Brasil: a Cia. Paulista.

A solidariedade foi admirável, surpreendendo tanto representantes da imprensa burguesa como da imprensa operária, visto que parecia resultar de um velho hábito nesse gênero de lutas.

Consideraram que devido à violência das forças contra ela, a greve foi belíssimo e animador exemplo de resistência. Dizia o jornal Il Secolo que, da estação da Inglesa à estação da Paulista, se alinhavam longas filas de vagões repletos e abandonados. Quase em frente à estação, a uns cem metros,

estavam também paralisadas a tecelagem Bento Pires e as oficinas Arens. Não havia nenhuma deserção nas filas dos combatentes, nenhum sinal de cansaço ou desconfiança, mas um espírito contínuo de obediência consciente a uma vontade misteriosa, a uma direção oculta.

*"Na grande praça deserta, comparecem, como se tivessem combinado, as figuras assustadas dos empregados superiores, que constantemente olham para as colinas e para as casas (...)  
A cidade está deserta. Em dois ou três cafês semi-abertos, se encontram alguns grevistas agrupados em volta das mesas, folheando avidamente os jornais, discutindo, comentando, protestando (...)"*.T

O Il Secolo ainda comentou que 4.000 homens estavam de braços cruzados, o comércio parado, o câmbio suspenso, constituindo-se o movimento em uma massa de guerra espantosa, de fazer inveja a qualquer general.

Os trens se detinham na estação da São Paulo Railway e para chegar à cidade era preciso que se fizesse uma boa caminhada a pé.

A parede conseguiu estender-se a outras ferrovias e não pôde ganhar, apesar dos repetidos apelos e das simpatias isoladas e dispersas, outras companhias ferroviárias, porque o espírito de solidariedade entre eles não se encontrava efetivamente desenvolvido. E, no entanto, dos empregados de uma delas - a Inglesa - dependia o êxito do conflito.

Para a imprensa operária tornou-se clara a necessidade de uma maior organização, só possível a partir do interesse que cada ofício tivesse na sua organização. A solida-

riedade estendeu-se a toda a classe operária e as barreiras que separavam as corporações de ofícios se desfizeram, pois compreenderam que dependiam uns dos outros. O jornal La Battaglia, de orientação anarco - comunista, congregando partidários do boicote e da sabotagem e teoricamente contrários à tática de greves parciais, acabaram também por aderir ao movimento, diante da ameaça de domínio e opressão contra a massa grevista, conclomando à greve geral.

*"Uma vez que a ação se torna necessária, desde que todo o proletariado destituído e oprimido vem sentindo a necessidade de agir, que aja.*

*Que abandone o trabalho, proclame a greve geral, promova uma situação comum com seus companheiros da Paulista, e que reivindique ainda até o direito à vida e sobretudo que não fique com os braços cruzados (...)*

*Estendamos, generalizemos o movimento por todos os ramos de atividade e de produção.*

*Lancemos um apelo a todos os trabalhadores junto às corporações operárias, organizadas ou não, a fim de que se lancem na luta (...)*

*Que seja esta a palavra de ordem em todas as fábricas, em todas as oficinas, em meio a todo o proletariado.*

*Para a luta!"* <sup>2</sup>

Já o jornal socialista Il Secolo fazia algumas restrições à própria greve geral que deveria ser declarada somente quando justificada e necessária através de fatos de importância geral, configurados politicamente, aproximando-se mais da revolução que da luta exclusivamente econômica.

Mas, desde que a greve geral foi inevitável, o jornal passou a defender os direitos inegáveis da classe trabalhadora numa sociedade à qual oferecia riquezas e confortos. <sup>3</sup>

2. La Battaglia. 20/5/1906, p. 1.

3. Il Secolo. 28/5/1906, p. 1.

Esta demonstração de união foi responsável pela primeira tentativa de greve geral; sem ela e sem o aperfeiçoamento gradual não se faria a verdadeira greve geral, revolucionária e expropriadora.

Referindo-se à greve, comentou o Il Secolo:

*"É uma greve ou início de revolução, esta do pessoal da Paulista?  
Que nós saibamos, este é o primeiro caso grandioso de greve, feito pelo pessoal de uma empresa pública (...)"* 4

Na segunda feira, 28, a vida industrial de São Paulo ficou completamente paralisada. Todas as oficinas, desde o mais importante estabelecimento industrial ao mais modesto salão de barbeiro ficaram inativos. O comício organizado pela Federação Operária, no largo de São Francisco, foi assistido por enorme massa popular, na sua maioria operários. Até os estudantes de direito manifestaram apoio à causa dos operários em luta.<sup>5</sup>

De nada valeram, no entanto, os protestos verbais e a manifestação de solidariedade, pois a polícia estava disposta a defender os interesses da burguesia e redobrava seus esforços para impedir o desenrolar da greve. Centenas de secretas, espalhados entre os operários, provocavam conflitos constantes, alarmando a população, danificando bondes, partindo vidraças.

O Comércio de São Paulo chamou a atenção para o fato de que essa manifestação pública favorecia a ação detur

4. Il Secolo. 28/5/1906, p. 1.

5. A Lucta Proletária. 1/9/1906, p. 4 (Ver Anexos 60 e 61).

padora de maus elementos que agregados aos trabalhadores tinham por objetivo quebrar a ordem social. Portanto, aconselhava os operários a não se exporem publicamente para não comprometer a causa do movimento de solidariedade e evitar o conflito com a opinião pública.

*"Dada a situação de sobressalto e atentado à ordem pública (...) é indispensável que todos os cidadãos de atividade útil concorram para a neutralização daqueles que, mesmo nos momentos mais angustiosos para a vida da coletividade, só procuram ensejo de revelar e pôr em prática qualidades criminosas (...) e perturbadoras." 6*

A Federação Operária distribuiu um boletim aconselhando os grevistas a não cederem pelo medo, pois as violências demonstravam a extensão assumida pelo movimento que deveria ser vitorioso, pois também contava com o apoio dos operários do Rio de Janeiro. A Federação Operária afirmou na imprensa que não forneceria maiores informações a respeito devido à censura telegráfica. Acreditava que a greve geral já havia ou estava para ser declarada na Capital Federal<sup>7</sup>. No entanto, ela não chegou a acontecer.

O movimento em São Paulo durou três dias sem que os fins a que se propunha a Federação fossem todos atingidos. A força policial venceu os operários em luta, mas nem por isto deixou a greve de ser um exemplo de encorajamento para as lutas futuras.

O 30 de maio passou a ser um dia de luto; deveria ficar marcado com caracteres indelêveis nas páginas da história proletária do Brasil, como lembrança de sangue.

6. Comércio de São Paulo. 29/5/1906, p. 1.

7. A Luta Proletária. 1/9/1906, p. 3.

*"O que não foi conseguido pelo dinheiro e pela mentira em 15 dias de luta é conseguido em duas horas pelas balas do Governo do Estado. A greve é abalada violentamente, estrangulada pela força brutal, assassina (...)"*. 8

A greve, iniciada em decorrência das vexações impostas pelo pessoal superior aos trabalhadores, foi uma questão de dignidade humana. As ameaças contra a Liga Operária agravavam o descontentamento pelas péssimas condições de trabalho e de vida dos operários da Cia. Paulista.

O II Secolo foi o único jornal, tanto da imprensa burguesa como da operária, a se referir a uma denúncia feita pelo Dr. Monlevade contra a Liga Operária. Dizia o periódico que o Dr. Monlevade acusara a Liga Operária, no início de maio, de estar preparando uma revolução para o dia 10/5 e solicitou da polícia providências enérgicas.

A Liga respondeu com um ofício ao Inspetor geral da Cia., desmentindo as calúnias e garantindo que seu objetivo não era indisciplinar o pessoal, mas combater a ignorância e preparar para o operariado a conquista de um relativo bem estar, mais adequado aos novos tempos.

Acrescentou novas informações referentes à proposta do Dr. Monlevade de fundir a Sociedade Protetora da Família com a Sociedade Beneficente. Segundo o jornal, a Liga interveio na assembléia da Beneficente e impediu a fusão. O Dr. Monlevade, em represália, jurou vingança e decidiu atingir a Liga, ordenando a demissão em massa do seu conselho diretivo.

As cartas de demissão foram escritas pelo contador da Cia., mas o chefe geral do escritório se negou a assiná-las; não assumiria a responsabilidade pelas consequências. 0

Dr. Monlevade não teve também coragem de assumi-las e iniciou o processo de demissão aos poucos, sendo a primeira vítima o conferente Thomas Degani, pivô da greve. Era o início da campanha de represálias contra a Liga.

A Liga Operária exigiu uma solução e encaminhou dois ofícios ao Inspetor Geral da Cia., Dr. Torres Neves. Receoso de perder sua autoridade e com isso aumentar o prestígio da Liga Operária, o Dr. Torres Neves convocou o Conselho da Liga Operária e assim se dirigiu a eles:

*"Foram vocês, disse furioso, agitando o documento, que escreveram este ofício?  
Com a resposta afirmativa prosseguiu:  
Saibam que eu nunca receberei nem darei atenção a petições de operários mal educados!...  
O que vocês pretendem? Pegar o meu lugar na administração da Cia.? A administração não recebe imposições dos operários; as suas 400 assinaturas não valem nada, nós não lhes damos nenhum valor, por que são pessoas baixas, que não sabem o que querem, e que na maioria nem conhecem o chefe da estação e assinaram às cegas..." 9*

Deste insucesso resultou a greve, que, inicialmente, não exigia nem mais dinheiro, nem menos trabalho, mas simplesmente as demissões dos opressores dos operários.

Convencidos de que a vitória se refletiria totalmente sobre o proletariado brasileiro, buscaram a sua solidariedade durante o desenrolar dos acontecimentos.

As organizações operárias, há poucos dias do Congresso do Rio, teriam assim ocasião de demonstrar, com a greve, a praticidade e a importância de suas ações, no campo das reivindicações diretas.

De forma geral, a imprensa burguesa, apesar de muitas vezes apresentar opiniões contraditórias num mesmo número de jornal, considerou que o operário, cansado de sofrer e que acabava de abandonar o trabalho, tinha razões para justificar seu procedimento. Eram-lhe impostas mais de 9 horas de trabalho penoso, um mês de 19 dias, uma cooperativa usurpadora, um médico desconceituado, uma farmácia econômica e como garantia de um futuro próspero, os companheiros eram demitidos sem justa causa. Não tinham estabilidade, garantias, direito de queixa, além de serem tratados como na época da antiga e inconsciente escravatura negra. Denunciavam que as rendas da Cia. Paulista estavam sendo divididas por uma administração faustosa, cheia de chefes e sub-chefes, de criados e despesas particulares pagas pela Cia.<sup>10</sup>.

Uma parte da classe patronal reconhecia a importância das reivindicações e aconselhava benevolência. Mas, segundo a imprensa operária, a diretoria da Cia. e as autoridades tornavam mais graves os acontecimentos.

Parte da imprensa burguesa, sobretudo em São Paulo, contribuiu poderosamente para alargar o abismo entre as partes. Alguns setores da burguesia procuravam descaracterizar a greve, restringindo sua participação apenas à pequena liderança anarquista.

A própria Cia. Paulista limitou-se a dar uma pequena nota a respeito da greve, no relatório da Cia. referente a 1906. Enquanto os relatórios oficiais evitavam citar

---

10. Comércio de São Paulo. 20/5/1906, p. 6.

de maneira expressa o anarquismo ligado aos movimentos grevistas, o relatório atribuíra, pelas depredações de natureza diversa, um "verdadeiro caráter anarquista a esta greve fútil e sem fundamento," combatida prontamente com o auxílio solícito do governo. ANEXO 70.

Um outro exemplo concreto pode-se obter através da entrevista concedida pelo Dr. César Bierrembach ao jornal A Platêa e que demonstra bem a visão patronal com relação à questão social.

Disse o Dr. César que se simpatizava com os operários, pois havia inclusive se criado entre eles, numa oficina pertencente a sua família. Tinha a convicção de estar ao lado dos trabalhadores contra os agitadores que os exploravam e os anarquistas que os desacreditavam. Afirmou que havia entre os operários muitos descendentes das vítimas da escravidão e ainda muitos estrangeiros recém-chegados e que, por isso, não haviam assimilado a realidade brasileira e os sentimentos da generosa pátria que os hospedava. Disse ainda, que o Brasil estava às vésperas de receber em uma conferência pan-americana os delegados das repúblicas do livre continente americano: os sucessores de Washington, Lincoln, Bolívar, San Martim e dos Andradas, sendo necessário que paixões de classes e interesses pequeninos não perturbassem a sua realização.

E ainda:

*"Os operários brasileiros sabem que entre nós, já mais se levantariam exércitos de milhões de homens contra uma justa evolução social! (...) Na Europa não são tolerados os vandalismos que desmoralizam as classes do trabalho (...) aqui não tínhamos, é natural, nos organizado para tão grave hipótese, nas vésperas da safra e quando o Estado cogita do problema da valorização (...)"* 11

11. A Platêa. 30/5/1906, p. 1.

Um dos fatores que contribuiu para que o patro nato não acreditasse que a greve teria maiores desdobramentos foi a falta de instrução do operariado, em grande parte anal-fabeta.

Dizia o Arara, que o proletariado que tanto as sustava o capitalismo não estava em condições de fazer valer os seus direitos nem pela força bruta, nem pela razão da jus-tiça da sua causa. O operariado era uma massa amorfa, incons-ciente ainda, sem os órgãos mais rudimentares que a habilitas-sem a exercer as funções elementares da vida social. Não su-portavam uma pressão sem se deformar, com o risco ainda de perder parte de sua energia latente, capaz de operar a dife-renciação dos seus elementos.

*"São os que entre nós se arvoram em diretores men-tais da enorme massa proletária que pregam a greve por uma antipatia pessoal, decretam a deserção das oficinas por uma ridícula questão de interesse que só afeta uma minoria insignificante. Mas, (...) ao menor sinal de resistência dos pa-trões os inflamados mentores desaparecem e os ope-rários (...) lá voltam contritos e humildes para o cativoiro, dando-se ainda felizes quando não os despedem ou lhes não aumentam as horas de trabalho". 12*

Esta visão patronal, que a imprensa operária ca-racterizava como sendo de total desconhecimento do que se pas-sava com a classe trabalhadora, foi assim justificada pelo Comércio de São Paulo.

*"Nós não condenamos a severidade com que entre nós, esses espíritos consideram e julgam os movimentos coletivos do proletariado. Se nos países profunda-mente cultos, por onde passaram dezenas de séculos*

12. Apud, Comércio de São Paulo. 21/5/1906, p. 3.

*derramando a civilização e fincando os marcos assinaladores das grandes conquistas liberais, vê-se todos os dias a resistência esforçada e por vezes iníqua contra as aspirações populares, não é muito que numa sociedade embrionária, indefinida e amorfa se manifeste a mais absoluta incompreensão de todos os deveres, que as novas idéias vão impondo ao homem social". 13*

Por isso, achavam naturais a obstinada resistência e a hostilidade com que eram recebidos em nosso país os movimentos do proletariado.

Acreditavam ainda que no Brasil não havia lugar para o socialismo que em outras regiões do mundo acordava o operariado para a luta por reivindicações que aqui eram inteiramente descabidas. Para que fossem concretizados os ideais proletários, eles teriam o caminho aberto do sufrágio e só por ele a classe poderia conquistar um dia as condições melhores a que aspiravam.

Era preciso considerar que, no Brasil, os operários não haviam se servido e mesmo desprezavam a faculdade soberana do sufrágio, fazendo com que a greve, como meio de afirmar direitos, revelasse um certo caráter de precocidade.

Por essa anormalidade prejudicial é que os operários se sentiam desamparados nas suas aspirações, sem que vozes se levantassem nas casas de representação nacional para dizer ao país o que pretendiam, traduzindo dentro da lei, as suas esperanças.

O aproveitamento do sufrágio universal deveria ser, portanto, a preocupação inicial desta organização proletária que se desenvolvia cada vez mais.

13. Comércio de São Paulo. 23/5/1906, p. 1.

Por este motivo, o trabalho bem remunerado, num país novo e fecundo como o Brasil, de instituições livres, não poderia acender no operariado o ânimo de revolta que agitava no velho mundo a massa proletária. Daí não serem consideradas pertinentes as reações violentas provocadas por um socialismo exótico e inoportuno.<sup>14</sup>

Enfim, a solidariedade prestada aos grevistas pelo operariado de muitas localidades e até do exterior, como de Buenos Aires, foi tão natural quanto a solidariedade do governo e da imprensa para com a Cia.

O governo, aliado à imprensa burguesa, estava empenhado em abalar, por qualquer meio, o movimento. Assim, o despotismo policial foi, segundo os demais órgãos da imprensa, auxiliado por setores da imprensa comprometidos com a burguesia. E a fraude e a violência foram, segundo a análise dos jornais operários, as armas favoritas da Cia. e da polícia.

Afinal, as autoridades forneceram pessoal da armada para o serviço; contrataram oficiais franceses para treinar a milícia brasileira; mandaram vir pessoal de Liverpool e Londres; enviaram cruzadores para Santos; contrataram traidores cedidos por outras Cias; coagiram grevistas a voltarem ao trabalho; privaram os grevistas de seus advogados; impediram reuniões mesmo nas sedes das associações, invadiram domicílios, as organizações operárias e redações de jornais; censuraram correspondências, telegramas e a imprensa; desconsideraram o habeas-corpus e finalmente substituíram os boletins e jornais

14. Ver Comércio de São Paulo. 23/5 e 30/5/1906, p. 3.e p.1, respectivamente.

apreendidos por falsas notícias de término da greve e restabelecimento do tráfego<sup>15</sup>.

Em São Paulo, a sede da Federação Operária foi invadida e dissolvidas as reuniões ali efetuadas; o diário Avanti! foi apreendido e rasgado e a redação do La Battaglia, assaltada; os comícios mais pacíficos, dissolvidos pela cavalaria; a magistratura ou manifestou seu rancor contra os grevistas ou se declarou impotente perante a vontade da polícia.

Devido à censura telegráfica, instaurada por ordem dos chefes em todas as estações da Paulista, diversos centros foram privados de comunicações indispensáveis nos momentos mais ativos da luta. Apesar de tudo, os grevistas procuraram remediar de alguma forma este isolamento e organizaram serviços de estafetas que não puderam funcionar regularmente dadas as dificuldades que lhes eram impostas.

Disto se aproveitaram a administração da Cia. e a imprensa, representada principalmente pelos jornais Fanfulla, Tribuna Italiana e O Estado de São Paulo. Estes diários publicavam, freqüentemente, estar o movimento em franco declínio e exigiam dos poderes públicos providências enérgicas; publicavam o número de operários que voltavam ao trabalho, mesmo contrariando as notícias de outros periódicos; desmetiam as declarações publicadas pela Liga Operária; enfatizavam os atos de sabotagem, em geral atribuídos a um pequeno número de insensatos e sempre reportavam os grandes prejuízos causados pela greve ao Estado e à Nação; diziam correrem trens de passageiros<sup>16</sup>, embora fossem sō dois, em toda a linha e guiados pelos mestres das oficinas de Jundiaí e Campinas.

15. ver a Terra Livre. 13/6/1906, p. 2.

16. Ver principalmente os números a partir de 23/5/1906.

Geralmente, nenhuma autoridade reagia contra as arbitrariedades cometidas em nome do poder, mas quando se falava de atentados contra a propriedade da Cia., levantavam-se indignados protestos.

O jornal Il Secolo acusou a burguesia de esquecer-se de que devia ao proletariado o seu conforto, a sua posição e sua própria existência. Portanto, se o país ocultava os direitos dos trabalhadores não podia mais ser considerado liberal. Principalmente quando considerava que a solução da greve estaria na substituição dos grevistas através da contratação de novos trabalhadores, o que parecia difícil, já que uma mão de obra como a do maquinista e do foguista não era tão fácil de se substituir. Mas, mesmo que assim fosse, não se poderia dar por resolvida uma questão concernente à subsistência de quase 4.000 famílias. A solução viável seria apenas a intervenção de árbitros sob a responsabilidade de pessoas sérias, insuspeitas e independentes.

Criticou ainda o governo do Estado que tinha o dever de intervir como intermediário, ou mesmo como autoridade dirigente superior e imparcial, ainda mais em se tratando de um serviço público. Era isso, pelo menos, que disseram ter acontecido nas greves ferroviárias da Itália (mais de 100.000 trabalhadores) e da França (que se estendeu por quase toda a nação)<sup>17</sup>.

Para os jornais operários não se podia falar em garantias constitucionais, quando ainda predominava o preconceito de cor e de raça. Durante a greve não houve garantias para ninguém. Inúmeros operários foram presos e perseguidos, prin-

17. Il Secolo. Suplemento, 30/5/1906, p. 2.

principalmente os ligados à Liga Operária.

O pároco de Jundiá, sem o saber, pôs em singular destaque a existência da questão social e indiretamente adiantou-se na luta do operariado para a conquista da redução das horas de trabalho como remédio para a desocupação<sup>18</sup>.

Não entendeu o Sr. pároco, diziam eles, que os operários fizeram greve porque a resignação e a obediência eram piores do que a derrota e justamente por amor aos filhos e à família. Os operários perceberam que deveriam resistir e começaram a reivindicar maior participação para conquistar sua liberdade e bem estar.

*"É o triunvirato que aqui, como em todas as partes, vem afirmar o seu poderio: Estado, Igreja, Capital; o inimigo não é um, são três, é o monstro de três cabeças, a hidra, que despertou e demonstrou aos ingênuos esta grande verdade: O dia em que os operários cessarem de ser os escravos submissos de hoje, contra ele levantar-se-ão, embora com diferentes métodos de agir, todas as forças conservadoras e reacionárias simbolizadas nas três palavras: Estado, Igreja, Capital". 19*

Entretanto, o importante era que, em verdade, a greve geral do operariado de São Paulo havia se tornado fato consumado e histórico. Os acontecimentos vieram para confirmar que entre os companheiros havia bastante energia capaz, em momento oportuno, de atos admiráveis. Os operários reagiram bem aos apelos da organização proletária.

A Federação Operária de São Paulo manifestou todo o seu apoio à causa dos grevistas e protestou contra os atos de vandalismos da polícia, as imposturas da imprensa e as intransigências do pessoal superior da Cia.

18. Ver ANEXO 19.

19. A Luta Proletária. 1/9/1906, p. 3.

A solidariedade do comércio não faltou e nem poderia faltar, apesar dos imensos prejuízos sofridos e do desejo, cada dia maior, de ver a greve terminada. Os comerciantes, atendendo aos pedidos desesperados dos grevistas, fecharam suas portas às pessoas estranhas à cidade onde estavam estabelecidos; manifestaram-se através de contribuições em dinheiro e gêneros alimentícios, destinados à instalação dos armazéns de socorro abertos pelas Ligas, onde os grevistas mais necessitados procuravam mantimentos para suas famílias.

A solidariedade, enfim, manifestou-se de um modo inesperado, superior a qualquer previsão, mesmo a mais otimista. Com o desenrolar da greve ela se acentuava, aumentando sempre, apesar de todas as perseguições e atentados à liberdade individual e coletiva dos operários.

## 2. As Lições da Experiência

A greve de 1906 foi muito importante para a organização e desenvolvimento da luta operária no Brasil, principalmente pelas preciosas informações para o balanço final desta ação empreendida pelo proletariado de São Paulo.

A greve significava a consciência de classe, espírito de reivindicação que alimentava nas massas a firmeza e manifestação da vontade coletiva. Vitoriosas ou vencidas, as organizações operárias saíam das greves sempre com a necessidade crescente de continuar a luta.

Assim, a paralisação declarada pelo pessoal da Cia. Paulista permitiu ao operariado conhecer seu destino, a

partir do espírito de combatividade e firmeza demonstrados.

Esta greve, apesar de ter atingido proporções maiores que as demais do período, não fugiu muito das características que geralmente elas apresentavam: paralisações de categorias específicas e marcadas geralmente por queixas contra chefes superiores da administração. <sup>20</sup>

Além da ausência de uma legislação trabalhista, os operários sofriam os mecanismos de controle criados pela própria Cia. Assim, as causas administrativas vinham sempre à tona. Do lado das Cias., os chefes, mestres e contra-mestres eram os representantes diretos da hierarquia superior junto aos funcionários. Por exemplo, o regulamento de 1905, instituído pela Cia. Paulista, rezava o seguinte:

*"art. 301 - O funcionário que exercer o cargo de Chefe de estação, assume inteira responsabilidade pelo fiel e eficiente cumprimento das instruções neste regulamento mencionadas sob diversos títulos, competindo-lhe a direção e fiscalização de todo o serviço a cargo de seus subordinados, a manutenção da ordem e respeito, a vigilância de tudo que pertence e estiver confiado à companhia e exercer autoridade sobre todos empregados".* <sup>21</sup>

Do lado dos operários havia, portanto, uma certa reserva com relação aos empregados que ocupavam estes cargos. Por isto, o Congresso Operário de 1906 aconselhou muita cautela contra eles.

---

20. Ver SFERRA, G. Anarquismo e Anarco-Sindicalismo: Orientações do Movimento Operário Brasileiro em 1906-1907, p. 101.

21. Regulamento e instruções para os empregados da divisão de tráfego. Cia. Paulista, 1905, p. 68.

*"Considerando que os mestres e contra-mestres são, pelo lugar que ocupam, os verdadeiros representantes dos patrões; que eles, por este motivo, podem trazer às organizações operárias o desacordo e converterem-se em espiões; que é impossível distinguir, de modo positivo, os bons dos maus mestres ou contra-mestres;*

*O Congresso entende que os mestres e contra-mestres devem ser excluídos dos sindicatos operários, podendo em casos excepcionais, fazer-se um regulamento interno para regularizar a admissão dos mesmos".* 22

Como a própria classe operária não tinha ainda bem definidos seus interesses gerais, as causas das greves e suas reivindicações não se apresentavam de forma muito coerente.

Inclusive, o relatório de Washington Luís, Secretário da Justiça de São Paulo em 1906, argumentou contra o "pretexto" dos operários da Paulista para iniciarem o movimento.

*"O pretexto para este movimento ao que parece há muito premeditado, foi a adoção de certas medidas administrativas pela estrada, medidas que não se relacionavam com os interesses operários, não lhes aumentava o salário, nem lhes diminuía o trabalho (...)"*. ANEXO 71.

De qualquer forma, apesar das indefinições, o movimento foi a primeira manifestação de uma nova força que entrava em jogo, na grande competição dos interesses de classe. Afinal, a greve foi desejada por todos e unanimemente aclamada. Havia impaciência por parte de alguns e comedimento por parte de outros.

O líder Manuel Pisani<sup>23</sup>, por exemplo, conhecido

22. Resoluções do 1º Congresso Operário. Tema 7, p. 12 e 13.

23. Ver Capítulo II.

pela sua índole pacífica e serena, foi inicialmente contrário à greve, mas, depois de declarada, assumiu-a como trabalhador digno e consciente.

Os operários que não puderam suportar mais a situação contrariaram os conselhos de adiamento feitos pela Federação Operária de São Paulo e declararam a greve.

As notícias publicadas nesta primeira fase da luta mostravam que a massa proletária mantinha o intento sereno daqueles que lutavam pelo triunfo de um direito indiscutível. E tanto a greve dependia da vontade de todos que — apesar das violências policiais, dos mais ativos terem que se esconder, de serem impedidas as reuniões, das armadilhas patronais, dos fura-greves fazendo circular alguns comboios, de a polícia garantir e forçar o trabalho dos operários mais hesitantes — os grevistas resistiram tenazmente. Reunidos clandestinamente proclamaram a continuidade da luta, cedendo apenas à brutalidade sangrenta da violência final.<sup>24</sup>

A greve foi iniciada pelas Ligas Operárias de Jundiaí, Campinas e Rio Claro e seguida até por categorias não associadas a elas, causando surpresa geral.

*"Se alguém, antes de ser proclamada a greve da Paulista, nos tivesse afirmado que o proletariado desta capital seria bastante enérgico, bastante consciente, para levar a cabo um movimento de greve geral, francamente teríamos pensado que este indivíduo queria zombar de nós. E teríamos tido sóbrias razões para pensar desta forma, porque pelo conhecimento que tínhamos do nosso meio operário, nada fazia prever que o proletariado paulistano, refratário até então a todas as lutas, incapaz de compreender os grandes benefícios da organização da classe (...) seria capaz de erguer a cabeça e levantar-se como um só homem em apoio à causa dos companheiros em luta".* 25

24. A Terra Livre. 13/6/1906, p. 2.

25. A Lucta Proletária. 1/9/1906, p. 4.

Os maiores obstáculos, até então, à formação da consciência operária e seu desenvolvimento cultural, estavam ligados, segundo a imprensa operária, à oligarquia agrícola, à falta de tradição revolucionária e à flutuação constante da população operária, extremamente oscilante, numa sociedade onde a burguesia mantinha ainda os hábitos e idéias da escravatura.

Tudo isto criava um abismo entre as classes, a cirrando a luta capital - trabalho. Se de um lado a situação econômica criou um mal-estar favorecendo a greve geral, de outro atrapalhou e atrasou o trabalho de conscientização do proletariado. Neste processo, a greve foi um poderoso estímulo à atividade e à educação social do proletariado, o que já era tarefa urgente e inadiável.

Aparentemente vencida, frutificou em esperanças e iniciativas. Consideravam que toda greve, bem sucedida ou não, era encarada como uma experiência de aprendizagem muito importante. O jornal A Terra Livre chamou a atenção para o fato de que houve vítimas, mas que vítimas haveria, até em maior número, em decorrência da inação, da covardia e da desunião. As derrotas eram inevitáveis e muitas vezes eram apenas aparentes, porque a vitória popular não se conseguia de uma só vez. Verdadeiramente eficazes eram a ação e a experiência resultantes<sup>26</sup>.

A greve de 1906 foi um fato natural, espontâneo, instrumento de uma classe, resultado das condições do momento. Nesta luta, todos os desentendimentos ideológicos desapareceram. O proletariado formou um só bloco e ofereceu um digno exemplo de solidariedade, resultado da ação direta pelos interesses comuns.

26. A Terra Livre. 13/6/1906, p. 1.

Mostrou, claramente, a estreita aliança existente entre a autoridade política e a econômica. Para o proletariado foi possível perceber como estiveram unidos o capital, a política, a justiça e mesmo a igreja. A greve mostrou ainda como os governantes ignoravam a natureza do movimento operário. Ficou igualmente patente a inutilidade das garantias constitucionais, já que a legislação foi violada, desprezada, esquecida, vigorando nas cidades um verdadeiro estado de sítio, mesmo sem ter sido decretado.<sup>27</sup>

Nesta greve, a Federação Operária enfrentou sua primeira árdua prova. Os erros, deficiências e as fraquezas foram inevitáveis, uma vez que a greve resultou de uma experiência nova. Portanto, julgada objetivamente como um fenômeno social, foi uma indicação preciosa e inesperada da relativa maturidade e da força no seio da classe operária paulista. A greve ferroviária, mesmo vencida, revelou a existência de um organismo em vias de formação e que não poderia ser mais ignorado pela burguesia.<sup>28</sup>

O movimento de solidariedade em São Paulo fez com que os operários despertassem para os apelos do pequeno grupo de operários ativistas que empreendiam esforços e sacrifícios para levá-los à luta pela emancipação.

---

27. *A Terra Livre*. 13/6/1906, p. 1.

28. AMBRIS, A. "Il Movimento Operaio nello Stato di São Paulo". *Il Brasile e Gli Italiani*, apud, PINHEIRO, P.S. e HALL, M. *A Classe Operária no Brasil*. 1889-1930, vol. I, p. 39 e 40.

Após a greve, uma certa efervescência e inquietação na Liga Operária levaram-na a aproveitar a experiência e erros cometidos, como uma lição de continuidade do movimento. O protesto dos operários da Mogiana em Ribeirão Preto, ANEXO 72, mostrou que a organização proletária carecia de eficiência. Denunciando as notícias desencontradas, criticaram o acordo entre Liga Operária e a Cia. Mogiana, que, segundo eles, enfraqueceu o movimento da Paulista e a solidariedade in continenti que eles pretendiam oferecer.

O proletariado brasileiro devia à decisão e ao sacrifício dos empregados da Paulista uma bela página da sua história. A data da luta marcou época e assinalou um despertar. A morte dos companheiros grevistas ficaria como um episódio enérgico a relembrar, incitando à organização e ao protesto.

Mas, a Cia. fez ainda vítimas de outra espécie. Faltando ao seu compromisso de rejeitar apenas os membros da comissão da Liga Operária considerados como "cabeças", despediu os operários em massa e enviou para vários pontos a lista dos grevistas demitidos, a fim de impedir que encontrassem colocação. Por isto, o esforço dos companheiros não foi perdido. A grande repercussão que teve, a possibilidade que forneceu ao proletariado de mostrar que não era uma massa i nerte e insolidária compensou largamente o movimento.

Mas, havia mais. A Cia. teve uma vitória que lhe custou muito e que serviu de lição para outras como a So rocabana, a Inglesa e a Light que fizeram, depois da greve, pe quenas reformas e grandes promessas.<sup>29</sup>

29. A Terra Livre. 13/6/1906, p. 1.

Analisaram, depois, através da imprensa, que o operariado foi vencido não só pela força empregada pela Cia., como também pela própria ingenuidade por eles demonstrada.

Pouco espertos e ainda novos para a luta, solicitaram, em alguns locais, a autorização do Delegado para realizar assembléias e comícios, chegando, algumas vezes, a aplaudir oradores que se mostravam confiantes na ação do governo e na sua imparcialidade no tratamento do conflito. Esta situação persistiu até o dia em que, depois de uma conferência entre as autoridades, ficou decidida uma nova orientação, uma nova atitude a ser tomada pela polícia com relação ao movimento.

Para abalar a solidariedade dos operários, procuraram desnorteá-los, impedindo-lhes o contato de companheiros mais influentes e corajosos.

As prisões, insultos e maus-tratos se intensificaram. As autoridades policiais não se envergonharam de mentir aos tribunais, de negar as prisões que efetuavam; de mudar os nomes dos aprisionados; de ocultá-los fora das prisões do Estado<sup>30</sup>.

Assim, a autocracia republicana deu o golpe de misericórdia na greve da Paulista.

Os operários voltaram ao trabalho aparentemente vencidos e muitos acreditaram, inclusive, que o movimento no Brasil se deteria.

No entanto, alguns fatos vieram demonstrar o contrário. A Federação Operária, preocupada em verificar as

30. A Lucta Proletária. 1/9/1906, p. 3.

condições morais dos operários associados, após a greve, enviou representantes para Jundiaí, Campinas e Rio Claro, que trouxeram de volta as melhores e as mais satisfatórias impressões.

O entusiasmo, a constância e a confiança nas próprias forças continuavam. As Ligas haviam se mantido firmes, apenas com algumas deserções em Jundiaí e maior crescimento em Campinas, o que demonstrava que o movimento não fora resultado dum impulso passageiro. Além do mais, de todo o Brasil e até de Buenos Aires afluíram listas de subscrição que a Federação Operária distribuiu para acudir os desocupados e as famílias dos grevistas mortos.<sup>31</sup>

A idéia partiu da Federação Operária através de um comunicado feito aos companheiros pela imprensa:

*"Não há derrota para nós em nossas lutas, porque todas elas, pelo menos, nos servirão de preciosa lição..."*

*Mas, havendo vítimas causadas pela ferocidade dos que nos exploram nós devemos correr em seu auxílio, procurando fazer com que as suas dores sejam o mais possível minoradas. Abandoná-los seria destruir a nossa solidariedade preparar para o futuro desconfianças e desânimos (...)*  
*As listas podem ser retiradas".* 32

Entretanto, não foram todos os jornais da imprensa operária que analisavam com bons olhos este espírito de união e solidariedade pós greve.

Após o movimento, as discordâncias entre as correntes de pensamento do operariado, principalmente com relação às formas de ação a serem adotadas, ficaram novamente evidenciadas.

31. A Terra Livre, 28/6/1906, p. 2.

32. La Battaglia, 10/6/1906, p. 2.

O jornal La Battaglia considerou que, após o retorno dos ferroviários ao trabalho, ficou esquecida a corajosa tentativa dos trabalhadores da Paulista, comparável a um naufrágio completo das esperanças concebidas.

E tudo isto porque as greves no Brasil eram ainda arremedos inofensivos do papel que deveriam realmente representar, sendo, apenas, ensaios que em breve poderiam se tornar fecundos. Foi a primeira tentativa de medir armas e forças com o seu adversário secular. E o resultado não podia ser duvidosos: a desistência e a capitulação são a consequência fatal da inexperiência de um lado e a superioridade de recursos do outro.

*"Tivesse ele a compreensão nítida da eficácia dos seus esforços reunidos; soubesse ele avaliar a sua própria punjança e reagisse contra o peso do servilismo que transpira de todos os seus atos, a grande reforma social se faria instantânea." 33*

Já o jornal Novo Rumo, do Rio de Janeiro, lamentau a rapidez com que a situação se normalizou: a greve estava morta e com ela o movimento operário, sufocado pelo poder. Criticou ainda a atitude assumida pelos companheiros de estradas de ferro da Capital Federal que não compreenderam ter sido a luta uma reivindicação não só dos operários de São Paulo, que se viam explorados, como também o primeiro passo que as classes trabalhadoras empreendiam para a conquista das oito horas de trabalho. Não haviam compreendido que o fracasso da greve geral era fator de descrédito e desrespeito para toda classe operária.

---

33. Ibid., p. 2.

"Quando num assomo de solidariedade as demais classes operárias daqui procuravam demonstrar ao Governo Federal de que ele violara a constituição da República; (...) quando os trabalhadores desta capital uniam-se fraternalmente, quando o povo (...) unificava-se e pretendia cruzar os braços até que nossos irmãos de São Paulo fossem satisfeitos nos seus justos pedidos, os companheiros das ferrovias, mostrando o maior indiferentismo à causa equitativa que o operariado consciente defendia, cruzavam os braços e deixavam-se adormecer (...)" 34

Para a Federação Operária, o operariado paulistano atravessava, após a última luta, um momento de inquietação, de incerteza e de desconfiança, provocando uma situação intolerável.

Por isso, optou por incitar à confiança e à serenidade, alicerçadas numa estreita união para a defesa. Os operários deveriam confiar sempre na sua força e na sua união, porque a incerteza levava à fraqueza, e a desunião, à falta de defesa contra golpes e ciladas inimigas. A Federação Operária aconselhou também a continuarem em permanente contato com suas associações.

Em 1906, deveria ter se realizado o I Congresso Operário do Estado de São Paulo, cujo principal objetivo era incentivar e mobilizar o operariado do interior do Estado. Contudo a greve dificultou sua realização e ele foi substituído pela I Conferência Operária, realizada pela Federação Operária de São Paulo, nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 1906. Calcados nas lições aprendidas principalmente com a greve dos ferroviários, convocaram os operários para discutir:

---

34. Novo Rumo. 10/6/1906, p. 1.

1. A apatia e o esmorecimento da marcha do movimento operário no interior do Estado;
2. A importância dos fatos que se desenrolaram com as últimas greves;
3. As lições desses fatos e as modalidades na tática de luta que deles surgiram;
4. O transcendente valor que para a propaganda têm as reuniões operárias, onde todos podem trocar idéias e estreitar os laços de solidariedade;
5. As resoluções do "Congresso Operário Brasileiro", reunido no Rio de Janeiro, a necessidade de propagá-las e praticá-las;
6. Os meios de colocá-las em prática o mais breve possível;
7. As condições atuais do operariado no Estado solicitando grande atividade na luta em prol da classe;
8. A convocação da I Conferência Estadual Operária, para estudar o exposto, com a presença de todos os operários do Estado;
9. Cada sociedade operária ou grupo operário, onde não existia associação; para delegar seus representantes à Conferência em Assembléia que estejam trabalhando no seu ofício, não explorando, por sua conta, operários ou aprendizes". 35

Os operários não deveriam se considerar vencidos porque um insucesso implicava no desaparecimento do elemento derrotado e das causas que o levaram a produzir a luta. E os operários não estavam esmagados e nem haviam desaparecidos os motivos de descontentamento e de luta. Afinal, uma greve não era senão uma manifestação mais aguda da luta social, já mais uma derrota. Trazia em si um ensinamento, um exemplo e modificações. Indicava um desenvolvimento da consciência operária, cuja importância era acentuada segundo o grau de força da organização. A idéia da greve moderna não era a de querer obter vantagens imediatas e sim a de propiciar a evolução de toda classe operária.

E a greve tinha sido, sobretudo, uma lição. Os operários aprenderam a não confiar, a não depositar esperança de triunfo em outros auxílios como a imprensa, os advoga-

dos, os intercessores de qualquer espécie. Aprenderam a contar apenas com eles próprios, para não se sujeitarem a tantos desenganos. Todos os seus atos deveriam ser conscientes e acompanhados de uma resolução serena e enérgica. Deveria haver perseverança para todas as eventualidades, já que o poder do operariado residia na força do trabalho e na união. Avançar sempre. Cada etapa deveria ser uma nova vitória, porque o futuro pertencia à classe operária.

A emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores. Para tanto, era preciso compreender que as associações deveriam se expandir e que os trabalhadores de outros ofícios se organizariam para a luta comum. Era necessário compreender que a simples contribuição mensal à associação não era suficiente. Que se contribuísse moralmente para aliviar a tarefa dos companheiros e se preocupasse como bom andamento da organização.

A não participação dos agremiados em suas organizações de classe era uma triste constatação. Era preciso que se interessassem coletivamente por todas as questões, mesmo as menos importantes; somente assim as sociedades operárias teriam o caráter que os tempos modernos exigiam e sõ assim seria eliminado o fato de sempre prevalecer a idéia de poucos em questões de interesse geral<sup>36</sup>.

Nos meses subseqüentes à greve, a imprensa operária ainda publicava notícias relacionadas às conseqüências do movimento que atingiram principalmente as cias.ferroviárias.

36. A Lucta Operária. 1/9/1906, p. 1.

As primeiras notícias ligavam-se às denúncias feitas por operários da Cia. Mogiana que, em Ribeirão Preto, expulsava e perseguia seus empregados, membros da Liga Operária.<sup>37</sup>

Nas oficinas da São Paulo Railway foi colocado um relógio para marcar as horas e minutos em que o operário entrava e saía. Se perdia um dia, mais 35' lhe eram descontados.

Em Rio Claro, um delegado que durante a greve havia praticado inúmeras arbitrariedades continuou a proibir reuniões com o pessoal enviado pela Federação Operária de São Paulo para angariar donativos em favor das vítimas da Cia. Paulista.

Por outro lado, a reação da administração da Paulista foi interessante. Embora, durante a greve, negasse que os operários fossem coagidos a participar da Sociedade Beneficente, fez publicar uma circular em 15 de agosto de 1906, assinada pelo Dr. Monlevade:

*"De ordem da diretoria da Cia. Paulista declaro aos empregados desta estrada que a partir do dia 19 de setembro próximo ninguém é obrigado a fazer parte da Sociedade Beneficente dos empregados da Cia. Paulista.*

*Todos aqueles a quem não convier continuar como sócios daquela sociedade devem fazer ao secretário da mesma, em Jundiaí, a comunicação respectiva, até o dia 31 do corrente, devolvendo ao mesmo os respectivos diplomas".* 38

E, ainda, conforme consta dos autos do processo arquivado no Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Jundiaí, quando do julgamento dos principais implicados na greve, o próprio Dr. Monlevade, na justificação feita nos autos,

37. A Terra Livre. 15/8/1906, p. 3. e O Livre Pensador. 5/8/1906, p. 2.

38. A Terra Livre. 9/9/1906, p. 1.

procurou isentar os denunciados, depondo francamente a favor dos mesmos, afirmando que não eram exaltados e nem grosseiros, pelo contrário, pacatos e cumpridores dos seus deveres.

Diante desta e de outras provas, a defesa sustentou a improcedência da acusação. Apresentados os quesitos, os juizes isentaram os acusados de qualquer responsabilidade criminal, razão por que foram absolvidos em 13 de dezembro de 1906<sup>39</sup>.

Ainda em 1906, as greves continuaram com certa intensidade em outros estados do Brasil como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. (Quadro nº 7)

---

39. O Estado de São Paulo, 7/6/1953, apud RODRIGUES, E., Tra-  
balho e Conflito. pp. 104 a 106.

## QUADRO Nº 7

GREVES(maio a dezembro de 1906)

mês	Estabelecimento ou Categoria	Local
setembro	Ferrovianos da Tijuca	Rio de Janeiro
outubro	Sapateiros	Rio de Janeiro
outubro	Pedreiros	Porto Alegre
outubro	Calçados	Porto Alegre
outubro	Tecelões	Porto Alegre
novembro	Doqueiros	Recife
novembro	Carroceiros	Recife
novembro	Ferrovianos da descarga (Great Western)	Recife
novembro	Estivadores	Recife
novembro	Carvoeiros	Recife
novembro	Pessoal dos Bondes	Recife
novembro	Fressureiros	Recife
novembro	Padeiros	Recife
novembro	Talhadores	Recife
novembro	Fábrica de sabão	Recife
novembro	Cocheiros	Rio de Janeiro
dezembro	Carroceiros	Rio de Janeiro

Fonte: Jornais Consultados

A partir de 1907, as primeiras notícias de algumas conquistas começaram a aparecer. A Cia. Mogiana, logo no 1º dia do ano, concedeu aos seus operários a jornada de 8 horas. Também a Cia. Paulista implementou espontaneamente o dia de 8 horas e a pensão para viúvas dos empregados menos graduados<sup>40</sup>.

40. O Estado de São Paulo. 25/2/1940, p. 2.

Nestas medidas seguiram o exemplo as oficinas Arens e a Cia. de Veículos de São Paulo.

Continuando com o movimento de organização do operariado, o Centro de Estradas em Ferrovias, correspondendo aos seus fins de foco de instrução proletária, iniciou uma série de conferências sobre o Sindicalismo<sup>41</sup>. E mais, chamaram a atenção dos ferroviários para o fato de que, apesar do seu natural contentamento (as Cia. Mogiana e Paulista haviam estabelecido espontaneamente a diária de 8 horas de trabalho), ainda, entre eles, muitos companheiros dos armazéns da Paulista e de algumas repartições da Mogiana continuavam a trabalhar mais horas extraordinárias.

Por fim, orientaram os trabalhadores sobre a diminuição das horas de trabalho:

1. Descansar para restabelecer as forças perdidas pelo excessivo labutar diário;
2. poder cuidar da higiene do corpo;
3. dedicar algumas horas ao estudo;
4. dar trabalho a quem não tem ocupação, para que também possa viver um pouco mais humanamente". 42

Assim, ficava claro que deveriam trabalhar apenas oito horas por dia e que todo serviço extraordinário fosse recusado para que outros companheiros sem trabalho tivessem oportunidade de emprego.

Estava iniciada a luta pelas oito horas cuja semente havia sido lançada no Congresso de abril de 1906.

41. A Terra Livre. 22/1/1907, p. 3. e 25/5/1907, p. 3.

42. A Terra Livre. 22/1/1907, p. 3.

### 3. Observações Finais

Não é difícil analisar porque a classe dominante e o governo atuaram com tanta veemência visando normalizar, a qualquer custo e o mais breve possível, a situação, utilizando-se das mais diferentes formas de pressão já apresentadas anteriormente.

As greves, neste período, eram tratadas como rebelião e, ao serem combatidas com energia, o governo e o capital mostravam sua força sobre o trabalho.

Além do mais, a partir de 1902, a preocupação com a manutenção da ordem pública intensificou-se. Até mesmo o direito à reunião pública, garantido pela Constituição Federal, passou a ser questionado. Nesta época, em nome da manutenção da ordem, as pessoas foram perdendo a possibilidade de se associarem livremente para reclamar e solicitar providências dos poderes públicos, quando injustiçadas<sup>43</sup>.

O menor rumor sobre possibilidade de uma greve colocava a polícia de prontidão, para que, se necessário, houvesse a manutenção da ordem e a garantia dos bens da Cia. ou indústria. Entretanto, as manifestações tornavam-se mais violentas quando a polícia intervinha no sentido de garantir o trabalho dos que assim o desejassem.

A mão forte que os governos Federal e Estadual emprestaram para comprimir os interesses dos trabalhadores de São Paulo, na greve de maio de 1906, demonstrou bem a atitude assumida pelo poder político com relação à questão social.

43. ver ROSA, Z.P., Alguns aspectos presentes nos relatórios elaborados entre 1892 e 1929, pelos Chefes de Polícia e Secretários da Justiça. p. 6.

O relatório oficial do Governo Jorge Tibiriçã, 1906, declarou ter sido necessário a polícia intervir para dissolver os ajuntamentos ilícitos de operários que ameaçavam perturbar a ordem pública com ameaças e danos materiais. Para combatê-los, a polícia invadiu e fechou a Federação Operária e prendeu diversos cabeças da greve, restabelecendo quase que imediatamente a ordem pública sem necessidade, segundo eles, de recorrer à força armada. ANEXO 73.

Por outro lado, o relatório publicado por Washington Luis, secretário da Justiça de São Paulo, no período, contradiz a afirmação do relatório do presidente do Estado, no que se refere à ausência da força armada durante a repressão à greve. Esta esteve a maior parte do tempo presente e ativa na defesa dos interesses empresariais. O relatório de Washington Luís foi bem claro ao afirmar que, noticiada sua deflagração, o governo procurou tomar todas as providências e medidas que o caso exigia, no intuito de garantir os bens da Cia. e manter a ordem pública. Entre estas providências estava a utilização das forças armadas, no combate ao movimento grevista. ANEXO 71.

Esta greve de que foi palco o Estado de São Paulo provocou as mais diferentes manifestações por parte da opinião pública, uma vez que colocou em jogo uma soma extraordinária de interesses.

De maneira geral, causou, inicialmente, surpresa, expectativa e inquietação; desde as primeiras manifes

tações de irredutibilidade de ambos os lados, foi possível prever violentas manifestações de hostilidade.

Era natural perceber que quaisquer que fossem as resoluções tomadas pela diretoria da Cia. Paulista, elas não passariam de medidas no intuito de defender os grandes capi-tais confiados a sua guarda e gerência.

Por outro lado, a expectativa de cerca de 4 mil homens dispostos a contrariar as decisões da Cia. provocava tensão entre eles.

Tanto de um como de outro lado, era inevitável o surgimento de paixões ou ódios, sobre os quais a ação do go-verno deveria pairar calma, isenta de ânimo, imparcial.

A situação tornou-se preocupante, já que afetou principalmente os interesses da atividade comercial e agrícola.

De maneira geral, os jornais expressavam que, se não fossem os prejuízos que fatalmente as greves causavam, elas seriam sempre merecedoras de simpatia pela justa aspira-ção que representavam. Por isto a greve deveria ser pacífica e bem fundamentada, revelando-se como um movimento absolutamente claro nas suas causas e nos seus fins, sob pena de sã ofe-recer resultados negativos e prejudiciais.

Afinal, o movimento não era apenas a justa re-presália do operariado oprimido; a simpatia recebida de vários setores da sociedade demonstrava que a luta sensibilizava outras classes igualmente prejudicadas.

No entanto, aos poucos, a população e a imprensa foram percebendo que, de modo geral, a greve não teria solução fácil como foi previamente divulgado. Os embaraços criados nas tentativas de negociação já dividiam a opinião pública, cansada de prejuízos e violências.

Alguns setores da imprensa burguesa, que até um certo tempo permaneceram imparciais, começaram a manifestar impaciência e a dar certo apoio às medidas adotadas pela administração da Cia., apesar de continuarem a criticar as intervenções dos governos Estadual e Federal.

Para todos, a situação não podia se prolongar. A greve dos operários da Cia. Paulista já não podia ser encarada como uma contenda entre empregados e patrões; a vida nacional estava sendo atingida.

*"Na capital da República, já vai o trabalho se paralisando pelo abandono em que os operários deixam as fábricas num movimento de solidariedade decidida com os seus companheiros. E contra o governo de São Paulo, para o qual olhava todo o país com as mais dignificantes expressões de simpatia e apoio, pela sua desassomburada iniciativa de defesa das classes que trabalham e produzem, já se levanta toda a opinião brasileira, que o julga o culpado dessa perigosa situação". 44*

Esperavam todos que brevemente se normalizasse a vida em todo o território do Estado, já bastante prejudicado economicamente.

---

44. Comércio de São Paulo. 26/5/1906, p. 1.

Apesar da Cia. Paulista ter mandado publicar i  
númeras vezes, durante a greve, que o tráfego da empresa esta  
va normalizado, houve na verdade uma paralisação no transpor  
te de sacas de café entre o interior, Jundiaí e Santos, con  
forme demonstra o quadro a seguir:

## QUADRO nº 8

TRANSPORTE DE CAFÉ PELA COMPANHIA PAULISTA  
(Período de 14/5 a 3/6/1906)

Data	Situação do Mercado	Sacas recebidas pela Cia. Paulista em Jundiaí a serem despachadas para São Paulo e Santos
14/5	calmo	6.092
15/5	paralisado	391
16/5	paralisado	-
17/5	-	-
18/5	-	-
19/5	-	-
20/5	-	-
22/5	-	566
23/5	-	-
24/5	-	-
25/5	-	1.114
26/5	-	-
27/5	-	-
29/5	fraco	4.787
30/5	-	5.581
31/5	-	7.631
1/6	-	9.112
2/6	-	8.120
3/6	-	17.150

(-) Ausência de informações

Fontes: Comércio de São Paulo e demais jornais consultados  
Período de 15/5 a 4/6/1906.

Entretanto, esta paralisação temporária não chegou a afetar diretamente a economia da empresa. Em primeiro lugar, a colheita da safra estava no seu início e o tempo de transporte interrompido foi muito pequeno. Por exemplo, em 1º de maio o transporte para Jundiá pela Cia. Paulista foi de 9.972 sacas; em 14/5, véspera da greve, foi de 6.092, o que demonstra não estar ainda no auge da colheita. No início do mês de junho, o transporte estava totalmente normalizado.

Depois, o relatório da Cia. Paulista referente a 1906 registra um aumento considerável em quase todos os elementos do tráfego, principalmente no café.

QUADRO Nº 9

Ano	Café		Receita
	Toneladas	Sacas - 60K cada	
1905	356.396	5.939.933	10.269:937\$450
1906	590.797	9.846.617	18.261:046\$830

Fonte: Relatório da Cia. Paulista nº 58, 1906.

Este aumento considerável deveu-se, principalmente, à extraordinária safra de café de 1906, a maior até então, no Estado de São Paulo<sup>45</sup>. O total de 590.797 toneladas transportadas foi o máximo alcançado pela Cia. Paulista, comparáveis apenas às 505.430 toneladas do ano de 1901.

A receita total da Cia. Paulista também cresceu consideravelmente. De 18.421:280\$525 em 1905, foi para 27.110:074\$320 em 1906, sem incluir a importância das multas

45. Uma parte do saldo apurado foi utilizado para pagamento dos juros de 5% do empréstimo de 1892, contraído para a compra da Estrada de Ferro do Rio Claro, o que contribuiu para uma redução considerável da dívida com a Inglaterra.

pagas pelo pessoal e dos ordenados não procurados, entregues à Sociedade Beneficente, num total de 14:548\$180.

Pode-se concluir, assim, que os prejuízos da Cia. Paulista foram, na realidade, insignificantes e provocados principalmente pelo grande número de indenizações sofridas pela Paulista e pelas despesas judiciais ocorridas principalmente em decorrência da greve, permanecendo praticamente nas mesmas proporções as demais despesas.

QUADRO Nº 10

Despesas	Ano	
	1905	1906
Indenização por avaria ou extravio de mercadorias	421\$670	4:391\$250
Despesas judiciais	865\$280	2:134\$720
Total	-	+5:239\$020

Fonte: Relatório da Cia. Paulista nº 58, 1906.

No entanto, no cômputo geral, o aumento de despesas nestes setores, ocorrido em pouco mais de 15 dias, não influenciou no balanço da receita final da Cia. que teve um superavit de 8.727:487\$032 em relação a 1905, devido principalmente à grande produção cafeeira de 1906.

Quanto ao pessoal da administração da Paulista, alvo de críticas e reivindicações dos grevistas para que fossem demitidos, após a greve viram-se prestigiados e beneficiados com promoções oferecidas pela Cia.<sup>46</sup>.

46. Relatório da Cia. Paulista nº 58, 1906, pp. 15 e 16.

Entretanto, desconhecemos as causas que levaram o antigo Inspetor Geral Dr. Manuel Pinto Torres Neves a pedir exoneração do cargo. Sua participação na greve, conforme observamos, tendeu para a Cia., apesar de, inicialmente, os operários terem demonstrado simpatia por ele. De qualquer forma, a exoneração foi concedida, sendo nomeado para preencher sua vaga, justamente o Dr. Francisco Paes Leme de Monlevade que exercia o cargo de Chefe da Locomoção e Vice-Inspetor Geral. A Diretoria da Paulista manifestou pesar pela saída do Dr. Torres Neves que exercera seu trabalho com zelo e inteligência durante 18 anos.

Outro funcionário superior de destaque na greve, o Chefe do Tráfego Sr. Max Mundt, após o movimento de maio pediu e teve concedida a aposentadoria por contar já cerca de "35 anos de excelentes serviços prestados a Cia., como verdadeiro exemplo de assiduidade e retidão no cumprimento do dever". Em seu lugar, nomeou-se o Dr. Henrique Burnier que fazia parte do pessoal técnico da Paulista e cuja demissão também havia sido solicitada pelos grevistas.

Finalmente, a Cia. Mogiana, pouco atingida pela greve, limitou-se a comunicar a interrupção do tráfego.

*"Nos dias 19, 20 e 21 de maio não circularam os trens, excetuando-se alguns que se recolhiam por motivo de greve, com caráter pacífico, do pessoal, manifestando-se solidário com o da Companhia Paulista". 47*

---

47. Relatório da Companhia Mogiana, nº 54, junho/1907, p. 121.

Comunicou ainda que de 22 a 25 de maio haviam apenas circulado os trens expressos e mistos. De 26 em diante, estava todo o serviço normalizado, excluído o dos trens cujas locomotivas não se achavam no ponto de partida.

Assim considerados os fatos, verificamos que, na verdade, os prejuízos atingiram mais diretamente a população e os pequenos comerciantes que, ao final do movimento, intensificaram a pressão junto à Cia. e ao Governo para que a greve tivesse solução breve e definitiva.

E a Cia. Paulista, com o auxílio governamental, permaneceu irredutível na defesa de seus interesses particulares e princípios de hierarquia e autoridade.

## CONCLUSÃO

*"(...) Nota-se que os movimentos e reivindicações operárias, após 1964, num primeiro momento, retro-agiram aos primórdios ou a um estágio embrionário de lutas e organização, embora, nem por isso, tenham deixado de demonstrar o inconformismo dos trabalhadores e provar também, através de ações (...), que a classe operária não se acomodou como muitos chegaram a acreditar (...)" 1*

Recuperar e interpretar o movimento de 1906 contribuiu para reforçar sua importância para a compreensão da História e mostrar como são atuais as organizações autônomas criadas pelos operários no início do século e suas formas de mobilização, presentes hoje, através dos "novos métodos" de luta operária<sup>2</sup>, no intuito de possibilitar uma maior apropriação do espaço da fábrica, onde nenhuma seção ou setor deve ficar inoperante. As decisões são tomadas no local de trabalho e nele são planejadas as táticas de luta. Estas estratégias são uma versão nova daquelas empregadas pelos operários no início do século, quando suas organizações eram ainda pouco representativas.

Este tipo de atuação, se por um lado garante um maior poder de decisão ao operário, por outro lado facilita a ação repressiva dentro da empresa que tenta impedir a ampliação do movimento através da coação no plano individual, praticamente obrigando o operário a retornar às atividades. Inclusive, como relata Amnêris Maroni, a pressão exercida nas últimas greves do ABC não contaram apenas com a participação das chefias:

1. RAINHO, L. F. Os Peões do Grande ABC. p. 289.

2. MARONI, A. "A Fábrica: Espaço de Poder", Desvios nº 2, p. 30 a 52.

*"Em não poucos casos os diretores exerciam funções repressivas diretas ao ligar as máquinas à revelia dos operários, obrigando-os à volta ao trabalho".<sup>3</sup>*

Essas medidas se assemelham muito às atitudes adotadas por Antonio Prado e outros diretores da Companhia Paulista, nos idos de 1906. A pressão exercida era na base de homem a homem com o intuito de colocar, a qualquer preço, as locomotivas para funcionar, sendo muitas vezes os engenheiros da empresa os maquinistas em ação.

Hoje, estando as questões sindicais distantes dos trabalhadores que não vêem o Sindicato como um órgão representativo dos seus interesses, a fábrica voltou a ser o espaço concreto para sua participação e solidariedade. Estas ocorrências a nível particular, no interior das empresas, estão se tornando cada vez mais freqüentes, levando à criação de novas formas de ação e de organização, bem como ao ajustamento de outras formas mais antigas.

*"Trata-se de ação autônoma dos trabalhadores, basicamente levada a efeito sem a interferência da influência de grupos ou movimentos externos e que entre outros, mais especialmente por essa razão, provocam um amadurecimento considerável da classe, pois, desta forma, afirmam o seu próprio caminho. São instrumentos de luta que, como uma espécie de ensaio, vão possibilitando-lhes ir aquilatando sua força, combatividade e consciência da necessidade de sua organização autônoma e independente. Enfim, através destas ações os trabalhadores vão seguindo o seu caminho histórico, encontrando as soluções que vão lhes permitir resolver os próprios problemas(...)"<sup>4</sup>*

Por estes motivos, o sindicalismo, hoje, tenta recuperar o seu espaço, estando presente dentro das fábricas, no

3. MARONI, A. "A Fábrica: Espaço de Poder", *Desvios* nº 2, p. 38.

4. RAINHO, L. F., op. cit., p. 288.

dia a dia dos trabalhadores, partindo das pequenas lutas nas seções de trabalho, conscientizando os grupos de fábrica e mostrando o valor da união e da luta coletiva para melhor organizar os trabalhadores e fortalecer o Sindicato e o movimento operário em geral.

É interessante lembrar que, desde o início do século e especialmente a partir dos anos 20, registrou-se o posicionamento de autores<sup>5</sup> que, em discordância com o Leninismo, se mostraram favoráveis à criação de um partido real da classe trabalhadora e de sua auto-organização através dos locais de trabalho e dos bairros, enfatizando a necessidade da mobilização por fábrica, formada pelas "comissões de fábrica", onde os operários poderiam atuar em seu próprio nome. Chamavam a atenção para os perigos da burocracia sindical que não permite ao operário auto-dirigir-se, uma vez que sem raízes na fábrica o Sindicato se distancia das massas, funcionando mais como uma entidade assistencial.

Para estes autores, fundamentalmente, a produção da vida material constituía a estrutura essencial da sociedade, determinando as relações políticas e as lutas sociais. E, assim, sua qualidade de explorados dentro do processo de produção deveria unificá-los e impulsioná-los a tomar o poder sobre a produção porque exigia esforços e abnegação desinteressada, levando a uma convicção profunda na vitória ou na derrota, a partir de experiências ligadas a condições de tempo e lugar.<sup>6</sup>

Nesta perspectiva, a greve de 1906 foi a primei-

5. Destacamos especialmente Herman GORTER, Anton PANNEKOEK e Karl KORSCH.

6. Ler H. GORTER na obra organizada por TRAGTENBERG, M., *Marxismo Heterodoxo*. PANNEKOEK, A., *Lenin Filósofo* e KORSCH, K. *Que es la Socializacion? Un programa de socialismo practico*.

ra ação concreta do proletariado paulista contra as condições gerais de existência e que contou com a adesão de vários of cios e categorias profissionais, unindo, inclusive na ação, as tendências divergentes da liderança operária. Teve ela um sen tido especial marcando o início de uma prática política, num período em que o operariado lutava para conquistar maiores di reitos sociais apenas através da ação direta, sendo a greve, uma de suas formas.

A manifestação foi espontânea, de protesto, pois partiu dos trabalhadores através da Liga Operária, uma espécie de "comissão de fábrica" que agregava os operários da Companhia Paulista e não da Federação Operária de São Paulo, criada justamente para unificar a ação operária, uma vez que acreditava não estar o operariado preparado para a luta. Mas os ferroviários reagiram contra o sofrimento e privações, posto que sentiam cada vez mais intensamente a exploração de sua força de trabalho. Tal fato se refletiu no próprio estilo da luta e em suas contradições.

Enquanto a grande imprensa sugeria que os anar quistas haviam sido os promotores da greve, os jornais operários mostravam-se visivelmente surpresos com o movimento e seus desdobramentos, pois ignoravam até o momento qualquer ti po de mobilização concreta dos ferroviários.

Apesar da frágil organização do movimento sindical, houve uma resposta pronta, capaz de mostrar a vitalidade e a força no seio do proletariado, cuja arma principal - a so lidariedade de classe - se estendeu inclusive para fora dela, através do apoio dos comerciantes e da simpatia da população.

A ausência de um plano articulador de caráter mais geral e de experiências anteriores nas mesmas proporções, fez com que a Federação Operária se colocasse à frente do movimento na tentativa de ampliá-lo para outros setores, introduzindo na luta reivindicações gerais da classe trabalhadora. Assim, as causas da greve que antes apareciam visando a melhores condições de trabalho dentro da empresa, perderam posteriormente este caráter exclusivo, quando, no desenrolar da greve, apareceram os primeiros indícios de reivindicações mais amplas, como a das 8 horas de trabalho. Aos poucos, o movimento foi assumindo as características das decisões do 1º Congresso Operário Brasileiro que enfatizou, como vimos anteriormente, a necessidade crescente da solidariedade, a luta pela diminuição das horas de trabalho e a intensificação da ação direta, principalmente através da greve geral e da manifestação pública.

Esta situação reforça nossa análise, no sentido de não atribuirmos uma atuação preponderante a qualquer uma das diferentes facções da vanguarda operária em relação à organização da greve. Não podemos, no entanto, ignorar a ação desenvolvida por elas no desenrolar do movimento. Ou seja, a greve inicialmente de caráter espontâneo, foi logo sendo assumida pela Federação Operária que, na tentativa de coordenar o movimento, se fez presente através da ampliação e modificação das reivindicações consideradas inicialmente como moderadas e da tentativa de desencadear uma greve geral. Além do que, a Federação esteve sempre presente durante as negociações e praticamente assumiu a responsabilidade pela redação dos boletins divulgados durante a greve, principalmente quando os diretores da Liga Operária da Cia. Paulista caíram na clandestinidade.

Com certa frequência, os boletins e manifestos relativos ao movimento dos ferroviários<sup>7</sup> conclamavam o operariado à paralisação geral. Necessário se faz, então, abordarmos uma questão fundamental ligada à caracterização da greve geral.

Apesar de amplamente divulgada pela imprensa operária, principalmente a partir da realização do 1º Congresso Operário Brasileiro, não chegaram a conceituar a greve geral ou a estabelecer os parâmetros de sua amplitude. Sabemos apenas que ela deveria alcançar principalmente ofícios que dominassem os sistemas de produção, como os transportes, acompanhada de um movimento de apoio dos demais setores operários, provocando uma repercussão maior que as demais greves.

Rosa Luxemburgo<sup>8</sup> chama a atenção para o fato de que situações concretas bastante específicas e diferenciadas foram igualmente caracterizadas como greve geral.

Diante disso, devemos lembrar que a solidariedade obtida pelos ferroviários, em 1906, fez com que a ligação das diferentes greves entre si levasse o movimento a uma situação muito próxima àquela entendida pelos anarquistas como greve geral. Para Rosa Luxemburgo a greve geral anarquista é teórica e abstrata, uma vez que sua liderança considera possível, de uma só vez, com uma greve geral "prolongada", promover a revolução. Segundo ela, é falso imaginar a greve geral como uma ação isolada, pois deve ser o resultado de todo um período da luta de classes que se estende por vários anos.<sup>9</sup>

7. ver ANEXOS no final deste trabalho.

8. LUXEMBURGO, R. *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*. p.209.

9. Idem, *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. pp. 31 e 43.

Para nós, o movimento de 1906 não passou de uma tentativa de greve geral, de um "ensaio", segundo as palavras de Azis Simão<sup>10</sup>. A greve geral não chegou a ocorrer porque a solidariedade foi proposta pela liderança anarquista, que, entusiasmada diante do inesperado, não considerou aspectos importantes para sua efetivação, como o nível de organização e "educação" do operariado. Assim, as adesões ocorreram de forma espontânea e desencontrada, ocorrendo nos últimos dias da greve dos ferroviários, sem uma participação homogênea do proletariado. Muitos setores e categorias aderiram e saíram da greve no mesmo dia. Foram incapazes de manter a vitalidade inicial. Além do mais, existiu também o violento processo de repressão, quando o governo atuou para normalizar a ordem e a estrutura vigentes. Rememorando rapidamente, tanto a linha da ferrovia como algumas cidades foram controladas por policiais, com suspensão das garantias constitucionais. E, ainda, ocorreram pressões, prisões e mortes, que, se por um lado levaram outros setores do operariado ao protesto, de outro, resultaram no enfraquecimento da greve e do próprio movimento de solidariedade. Também é preciso ressaltar que neste período o desemprego era grande, facilitando a ação dos "krumiros"; e mais, a greve ocorreu no início da safra, numa época em que a superprodução preocupava os produtores, diminuindo o poder de barganha dos grevistas. Acrescenta-se que a greve estendeu-se sem que houvesse objetivos definidos a reivindicar, favorecendo a ação patronal. Finalmente, a greve de 1906 não contou com a adesão dos ferroviários da São Paulo Railway e dos portuários de Santos, de quem dependia, fundamentalmente, o êxito do movimento.

---

10. SIMÃO, A. Sindicato e Estado. p. 106.

De qualquer forma, apesar do caráter natural inicial e da posterior intervenção da Federação Operária, o desdobramento da greve provou não ter sido ela prematura, como alguns quiseram afirmar. Entretanto, apesar da repercussão da mobilização frente ao Estado, as perdas iniciais relacionadas principalmente às demissões da greve foram grandes, enquanto as conquistas obtidas foram relativamente poucas e a longo prazo<sup>11</sup>. O importante é ter o movimento se revelado capaz de um nível de ação inesperado, apesar da organização insuficiente. De qualquer forma, a greve, que partiu de uma corporação vital do sistema nacional - a ferrovia - além de denunciar as contradições entre o capital e o trabalho, cumpriu seu papel em relação ao movimento operário, pois se constituiu em uma verdadeira "ginástica educativa e revolucionária", conforme a terminologia dos jornais anarquistas, favorecendo a evolução do que deveria culminar com a "greve geral revolucionária", considerada por eles como a ação última na luta pela libertação do proletariado.

O trabalho em questão pretende contribuir para o estudo do movimento operário brasileiro. Ao analisarmos um movimento particular e local, pudemos descobrir fatos significativos sobre a ação operária que escapam às teorias globais, aos referenciais teóricos pré-estabelecidos. Por este motivo, privilegiamos o local e o momento histórico da deflagração da greve como ponto de partida e de chegada da luta. A análise nos levou à percepção das contradições do real, que não diferem muito das apresentadas pelas práticas de luta hoje empregadas pelo operariado, na tentativa de desenvolver um movimento autônomo e, portanto, mais representativo da classe.

11. ver Capítulo III, item 2.

## BIBLIOGRAFIA

### JORNAIS:

- AVANTI!* São Paulo, Editor Alceste de Aμβrys, 1900/1901.
- O ALPHA*, Rio Claro, 1906.
- LA BATTAGLIA*, São Paulo, Editor Oreste Ristori, 1904/1906.
- CIDADE DE CAMPINAS*, Campinas, 1906.
- O COMÉRCIO DE SÃO PAULO*, São Paulo, 1906.
- DIÁRIO DE SANTOS*, Santos, maio de 1906.
- DIÁRIO POPULAR*, São Paulo, maio de 1906.
- O ESTADO DE SÃO PAULO*, São Paulo, maio de 1906 e 25 de fevereiro de 1940.
- FANFULLA*, São Paulo, maio de 1906.
- JORNAL DE PIRACICABA*, Piracicaba, maio de 1906.
- JORNAL OPERÁRIO*, (Órgão Defensor das Classes Trabalhadoras) São Paulo, Editores Prof. Roldão de Barros e Isidoro Diego, 1905.
- O LIVRE PENSADOR*, São Paulo, Editores Everardo Dias e Antônio Garcia Vieira, 1906.
- LA LOTTA PROLETARIA*, (Órgão della União dos Sindicatos di São Paulo), São Paulo, 1908.
- A LUCTA PROLETÁRIA*, (Órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo), São Paulo, 1906/1908.
- NOVO RUMO*, (Órgão dedicado à Defesa dos Trabalhadores), Rio de Janeiro, 1906-1907.
- A PLATÉA*, São Paulo, 1906.
- IL SECOLO*, São Paulo, Diretor proprietário Antonio Piccarolo, maio de 1906.
- A TERRA LIVRE*, São Paulo, Editor Edgard Leuenroth, 1905/1907.
- A TRIBUNA*, Santos, maio de 1906.
- A VOZ OPERÁRIA*, (Órgão das Classes Trabalhadoras), Campinas, São Paulo, 1907.

LIVROS E ARTIGOS:

- AMARAL, Leopoldo (org), A Cidade de Campinas em 1900. Ed. Livro Azul de Castro Mendes & Irmão, 1899.
- ANNAES da Câmara dos Deputados, Vol. I e II, 1906, Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1907.
- BEIGUELMAN, Paula, A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos, São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1968.
- \_\_\_\_\_, Os Companheiros de São Paulo. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.
- BENEVOLO, Ademar, Introdução à História Ferroviária do Brasil. Estudo Social, político e histórico, Recife, Edições Folha da Manhã, 1953.
- CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Vol. I e II, tese de doutoramento, IFCH, UNICAMP, 1975.
- CARONE, Edgard, A República Velha (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, Difel, 1972.
- \_\_\_\_\_, Movimento Operário Brasileiro (1877-1944). São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1852, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, Tomo XV, Parte II, 1853.
- COLODRÓN, Alfonso, Aportación al Estudio de la Huelga General. (La huelga general de Barcelona de 1902), IFCH, UNICAMP, mimeo.
- CONGRESSO OPERÁRIO, Rio de Janeiro, 1906. Resoluções, mimeo.
- COSTA, Wilma P., Ferrovias e Trabalho Assalariado em São Paulo. tese de mestrado, IFCH, UNICAMP, 1976.
- DEAN, Warren, A Industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, 1971.
- \_\_\_\_\_, Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1880-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DEBES, Cêlio, A Caminho do Oeste: subsídios para a História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias, 1a. parte, 1832, 1869, São Paulo, Edição Comemorativa do Centenário de Fundação da Cia. Paulista, 1968.
- DIAS, Everardo, História das Lutas Sociais no Brasil. 2a. edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- DINIZ, Diana M.F.L., Ferrovia e Expansão Cafeeira: Um estudo da modernização dos meios de transporte. Revista de História nº 104, 1975, p. 825 a 831.

- DULLES, John W.F. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- EGAS, Eugênio, Galeria dos Presidentes de São Paulo 1889-1920. Publicação oficial do Estado, Vol.II, 1927, Secção de obras do "O Estado de São Paulo".
- ENGELS, Friedrich, A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra. Porto, Portugal, Afrontamento, 1975.
- ESTATUTOS e Relatórios da Cia. Paulista (Contracto com o Governo Provincial e Concessões do Governo Geral), 1868, São Paulo, Typografia do "Correio Paulistano", 1870.
- FAUSTO, Boris, Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, Difel, 1976.
- FERNANDES, Doraci A.L. e MARQUES, Maria Lúcia, A Estrada de Ferro na Periferia do Sistema Capitalista. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica apresentado à FAPESP, 1976.
- FERNANDES, Heloisa R. "A Força Pública do Estado de São Paulo" in História Geral da Civilização Brasileira. V.9, 2a.ed. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1978, cap. VI.
- FERREIRA, Maria Nazareth, A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920. Petrópolis, Vozes, 1978.
- FINZI, Enrico, Alle Origini del movimento Sindicale: i ferrovieri. Bologna, Il Mulino, 1975
- FOOT, Francisco & LEONARDI, Victor, História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo, Global, 1982.
- FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil. 6a. ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GITAHY, Maria Lúcia C., Os Trabalhadores do Porto de Santos 1889-1910. Tese de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 1983.
- HALL, Michael M., Imigração e Classe Operária em São Paulo. IFCH, UNICAMP, mimeo.
- KORSCH, Karl, Que es la Socializacion? Un Programa de Socialismo Practico. Cordoba, Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente - 45, 1973.
- LENIN, V., Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Global, 1979.
- LEVI, Darrell E., A Família Prado. São Paulo, Cultura, 1977.
- LUXEMBURGO, Rosa, Greve de Massas, Partido e Sindicatos. (1906), São Paulo, Kairós, s/d.
- \_\_\_\_\_, Reforma, Revisionismo e Oportunismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Lisboa, Porto, Luanda, Centro do Livro Brasileiro, 1975.
- MAGNANI, Silvia I.L. O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917), tese de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 1979.

- MARAM, Sheldon L., Anarquistas Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARONI, Amnêris, "A Fábrica: Espaço de Poder", Desvios nº 2, agosto de 1983, p. 30 a 52.
- MARTINS, José de S., A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARX, Karl, "Maquinaria e Indústria Moderna", in O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, Vol. I, Cap. XIII, 1970.
- \_\_\_\_\_, "Os Custos de Circulação", in O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro II, Vol. III, Cap. VI, 1970.
- MATOS, Odilon N., Café e Ferrovias. São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1974.
- MATTOON, Robert H. Jr., The Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1868-1900: A Local Railway Enterprise in São Paulo, Brazil. Yale University, Ph. D. Dissertation, 1971.
- MEDEIROS, Marluce M., Estradas de Ferro e Ensino Industrial. Um Estudo de Caso, tese de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.
- MOISES, José A., Greve de Massa e Crise Política. (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953/54), São Paulo, Polis, 1978.
- \_\_\_\_\_, Lições de Liberdade e de Opressão. Os trabalhadores e a luta pela democracia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- NEVES, Maria Cecília B., A Greve dos Sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa, Rev. de Administração de Empresas, 13(2):49-66, junho de 1973, pp. 49 a 66.
- OCTÁVIO, Benedicto & MELILLO, Vicente (org), Almanach de Campinas para 1908. Campinas, Typ. da Casa Mascotte, 1907.
- \_\_\_\_\_, Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Campinas, Typ. da Casa Mascotte, 1912.
- PANNEKOEK, Anton, Lenin Filósofo. Córdoba, Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente - 42, 1973.
- PICANÇO, Francisco, Dicionário de Estradas de Ferro e Ciências e Artes Accessórias. Rio de Janeiro, Imprensa a Vapor, H. Lombaerts & Comp., Vol I e II, 1891.
- PINHEIRO, Paulo S., "O Proletariado Industrial na Primeira República" in História Geral da Civilização Brasileira. V. 9, 2a. ed., São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1978, cap. IV.

- PINHEIRO, Paulo S., "Trabalho Industrial no Brasil: uma Revisão", Estudos Cebrap (14), 1975.
- PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael; A Classe Operária no Brasil (1889/1930). São Paulo, Alfa-Omega, 1979, 2v.
- RAINHO, Luis F., Os Peões do Grande ABC, Petrópolis, Vozes, 1980.
- REGULAMENTO e Instruções para os Empregados da Divisão do Tráfego, Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, 1905.
- RELATÓRIO apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçã, Presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luis P. Souza, em 1906, São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Comp, 1907.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação de 27 de junho de 1907, nº 54.
- RELATÓRIOS da Directoria da Companhia Paulista - (1869 a 1907).
- ROCK, David, "Lucha Civil en la Argentina - La Semana Tragica de Enero de 1919" in Desarrollo Economico. Vol. II nº 42-44, Julio 1971 - marzo de 1972, pp. 164 a 214.
- RODRIGUES, Edgar, Socialismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- \_\_\_\_\_, Alvorada Operária - Os Congressos Operários no Brasil. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.
- \_\_\_\_\_, Trabalho e Conflito: Pesquisa (1906/1937). Rio de Janeiro, Arte Moderna, s/d.
- RODRIGUES, José A., Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. 2a. ed., São Paulo, Símbolo, 1979.
- RODRIGUES, Leôncio M., Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1966.
- ROSA, Zita de P., Alguns Aspectos Presentes nos Relatórios Elaborados, entre 1892 e 1929, pelos Chefes de Polícia e Secretaria da Justiça. FAFIH, USP, 1977, mimeo.
- SAES, Flávio A.M., As Ferrovias de São Paulo: (1870-1940). Tese de Mestrado, FEA, USP, 1974.
- SEGNINI, Liliana R.P., Ferrovia e Ferrovieiros: uma construção para a análise do poder disciplinar na empresa, São Paulo, Autores Associados, Cortez, 1982.
- SFERRA, Guiseppina, Anarquismo e Anarco-Sindicalismo: Orientações do Movimento Operário Brasileiro em 1906-1907. Tese de Mestrado, UNIMEP, Piracicaba, 1982.

- SILVA, Lígia M.O., "A Luta pela Regulamentação do Trabalho na Primeira República". Cara à Cara, nº 2, dez. de 1978 pp. 98 a 106.
- SILVA, Sérgio, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SIMÃO, Azis, Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.
- SOCIOLOGIE DU TRAVAIL, "Les Grèves", Número spēcial, octob<sup>re</sup>-decembre, nº 4, 1973.
- THESE Sobre a Viação Fērrea Geral e Navegação Fluvial do Brazil, Campinas, Typ. a vapor Livro Azul, Castro Mendes & Irmão, 1902.
- THOMPSON, Edward, La Formaciōn Histōrica de la Clase Obrera. Inglaterra: 1780-1832, Barcelona, Laia, 1977, 2v.
- TRAGTENBERG, Maurício (org), Marxismo Heterodoxo. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- VIANNA, Luis W., Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- WOODCOCK, George, Os Grandes escritos Anarquistas. Porto Alegre, L & P.M., 1981.

A N E X O S

## ANEXO 1

FERROVIÁRIOS : Categorias de TrabalhoINSPETORIA GERAL

- Inspetor Geral
- Secretário
- Contínuo

CONTADORIA

- Contador
- Ajudante de Contador
- Pagador
- Caixa
- Ajudante de Caixa
- Auxiliar
- Chefes de Secção
- Escriturários e praticantes
- Agente em Jundiaí São Paulo Railway
- Encarregados da escrita de carros, vagões e encerados
- Apontadores de carros, vagões e encerados
- Impressores de bilhetes
- Contínuos

ALMOXARIFADO

- Almozarife
- Encarregado de depósito
- Escriturários e praticantes
- Conferentes e armazenistas
- Feitores e trabalhadores

TRÁFEGO

- Chefe
- Ajudantes
- Auxiliares, escriturários, ajudantes e praticantes
- Conservação da linha telegráfica e aparelhos

- Chefes de estações e ajudantes
- Telegrafistas e praticantes
- Bilheteiros, conferentes, escriturários, ajudantes, - prati  
cantes e porteiros
- Manobradores, mensageiros, portadores, vigias e trabalhado-  
res
- Guardas porteiras
- Guardas ajudantes e praticantes de trem

### LINHA

- Engenheiro Chefe da linha
- Engenheiro ajudante do chefe da linha
- Engenheiros residentes e ajudantes
- Desenhista
- Escriturário
- Mestre de linha geral
- Mestres de linha das secções
- Feitores
- Trabalhadores
- Mestre dos pedreiros
- Pedreiros e serventes
- Carpinteiros e pintores
- Ferreiros e malhadores
- Maquinista do britador

### LOCOMOÇÃO

- Escritório - Chefe da locomoção
- Ajudante da locomoção
  - Engenheiros praticantes
  - Chefe do escritório
  - Inspetor da tração
  - Desenhista
  - Escriturário
  - Amanuense
  - Praticantes
  - Contínuo
- Oficinas - Mestre geral
- Contra-mestre
  - Mestres de Oficinas

- Ajustadores
- Torneios
- Caldereiros e funileiros
- Ferreiros
- Fundidores
- Carpinteiros
- Trabalhadores
- Pintores
- Malhadores
- Limadores
- Serradores
- Operários diversos
- Aprendizes

Tração

- Chefe dos maquinistas
- Escriturário
- Chefe de depósito
- Maquinistas
- Foguistas
- Limpadores

Fontes : - Relatórios da Companhia Paulista - 1905 e 1906 e  
 PICANÇO, Francisco - Diccionario de Estradas de  
Ferro e Ciências e Artes Accessórias, Rio de Ja  
 neiro, Imprensa a vapor, H. Lombaerts & Comp. ,  
 vol. I, 1891.

## ANEXO 2

"Jundiaí 28-4-906 - Ilmo Sr. dr. M.P. Torres Ne  
ves, D. D. Inspetor Geral da Companhia Paulista.

Jundiaí

Forçado por motivos imperiosos, o Conselho Admin  
istrativo da Liga Operária ( secção Cia. Paulista ) vem pe-  
rante V.S.<sup>a</sup> relatar e merecer justiça acerca da grave falta com  
metida pelo chefe da Estação Jundiaí Paulista, por puro insin  
tinto de perversidade, a desfavor do digno e honesto empregad  
o Sr. Thomas Degani, conferente, chefe exemplar de considerar  
vel família, vítima de perseguição, por ter em última hora ,  
cansado de esperar, pedido providências a V.S.<sup>a</sup> acerca de um  
passe e respectiva licença, depois de 6 anos de serviço sem  
gozar destas regalias.

Não existindo outros motivos a não ser este par  
ra dirigirem-se a V.S.<sup>a</sup>, conhecido pelos companheiros como emp  
regado zeloso e ativo, depois de 8 anos de serviço correto,  
sem a mínima queixa por parte de seus superiores, resolveram  
os abaixo-assinados, indignados com o procedimento incorreto  
do chefe da estação supra mencionada, homem que pelas suas  
faltas, goza da antipatia geral, não só dos seus subalternos,  
como dos demais empregados da Cia. ou tráfego, recorrer a Voss  
sa Senhoria.

Visto as múltiplas arbitrariedades, opressões e  
abusos que este chefe pratica em prejuízo do pessoal da Cia.,  
procedimento indigno de um homem que pela posição que ocupa,  
deveria conhecer os princípios da moral e civilização e ter  
mais respeito e consideração para com seus auxiliares que tud  
o fazem pelo bem da Cia., o Conselho da Liga, impotente para  
acalmar a indignação geral, vem respeitosamente pedir a V.S.<sup>a</sup>  
que reintegre na sua ocupação o prejudicado e, ao mesmo temp  
po, castigue, da melhor forma que V.S.<sup>a</sup> entender, este chefe  
arbitrário.

Sõ por esta forma e que o Conselho poderá mant  
er a calma no pessoal ligado.

Confiando na imparcialidade e justiça com que

V.S.<sup>a</sup> julgarã este caso, agradecemos desde já, penhoradíssimos.

Somos com todo o respeito e profunda estima de  
V.S.<sup>a</sup>.

O Conselho Administrativo da "Liga Operária" .  
( secção Cia. Paulista ).

P.S - Se a V.S.<sup>a</sup> nos dirigimos ã porque ao Conse  
lho da Liga foi entregue um abaixo assinado com relevante nũ  
mero de assinaturas, protestando contra o proceder do dito  
chefe da estação e pedindo representã-los perante V.S.<sup>a</sup> a fim  
de ser feita justiça, e que aqui juntamos."

Comércio de São Paulo - 16/5/06, p. 2

## ANEXO 3

"Jundiaí, 2-5-906 - Ilmo Sr. dr. Manuel Pinto Torres Neves, D. D. Inspetor Geral da Cia. Paulista São Paulo - Em referência ao ofício e abaixo assinados a V.S.<sup>a</sup> dirigidos cumpre-nos cientificar:

Visto a atitude exaltada e geral indignação do pessoal da Cia. acerca das contínuas ameaças e insultos que o chefe da Estação de Jundiaí Paulista dirige aos seus subalternos e mais pessoal da companhia, atacando com palavras aviltantes uma corporação de que é indigno de fazer parte, pelas suas imoralidades e grosserias, - somos forçados a pedir a V.S.<sup>a</sup> dar-nos uma solução até sábado; não podendo por mais tempo esta digna corporação de honestos operários ser alvo das infâmias deste baixo chefe, que é indigno até de ser empregado de uma importante ferrovia como a Cia. Paulista.

Outrossim, prevenimos a V.S.<sup>a</sup> que altos funcionários, seus auxiliares, procurarão comprometer V.S.<sup>a</sup>, infringindo as suas ordens e arrastando também uma classe de honestos operários a atos prejudiciais a V.S.<sup>a</sup> e à Cia. de que sois dd. inspetor.

Rogamos, penhoradíssimos, desculpar estas contínuas importunações; mas, em vista da calma que V.S.<sup>a</sup> nos recomendou, somos forçados a comunicar a V.S.<sup>a</sup> as ocorrências, visto nos julgarmos impotentes para conter a exaltação geral por mais tempo, confiando sempre aquela alta estima e respeito a V.S.<sup>a</sup>.

Os membros do Conselho Administrativo da Liga Operária de Jundiaí."

## ANEXO 4

O Conselho Administrativo da " Liga Operária " vem trazer a V.Ex.<sup>a</sup> os motivos por que nos últimos tempos, os operários em geral se têm manifestado desgostosos:

1º Todos os empregados subordinados ao sr. dr. Francisco Monlevade acham-se descontentes com aquele sr. por que no tempo do Exmº sr. Gustavo da Silveira todos os empregados eram considerados segundo as suas categorias: os maquinistas e foguistas, logo que atingissem 5 ou 6 anos de serviço, ganhavam na classe de máquinas entre Jundiá e Campinas, 280 \$ 000 os maquinistas, e 170 \$ 000 os foguistas, e entre Campinas e Cordeiro os maquinistas variavam de 260 \$ 000 a 280 \$ 000, e isto "queimando carvão", e os foguistas também variavam de 160 \$ 000 a 170 \$ 000. Atualmente, sacrificando-nos e fazendo-se o serviço com lenha em vez de carvão, há maquinistas de 14 anos de serviço que ainda não atingiram aqueles ordenados. O mesmo acontece com os foguistas, sabendo-se que entre eles há quem tenha dez anos de serviço.

Não sendo nunca rebaixados, naquele tempo, de maquinistas para foguistas, e de foguistas para limpadores, e os limpadores dispensados, o que acontece hoje, a título de economia. Por isso, o dr. Francisco de Monlevade tem desprestigiado os seus subordinados, pois que, em tempo de safra, em vez de nomear os foguistas para maquinistas nas manobras, o que ordinariamente tem havido, de 200\$000 a 215\$000, faz ocupar esses lugares por empregados de outras categorias, os quais percebem o ordenado de 400 \$ 000 e mais. E atualmente ainda existe um, em Porto Ferreira, que é estranho à classe, e por ele estar ocupando o lugar que não ganhou, estão ocupando os maquinistas e foguistas em descargas de lenha e carvão, carregando lixo, construindo pontes e outros serviços, em que em outros tempos nunca foram ocupados, o que não acontece em outras companhias. Ainda no tempo do sr. ex-chefe da locomoção, dr. Gustavo da Silveira, reconhecedor dos serviços de seus subordinados, quando acontecia de um dos seus empregados ficar doente, nunca lhe era descontado o seu ordenado.

Até para esse fim existia uma circular nas ofi

cinas da casa da máquina, a qual mão oculta retirou.

Com os limpadores acontece o mesmo:

Naquele tempo cada limpador tinha uma máquina para limpar, por noite: os ordenados variavam de 3\$500 a 4\$500; não faziam serviços estranhos a sua categoria; raro era o mês em que descontavam aos das máquinas de carga um ou dois dias.

E o que lhes acontece hoje? Em Porto Ferreira há quatro máquinas, dois limpadores; em Pirassununga, duas máquinas, um limpador; em Cordeiro, quatro máquinas, três limpadores. Sabendo-se que um destes ainda auxilia o ajustador em Campinas, vê-se o excesso de serviço. Os outros têm de descarregar lenha e carvão, fazer carregamento de lixo e terras; o serviço que lhes falta fazer é só socar dormentes na linha.

E quanto ganham hoje? 70 a 100\$000. Poderá um pai de família sustentar-se com esse ordenado, sr. dr. Torres Neves?!

Sabe V.Ex.<sup>a</sup> quanto esse serviço maltrata o corpo. Além de tudo isso, quando alguém comete a grande falta de pedir pelos seus direitos, é maltratado com palavras ou ameaçado com multa ou demissão.

Há limpadores que trabalham há 5 e 6 anos e ganham apenas 3\$500 por dia.

Na repartição dos batedores de roda, a turma em Campinas era composta de 6 ou 7 homens, sendo que o encarregado ganhava de 230\$000 para cima, o ajudante de 160\$000 a 180\$000.

Atualmente o serviço é feito por 4 homens, sendo o ordenado máximo 160\$000. O serviço é o duplo do que era antigamente.

O sr. dr. Francisco de Monlevade procura tanto o desprestígio de seus subordinados que não olha que qualquer empregado seja cumpridor de seus deveres. Para removê-lo de um lugar para outro, basta o mesmo ter a infelicidade de cair na antipatia de qualquer particular.

Verá V.Ex.<sup>a</sup> que não pode ser maior a infelicidade do pobre operário.

E o que diremos agora com relação aos trabalhadores da conserva?

Que trabalhando ao rigor do tempo, debaixo de ordens de diversos engenheiros e mestres de linha, não esquecendo o mestre de linha geral, são da mesma forma maltratados por aqueles, chegando o sacrifício deles ao excesso, pois têm de trabalhar das 6 h da manhã às 6 h da tarde, pelo grande ordenado de 2\$600 a 3\$ !

Além disso, se trabalham um domingo, para não ganhar esse dia não os deixam trabalhar um dia qualquer da semana.

Para mais serem sacrificados, acontece que tendo lastro longe da turma onde trabalham, saem de casa às 5 h da manhã, para voltar às 8 ou 9 da noite, sem ganhar sobre-tempo; e se um dia perdem uma hora de serviço por causa de chuva, é esta mesma descontada do ordenado.

Existe ainda uma secção em que os trabalhadores precisam, depois da 6 h da tarde, vir trazer o mestre de linha com o trolley a distância de 18 e 20 kms, e isto também sem ganhar sobre-tempo.

Não será isso um absurdo, sr. dr. Torres Neves?!

É. Mas não pode ser por menos, porque é preciso pagar fabulosos ordenados aos srs. drs. Henrique Burnier, Gabriel Penteado, A. Mactel, os quais não concorrem com benefício nenhum a bem da companhia: não são mais do que uns algozes ao mando do sr. dr. Francisco de Monlevade, que é tratado em qualquer parte como um homem de coração mais duro do que o bronze. É por aqui, sr. dr. Torres Neves, que devem ser feitas as economias.

Para que são precisos, em Campinas, dois chefes de depósito fazendo os dois o mesmo serviço com grave prejuízo da companhia, pois que, além de utilizarem-se de lenha ( é verdade ), ainda ocupam dois empregados para levar lenha a casa todos os sábados ( isto entende-se com o sr. Adão Gray )?

Se estes empregados acima descritos forem dispensados do serviço da companhia, esses ordenados fabulosos e desnecessários, já podem ser divididos pelos operários que tudo fazem e pouco ganham.

Exmo sr. dr. Torres Neves

O Conselho executivo da "Liga Operária" tem V.Ex.<sup>a</sup> em toda consideração ( e mentira se dissesse o contrário ) e pelo que dizem todos os operários da Companhia Paulista nenhuma destas injustiças é atribuída a V.Ex.<sup>a</sup>. O mesmo conselho pode garantir também que todos são, por índole, pacíficos. São o que se tem manifestado e procurado alguma exaltação de espírito, no que não será atendido, é o sr. dr. Francisco de Monlevade.

Comércio de São Paulo - 19/5/06, p. 1

## ANEXO 5

Liga Operária  
Companhia Paulista  
Ao operariado e ao público

COMPANHEIROS!!!

Somos forçados por uma série de vexações e de injustiças sem nome, a empreender uma luta que procuramos evitar, mas que circunstâncias superiores a nossa vontade tornam inevitável.

Múltiplas são as causas que nos levam à greve, das quais citaremos algumas:

Não é de hoje que o operariado e demais empregados da tração e do tráfego estão sofrendo as perseguições do Sr. Monlevade.

Não satisfeito em fazer comemorar qualquer dia santificado ou feriado, mandou fazer feriado 3 segundas-feiras por mês, exigindo do pessoal o mesmo serviço e ainda mais de quando trabalhava-se 6 dias por semana.

Esta imposição, que reduziu o nosso ordenado de 10 por cento, não era suficiente para satisfazer as exigências do Dr. Monlevade, que ainda lançou na miséria, dispensando-os do serviço, centenas de chefes de família, pretendendo ainda mais reduzir o pessoal de certas repartições de 30 por cento.

Notando que as economias arrancadas dos exíguos ordenados dos operários são esbanjadas em favoritismo de afilhados deste dr. que estão estendendo os seus tentáculos por toda a Cia. Paulista, verdadeiras sangue-sugas que, eliminadas, trariam vantagens à Cia., sem notar-se a mínima falta.

Afim de ocupar alguns parentes e protegidos, decretou obrigatória, para os empregados da Companhia Paulista, a Sociedade Beneficente, devendo portanto cada empregado pagar 3 \$ mensais à dita Sociedade que são descontados nos pagamentos e cujo rendimento é totalmente absorvido em ordenados fabulosos de médicos e farmacêuticos inábeis e desumanos, que pouco se importando com os enfermos, transcuram-nos ou negam-se a visitá-los, e receitando medicamentos baratos que nada

fazem, e que mais prejudicam do que favorecem a cura.

Isto quanto à ação do dr. Monlevade, que impos  
sível seria expor por completo neste documento.

Agora quanto ao chefe da estação Jundiaí-Paulista: este homem sem consciência, sem ter em conta o respeito devido aos seus trabalhadores, julga-se com direito de ameaçar, insultar, até por motivos insignificantes, os empregados subalternos, chegando a atacar com palavras aviltantes a nos  
sa associação.

Estes fatos que vêm ofender a nossa dignidade de honestos operários, que não se julgam escravos nem querem submeter-se às arbitrariedades dos superiores dēspotas, não podem nem devem continuar.

O despotismo do chefe da estação Jundiaí-Paulista, passou os limites da tolerância e o nosso protesto enē  
rgico contra todos estes abusos é, por isso, mais que justifi  
cado.

Eis entre muitos, os atos que levaram à greve o pessoal das oficinas, tráfego e linha.

Por isso, confiando na demonstrada solidariedade dos nossos companheiros de trabalho, certos de que o pro  
letariado do Brasil não nos negará o seu apoio, nos lançamos à luta com a constância e o entusiasmo que a justiça da nossa causa nos dá.

Esta luta, que, repetimos, procuramos evitar, dirigindo-nos por duas vezes consecutivas ao inspetor geral da Cia. que não quis tomar em consideração os nossos ofícios, afrontando com palavras desprezíveis a comissão diretiva da Liga que foi solicitar a resposta além de serem chamados, es  
ta luta nós não a cessamos senão depois que nos seja feita justiça, aceitando os nossos pedidos que são os seguintes:

Demissão do seu cargo de chefe da locomoção na administração da Cia do Dr. Francisco Paes Leme de Monlevade, do seu ajudante Henrique Burnier, insinuador de todas as vexações, e do chefe da estação Jundiaí-Paulista, bem como que a inscrição na Sociedade Beneficiente seja voluntária e não obrigatória.

Companheiros!

Confiamos na vossa inquebrantável solidarieda

de. A solidariedade operária, sem a qual não poderemos fazer vingar a mais ligeira reclamação, o mais humilde pedido, talvez vos seja indispensável amanhã, num futuro próximo.

Nenhum de vós trairá a nossa causa. Certamente o nosso triunfo será também o vosso, será de toda a classe trabalhadora.

Ao público!

E do público em geral esperamos igual solidariedade, apesar da nossa humildade, entre nós e ele estabelecer-se-á uma corrente de simpatia que será vantajosa aos interesses de todos.

Jundiaí, 15 de maio de 1906

Os operários e demais empregados da  
Companhia Paulista.

Fonte: Todos os jornais consultados.

## ANEXO 6

Ata da Assemblêia Geral da Sociedade Beneficente dos Empregados da Cia Paulista de Vias Fêrreas e Fluviaes, realizada em 8 de abril de 1906.

Aos 8 do mês de abril de 1906, em uma dependência do prédio onde funciona o Grêmio dos Empregados da Cia. Paulista, à rua do Barão de Jundiaí nº 138, na cidade de Jundiaí, ao meio-dia, reunidos em assemblêia geral, os sôcios, cujos nomes constam do livro de presença, o sr. dr. presidente da sociedade declara que, sendo esta a segunda reunião, de liberarã, qualquer que seja o número dos sôcios presentes, conforme a convocação feita pela imprensa e, convida o sr. dr. Francisco de Monlevade para dirigir os trabalhos da Assemblêia.

Assumindo a respectiva presidência, o sr. dr. Francisco de Monlevade convida para fazerem parte da mesa, como 1º secretário, o sr. Paulo da Silva Alves, e como 2º secretário, o sr. Arthur de Oliveira, que tomam assento.

Em seguida o sr. dr. presidente diz que a reunião tem por fim, como consta do convite feito pela imprensa, tomar conhecimento do relatório e contas da diretoria e de um projeto de reforma dos estatutos. Faz considerações a respeito dos fins da sociedade, falando longa e circunstancialmente sobre o assunto. Explana-se sobre os benefícios que a sociedade tem prodigalizado e continuará a prodigalizar aos seus associados.

Demonstra o estado próspero da sociedade, devindo a nova orientação dada a sua função preenchendo assim, cabalmente, o fim para que foi criada.

Refere-se igualmente ao fundo de pensões, que já estão sendo distribuídas a viúvas de sôcios necessitadas, o que considera a futura garantia de todos os associados. Sallienta o apoio material e moral que a Diretoria da Cia Paulista de Vias Fêrreas e Fluviaes tem dispensado a esta associação e termina dizendo:

"Do que venho de vos expor, srs sôcios, conclue

-se que a Cia Paulista de Vias Férreas e Fluviais trata de cuidar do futuro dos seus empregados".

Pede a palavra o sr. João Archanjo Fortes e em nome dos seus companheiros operários, agradecendo às promessas feitas pelo sr. dr. presidente, espera que elas sejam cumpridas, tendo-se em vista o critério e boa vontade dos srs. diretores.

Responde o sr. dr. presidente agradecendo as palavras do orador e mais uma vez afirma que a Cia Paulista de Vias Férreas e Fluviais corresponderá à expectativa geral dos sócios.

Passando-se à leitura do relatório e contas da diretoria, pede a palavra o sr. dr. Arthur Maciel Jr. e diz que uma vez que o relatório já foi publicado em um dos jornais da capital, acha desnecessária a sua leitura, pelo que propõe que seja exclusivamente lida a parte referente às contas. Posta a votos esta indicação, a assembléia manifesta-se, em sua maioria, pela leitura do relatório e contas, pelo que o 1º secretário procede a esta formalidade.

Entram em discussão o relatório e contas e não havendo quem faça uso da palavra e a mesma encerrada e submetida à votação, são aprovados os referidos documentos por unanimidade, abstendo-se de votar a diretoria.

Em seguida, o sr. dr. presidente manda proceder à leitura do projeto da reforma dos estatutos, sendo posto em discussão e a votos cada artigo de per si e unanimemente aprovados todos os 25 artigos de que se compõem o aludido projeto.

O sócio sr. Alexandre de Barros propõe que, em virtude do art. 10 dos estatutos, ora aprovados, fiquem empossados nos lugares de diretores o sr. dr. inspetor geral, os srs. drs. chefes de serviço e o sr. contador da Cia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. Esta proposta foi aprovada.

O sr. presidente da sociedade, dr. M.P. Torres Neves, propõe que o projeto dos estatutos seja assinado por todos os srs sócios presentes, bem como fique a mesa encarregada de assinar a respectiva ata. Ambas as propostas, submetidas à discussão e aprovação, são unanimemente aprovadas.

Pede novamente a palavra o sócio Sr. João de Archanjo Fortes e diz que em seu nome e no de seus companhei

ros mais uma vez agradece os importantes serviços que esta associação tem prestado a seus sôcios, motivo pelo qual vem rejubilar-se com a sua digna diretoria e termina levantando vivas aos srs. dr. inspetor geral, dr. presidente da assemblêia dr. Monlevade e dr. Antonio Prado, vivas estes que são entusiãsticamente correspondidos.

O sr. dr. presidente declara que, achando-se preenchido o fim da reunião, dá por encerrada a sessão, agradecendo a presença dos srs. sôcios e congratula-se com os mesmos pelo modo correto e distinto que demonstraram durante os trabalhos que denota ainda mais a aprovação dos atos que a diretoria tem praticado e das proveitosas reformas que apresentam os novos estatutos.

Antes, porém, de se dissolver a reunião, manda que o 1º secretário proceda à leitura da presente ata, que é posta em discussão e a votos, sendo unanimemente aprovada.

O sr. dr. presidente dá por encerrada a sessão.  
Eu, Paulo da Silva Alves, 1º secretário, lavrei esta ata que assino com os srs. drs. presidente e 2º secretário (.....)

A Platêia - 30/5/06, p. 2 e Cidade de Campinas - 31/5/06, p. 2.

## ANEXO 7

Aos srs Acionistas da Companhia Paulista, e com especialidade ao Sr. Conselheiro Antonio Prado.

O Dr Monlevade

Os empregados da Companhia Paulista, num bellissimo movimento de solidariedade, declararam-se em greve, exigindo como um meio de se acabarem vexações que sofriam nos seus brios de homens livres, entre outras coisas, a demissão do engº sr dr Francisco Paes Leme de Monlevade, chefe da locomoção.

A diretoria da Páulista, ao que parece, teima em não se desfazer desse seu auxiliar, julgando-o um homem in substituível.

Pois bem! Na qualidade de advogado dos grevistas, cujos interesses devo defender, tenho que dizer aos acionistas da Companhia Paulista e ao público, o que é o engº dr Monlevade, e como ele zela pelos interesses da Companhia que nele deposita tão grande confiança.

As imposições feitas ao pessoal, as reduções vergonhosas nos vencimentos, as multas injustas impostas sob qualquer pretexto exasperaram os trabalhadores, levando-os à greve, a qual não sofre, como acredita o sr. conselheiro Antonio Prado, influência alguma estranha.

Foi resolvida e levada a efeito pela Liga Operária, que está disposta a não ceder. Os empregados da Companhia Paulista sã voltarão ao trabalho depois que se exonere, ou seja exonerado do seu cargo o engº dr. Francisco Paes Leme de Monlevade.

Não recorrerão a meios violentos. Para vencerem basta que continuem de braços cruzados.

Não se substituem de modo algum 3.500 homens, que sabem trabalhar.

As ameaças de demissões e admissão de novo pessoal não os intimidam.

A força policial, mesmo que continue com as provocações usuais, não os fará sair da calma porque pedirão pro

vidências contra esses abusos, verdadeiros atentados, aos que são obrigados a dá-las.

Estão unidos e fortes e a Companhia Paulista , entre três homens que a prejudicam e milhares que fazem a fortuna de seus acionistas, hã de compreender que os trabalhadores não são escravos e que aqui, como na Europa, existem dois elementos em luta - o Capital e o Trabalho - e que os trabalhadores, não podendo ter todos os direitos, exigem ao menos que os tratem como homens livres.

Quem mais tem a perder com a teima da diretoria em não aceitar-lhe a exoneração já para exonerã-lo amanhã, é o próprio sr dr Monlevade. As acusações que lhe fazem os empregados da Companhia, se esta fizer o que já devia ter feito, um rigoroso inquêrito, ficarão provadas categoricamente.

Ficamos por aqui hoje, pedindo toda a atenção do público e dos srs acionistas da Companhia, para os artigos que amanhã, por estas colunas, começaremos a publicar.

São Paulo, 16 de maio de 1906

João Gogliano

Advogado da Liga Operãria

Comércio de São Paulo - 17/5/06, p. 5.

## ANEXO 8

A Federação Operária de São Paulo esclarece os motivos porque os grevistas da Paulista não aceitaram o arbitramento proposto pela comissão da Associação Comercial:

"A Federação Operária de São Paulo, tendo recebido uma comunicação direta da Liga Operária de Jundiaí, relativamente à tentativa feita por uma comissão da Associação Comercial, para não dar lugar às más interpretações que sobre a sua recusa possam estar em circulação, e desejosa de fazer conhecer os fatos como eles se passaram afirma:

Que a comissão da Associação Comercial apresentou-se aos operários ou aos seus legítimos representantes pretendendo que, imediatamente, lhe fosse concedida plena e ampla autorização para proferir uma sentença inapelável sobre a questão;

Que, para isso, a comissão pretendia que os operários voltassem ao trabalho amanhã ( N. da R. a comunicação é do dia 20 ), quando a sua sentença só seria proferida dentro de 10 ou 12 dias.

Os operários, do seu lado, justamente ponderavam e mostravam que tais propostas não podiam ser aceitas, porque, antes de tudo, uma comissão arbitral devia ser composta de representantes nomeados em partes iguais pelos operários e pela direção da companhia, devendo o presidente ser nomeado de comum acordo.

Que eles não podiam delegar a resolução de seus interesses a uma comissão, que apesar de composta de pessoas respeitáveis, podia ser suspeita por pertencerem todos os seus componentes à classe burguesa e a uma associação que já havia emitido parecer desfavorável à causa dos grevistas.

Que, de resto, as condições e os desejos dos operários estavam tão claros, especificados e conhecidos, que não admitiam discussões e transações, ainda mais, sabendo-se que por deliberação recente dos grevistas, tais condições não podiam ser abandonadas ou reduzidas sem que os trabalhadores interessados se pronunciassem novamente sobre o caso e as con

cessões possíveis.

Os delegados dos grevistas podiam, quando muito, aceitar uma discussão que deixasse tempo para se ouvir, em reunião convocada especialmente, os interessados, isso quando ficasse aceito o princípio de nomear-se uma verdadeira comissão arbitral que fosse composta, em partes iguais, de delegados dos operários e de representantes da companhia.

Não tendo os membros da Associação Comercial julgado poder aceitar esse princípio, que é, como todos concordarão, justo e equitativo, porque para tratar cortesmente entre as duas partes, estas devem necessariamente intervir diretamente para poderem defender e sustentar as suas razões, ficaram forçosamente rotas as negociações, porque os operários, acima de tudo, prezam a sua dignidade e a salva guarda dos seus interesses, sentindo-se na altura de poder legítima e diretamente intervir.

Especificados assim os fatos como realmente se passaram, a Federação Operária de São Paulo, aprovando plenamente o modo de proceder da Liga Operária de Jundiaí, apela para todos os grevistas para que se mantenham firmes na sua atitude e nos seus propósitos, com a mesma solidariedade de que, até agora, deram tão nobre e raro exemplo.

A vitória que vos espera, ó companheiros trabalhadores em greve, será completa, e será vitória não somente vossa, mas de toda a classe operária deste país, porque do vosso exemplo tirarã a força e a energia para melhores e maiores batalhas, para a conquista dos direitos comuns.

São Paulo, 20 - 5 - 1906

Comércio de São Paulo - 22/5/06, p. 1 e  
Il Secolo - 20/5/06, p. 2.

"A Liga Operária de Jundiaí, em vista de mãs interpretações que podem ser dadas ao fracasso do intervier entre os operários e uma comissão da Junta Comercial protesta:

1º Contra as falsas insinuações tendentes a fazer acreditar ou acarretar a responsabilidade sobre um "chefe". Diga-se uma vez para sempre que a Liga não tem chefe e a greve não é resultado de incitadores, mas sim de opressões sofridas por todo o pessoal da estrada.

2º O fracasso da comissão conciliadora não pode ser imputado aos operários, mas sim às condições inaceitáveis que a comissão do comércio exigia. Os operários não são adversos à arbitragem, porém não podem aceitá-la nos termos que a comissão queria, sendo que os operários voltassem imediata<sup>mente</sup> ao trabalho e esperassem, por um tempo indefinido, a decisão da arbitragem.

Os operários responderam que esta condição era equivalente a de um exército, antes de concluída a paz definitiva, abandonar as suas posições, armamento e munições.

Os operários fizeram as seguintes declarações:

1º Estamos prontos a seguir em comissão, para São Paulo, para, de comum acordo, resolver imediatamente o caso, e voltar hoje ( segunda-feira ) ao trabalho.

2º Aceitamos a arbitragem, esperando, porém, o resultado de braços cruzados e declaramos que obedeceremos à decisão dos árbitros eleitos.

3º Aceitamos a arbitragem, confiando ao juízo dos árbitros qualquer ponto de controvérsia, menos o que diz respeito "à demissão do chefe da locomoção, dr. Monlevade" , que é o "sine qua non" de toda a greve.

Não tendo a Junta Comercial querido aceder a nenhuma dessas propostas e sendo a proposta da Junta Comercial inaceitável pelo motivo que supra dizemos, rogamos a digna redação (...) publicar a presente, para orientação do público.

Com estima, de V.S.<sup>a</sup> etc, pela comissão executiva da Liga, todos os operários reunidos em Assembléia secreta

## ANEXO 10

LIGAS OPERÁRIAS  
Jundiaí, Campinas e Rio Claro

Companheiros!

Não vos deixeis iludir.

Os nossos adversários, não podendo nos dominar com a força, empunham a arma da astúcia e da mentira, e com a mentira querem curvar nossas cabeças.

Em guarda, companheiros, alerta!

A verdade e a justiça sempre triunfam, e Deus protege a razão e o direito.

Mantendo-vos como nós nos mantemos na nossa posição de honrosa atitude e inquebrantável solidariedade, é o que esperamos de todos vós.

O momento é decisivo para a nossa causa, qualquer fraqueza seria a ruína de todos, a nossa e de nossos companheiros.

Firmes e esperai.

Jundiaí, 21 de maio de 1906

Comércio de São Paulo - 23/5/06, p. 2 -  
O Estado de São Paulo - 23/5/06, p. 1 e  
Il Secolo - 23/5/06, p. 2.

## ANEXO 11

Campinas, 22

O ocorrido na sessão da Assemblêia Comercial daí, ontem, exige de minha parte, na qualidade de presidente da Cia. Paulista, a declaração formal de que, nas atuais circunstâncias e em vista dos atentados que estão sendo praticados contra a propriedade da cia., com o fim de impedir o tráfego da estrada, pondo em sério risco a segurança do público e a vida dos auxiliares da cia., considero inútil qualquer nova tentativa de acordo com os responsáveis por esses atentados. Peço para transmitir aos meus colegas da diretoria esta minha opinião, que sujeito ao seu juízo que regularã o meu modo de proceder. A greve não está in felizmente terminada mas posso assegurar que, continuando o go verno a prestar ã Cia. o eficaz apoio da força pública, como es tã fazendo, o tráfego estará completamente restabelecido dentro de alguns dias, devendo hoje correr dois trens de carga para Jundiaí e Campinas e amanhã, talvez, entre Campinas e Rio Claro".

A Platêa - 22/5/1906, p. 4;

A Tribuna - 23/5/1906, p. 1;

O Estado de São Paulo - 23/5/1906, p. 2.

Il Secolo, 23/5/1906, p. 1.

## ANEXO 12

"Tendo o jornal "São Paulo" (...) feito alusões ao meu procedimento como advogado da Liga dos Operários, atribuindo o fato de eu haver resignado o mandato que me fora confiado a um mero movimento de momentâneo receio, quando os atos de violência cometidos se me afiguravam talvez responder a um novo plano coletivo, cabe-me dar as razões do meu proceder.

Chegando a Jundiaí, às 11 1/2 m. de 17 do corrente, (...) me convidou para uma conferência urgente, no Escritório da Companhia Paulista.

Atendi prontamente a solicitação (...) e me expôs, em poucas palavras, que os operários haviam assumido atitude agressiva, em contrário ao que eu sempre afirmara, e que haviam praticado o arrancamento de trilhos em diversos trechos da linha, a começar do Km 3; e que à vista de tais fatos, ele, delegado, ia por em execução as medidas enérgicas que a situação reclamava.

Embora me parecesse inacreditável (...) pois que eu tinha sempre da parte dos operários a promessa firme de que jamais usariam de meios violentos para a conquista de seus direitos, respondi (...) que, à vista do que se passava, e da afirmação categórica que fazia de que ia lançar mão de medidas extremas contra os operários, restava-me seguir o caminho que indicavam as condições em que aceitei o mandato da "Liga Operária", pois que, em tais extremos, se me afigurava inútil a assistência de um advogado no teatro da luta.

Todavia, manifestei (...) o desejo de ouvir da pessoa do sr. conselheiro Antonio Prado, a confirmação do que acabava de dizer-me (...), obtive a confirmação (...) acrescentando ainda o sr. conselheiro que estava resolvido a não atender a uma sã reclamação dos operários, e que estes haviam de fatalmente ceder, para o que empregaria todos os meios ao seu alcance.

Diante dessa resolução que me pareceu inabalável repeti à S.Exa. que não podendo participar das graves ocorrências que daí resultariam, e de acordo com as condições pré-estabelecidas por mim para a defesa dos direitos dos operários, no terreno da lei e da justiça, declinaria dessa incumbência; e, (...) regresssei ao hotel, onde esperei que alguns dos diretores da Liga Operária me procurasse.

Como nenhum deles se me apresentou, e sendo informado de que o movimento grevista não era mais dirigido pela diretoria da "Liga", que se declarou dissolvida, tomei a resolução de regressar a esta capital. (...)

Não houve pois, prematuro receio da minha parte. (...)

Comércio de São Paulo - 20/5/1906, p. 2.

Capital

Secretaria de Policia do Estado

São Paulo, ~~27~~<sup>16</sup> de Maio de 1906

2ª Seção

N.º 1623

Ao Chefe da Estação da  
Luz das P. R.

Requisito - um trem  
especial, entre essa estação  
e a de Jundiahy, para  
70 praças, um carro para  
3 passageiros e um dito para  
53 - animais, com o  
preço pela verba Dis-  
pensas Policiais

Sub

Dir. R.



Visto

Alfredo Ribeiro

O DIRECTOR,

# Repartição Geral dos Telegraphos

Estação telegraphica de São Paulo

Nº 13

em 21 de Maio de 1906

Cida da

Comunico-vos que o vosso tele-  
gramma datado de hontem, dirigido ao Dele-  
gado de Policia de Campinas, com o sequin-  
te texto: "Amanha seguirá força. Preste todo  
auxilio que reclamar a Sr Antonio Alvares  
Penteado" foi entregue nesta Repartição  
hoje as 7 horas da manha, tendo sido im-  
mediatamente transmittido.

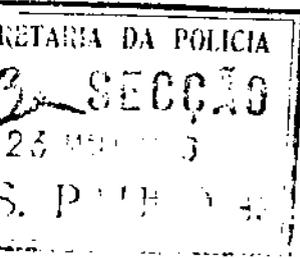
Acho convenientemente fazer-vos esta  
comunicacão pelo facto de ter sido  
o referido telegramma apresentado com  
grande atraso.

Com a fraternidade



Ao Sr. D.º Chefe de Policia

Ao Chefe da Estação  
 Achilles Napoleão Spilborgh



# REPARTIÇÃO DA POLICIA

«Diário Oficial» - S. Paulo - 1906

### Telegramma a transmittir

Carimbo da estação e de

Prefixo S. P. . . . .	N.º . . . . .	Numero de palavras . . . . .
Código . . . . .		Numero de palavras sujeitas à taxa . . . . .
Hora da apresentação . . . . .	da . . . . .	Taxa . . . . . \$
Hora da entrega ao telegraphista . . . . .	» . . . . .	Outras taxas. . . . . \$
Hora da transmissão . . . . .	» . . . . .	Condução ou sello . . . . . \$
Hora em que terminou a transmissão . . . . .	» . . . . .	Aviso de entrega . . . . . \$
Modo de transmissão . . . . .		Repetição. . . . . \$
Via . . . . .		TOTAL . . . . . \$
Occorrencias . . . . .		Assinatura do telegraphista . . . . .

Estação de origem . . . . . data 1 *junho* 1906

Nome, direcção e moradia do destinatario. } *Delegado Policia*  
*Costa Ferreira*

*Remette a força com cumprimentos*

*(a)  
Meus Pais*

*Alfredo Ribeiro*



## ANEXO 16

Aos empregados da "Light & Power" e ao público

Consta que partirão, na intenção de substituírem traiçoeiramente os grevistas da Companhia Paulista, alguns empregados da "Light & Power".

Se o boato for confirmado, esse ato será um ato indigno de trabalhadores leais e conscientes e nocivo aos seus interesses de classe.

Amanhã, talvez, dadas as condições em que se encontram os empregados da "Light", sobrecarregados de serviço mal remunerado e vítimas de tantas vexações, eles precisarão da solidariedade de toda a classe operária e da simpatia do público numa luta muito possível contra a Companhia que os explora, luta em que os interesses do público poderiam ser defendidos de acordo com os dos empregados!

Que os empregados da "Light" reflitam e se abstenham de qualquer ato de vilíssima traição!

Que o público pense que também o seu interesse está em jogo!

Que sobre isto reflitam ainda as classes que possam vir a ser convidadas a trair os grevistas, cuja causa é a de todo o povo trabalhador, que, sem solidariedade, seria vilipendiado e escarnecido a cada momento!

A Federação Operária

Comércio de São Paulo - 17/05/1906, p. 5.

## ANEXO 17

## A Liga Operária de Jundiaí

## Companheiros da Federação

Na noite de ontem para hoje (de 16 para 17), a administração da Companhia Paulista mandou espalhar força armada por toda a linha, deixando uma praça de 100 em 100 metros, segundo dizem, e na manhã de hoje achou-se a linha interrompida em vários pontos. Dizem terem retirado trilhos da mesma.

Os operários em greve protestam contra esses atos de vandalismo atribuindo-os a mesma companhia, com o fim de nos prejudicar, e tanto mais evidente torna-se esta suspeita, considerando-se que a linha ficou em bom estado até que não foi guardada pela polícia.

Comunicamos mais que as forças de infantaria e cavalaria aquarteladas nas oficinas provocaram e agrediram durante a mesma noite, com palavras e atos agressivos, os guardas da oficina, e estes atos de destruição prejudicando os maquinismos e ferramentas.

Por uma relação feita na nossa presença pelo feitor dos guardas noturnos, na noite de 15 para 16, estava dando-se um princípio de incêndio nas oficinas, por culpa ou descuido da força armada, que foi abafado por intermédio dos guardas.

Estes fatos mostram claramente que a companhia, por meio de agentes secretos, quer desprestigiar a nossa classe.

O dito feitor dos guardas noturnos, sr. Antonio Moreira, declarou que deu parte para o mestre geral das oficinas, e que devido ao procedimento da força para com eles não podiam mais, por garantia das próprias vidas, comparecer ao serviço.

## A Liga Operária

Comércio de São Paulo - 18/5/1906, pp. 1 e 2 e  
Il Secolo - 18/5/1906, p. 2.

## ANEXO 18

## Liga Operária

A Liga Operária de Jundiaí sabendo que alguns sócios foram a São Paulo, avisa que não deu encargo algum a quem quer que seja para tratar, em seu nome, de negócios relativos à greve.

Faz novamente um apelo aos grevistas, para que se mantenham firmes como até agora, porque a vitória, que não pode deixar de ser nossa, depende apenas da solidariedade de todos os companheiros.

Não nos deixemos iludir nem influenciar pelos nossos opressores que procuram todos os meios para atemorizar nos.

Nada receemos das ameaças nem das perseguições.

Nossa causa é justa e é santa e por isso mesmo devemos trabalhar unidos e de comum acordo para a conquista do direito que nos assiste e para salvaguardar a nossa dignidade de homens.

Jundiaí, 18 de maio de 1906

Liga Operária

Comércio de São Paulo - 19/5/1906, p. 1.

## ANEXO 19

Aos companheiros

Ao povo de São Paulo

Sendo-nos impossível dar ao público, pela imprensa burguesa da capital, notícias justas sobre a causa da greve, e fazer ciente todos da ação formal, calma e digna com que nos mantemos, nos dirigimos por meio deste manifesto, jurando manter-nos como desde o começo da luta, em 15 do corrente até esta data, dentro de nossas casas, de braços cruzados, e acompanhados pela solidariedade afetuosa e nobre de todo o comércio de Jundiaí, que entusiasticamente abraçou a nossa causa - fechando as portas de seus estabelecimentos em sinal de protesto contra as prepotências do CAPITAL.

Mas nem assim podemos confiar nas garantias da justiça por estar transformada a pacífica cidade de Jundiaí em verdadeira praça de guerra, com as patrulhas de cavalaria que percorrem as ruas em todos os sentidos, ameaçando e provocando os escassos e pacatos transeuntes.

E em vista da perfídia de certos telegramas, enviados por nossos inimigos a fim de nos desprestigiarem no conceito público, convidamos o povo de São Paulo para que, vindo a esta cidade, se certifique da verdade dos acontecimentos, que, completamente adulterados pela imprensa mercenária, se refletem sobre nós com sinistros e sangrentos rubores.

Confiamos no criterioso julgamento do público para derrotar as falsas notícias alarmantes dadas por alguns repórteres, ou mesmo enviadas pela administração da Companhia Paulista a fim de justificar as aparatosas manifestações da polícia.

Jundiaí, 18 de maio de 1906

A LIGA OPERÁRIA

Comércio de São Paulo - 20/05/1906, p. 1 e  
A Tribuna - 20/05/1906, p. 2.

## ANEXO 20

## LIGA OPERÁRIA

Ao Governo e ao público em geral

Os Conselhos Administrativos das Ligas Operárias de Jundiaí, Rio Claro e Campinas cientificam o governo e o público em geral, de que os operários em greve da Companhia Paulista têm-se mantido até hoje na mais completa calma, e como se sabe, foi devido a nossa constante vigilância e também aos bons sentimentos dos operários (sendo que estes já têm sido provocados pela polícia) que, no entanto, continuaram e continuam inalteráveis.

Não houve alteração da ordem conforme prometemos ao sr. delegado de polícia, uma vez que este sr. nos garantiu que não pediria forças para usar de violência contra nós, operários, mas, em virtude de ter vindo força de São Paulo e pessoal - custeado pela mesma força - para substituir os operários em greve, os Conselhos Administrativos das Ligas acima citadas declaram peremptoriamente que não mais se responsabilizam desde já por qualquer violência individual ou coletiva cometida por parte dos operários.

Os Conselhos Administrativos das Ligas Operárias de Jundiaí, Campinas e Rio Claro.

18/05/1906

Comércio de São Paulo - 20/05/1906, p. 2.

## ANEXO 21

De Jundiaí - Pedimos dar publicidade no vosso jornal ao seguinte fato que pode ilustrar os meios de que se servem a Companhia Paulista para reconciliar os ânimos agitados dos grevistas:

Às 10 h. da manhã de hoje, o dr. Albano, vulgo dr. Revólver, apresentou-se nas casas da Companhia Paulista, onde, pagando os respectivos alugueis, moram muitas famílias de operários. Tendo o dito dr. perguntado se ainda não era tempo de acabar a greve e voltar para o serviço e tendo recebido resposta negativa, intimou todos os moradores dessas casas a fazer mudança no prazo de 24 horas.

Os intimados começaram a mudar imediatamente.

Na passada semana foram chamados à presença do chefe do almoxarifado todos os trabalhadores desta repartição, e sob ameaça de serem despedidos foram intimados a seguir na frente de uma máquina e como o pessoal recusasse foram ipso facto dispensados.

Comércio de São Paulo - 22/5/1906, p. 2.

"Um pai velho aos seus filhos espirituais em greve.

Caríssimos:

Permiti que vos dirija a palavra para vosso bem e interesse. Todos os acontecimentos têm 2 lados e a paixão e os noveleiros nos escondem o melhor.

A diretoria da Paulista, crede-me, está cooperando para o vosso bem com o fim de cortar novas greves que poderiam mais tarde rebentar, se ela hoje consentisse em alguma cláusula menos pensada, que fosse ingerir-se na administração e governo da companhia.

As greves paralisam todas as atividades e prejudicam a todos e principalmente a vós que tendes famílias a sustentar. Hoje é muito difícil encontrar emprego.

Há muita gente sofrendo necessidade por não encontrar serviço.

Quando vaga um emprego aparecem centenas de pretendentes.

Não abandoneis, pois, o honroso lugar que tendes na Cia. Paulista, porque daí tirais, com o suor do vosso rosto, o sustento para a vossa mulher, para os vossos filhos, que com lágrimas pedem o mesmo que eu vos estou aconselhando - que é para vos conservardes no vosso emprego.

Olhai para o futuro que se pode tornar angustioso - onde ir encontrar outro salário bom?

E caso o encontréis, bem sabeis que é preciso obedecer sempre. Não há sociedade possível sem obediência.

O nosso Divino Mestre, como Homem, obedeceu até morrer.

O cristão obedece, sofre e cala - aí está a sua força, a sua vitória e o seu mérito.

Os caprichos, causa de tantos males, não fica bem a ninguém. Aqui não há vencedores nem vencidos - todos trabalham para o bem comum.

Atendei, enfim, ao vosso interesse e ao pedido de vossas esposas e filhos e Deus abençoará a vossa resolução e o vosso trabalho.

Para homens de bem como sois, basta isto".

Jundiaí, 21/5/1906.

Vosso amigo

Pároco

Comércio de São Paulo, 24/05/1906, p. 2;

O Estado de São Paulo, 24/05/1906, p. 1 e

A Terra Livre, 13/06/1906, pp. 2 e 3.

## ANEXO 23

Moção aprovada em reunião das sociedades operárias do Rio de Janeiro:

"Os delegados das associações operárias do Rio de Janeiro, reunidos na sede da Liga das Artes Gráficas, conforme deliberou o comício operário realizado nos salões do centro Gallego, depois de discutidos amplamente os justos motivos que levaram os operários da Cia. Paulista a se declararem em greve e as medidas que por parte dos governos estadual e federal estão sendo tomadas e;

Considerando que a remessa de forças para São Paulo é uma ameaça à integridade moral e física do proletariado em todo o Brasil;

Considerando que a intervenção do governo estadual no conflito entre o capital e o trabalho é uma provocação ao brio do proletariado e um ataque à liberdade individual;

Considerando que o proletariado do Rio de Janeiro, em tudo solidário a seus companheiros de São Paulo, por que semelhantes atos governamentais não são senão pano de am<sup>o</sup>stra da perversidade dominante e um anúncio antecipado da reedição das violências que em todas as partes se cometem contra os trabalhadores, resolvem:

1. Aconselhar às associações a realizar em suas sedes sessões de protesto contra as medidas vexatórias dos governos de São Paulo e Federal;

2. Aconselhar ainda as administrações das associações que incitem constantemente o operariado por meio da palavra escrita e falada a declarar-se em greve geral de protesto e solidariedade;

3. Que as mesmas associações preparem e declarem no momento preciso, se os governos se obstinarem na prática de afrontar o brio do proletariado e de violência contra os companheiros de São Paulo, a greve geral em todo o Rio de Janeiro.

## ANEXO 24

À Classe Gráfica e ao Público  
Protesto

Ontem, às 8 horas da noite, quando a "União dos Trabalhadores Gráficos" se achava em Assembléia Geral em sua sede à Travessa da Sê, n.2, teve seu edifício invadido pela polícia. E nessa ocasião o 1º delegado auxiliar, dr. João Baptista, intimou o conselho da União, por ordem do chefe de polícia, para dissolver a reunião e não mais se reunir naquele lugar enquanto durasse a greve na Paulista.

Ora, como esse ato arbitrário da polícia atenta contra a constituição do país, pois que não estamos em estado de sítio e por essa violência policial ser mais uma provocação ao operariado, a União vem protestar por esse meio contra tal prepotência e espera a solidariedade da classe e do público, que saberão apoiá-la nesta emergência.

Fabricam-se leis libérrimas neste país, ao povo se promete um regime tranqüilo, sem sombra de tirania e de opressão, entretanto, tais leis não se executam e a força armada, numa revoltante parcialidade, tenta sufocar a voz dos operários a fim de melhor garantir os ricos.

Acresce que, na Assembléia que a autoridade dissolveu, não se cogitava da greve da Paulista, ao menos no momento.

Porém, enganam-se redondamente os que procuram arroilhar os operários e impedí-los de fraternizarem com os perseguidos companheiros! A história registra fatos eloqüentes que bem demonstram que o sangue, mesmo que corra em catadupas, não afoga ideais - fecunda-os. A violência provoca a violência e os que mais pedem calma são os primeiros a irritarem e a açoitarem o operariado!

O conselho administrativo coagido pela polícia, demitiu-se e passa a todos os sócios as suas funções, a fim de que sejam todos iguais e ajam unidos, sem serem guidados senão pela sua própria consciência.

Do público e da classe e de todas as classes trabalhadoras esperamos solidariedade; a polícia despótica, violenta e parcial nos incita à luta.

À GREVE GERAL, PORTANTO!

São Paulo, 22 de maio de 1906".

Comércio de São Paulo - 23/05/1906, p. 1;

Il Secolo - 23/05/1906, p. 2, e

A Lucta Proletária - 01/09/1906, p. 3.

## ANEXO 25

## FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO

A FEDERAÇÃO OPERÁRIA, por comunicação direta da Liga Operária de Jundiaí para desmentir os boatos tendenciosos e falsos propalados nestes dias a respeito da greve dos ferroviários, comunica:

Que são completamente destituídas de fundamento as notícias dadas sobre a cessação da greve. Todos os grevistas mantêm-se firmes e solidários, decididos a combater até o fim pelo triunfo daquilo que consideram um direito próprio. Nenhuma deserção; nenhum abandonou nem abandonará o seu posto.

- Que a Liga Operária está disposta a aceitar a arbitragem, mas somente para discutir as questões que se referem à Sociedade Beneficente e outros já sabidas, salvo a demissão do dr. Monleyade, a qual deve ser peremptória e indiscutível.

- Que são tendenciosas e falsas as notícias dadas pelo dr. Antonio Prado acerca do restabelecimento completo e seguro do tráfego na linha. Não correm, nem poderão correr senão os anunciados trens de passageiros, os quais são compostos de 2 carros apenas, um de 1a. e outro de 2a. classe, sempre faltos de passageiros.

A vida humana é sagrada e é justo que esta não deva ser confiada a gente recrutada ao acaso, sem prática das máquinas nem da linha.

- Que na Mogiana correm trens expressos por concessão da Liga.

- Que na cidade de Campinas funciona a iluminação também por concessão da Liga Operária.

- Que apenas circulou a notícia em Jundiaí de que a Cia. Paulista intimaria os grevistas a abandonarem as casas de sua propriedade, estes apressaram-se a transportar os seus trastes e mobílias, sendo imediatamente acolhidos em casas particulares, o que demonstra a grande simpatia de que estão circundados.

- Que nenhum atentado à propriedade da Cia. foi obra dos grevistas. Negamos de modo absoluto e peremptório que

tenham sido arrancados trilhos e que se tenha procurado causar danos às pontes da estrada. Os grevistas não precisam recorrer a estes meios, embora pudessem ser justificados perante as atrevidas provocações da Cia.

Eles confiam na justiça de sua causa e na solidariedade de todos os associados.

- Que o público pode estar seguro de que a Liga comunicará imediatamente, com precisão e brevidade, todas as notícias que o possam interessar, sejam estas favoráveis ou contrárias aos grevistas. Assim se apressará a fazer saber quando o tráfego for verdadeiramente restabelecido, tanto para os passageiros como para as mercadorias, com plena segurança dos mesmos passageiros.

A FEDERAÇÃO OPERÁRIA, tornando públicas estas comunicações que correspondem à exatidão dos fatos, como tem podido verificar, renova o seu apelo à solidariedade dos grevistas para o triunfo de uma causa que normalmente interessa a toda a classe operária do Brasil.

São Paulo, 22/5/1906

A FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO

Comércio de São Paulo - 23/5/1906, p. 1;  
Jornal de Piracicaba - 24/5/1906, p. 1 e  
Il Secolo - 23/5/1906, p. 1.

## ANEXO 26

## LIGA OPERÁRIA

Companheiros!

Atê agora o Conselho Administrativo em nada concordou com a diretoria da Cia. Paulista, o que quer dizer que a luta continuarã ainda. De Jundiaí e Rio Claro sabemos com segurança que os nos sos companheiros aĩ se mantêm firmes e mais do que nunca bem dispostos a resistir.

Companheiros!!!

Chega ao nosso conhecimento que o dêsputa dr. Monlevade procurou seduzir alguns maquinistas e foguistas para retornar ao trabalho, oferecendo-lhes vantagens que, asseguramos, não lhes poderia dar. Esses o perários, porém, num belo movimento de dignidade se recusaram e continua rão a se recusar. Também sabemos que um conhecido inimigo das classes tra balhadoras anda intimando brutalmente trabalhadores inconscientes que en contra pelas ruas para trabalharem nos armazêns.

Aconselhamos a esses homens que não se intimidem com tais fanfarronadas, pois que a sua vontade é livre.

Para que o público e o comércio em geral avaliem também as boas intenções de que está animado o operariado - que outra coisa não pede senão aquilo que de direito lhe é devido - cientificamo-los de que, se a população campineira já não está sem luz e sem pão, deve-o única e exclusivamente a valiosa intervenção desta LIGA, que a isso obstou.

Não acreditem, portanto, nos malévolos boatos que contra nôs propalam os nossos adversários, que procuram a todo transe emprestar um outro caráter a esta luta, que é isenta de toda e qualquer intervenção es tranha à classe operária.

É mentira também que os operários tenham obrigado quem quer que seja a deixar o trabalho. As adesões que atê agora têm havido em favor da nossa causa foram todas espontâneas e isso sō temos a agradecer aos bons companheiros, esperando que eles continuem a trazer-nos o seu apoio moral.

Companheiros!!!

Da vossa firmeza depende a nossa vitória! Nada de transi-  
gência! Embora mesmo que com sacrifícios, mantenhai-vos firmes, serenos, vi  
toriosos teremos reconquistado o prestígio moral da nossa classe.

Campinas, 22 de maio de 1906

VIVA A SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

Comércio de São Paulo - 24/5/1906, p. 2 e

Il Secolo - 24/5/1906, p. 1.

## ANEXO 27

PEDIDO DE HABEAS-CORPUS

O ilustre advogado sr. dr. Afonso Celso Garcia a apresentarã hoje ã Câmara Criminal do Tribunal de Justiça a petiçãõ de habeas-corporus que abaixo publicamos:

Exmos. Srs. Ministros da Câmara Criminal.

Mal rompeu a greve na Cia. Paulista, a polícia, para impedir a proteção judiciãria, levantou forte muralha de baionetas entre os tribunais e os operãrios. Nas prõprias épocas revolucionãrias, quando, afogada em sangue, a República perigava, a tirania vitoriosa não se animou jamais a agarrar pelo peito, como criminosos, os adversãrios que partiam para patrocinar direitos alheios, em demanda dos magistrados.

Com o fim de abrir essa muralha de baionetas, agora impenetrãvel, para que tenham acesso aos tribunais os perseguidos, o abaixo assinado tenta o extremo esforço, impetrando uma ordem de habeas-corporus.

Em qualquer outro tempo, bastaria alegar o fato e abrir a lei. Hoje, não. Como esta mesma Câmara se mostrasse prevenida, por desculpãvel escrúpulo, contra a suspensão coletiva do trabalho, considerando-a sediciosa, privando atẽ de advogado uma classe inteira, o abaixo assinado, para desfazer essa prevenção, vẽ-se obrigado, nesta petiçãõ, a entrar em matãria que devia, em parte, ser estrãnha ao conhecimento do Tribunal.

## I

Para que não digam que sãõ anarquistas, como jã se propalou, os empregados da Cia. Paulista, o suplicante relembra as suas reclamações. No dia 15 deste mẽs, ao declararem a greve geral, explicaram eles, em manifesto, que foram forçados ã simultãnea e coletiva suspensão do trabalho "por uma sãrie de vexações e injustiças sem nome".

Para não se estenderem, porẽm, em longa enumeraçãõ, citaram sõ quatro causas principais de sua attitude.

Primeira: - O chefe da locomoçãõ, dr. Francisco Paes Leme de Monlevade, a quem jã imputam antigas perseguições, dispensou, por semana, um dia de serviço. Os operãrios alegam

que, diminuídos os dias de serviço, e diminuído o ganho, deviam trabalhar menos. Acusam, porém, o chefe da locomoção de inverter esta ordem natural. É que ele exige agora dos empregados mais trabalho em cinco dias de que em seis, quando era de seis dias o serviço por semana.

Segunda: - Foram demitidos da Cia. centenas de chefes de família. Ameaçados de demissão estão ainda outros muitos. As quantias extorquidas aos operários, contam eles em seu manifesto, "são esbanjados em favoritismo de afilhados deste doutor, que estão estendendo os seus tentáculos por toda a Cia. Paulista, verdadeiros sanguessugas..."

Terceira: - Os empregados têm que fazer parte, obrigatoriamente, de uma sociedade beneficente, fundada pelo chefe da locomoção. Pagam mensalmente 3 mil réis que são descontados de seus ordenados. A fundação de semelhante sociedade, lê-se no manifesto, teve por fim dar emprego a parentes e protegidos desse chefe. Ainda mais, as quantias arrecadadas são "totalmente consumidas em ordenados fabulosos de médicos e farmacêuticos inábeis e desumanos, que pouco se importando com os enfermos, transcuram-nos ou negam-se a visitá-los, receitando medicamentos baratos que nada fazem e que mais prejudicam do que favorecem a cura".

Quarta: - O chefe da estação de Jundiaí, abusando de seu cargo, vive a ameaçar, a injuriar, sem razão, os seus subalternos, a afrontar provocadoramente, com palavras aviltantes, a Liga Operária. "Estes fatos, lamentam eles, que vêm ofender a nossa dignidade de honestos operários que não se julgam escravos nem querem submeter-se às arbitrariedades dos superiores déspotas, não podem nem devem continuar".

Eis os motivos principais da greve. Será crível que 3 mil e 500 homens, em parte brasileiros, de índole tradicionalmente propensa à paz, alguns envelhecidos no serviço da estrada, outros sobrecarregados de filhos, possam, sem um motivo grave, arriscar o sossego próprio e o bem estar da família? Ainda que fossem injustas as suas reclamações, nenhum crime cometariam com a simples suspensão coletiva e simultânea do trabalho. Mas tanto a Câmara como o abaixo assinado não têm que indagar se procedentes ou se improcedentes são tais reclamações.

## II

As greves, quer justas, quer injustas, benéficas ou prejudiciais, ofereciam ensejo, quase sempre, aos espíritos obcecados para malsinarem quanto pretendessem os operários. No entanto, uma corrente nova de opiniões vai-se formando, vai crescendo, vai-se avolumando. Os próprios monarcas, do alto de seus sôlios, baixam olhares de simpatia a inumerável multidão dos trabalhadores.

Não é sô a desigualdade econômica, problema ainda insolúvel, que lhes agrava a sorte. Já observaram que na luta, hoje tão acesa, entre os que acumulam a riqueza e os que labutam a vida toda por salário insuficiente, o Estado protege os primeiros em detrimento dos segundos. O salário, a forma e o tempo do pagamento, pelo silêncio da lei, dependem mais da vontade do capitalista, a quem, por este motivo, é fácil praticar injustiças clamorosas. A sua vontade é tão arbitraria que já se habituou, como se fora ato lícito, a cominar muitas, para cobrá-las sem uma palavra de defesa. Quantas vezes essas multas, pondera um escritor, não são engendradas com o fim manifesto de reduzir um salário parco em demasia! Não se diga que o operário é livre de aceitar ou de recusar semelhantes cláusulas que o capital estabelece, modifica, amplia hoje, amanhã restringe, cláusulas cuja observância exige como parte, ao mesmo passo que ordena como juiz.

Como se não bastasse ainda essa perpétua sujeição, o mais honesto operário, de uma hora para outra, está ameaçado de miséria. É que todos os esforços para indenizá-lo nos acidentes de trabalho, diz Loria, não têm sido profícuos. O próprio Yves Guyet ao aventar a reforma do artigo 1.383 do código civil francês, mostra que há ofícios equivalentes a campos de batalha, em que o operário arrisca diariamente a vida. Há outros em que a morte é inevitável ao cabo de algum tempo; é o fatal destino dos que estão sob a ação de certos minerais. Eis aí esse operário: depois de viver largos anos a lidar com engrenagens, vacila um dia e é tomado pelas rodas de uma máquina. Morto o chefe que da vida sô conheceu os mais duros trabalhos e as privações, a família está condenada à mendicidade, ao passo que o patrão, cuja riqueza ele cooperou para aumentar, continua comodamente a usufruí-la. Ao soldado ferido na guerra, obser-

va Yves Guyet, não perguntam se foi imprudente. Dão-lhe logo a pensão.

Igual procedimento, prossegue o economista, re quer-se para os que caem no campo da batalha industrial. "O operário, ferido na oficina, deve ser considerado vítima de um dever profissional".

Se a sorte do trabalhador vitimado é má, qual é a de seus órfãos?

Notou já um escritor que a mesma lei que timbra por resalvar os bens dos menores, descara dos de suas pessoas. A proteção, pois, é mais para os ricos.

As crianças pobres, lembra ele, que de seu s ão têm a personalidade, "são abandonadas, sem recurso, aos abu sos mais deploráveis, à exploração mais cruel". Umas a ã vagam pelas ruas, outras são reduzidas a uma quase escravidão pelos tutores, outras, de tenra idade, já passam as noites trabalhan do nas fábricas.

Não se fale agora na duração excessiva do traba lho, condenada pela higiene. Vêem-se, às vezes, diz Arnould, uns desgraçados a circularem automaticamente, ao cabo de 12 horas de serviço, em volta da máquina implacável, cujo funcio namento, bem ou mal, continuam velando.

Que esforço de atenção, prossegue o higienista, não é então necessário!

Quando entram de novo em casa, não querem quase saber da mulher e filhos; s ã procuram alimento para matarem a fome e uma cama para se estenderem; escasseiam-lhes forças pa ra pensarem ou para sentirem.

No dia seguinte, depois de um sono insuficiente, numa atmosfera que lhes envenena o organismo, ei-los de no vo na mesma labuta. E nesta labuta vivem, não um dia, não uma semana, mas no decurso de anos, às vezes da juventude ã velhi ce.

Para entremostrar a justiça de muitas das rei vindicações operárias, não é preciso dizer mais nada. As al mas nobres, que também abundam na burguesia dinheirosa, não lhes recusam o seu apoio. Ainda mais, há um interesse que se deve resguardar: é o das gerações futuras comprometidas pela miséria fisiológica das gerações hodiernas, causa de degeneres

cência e de outros males transmissíveis por hereditariedade.

Uma das armas que move a classe operária para realizar as suas reivindicações é, incontestavelmente, a greve.

### III

Hã greves que violam a justiça, hã outras que aruinam o capital, hã outras que matam industriais. Mas, em compensação, hã greves benéficas, greves sem as quais os operários não conseguiriam certas vantagens.

Sallucci define bem o que é esta suspensão simultânea do trabalho: "Lo sciopero e l'astensione dal lavoro, proclamata dagli operai, per ottenere un miglioramento nelle loro condizioni, o per prestare contro arbitri del l'autorità padronale o politica, o per solidarietà verso altri compagni di lavoro".

Se é lícita a um operário a faculdade de recusar o seu serviço, igual faculdade é lícita a dois, a cem, a mil, a milhares. E, como hã liberdade de pensamento, de associação, de reunião, todos eles podem continuar uma ação comum, podem associar-se para esse fim. Logo, nenhum governo vedará a greve sem golpear a liberdade de trabalho, a liberdade de associação, a liberdade de reunião, três direitos que a lei suprema dos povos cultos consagra como preciosa conquista.

As greves, posto que condenadas em outros tempos, quando pacíficas são hoje um direito incontestável no mundo civilizado.

Na Inglaterra, em lei de 21 de agosto de 1894, o parlamento reconheceu a liberdade de coalisões, exceto no caso de violência ou ameaças. Mais liberais foram ainda as suas leis de 1850 e de 1871. A de 1875 fixou claramente os fatos puníveis. Em França, por lei de 1864, foram revogadas as disposições do código napoleônica; a de 22 de março de 1884 é terminante a este respeito. Na Alemanha hã a lei de 21 de junho de 1869. Na Áustria hã a de 7 de abril de 1870, posto que imperfeita. Na Itália, o novo código penal revogou as disposições proibitivas do velho código de 1859.

## IV

As greves aumentam, extraordinariamente, em todo o mundo. Basta lembrar que na Inglaterra de 1890 a 1901, houve 9.913; na França, no mesmo tempo, houve 5.112; na Alemanha, em igual espaço, houve 5.530; na Áustria, de 1891 a 1899, houve 1.892; na Itália, de 1889 a 1899, houve 1.824; nos Estados Unidos, de 1883 a 1893, houve 13.465.

Na Europa, onde os governos apoiados em exércitos formidáveis, podiam, num momento, abafar uma greve parcial, em que difere da nossa a norma adotada? Uma conciliação imparcial é quase sempre tentada. Como elevados mensageiros da paz, um Gladstone vai negociá-la com grevistas de 1894; um Waldeck Rousseau, em 1899, com os de Creusot; Roosevelt com uns grevistas de 1902. A arbitragem já é lembrada para congraçar capitalistas e trabalhadores: a França a estabeleceu em lei em 1892; a Inglaterra, em lei em 1896; na grande confederação americana, muitos Estados a adotaram.

É que as ondas volumosas dos trabalhadores, quando se englobarem numa sã, terão força bastante para abalarem num sã dia, os governos mais sólidos, como as convulsões do planeta sacode as cidades mais vastas e progressivas.

No Brasil, onde agora o governo paulista por meios condenáveis, quebrando a linha de imparcialidade, busca dominar uma greve pacífica, serão proibidas as greves?

## V

As greves, no Brasil, a exemplo dos povos cultos, não são também proibidas. O nosso código penal dispõe, na parte referente aos crimes contra a liberdade de trabalho;

"Art. 206. Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário..."

Decorridos dois meses da publicação do código, o chefe do governo provisório expediu o decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890. Tivera por fim, como diz no preâmbulo, evitar dúvidas que pudessem prejudicar o sentido da lei. Dispõe o art. 2º desse decreto:

"Provocar ou causar cessação ou suspensão de trabalho, por meio de ameaças ou violência, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de salários ou serviço..."

Em virtude desta disposição, não é crime "causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de salário ou serviço".

Para que haja crime é necessária a existência de ameaças ou violência. A alteração do código deu motivo a uma reclamação da classe operária: Por um dos seus órgãos representou ela "contra os dizeres sofisticados do novo código, que escondia, sob uma forma sedutora, tirânicos intentos". Eis porque o chefe do governo provisório explicou e alterou, em parte, os artigos censurados.

Prescindamos, porém, de outras disposições sobre a liberdade de trabalho, para nos cingir à espécie. Abramos o código penal italiano, pelo qual, em grande parte, se modelou o nosso:

Art. 166 "Chiunque, con violenza o minaccia, cagiena o fa perdurare una cessazione o sopensione di lavoro, per imporre sia ad operai, sia a padroni o imprenditori, una diminuzione ad un aumento di salari "....

Logo, tanto pelo nosso código como pelo italiano, a ameaça e a violência constituem um meio pelo qual o crime previsto no artigo 206 pode ser cometido. Ainda mais: é necessário, segundo a nossa lei penal, que o agente tenha por fim o aumento ou diminuição de salário ou serviço.

Daí se conclui que qualquer outra forma de intimidação aos patrões ou operários não basta. Por exemplo: a possibilidade de prejuízo pela suspensão ou cessação pacífica de trabalho.

Admitamos, contudo, que os trabalhadores da Cia. Paulista usassem de violência ou ameaças contra os patrões. Neste caso, não haveria o delito previsto pelo art. 206 do código, porque eles não pretendem impor aos patrões aumento de salário ou diminuição de serviço.

A responsabilidade de resistência ou ameaças será de quem as cometeu, se efetivamente foram cometidas, mas

não dos pacientes, contra os quais não há uma só prova. Se as há, quais são?

A polícia não as apresentará jamais!

## VI

Se, nos termos expressos do código penal, os empregados da Cia. Paulista não cometeram crime algum contra a liberdade de trabalho, não pode continuar o domínio do terror que já impera.

Eis porque o abaixo assinado vem impetrar, com todo o respeito, uma ordem de habeas-corpus preventivo em favor de Victor Avila Macedo, João Fortes, Saturnino Correia, Manuel Pisani, Pompilo Bonaiuto, Henrique Haryen, Guilherme Hanichel, João Synthes, Joaquim Almeida e José Miguel Madeira. Por serem membros da Liga Operária de Jundiaí, por estarem unidos aos demais empregados da Cia. Paulista, por não se furtarem, um só momento, à responsabilidade de atitude que assumiram, por não recuarem um só passo da linha que traçaram, estão ameaçados de prisão ilegal. Há dias que a polícia os persegue, que os rebusca em todos os recantos, que lhes intercepta a comunicação com os seus advogados.

O suplicante deixa de apresentar outras informações por impossibilidade de obtê-las da polícia. A própria Câmara Criminal sabe perfeitamente que esclarecimentos mais completos só se conseguiriam em Jundiaí, onde estão os pacientes. Mas vedada ficou, por decisão da própria Câmara Criminal; a ida de advogados a essa comarca para patrocínarem o direito dos grevistas.

Não suponham os Exmos ministros que o abaixo assinado, por indole avesso a semelhantes movimentos operários, aproveite o ensejo para defender ou condenar a atitude dos empregados da Cia. Paulista.

A sua ação, neste momento, é a de quem apela para a justiça, na persuasão de que ela seja ainda capaz de restaurar os nossos direitos mais caros.

Ontem, três advogados não puderam ir à presença dos grevistas, seus clientes. Se, hoje, à presença do Tribunal não puderem vir os que ficaram sem patrocínio, é que a muralha de baionetas levantada pela polícia se tornou realmente impenetrável.

O suplicante

E.R.M

São Paulo, 23 de maio de 1906.

Affonso Celso Garcia

Comércio de São Paulo - 24/5/1906, pp. 1 e 2.

## ANEXO 28

Ao sr. dr. Jorge Tibiriçã, presidente do Estado, foi ontem endereçada a representação:

Exmo Sr. Dr. Presidente do Estado

A "Liga Operária de Jundiaí", por seus advogados abaixo assinados, vem perante V.Exa. protestar contra a atitude hostil que o governo do Estado, por suas autoridades policiais, especialmente pelo sr. dr. chefe de polícia, assumiu e está mantendo em relação aos operários das estradas de ferro Paulista e Mogiana, e de várias fábricas, que no exercício pleno de seu direito, constituíram-se em greve até que sejam atendidas as suas reclamações.

O extraordinário movimento de forças de polícia, do exército e da armada para o centro dos operários é uma cruel provocação que bem revela o plano de humilhar e sacrificar os mais dignos representantes do trabalho, que são ao mesmo tempo o mais vasto e genuíno elemento popular e os mais eficazes instrumentos da prosperidade, da riqueza e da grandeza da pátria.

A intervenção do governo, em vantagem de uma das partes cujos direitos e interesses estão em conflito e se trata de ventilar, é uma injustiça e ainda uma imprudência, porque, prestando mais força a um dos contendores, o acoroça e incita, dificultando, destarte, a solução e assim comprometendo cada dia mais o interesse público indiretamente envolvido no conflito.

Semelhante procedimento, além de cruel e de ser uma triste nota que o governo dá do nosso estado de civilização é ilegal e por isso a suplicante vem protestar e representar a V.Exa., nos termos da Constituição Federal, contra tal procedimento, assegurando que, firme no seu posto, enquanto não forem os operários atendidos nos seus direitos, fará valer contra os responsáveis os meios que a Lei consagra.

E assim, recebe V.Exa. este protesto e apresentação, nos termos do § 9 do art. 72 da Constituição Federal - S.P 23 de maio de 1906.

Francisco de Pennaforte Mendes d'Almeida, Dario do Amaral, José Maria Mendes d'Almeida, Angelo Mendes d'Almeida, Luiz Gonzaga Mendes d'Almeida.

Comércio de São Paulo - 24/5/1906, p. 2 e  
Il Secolo - 24/5/1906, p. 2.

## ANEXO 29

Carta do Dr Manuel Pedro Villaboim-advogado da Companhia Paulista

"A perturbação dos serviços da Cia. Paulista de terminada por alguns agitadores, com tão grave sacrifício aos interesses do Estado, das suas indústrias, do seu comércio e sério prejuízo dos próprios operários, está sendo apreciada com maior injustiça para com o governo do Estado e a administração da Cia. por alguns daqueles que, jornalistas e homens públicos, devem a maior sinceridade e a maior ponderação, nos seus conselhos, à classe operária e à opinião pública de cuja direção e tutela se investem.

A ação de mera defesa, combinada entre a Cia. e o governo para resguardar as propriedades já danificadas por alguns dos chamados grevistas, para garantir a segurança do transporte ao público que se utiliza das estradas e para assegurar a liberdade de trabalho aos que não acompanham a abstenção, está sendo apontada como uma violência ao direito de greve e já se anunciam pedidos de garantia aos tribunais contra a fantasiada opressão dos operários.

No vazio do requisitório que se formula contra a Cia. e as autoridades outro argumento não se encontra, porém, senão o de que a greve é um direito indiscutível, sagrado pelas leis em todas as nações cultas e superior, assim, a ação repressora da polícia.

Ora, até aqui, ninguém da Cia. ou do governo recusou esse direito de greve as trabalhadores da Cia. Paulista; ninguém lhes negou o direito de, por um acordo ou por uma resolução coletiva, recusarem seus serviços à empresa; esta não exigiu a continuação deles aos que livremente adotaram essa conduta e que nesse propósito se mantêm.

Não podendo aceder às exigências dos grevistas e esgotados os meios suasórios para fazê-los voltar ao trabalho, tratou ela imediatamente de remediar o desarranjo causado ao serviço de suas linhas, procurando entre os trabalhadores em desacordo com os grevistas e em pessoal estranho, quem desempenhasse as funções abandonadas.

Com esta providência naturalíssima, exercia ela um direito tão sagrado e tão inatacável como o de seus operários recusando-se ao trabalho.

Bem diversa, porém, foi a atitude destes; no momento em que se declararam em greve, já haviam eles atentado contra os direitos da Cia., inutilizando máquinas para o serviço, arrancando trilhos, encravando-lhes pregos nas juntas e engraxando-os em outros pontos.

Essa atitude criminosa, a que não se pode dar o nome de greve, foi por eles mantida e aprovada contra a Cia., depois que ela se recusou a atender às reclamações formuladas e confiou a pessoal diferente os serviços entregues, até então, aos revoltosos.

Reclamando liberdade para si, recusavam-na eles à Paulista, de modo que pudesse ela administrar sua propriedade como lhe conyiesse.

O ideal de justiça e igualmente que as justas aspirações socialistas procuram conquistar para o exercício dos direitos dos patrões e dos operários foi, desta sorte, invertida.

E, assim continuaram os grevistas sob a influência de seus mentores, os atentados com que iniciaram seu movimento, ameaçando os companheiros dissidentes, inutilizando material fixo e rodante das diversas linhas e impedindo-lhes o tráfego regular.

Não se limitaram pois, ao exercício de um direito; atentaram contra os da Cia. por atos criminosos, como tais previstos e punidos pelo código penal.

Tornou-se, por isso, indispensável a intervenção da polícia, não só para evitar a continuação de tais delitos como para lhes preparar a repressão.

E neste sentido é que se tem ela movido, agindo sempre dentro dos limites de extrema moderação, enquanto a esclarecida e incansável direção da estrada, sem fazer a menor violência a quem quer que seja, continua, apenas, a exercer a maior vigilância sobre sua propriedade e a empregar a mais viva solicitude no restabelecimento de um serviço indispensável

ã vida do Estado de São Paulo e que tão fecundo tem sido as suas indústrias e, por tão longos anos, tão proveitoso aos próprios operários que hoje, por motivos fúteis, o embaraçam.

O que está em questão não é, portanto, o direito de greve.

Contra esta arma lícita e poderosíssima das reivindicações operárias ninguém se insurge, ao contrário, todos a consideram sempre com grande simpatia.

Mas a greve que defende os interesses e os direitos dos operários não consiste no atentado à liberdade de uns por outros, nem ao ataque à propriedade dos patrões.

É isto, entretanto, que se está observando nas linhas da Cia. Paulista e determinando a ação repressiva da polícia.

As leis mais liberais com que os países civilizados asseguram os direitos do operariado não justificam os atentados que se procuram legitimar no nosso caso.

Todas elas estabelecem, concomitantemente com as garantias do operário, a repressão para os seus abusos.

E extraordinário é que os trabalhadores da Paulista se entreguem a violências contra ela, quando é certo e o havemos de demonstrar, que a própria greve, inteiramente pacífica, seria já uma injustiça e um erro.

Qualquer contrariedade de que se pudessem queixar os operários não seria causa bastante para assumirem tal atitude contra uma empresa, que, oferecendo-lhes uma garantia segura e estável de subsistência lhes ministrou sempre salários satisfatórios, tratou-os com justiça e procurou com auxílios eficazes, garantir-lhes recursos na adversidade.

Havemos de prosseguir no assunto e então demonstraremos quanto são inanes as queixas articuladas contra a Cia. Paulista e que a todos quantos se interessem sinceramente pela ordem pública e pela sorte dos operários, cumpre chamá-los à razão e não incitá-los a um procedimento que só lhes pode ser prejudicial, colocando-os fora da ação da Paulista para colocá-los sob a da autoridade pública que não poderá, então, deixar de reprimi-los.

Basta que as simpatias que a todos inspira a classe operária sofra com a intervenção mal orientada de alguns dos seus avariados conselheiros.

À imprensa e aos homens de responsabilidade na manutenção da ordem e da harmonia que deve existir entre patrões e operários é que não é lícito enveredar por esse caminho".

## ANEXO 30

## Carta do Advogado M. P. Villaboim

Não nos é, felizmente, difícil defender a classi ficação que fizemos do crime dos operários da Paulista, os quais, em reuniões numerosas, resolveram e conseguiram realizar a sus pensão do tráfego da estrada por meio de ameaças ao seu pessoal e por violências e danos ao seu material fixo e rodante.

Contra ela se insurgirá em 1º lugar o ilustre jour nalista sr. Benjamim Motta, que a combateu com o ardor da sua paixão pelos ideais anarquistas, admirado apenas de que no art. 118 do Código Penal se encontrasse lugar para o nosso caso.

Ao conceituado advogado Dr. Affonso Celso Garcia, publicista que, com tanto brilho, costuma discutir as questões de ordem pública agitadas entre nós, devemos a 2a. impugnação, formulada em objeções de ordem jurídica.

Replicando as suas razões, teremos respondido de uma vez aos dois antagonistas.

Não parece ao nosso pobre opositor que o crime dos operários da Paulista seja de sedição, porque falta no ca so um dos elementos constitutivos do crime - a autoridade públi ca contra quem se dirija a violência, cuja ação se procure impe dir ou a quem se procure obstar a execução de um regulamento.

"Qual a autoridade, pergunta-nos o digno antago- nista, contra a qual os operários da Paulista cometeram o crime de sedição? Tem esse caráter público o presidente da Cia., a sua diretoria, os seus empregados superiores?"

Sim, responderemos com a maior segurança: sim, têm esse caráter a diretoria da estrada e todos aos quais estão confiadas atribuições de polícia de seus caminhos de ferro, re lativas à conservação de seu material, à regularidade e à segu rança do tráfego.

Todos esses agentes são agentes do poder público, investidos, em relação as suas funções, da autoridade que têm os agentes da segurança pública e outros funcionários encarrega- dos de serviços exercidos diretamente pelo Estado.

Poderíamos citar em apoio desta afirmação deze nas de autoridades escolhidas entre os mais autorizados publi

cistas, todas elas em manifestações muito frisantes, não são quando se referem aos funcionários públicos como quando tratam das estradas de ferro; a natureza desta resposta que se dirige também ao público, e a incisiva eloquência da que vamos invocar, fazem porém com que nos limitemos a referir a um dos mais respeitáveis mestres do direito administrativo na França - Maurice Hauriou, professor desta matéria na Universidade de Toulouse (...)

Entre nós, o regulamento 1930 de 26 de abril de 1857 outorga à administração das estradas de ferro grande número de atribuições policiais, especialmente as que se referem à guarda e à conservação da estrada e à manutenção e segurança do tráfego, entre outros, nos artigos 26, 27 e 30 a 65.

A ação dos operários da Paulista não deixaria, pois, de constituir uma sedição por falta de autoridade pública contra a qual se dirigisse.

Os agentes da estrada são agentes do poder público e foram impedidos de cumprir e fazer cumprir os regulamentos, também do poder público que regem esse serviço.

Não falta, por consequência, requisito algum do crime de sedição, sendo, como é, certo e constatado pela polícia que os operários, em reuniões numerosas, muito superiores ao número legal, incitados por diversos cabeças, resolveram impedir e impediram a continuação do tráfego da Cia. Paulista, praticando para isto atos de violência danosos ao seu material, e isto em diversas ocasiões.

Ainda há poucos dias, retiraram as chapas de ligação dos trilhos em uma curva sobre um aterro elevado, perto de Dois Córregos, e recompuseram o local, chegando terra aos lados dos trilhos desligados para que se produzisse um descarrilhamento no trem que por ali tinha de passar; e só se evitou um grande desastre porque houve quem recomendasse cautela ao chefe do trem, dando-lhe aviso de que alguns grevistas haviam feito qualquer deslocação nos trilhos.

Nem se pense que a classificação que fazemos é nova.

Já o citado regulamento estatua em 1857, no seu art. 98, depois de nos anteriores ter cogitado de crimes

contra o material das estradas, o seguinte:

"Se algum dos crimes de que tratam os dois artigos antecedentes for cometido por uma reunião de pessoas que constitua sedição, rebelia ou insurreição, serão por ela puníveis como autores também os que o forem por qualquer destes crimes, embora o fim deles fosse diverso".

(...) A corte de Cassação, em França, tem decidido várias vezes que os guardas campestres e florestais dos particulares, assim como os empregados de empresas encarregadas de perceber taxas se compreendem entre os agentes administrativos do poder público e se acham assim protegidos pelos dispositivos do Código Penal - art. 209 e seguintes, que definem a rebelião, a qual, nos casos dos arts. 210 e 211, tem a figura da sedição do art. 118 do nosso Código Penal (Decisão de 8 de novembro de 1844 e 2 de julho de 1846).

Creemos ter assim resolvido as objeções com que nos honrou o talentoso e abalizado jurista Dr. Celso Garcia, mesmo quando se admita como elemento do crime de sedição a existência de um representante do poder público.

Quanto à questão da prisão preventiva, seja nos permitido fazer também algumas ponderações ao prezado colega.

Nos termos do art. 406 do Código Penal, a sedição que conseguiu o seu fim, como a que se deu com a Paulista, constitui crime inafiançável, pois que a pena máxima é a de 4 anos de prisão celular (art. 118 § único).

Mesmo fora deste caso, porém por disposição especial, poderá ter lugar a prisão preventiva dadas as circunstâncias do art. 121.

Não nos parece que seja preciso dizer mais para patentear o descabimento do habeas-corpus preventivo impetrado a favor dos cabeças da sedição.

Feita, pelo inquérito, contra eles a prova de que trata o art. 13 da lei nº 2033 de 20/9/1971, estão sujeitos, com o maior rigor da lei, à prisão preventiva.

Verificadas as circunstâncias do art. 121, terá também lugar esse procedimento.

Ora, se a polícia prossegue ainda no seu inquérito, se a greve continua sempre com seu caráter violento, movida por agitadores que não cessam de fazer proclamações e incitamentos, de modo que de um momento para outro se poderá verificar o caso do art. 121 do Código Penal, e se não é difícil prever as consequências a que poderá levar o habeas-corpus preventivo, seria uma autorização à desordem; a polícia deveria abandonar a vigilância que está exercendo para garantir os direitos da Paulista e salvaguardar a ordem pública, porque, no momento de maior perigo e do emprego de medidas decisivas estaria impossibilitada de agir!

O habeas-corpus seria, assim, um novo incitamento à desordem.

São Paulo, 28/5/1906

Dr. Manuel Pedro Villaboim

A Platêa - 27/5/1906, p. 1.

## ANEXO 31

Insistiu ontem o nosso ilustre colega Dr. Affonso Celso Garcia na sua impugnação à classificação que fizemos do crime dos grevistas da Cia. Paulista; mas, sente-se na falta de calor com que defende os seus argumentos e na volubilidade com que vai deixando os velhos por outros novos e mais fracos que o valoroso antagonista se sentiu abalado nas suas convicções, diante da violenta carga que lhe fizemos com os argumentos da nossa primeira réplica.

Não se submete, todavia, com inteira contrição a nossa doutrina quanto à natureza dos funcionários das estradas de ferro concedidas pelo Estado.

Por isso, antes de passarmos adiante, ponderaremos que não há serviço de maior importância para o desenvolvimento econômico do Estado, para o seu progresso e principalmente mais seguro e proveitoso elemento para exercício de suas funções atinentes à polícia e à segurança pública, que as vias de comunicação, de que as estradas de ferro são a forma talvez mais importante e mais preciosa.

E basta esta consideração para que a todos se imponha a procedência com que são, por toda parte, havidas como um serviço público submetidas a um regime consuetâneo com essa sua natureza.

Nestes termos, não era possível que houvesse entre os publicistas divergência na sua classificação e na dos órgãos que por delegação do poder público exercem as funções respectivas. (...)

A disposição clara do art. 118 do Código Penal, os textos invocados do regimento de 28 de abril de 1857, as leis dos países cultos já transcritas e a opinião geral dos doutos na matéria, entre os quais a que, em frases tão eloquentes, acabamos de trazer em nosso apoio, devem desfazer as últimas dúvidas de nosso nobre adversário.

Encaremos, então, um de seus novos argumentos.

Afirma o Dr. Celso Garcia que o crime dos operários da Paulista, que danificaram o material fixo e rodante da estrada e lhe impediram o tráfego, não pode ser o de sedição, porque está classificado como crime especial nos arts.

149 e seguintes do Código Penal.

Não há dúvida de que o Código Penal garante a segurança e a regularidade do tráfego das estradas de ferro, considerando um crime especial a ação de danificar ou desarranjar qualquer parte da estrada, máquinas, veículos, instrumentos e aparelhos que sirvam ao seu funcionamento, etc, assim como garante, no mesmo capítulo, as estradas públicas em geral e as linhas telegráficas e telefônicas da nação contra quaisquer atentados.

Trata-se ali, porém, do crime praticado em condições comuns, isto é, sem as circunstâncias que constituem a sedição.

Assim é que, se um indivíduo qualquer isolado praticar qualquer dos atos previstos nos arts. 149 e seguintes do Código Penal, se sujeitará à penalidade neles estabelecida; se, porém, estes mesmos atos forem resolvidos ou praticados em reunião de mais de 20 pessoas que para isso se ajuntarem, constituirá o crime de sedição.

Do mesmo modo que o crime de dano às estradas de ferro, constituem crimes especiais previstos e punidos pelos arts. 109 e seguintes do Código Penal - a oposição direta e por fatos à execução das leis e decretos do Congresso, a oposição por fatos ao livre exercício dos poderes federais ou estaduais (art.111), a violência ou ameaças contra os agentes do poder executivo para os forçar a praticar ou deixar de praticar um ato oficial (art.112); mas todos esses atos constituem um crime diferente, o de sedição, se praticados com as circunstâncias do art. 118.

Vê, por aqui, o nosso ilustre opositor que o seu novo argumento não tem a menor procedência. Se pudesse prevalecer, não haveria mais o crime de sedição, porque todos os atos enumerados no art. 118 constituem crimes especiais previstos e punidos em outros artigos do Código.

Resta-nos responder à parte de seu último arrazoado em que o Dr. Garcia combate a citação que fizemos ao regimento de 26 de abril de 1857, afirmando-nos ser ele inconstitucional por ter criado penas mais graves que as autorizadas pelo poder legislativo.

Meditando bem sobre esta sua objeção hã de convir o nosso abalizado opositor que não tem a menor procedência ou aplicação ao caso a maior ou menor gravidade das penas es tabelecidas nesse regulamento.

Quando nela nos baseamos para sustentar a nos sa classificação, o fizemos no intuito de patentear que, já em 1857, essa classificação era adotada, isto é, que os regulamentos do poder executivo já davam essa inteligência aos tex tos do Código Criminal, que faziam a mesma classificação que nós, e com o apoio da legislação estrangeira e a doutrina dos es critores.

A questão de constitucionalidade ou inconstituci onalidade do regimento de 1857 nada tem com o caso; ele foi invocado apenas para se demonstrar que o crime dos operários da Paulista, já naquele tempo, seria considerado de sedição.

As últimas objeções do Dr. Garcia, em vez de o fortalecerem vieram, pois, piorar a situação de seu habeas-corpus; pelo seu artigo vê-se que, pelos grevistas da Paulista, foram violadas as disposições do regulamento que garante a regularidade e segurança do tráfego das estradas de ferro, por atos tão graves que a lei qualifica de criminosos (código art. 149) e que esse impedimento à execução do regulamento foi praticado com as circunstâncias do art. 118 do mesmo código que estatui:

"Constitui crime de sedição a reunião de mais de 20 pessoas, que embora nem todos se apresentem armados, se ajuntarem para com arruído, violências ou ameaças impedir a execução de alguma lei, decreto, regulamento ou ordem de auto ridade legítima".

São Paulo, 31/5/1906.

Dr. M. P. Villaboim

A Platêa - 31/5/1906, p. 2.

## ANEXO 32

Companheiros!

Ao Comércio de Jundiaí

Nos momentos angustiosos de lutas que atravessamos foram um consolo as provas afetuosas de solidariedade que recebemos de todos.

A todos agradecemos comovidos e pedimos que sigam com a mesma firmeza, porque a vitória final será nossa!

Fiquem cientes os companheiros que sã serão convidados para assembléia geral por boletins com o nosso carimbo. Não devem obedecer a chamados de estranhos.

Pedimos ao comércio de Jundiaí, solidário conosco, que feche hoje as suas portas em sinal de protesto contra os nossos opressores e não forneça às pessoas estranhas em Jundiaí, nem pão, nem bebidas, nem cama.

A Liga Operária

Comércio de São Paulo - 18/5/1906, p. 2

Cidade de Campinas - 19/5/1906, p. 1

O Estado de São Paulo - 18/5/1906, p. 1 e

A Tribuna - 18/5/1906, p. 1.

## ANEXO 33

## Associação Comercial da Capital - Moção da diretoria:

"A circulação da vida do comércio e indústria do Estado de São Paulo se acha embaraçada em seu funcionamento normal, pela brusca paralisação de movimento na principal artéria de seu organismo.

A comoção é profunda e não há meio de medir a extensão do mal; - não é dado prever a que conseqüências poderá atingir esse esforço de uma corporação que resolve empregar a energia coletiva num trabalho de desorganização que, em última análise, irá produzir o máximo dano sobre si mesma. A greve que paralisou de chofre o movimento das linhas da Companhia Paulista é medida extrema que não encontra simpatia pela fraqueza de seus fundamentos.

A Associação Comercial de São Paulo não pode cair seus sentimentos de estupefação ante um movimento que considera não uma reação violenta provocada pela revolta natural dos espíritos contra um atentado do poder, mas a primeira refrega de uma agitação extremamente perigosa.

A Associação Comercial de São Paulo, lamentando os sucessos que trazem inquieto o espírito público e produz a mais grave perturbação na vida de todo o Estado, confia nas acertadas medidas para por fim a este movimento e capazes de evitar a sua reprodução. Não podem estar os mais altos interesses de uma sociedade à mercê dos arrebatamentos a que possam ser arrastados quaisquer agremiações.

A bem do comércio, da indústria, da lavoura de todo o Estado de São Paulo; a bem da sorte do mesmo proletariado pede a Associação Comercial de São Paulo ordem e harmonia entre todos os fatores do bem estar e do progresso do Estado de São Paulo.

São Paulo, 17 de maio de 1906 - Augusto C. da Silva Telles, presidente; Camilo Sampaio, vice-presidente; Luis C. de Magalhães, Nicola Publisi Carbone, Emídio Falchi.

Comércio de São Paulo - 18/5/1906, p. 1 e  
O Estado de São Paulo - 18/5/1906, p. 1.

## ANEXO 34

## LIGA OPERÁRIA DE JUNDIAÍ

Campinas e Rio Claro

Companheiros!

Ao nosso grito de protestos e de liberdade uniram-se os companheiros da Companhia Mogiana, solidários com a nossa causa que é a causa da dignidade, combatendo ao nosso lado, defendendo os nossos direitos.

As nossas reivindicações são as deles; comum é o nosso triunfo, comum é a nossa vitória.

A greve da Companhia Mogiana, oh! companheiros, é a "debacle" completa dos déspotas que preferem a ruína de um povo à entrega de um pequeno direito à classe operária.

Hoje, não podemos mais duvidar da glória que paira radiante sobre o proletariado paulista.

O Brasil inteiro está de olhos fitos sobre nós, contemplando o nosso heroísmo e a nossa firmeza.

Precisamos vencer e venceremos; que o companheiro que precise de recursos se apresente à Liga e será atendido. Estar firme e vencer é o nosso futuro glorioso.

Jundiaí, 19 de maio de 1906.

Comércio de São Paulo - 20/05/1906, p. 2.

## ANEXO 35

## AO PROLETARIADO E AO PÚBLICO!

De todos os lados partem conselhos de calma e de paz aos grevistas da Companhia Paulista. Proclama-se a violência como o mais feio dos pecados e o mais hediondo dos crimes, comprovador da mais completa ausência de senso moral, quando é praticado, porêm, pelos grevistas.

Mas o decidido apoio prestado pelo governo à companhia, o aparato de força, as provocações e intimidações, o fornecimento de maquinistas da Armada para traírem os grevistas, e exercendo ou tentando exercer sobre eles a violência indireta de os obrigar a ceder nas suas justas e "calmas" reclamações, a submeter-se a todas as condições impostas, a sequestração dos desgraçados, inconscientes da necessidade da solidariedade operária, que se prestaram ao ignominioso papel de fura-greves, tudo isso não encontra um so protesto da parte dos partidários da paz e da harmonia!

Não são essas violências, diretas e indiretas, um desafio atrevido, uma provocação irritante e digna dos mais indignados protestos? Não são um ateamento de paixões? Não serão a justificação prévia da generalização do atual movimento de reivindicações operárias?

Onde está a neutralidade que se diz que o poder público deverá manter imperturbavelmente perante fatos desta natureza? Aos dirigentes e seus defensores, cega-os a tal ponto o espírito de classe que so vem a violência quando praticada pelos adversários e ignoram que a sua atitude é um insulto, uma provocação a toda a classe trabalhadora?

## TRABALHADORES!

Já que a solidariedade so a podemos encontrar entre os nossos, unamo-nos solidamente, inquebrantavelmente!

Aqueles que nos querem impor todos os seus arbitrários caprichos confiam na nossa desunião para a consecução dos seus fins. Eles procuram entre nós os irmãos traidores que nos farão curvar a cabeça, vencidos e humilhados! Eles contam com

a nossa ignorância, a nossa ingenuidade, para nos estenderem as mais indignas armadilhas, simulando vitórias, falsificando boletins, espalhando toda a espécie de notícias desorientadoras! Eles espiam o mínimo gesto de fraqueza de cada um de nós para despedaçarem o pacto de aliança que nos une! Pois bem: respondamos-lhe com a mais alta firmeza e a mais inquebrantável união.

Não desamparemos os nossos irmãos em greve! Corramos a todos os postos, multipliquemos os nossos esforços para mostrar a todos que a solidariedade, a união é para nós uma necessidade vital, que sem ela seremos humilhados, oprimidos, esmagados!

VIVA A SOLIDARIEDADE OPERÁRIA!

A FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO

Comércio de São Paulo - 20/5/1906, pp. 1 e 2.

## ANEXO 36

## LIGA OPERÁRIA

Companheiros!

Como já deveis saber, há dias que os nossos companheiros do tráfego e locomoção da Companhia Paulista se declararam em greve reclamando contra o despotismo e a prepotência de três superiores daquela poderosa empresa ferroviária e as constantes perseguições e extorções feitas por aqueles senhores aos operários em proveito próprio e de protegidos seus.

E este movimento, é preciso que fique patente, foi declarado depois de terem as três Ligas existentes nas zonas servidas pela Paulista, procurado por todos os meios brandos e amigáveis remover essas anomalias, negociando com a direretoria da companhia um acordo que viesse satisfazer aos interesses de todos.

Das justíssimas pretensões dos nossos camaradas já deveis estar bastante inteirados, bem como o público em geral, pelos boletins profusamente distribuídos na noite de 14 do corrente.

Pois bem. A diretoria da Companhia Paulista, que parece estar pondo em jogo mais os seus caprichos mesquinhos do que mesmo os interesses da empresa que administra e que estã sendo grandemente lesada, acaba de declarar peremptoriamente que não fará a menor concessão ao que pedem os operários da greve.

Hoje foi restabelecido o tráfego entre Campinas e Jundiaí, sendo o trabalho feito por operários inconscientes e traidores fornecidos pela Companhia Light - Rio.

Companheiros!

É chegado o momento de apelarmos aos nossos sentimentos de solidariedade. Em vista do que acabamos de expor e da traição sofrida por nossos camaradas de luta, torna-se necessário que lhes presteis todo o nosso apoio moral e material, aderindo desde já ao movimento.

Sim, companheiros, pedimos a vossa adesão por que quanto maior for a soma de prejuízos causados pelos caprichos da diretoria da Companhia Paulista, maiores serão também

a pressão e as imposições que sobre ela cairão por parte da comissão e do público prejudicado, para que abrevie a solução deste incidente.

E é preciso que os operários não saiam vencidos desta luta em que estão empenhados, pois que isto importaria em um atentado a seus legítimos direitos e traria como consequência o completo desprestígio da nossa honrosa classe.

Convidamos-vos, portanto, companheiros, a que amanhã vos declareis em greve, aumentando assim a força moral dos nossos queridos camaradas.

Avante, pois, companheiros, esperamos que seis solidários com os nossos camaradas da Paulista, até vencer.

A vitória é certa, e, se necessário for, iremos até a

GREVE GERAL

Comércio de São Paulo - 20/5/1906, p. 2.

## ANEXO 37

MANIFESTO POSITIVISTA

"E nem se pretenda que a 'greve é o abuso da liberdade'. A greve é, pelo contrário, o 'recurso normal' que tem o proletariado contra abusos quaisquer da autoridade temporal ou espiritual. Não só é perfeitamente legítimo que um número qualquer de proletários se recuse a trabalhar, para chamar os seus chefes ao cumprimento dos seus deveres, mas ainda é perfeitamente legítimo que qualquer cidadão, proletário ou não, 'aconselhe' esta recusa, invocando o interesse público, ou a condene. O que não é lícito a ninguém, proletário ou não, é pretender obrigar pela violência 'conforme os processos da civilização teológico-militar' o operário a trabalhar ou deixar de trabalhar como se ele fosse 'escravo'.

.....

'O exame científico da natureza humana, sob o aspecto individual ou coletivo, demonstra, pois, que toda a legítima solicitude do Governo em relação à ordem e ao progresso, apenas prescreve que a polícia garanta a todos a liberdade de trabalho'. Aos 'grevistas' cumpre assegurar a liberdade individual, respeitando neles o uso amplo da liberdade de reunião e de imprensa. Aos patrões e aos operários que não quiserem aderir à 'greve', cumpre assegurar a mesma 'liberdade'. Feito isto, AS REAÇÕES ÀS GREVES SÕ PODEM SER BENÉFICAS":

R. Teixeira Mendes

(As greves e a política republicana)

Comércio de São Paulo - 20/05/1906, p. 6.

## ANEXO 38

MANIFESTO POSITIVISTA

Diante da situação anormal criada pela greve dos operários da Companhia Paulista julgamos de nosso dever contribuir com o nosso contingente para a solução da crise em que vemos engolfado o Estado - Embora simples positivistas práticos, não podemos ficar indiferentes, nós que abraçamos a mais bela e a mais completa das doutrinas, a qual, pregando a necessidade de concentração da riqueza, pugna com mais entranhado ardor por um conjunto de reformas sociais que se resume na fórmula: A INCORPORAÇÃO DO PROLETARIADO NA SOCIEDADE MODERNA!

Começaremos chamando para os trechos acima transcritos a melhor atenção do governo, dos diretores da Companhia e do público em geral, que neles verão firmados dois pontos importantes:

1) As greves não constituem crime, não são atos passíveis de pena; ao contrário: elas constituem um recurso normal de que o proletariado deve lançar mão contra os abusos de seus chefes industriais e decorrem do princípio da liberdade profissional, estatuído pela constituição;

2) A força pública não pode intervir para compelir os operários a trabalhar, como não poderia impedir que voltassem ao trabalho aqueles que o quisessem. O papel da polícia é manter a ordem a todo transe e garantir a mais completa liberdade tanto para os que desejarem voltar ao serviço como para os que preferirem conservar-se em greve.

Firmados estes dois acertos inconcussos, não trepidamos em unir nossa voz à do público, fazendo um apelo ao cidadão presidente da Companhia Paulista para que dê ao caso a solução que ele urgentemente reclama.

Não podemos, nem é nosso intuito entrar na apreciação dos motivos determinantes da greve. Sejam, porém, eles quais forem, o fato que logo fere a atenção de todos é que não se trata de reclamações apresentadas por meia dúzia de operários descontentes; trata-se de um movimento coletivo em que tomaram parte, no dizer dos grevistas, cerca de 3.500 trabalhadores sobre os 3.800 empregados que conta a companhia.

Ora, é impossível que motivos inteiramente fúteis, destituídos de todo o fundamento, determinassem a união e a solidariedade de tão numeroso pessoal. Portanto, a companhia tratando com os grevistas, ouvindo-os, não se deve sentir amesquinhada, porque trata com a massa de seus operários, com a totalidade dos seus auxiliares e não somente com alguns turbulentos e irrefletidos.

Só um acordo honroso, único capaz de produzir efeitos gerais e duradouros poderá restabelecer a normalidade nos serviços da importante via férrea. Para reorganizar o tráfego com pessoal estranho, como parece ser o propósito da companhia, seria preciso pelo menos continuar a guarnecer a linha com a força pública, postando-se um soldado em cada 100 m, como acontece agora entre Jundiaí e Campinas. Ora, nem o Estado dispõe des'sa força, nem o governo poderia desviar assim, para o serviço particular de uma empresa, a força policial.

Refleta, finalmente, o cidadão presidente da companhia na perturbação enorme que a paralisação do tráfego está produzindo; nos prejuízos sem conta causados não só à empresa, mas à lavoura, ao comércio, ao público em geral; reflita nas conseqüências ainda mais graves que a persistência da greve pode determinar-ameaçados como estamos de uma parede geral, e veja se não deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para cessar tal estado de coisas.

O dever de transigir, de concordar, impõe-se. E neste caso, ceder não é humilhar-se, não é descer, nem fraquejar, é elevar-se, porque neste caso o vencedor é o bem público, é o interesse geral contra as inspirações do amor próprio e do orgulho.

Não julgamos que o prestigioso cidadão a quem nos dirigimos seja incapaz de dar este exemplo dignificador. Entretanto, há um outro alvitre normal que ousamos sugerir: é o recurso à arbitragem.....

São Paulo, 27 de Cesar de 118 (19-5-1906)

Joaquim da Silveira

Joaquim Barros

Crizanto Pinto

MANIFESTO POSITIVISTA

## IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

As greves - A ordem republicana e a Reorganização Social.A propósito da greve na Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais

Mais uma vez vimos dirigir um apelo aos sentimentos altruístas e à razão dos governantes e governados e especialmente dos patrões e dos proletários, oferecendo-lhes o ensino da religião da Humanidade, acerca da solução que convém às dificuldades da situação industrial.

Nesse intuito, cumpre-nos, antes de tudo, chamar a atenção para a verdadeira origem das lutas modernas entre os patrões e os proletários. Em geral, esses conflitos são principalmente atribuídos às exorbitâncias egoístas, quer por parte dos chefes industriais, quer por parte dos operários. Mas a realidade é que as demasias egoístas vêm apenas, nesses casos, como nas outras questões sociais, agravar uma situação fatal. Essa fatalidade resulta do fato de ter sido empírica a evolução da Humanidade até Augusto Comte, e de não haver, até hoje, penetrado suficientemente o positivismo nas massas ocidentais.

- Todos sabem que as sociedades humanas foram, na Antiguidade e mesmo na Idade Média, organizadas como se a atividade nobre fosse a guerra. A atividade industrial era um acessório nesse regime militar. Era essa concepção correspondia a escravidão do trabalhador, transformada afinal em servidão da gleba. Intellectualmente, esse regime repousava no teologismo; a ciência positiva era um acessório, como o trabalho a que ela parecia especialmente destinada.

Desse conjunto de condições decorria a concepção das relações entre os chefes temporais da sociedade, todos militares, sob títulos diversos (reis, duques, condes, barões, etc), e os demais homens.

Tal foi o meio político e moral donde a organização industrial empiricamente despreendeu-se cada vez mais revolucionariamente. Porque, por um lado, as classes industriais, patrões e operários, se acharam em antagonismo crescente com os chefes temporais e espirituais do regime guerreiro. Pois com-

preende-se que a sistematização da vida militar, onde imperam fatalmente a violência e a astúcia, o mando absoluto e a obediência passiva, de acordo com a origem divina dos chefes (reis e sacerdotes teológicos) e o caráter misterioso das doutrinas não pode ser a mesma que a sistematização da vida industrial, onde tendem a prevalecer a fraternidade e a franqueza, as ordens motivadas pelas convicções científica e a obediência voluntária de acordo com a origem humana dos chefes - (patrões e toristas científicos) e o caráter demonstrável das doutrinas.

Por outro lado, não podendo prever a sociedade futura, puramente industrial, mediante a dupla eliminação espontânea do teologismo e da guerra, os patrões tenderam a transplantar para o regime industrial os princípios da hierarquia militar, à medida que a evolução humana ia fazendo prevalecer socialmente a indústria. A isso os induziam o orgulho e a vaidade, mas contribuía também muito o fato de não terem outro modelo de disciplina prática. Motivos análogos fizeram os proletários recorrer aos processos militares contra os patrões, que aliás os convidaram a esta atitude quando tiveram de lutar contra os reis e o sacerdócio católico.

Essas sumárias recordações parecem-nos bastante para patentear que, nas lutas modernas entre os proletários e os chefes industriais, a causa original da desarmonia provém da circunstância de serem os patrões e os operários os órgãos empíricos e, portanto, até certo ponto inconscientes da frase final, que se está operando em nossos dias, da transformação do regime teológico-militar no regime científico-industrial.

Essa transformação, repetimos, realizada sem que os seus agentes (patrões e operários) dêem suficientemente conta da sua missão, e que está sendo perturbada pelo jogo cego das paixões dos governantes e dos governados e pela falta de salutar intervenção feminina.

Ora, só a religião da Humanidade pode por termo a tal situação, graças ao prestígio das demonstrações científicas pelas quais A. Comte sancionou e desenvolveu as sublimes aspirações dos mais egrégios corações e dos gênios mais eminentes.

A greve atual da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais vem mais uma vez confirmar as observações precedentes. Assim, ninguém pode contestar hoje a justiça das reclamações proletárias quanto à instituição das 8 h. de trabalho industrial diário e à restauração do descanso semanal. A. Comte demonstrou mesmo que devia haver em cada semana dois dias consecutivos de folga, um para o culto público, outro para o repouso doméstico, como já o havia tentado uma lei de Cromwell.

A instituição das máquinas torna cada vez mais realizável esse programa, base da moralização do proletariado e do patriciado industrial, moralização que, a seu turno, reagirá sobre a eficácia da atividade industrial.

Se a cultura afetiva e intelectual não estivesse infelizmente tão menosprezada entre os patrões, seriam eles os primeiros a estabelecer espontaneamente tal regime. Pois não se pode desconhecer que o proletariado produzirá tanto mais e tanto melhor, quanto mais honesto, inteligente, instruído e sadio for. Ora, não é possível satisfazer tais requisitos sem tempo para o repouso do corpo e cultura da alma.

- A esta questão prende-se a preservação das mulheres, dos anciãos e das crianças do trabalho industrial. O homem deve sustentar a mulher - eis o melhor resumo prático de todo o programa moderno, disse A. Comte, a fim de que ele possa preencher convenientemente o seu santo destino social - (catecismo positivista, prefácio p. 28, 3a. ed. bras.). O salário do chefe de família deve bastar para alimentar a esposa, os filhos menores e os pais anciãos. Além disso, cada família operária deve possuir um domicílio com 7 cômodos. A satisfação dessas condições redundará em aperfeiçoamento industrial pelo aumento do valor moral, mental e mesmo técnico do trabalhador.

- Também não se pode recusar a justiça da reclamação contra a imposição do médico e farmacêutico. Semelhante imposição viola a mais preciosa das liberdades humanas, a liberdade do corpo e de consciência, e ataca, ao mesmo tempo, a mais fundamental das condições políticas da regeneração social e da ordem republicana, isto é, a separação dos dois poderes.

Mas os proletários exorbitam desde que por

qualquer modo atentam contra o capital material e as pessoas, quer estas sejam seus patrões, quer sejam seus companheiros.

A primeira condição da existência social é a fraternidade universal e, portanto, a eliminação de qualquer violência nas relações humanas. A violência deve ser reservada exclusivamente para os que empregam a violência contra as pessoas e as coisas, isto é, os malfeitores propriamente ditos.

O capital material é realmente da Humanidade porque foi a Humanidade que o produziu. Nenhuma família, nenhuma pátria, nenhuma classe social pode, invocando a moral e a razão, proclamar-se proprietária seja de que for. Para formação desse capital material contribuíram todos os elementos da Humanidade e não somente a parte ativa da massa masculina. Os proletários de toda a terra reunidos poderiam destruir o capital que a Humanidade produziu e acumulou.

Mas praticariam um sacrilégio sem nome, porque destruiriam o que não tinham produzido. Os proletários mesmo não se pertencem a si próprios, porque foi a Humanidade que os fez, como atesta, em resumo, a linguagem em que formulam os sentimentos, concepções e projetos que povoam o seu cérebro.

Portanto, seja qual for a conduta dos patrões, os proletários devem zelar pelo capital social. Que importa que os patrões chamem e creiam ser deles o que de fato pertence à Humanidade? A realidade é que eles são apenas os depositários empíricos da riqueza da Humanidade, moralmente responsáveis pela sua conservação e distribuição, da mesma sorte que os proletários, apenas em grau maior.

- Também os proletários exorbitam quando pretendem usurpar as atribuições dos chefes industriais impondo-lhes os seus ministros. Se tiverem queixas destes, se essas queixas não forem atendidas, o seu dever, em caso extremo, é pedir aos seus chefes que a conduta de quem os ofende seja submetida a um tribunal arbitral. A recusa desse tribunal arbitral pode justificar a greve, mas esta não se justifica para exigir a demissão de um funcionário.

Porque os proletários pretendem para si a infalibilidade?

Note-se que o tribunal arbitrário é inadmissível quando se trata dos princípios. Assim, por exemplo, seria imoral e absurdo submeter a arbitramento a liberdade espiritual. Mas o tribunal arbitral se impõe desde que se trata de julgar a conduta dos indivíduos à vista dos princípios estabelecidos.

As considerações precedentes mostram também que não é legítimo que os governos intervenham nas greves, senão para impedir as violências contra as pessoas e as coisas. Sem dúvida os governos podem declarar a sua opinião a respeito da greve. Mas não é lícito intervir dando aos patrões meios para desatenderem as reclamações proletárias.

O exército e a armada nacional, as empresas industriais mantidas pelo Estado têm um fim preciso, do qual não podem ser desviados sem prejuízo da imparcialidade que o governo deve guardar nas lutas econômicas, morais e intelectuais entre os cidadãos.

Se se estivesse, por desgraça, em guerra interna ou externa e fosse preciso manter o tráfego de uma estrada de ferro paralisado por uma greve, seria justo que o governo empregasse os proletários que se acham ao serviço do Estado, quer militares, quer civis, para restabelecimento da manutenção do tráfego. Mas, fora dessa hipótese, o governo exorbita mais do que exorbitava no tempo da monarquia, mandando que o exército fosse empregado na captura dos escravos fugidos. Em tais casos, o dever cívico impõe a conduta que teve o Mal Deo dorado pedindo que tal prática cessasse.

Agora, se os patrões conseguissem outros proletários que viessem substituir os grevistas e estes pretendessem impedir a liberdade de trabalho dos seus substitutos voluntários; se isso se desse, o governo teria o dever de intervir para garantir a liberdade violada.

Nesse caso, os grevistas deviam resignar-se no bremente ao insucesso de sua tentativa, frustrada desde então por falta de solidariedade entre os proletários, por mais justa que a greve lhes parecesse. Porque esse malogro seria uma fatalidade, como seria a derrota em uma luta fratricida, segundo os processos militares.

Em um caso, como no outro, o mau êxito da greve indicaria mais uma vez que a solução das dificuldades sociais é moral e não material. Mas o desastre no segundo caso acarreta desgraças cruéis, das quais o primeiro está isento. Resignação e devotamento e a vitória da justiça chegarã. Não nos devemos esquecer, como observa A. Comte, que a maioria das revoluções sociais, a abolição gradual da escravidão ocidental realizou-se na Idade Média, sem uma única insurreição (Catecismo positivista, p. 372, 3a. ed. bras.).

A consideração de que o governo deve intervir nas greves para restabelecer um serviço público perturbado é capciosa. Com efeito, na melhor hipótese, a intervenção do governo faz cessar, no presente, uma perturbação, contribuindo para manter e agravar uma situação violenta que virã a produzir posteriormente males maiores de que os que se evitaram momentaneamente.

Dada a greve, o interesse público, do presente futuro, exige que ela termine pacífica e naturalmente, mediante acordo entre os patrões e os operários, graças aos recursos de capital e de solidariedade de que dispuserem. Pois que a greve afeta o público, cumpre a este intervir moralmente junto aos proletários e aos patrões, segundo for justo, exortando uns e outros ao cumprimento dos seus deveres. Sõ assim ir-se-ã estabelecendo o regime industrial cada vez melhor, graças à livre ação pacífica dos diversos elementos constitutivos da sociedade. Os expedientes violentos sã conseguem retardar a resolução do problema, legando às gerações futuras calamidades mais terríveis do que as que nos flagelam.

Em nome, pois, dos supremos destinos da Humanidade, apelamos para os cidadãos que se acham especialmente empenhados na presente greve. Cumpre que eles atendam aos reclamos do altruísmo e da razão, desprendendo-se das sugestões do nosso tormentoso Presente, para satisfazer aos interesses iniludíveis da Posteridade, que estão comprometidos.

Mas a greve atual é apenas um sintoma de males que sã podem cessar com a incorporação do proletariado na sociedade moderna. Para aã devem, portanto, voltar-se resolutamente todos os corações e especialmente os corações femininos. Então, reconhecerã que sã na religião da Humanidade encontram solução definitiva todas as dificuldades da sociedade moderna.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

R.T.Mendes

Vice Diretor

Rio, 26 de Cesar de 118 (18/05/1906)

## ANEXO 40

Pela Constituição da República

Positivista e cidadão livre de uma Pátria que tem a incomparável ventura de ser dotada da mais livre constituição do mundo, venho também lavar o meu protesto contra as exorbitâncias praticadas pela polícia, com desprezo flagrante da nossa lei fundamental: triste exemplo imitado pelos patrões, que pela ameaça da fome procuravam sufocar os reclamos do proletariado.

O meu intento não é atacar as pessoas investidas dos poderes sociais, quer chamem-se públicos ou privados.

Pudessem os positivistas, esses funcionários, apesar das suas imperfeições, seriam mantidos em geral, até que a sua idade ou a sua saúde os impossibilitassem do serviço social. Porque sabemos que a natureza humana é medíocre, quer sob o aspecto moral, quer mental, decidindo de cada conduta, quase sempre, os conhecimentos e os preconceitos bebidos na educação. A camada dominante tem os vícios e as qualidades da burguesia. A substituição de um burguês por outro burguês em qualquer função, pouquíssimo ou nada adianta para a sociedade. Ao passo que a maior duração da sua investidura tornaria o funcionário mais apto e mais acessível às soluções que lhe fossem apresentadas, e cuja eficácia a sua experiência prolongada lhe permitiria finalmente julgar.

Eis porque julgamos não sô odiosa, como contraproducente a exigência da demissão de um funcionário da Companhia Paulista, por parte dos operários em greve, que por todo o resto de sua conduta conquistarão a nossa mais franca e decidida simpatia, pela sua energia e respeito à propriedade.

Oxalã patrões e operários ouçam o seguinte apelo do venerando vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil:

"Em nome, pois, dos supremos destinos da Humanidade, apelamos para os cidadãos que se acham especialmente empenhados na presente greve .

Cumpra que eles atendam aos reclamos do altruísmo e da razão desprendendo-se das sugestões do nosso tormentoso presente para satisfazer os interesses iniludíveis da posteridade com que estão comprometidos".(...)

E é preciso reconhecer que a "abolição" e a "constituição" estão aí para permitir à sociedade sair da crescente anarquia em que se acha há 6 séculos, em consequência da irremediável dissolução da civilização católico-feudal, que enfim, garantem a manutenção da República, quando tal regime for uma realidade, em vez de constituir apenas, como hoje, uma aspiração legal...

E nem se pretenda que a greve é o abuso da liberdade. A greve é, pelo contrário, o recurso normal que tem o proletariado contra os abusos quaisquer da autoridade temporal ou espiritual. Não só é perfeitamente legítimo que um número qualquer de proletários se recuse a trabalhar para chamar os seus chefes ao cumprimento dos seus deveres, mais ainda é perfeitamente legítimo que qualquer cidadão, proletário ou não, aconselhe esta recusa, invocando o interesse público ou a condene. O que não é lícito a ninguém, proletário ou não, é pretender obrigar pela violência, conforme os processos da civilização teológico-militar, o operário a trabalhar ou deixar de trabalhar como se ele fosse escravo.

Também não se pode contestar ao proletariado a faculdade de coligar-se no intuito de garantir o êxito das greves, assegurando aos grevistas os meios materiais de subsistência, enquanto durar a cessação do trabalho. Quando a harmonia industrial se houver plenamente estabelecido, essa condição de êxito das greves encontrarã, mesmo entre os chefes industriais, os mais valiosos apoios temporais. Porque muitos desses chefes constituirão uma vasta associação internacional consagrada, como as ordens da cavalaria da Idade Média, à defesa de todos os oprimidos. A diferença entre os novos cavaleiros e os medievais resultará do fato de se reduzirem as perseguições no regime industrial, a negação ou insuficiência do salário, cuja reparação é mais fácil.

...O proletariado não abusa do recurso da greve porque seria impossível organizar e sobretudo sustentar uma greve destituída de fundamento. Quando as reclamações são exageradas, basta que os chefes industriais atendam ao mínimo para que o trabalho se restabeleça. A polícia deve garantir a todos a liberdade do trabalho. Aos grevistas cabe respeitar o uso amplo da liberdade de reunião e de imprensa. Aos patrões e aos operários que não quiserem aderir à greve cabe a mesma

liberdade. Feito isso, as reações às greves só podem ser benéficas.

(...) O "Jornal do Comércio de São Paulo" de 19 de janeiro de 1900, a propósito da greve dos cocheiros ocorrida então, sugere que o governo obedeça à constituição, isto porque os nossos estadistas teimam em se opor às conquistas mais notáveis alcançadas pela República... A liberdade profissional ainda é desconhecida pelo governo, que mantém, em seus regulamentos sanitários, o privilégio médico e farmacêutico e agora quer-se regulamentar um certo número de funções proletárias, hoje os cocheiros e carroceiros, amanhã os criados, e assim por diante.

"Já é tempo de pôr um paradeiro a este desvirtuamento crescente do regime inaugurado a 15 de novembro de 1889, sob os auspícios das generosas aspirações que pulsavam no cérebro de Benjamim Constant, e que os nossos estadistas, oriundos do Império ou educados nele, parecem menosprezar ou desconhecer.

A República não deve ter interesse no meio das lutas partidárias, uma vez que os trabalhadores ou a classe trabalhadora são as bases da vida nacional.

R. Teixeira Mendes - vice-diretor  
Rio, 6 de Descartes de 117 (13/10/05)  
SP. 7 de S. Paulo de 52.118 (27/5/06)  
Crizanto de Miranda Pinto

Comércio de São Paulo - 28/5/06, p.4

## ANEXO 41

Do "Cordeirense", no dia 20, um manifesto ao público, expondo os motivos que os levaram a declarar-se em greve, em Cordeiros:

No dia 15, pela manhã, começou a greve não só nesta estação como em todas as outras da Companhia Paulista.

Ela era para ter sido feita dias antes, porém, por determinação súbita do Conselho Administrativo da Liga, estabelecida em Jundiaí, fora adiada para o dia 15.

Na noite antecedente já nos havíamos reunido em uma sala do Sr. João Lucke, a fim de tomarmos conhecimento das resoluções.

Desde manhã ninguém apresentou-se ao trabalho. Alguns deixaram-se ficar em casa, outros reuniram-se na estação, outros que não pertenciam à Liga, apresentaram-se ao trabalho.

O trem misto, que forma-se aqui e parte para Campinas às 5.55, não seguiu.

Tampouco havíamos posto fogo às máquinas, como de costume, pois à meia-noite nenhum limpador mais trabalhava.

Durante o dia todo estivemos na estação da Companhia e, embora aglomerados, não era nem nunca foi nossa intenção opormos qualquer resistência ao pessoal que se conservava em serviço.

A decisão que nos vem distribuída do Centro Operário de Jundiaí foi a que a todo momento estavamos fielmente cumprindo, isto é, calma.

Durante o dia chegou-nos um telegrama ameaçador do Dr. Monlevade, que ordenava que aqueles que no dia 16 não se apresentassem em serviço, à hora de costume, se considerassem despedidos, à ordem do presidente da Companhia.

Não nos amedrontou essa ameaça e nos conservamos sempre em ordem pacífica.

Nesse dia, soube-se que um trem especial chegava à nossa estação às 8 e 20' da manhã. Mas, devido ao desarranjo no tender da máquina, esta teve que interromper o seu caminho, parando na estação de Ibicaba.

Depois de haverem remediado o mal do tender da

máquina e de haverem feito provisão de água, com baldes, na estação Ibicada, o trem pôs-se em movimento, chegando aqui às 11 horas, mais ou menos, trazendo 30 soldados ao mando de um alferes.

Nós, por simples curiosidade, estávamos reunidos na plataforma, a uns 30 metros do trem, nada dissemos e tínhamos intenção unicamente pacífica, pois se houvéssemos querido usar de violência, não deixaríamos entrar o trem em Cordeiro, arrancando alguns trilhos da linha.

Eis, porém, que, de repente, os soldados, sem mais nem menos, enfurecidos, sem ordem do seu superior, descem do carro e, de carabina em punho, atacam-nos, põe-nos em fuga até a casa de máquinas, dispersando-nos completamente, com ameaças de descarregarem as carabinas sobre nós.

O trem partiu uma hora depois para Rio Claro, onde a força fora estacionar.

## ANEXO 42

## AOS EMPREGADOS DA S. PAULO RAILWAY

Companheiros !

A vossa atitude é triste ! Não somente recusais a vossa solidariedade aos vossos irmãos em greve, mas colaborais na obra infame de violência, de coação que a polícia, aliada dos patrões, está executando contra os grevistas ! Vós cooperais com as Companhias e com as autoridades parciais no esmagamento dum justissimo protesto de trabalhadores vilipendiados !

Sois vós que transportais os soldados, armados em guerra, que vão fazer aparato de forças e exercer prepotências contra homens que, como vós, são vítimas de Companhias mais cuidadosas dos dividendos do que do bem estar e da dignidade dos operários !

Não podereis amanhã precisar da solidariedade que hoje negais aos vossos companheiros ? Não tendes, porventura, os mesmos motivos de queixa que os da Paulista ?

Não podereis tornar a ser vítimas dos três quartos de jornada, como já fostes, como são hoje os da Paulista das 3 segundas feiras ? Não tendes vós a entrada obrigatória na Beneficente, a 3\$000 por mês, em troca de cuidados e remédios ridículos ou illusórios ? Não tendes vós chefes arbitrários e diretores que fecham os olhos e os ouvidos às injustiças que sofreis ?

Não são muitos de vós obrigados a pagar 9\$000 por passes mensais, que não servem para todo o mês ? Não tira a Companhia proveito dos próprios aleijados, explorando-os ?

Não seria ela capaz de aproveitar até os ossos dos vossos esqueletos, se eles lhe servissem para pregos ?

Vós tendes tantos motivos de protesto como os vossos companheiros em greve; poderíeis aproveitar a ocasião para apresentar as vossas reivindicações ou ao menos, para prestar aos vossos irmãos a solidariedade que certamente noutra ocasião vos será necessária.

Ou preferis contribuir para a derrota deles ? Quereis ser covardes e traidores ? Toda a dignidade de homens vos

abandonou talvez ?

Esperamos que não, É ainda tempo de fazer nobremente esquecer estes dias de vergonhosa cumplicidade.

Viva a solidariedade operária !

A Federação Operária de São Paulo

Comércio de São Paulo - 24/5/06, p.2

Il Secolo - 24/5/06, p.2 e Diário de

Santos - 25/5/06, p.1

## ANEXO 43

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Os tipógrafos das 3 empresas jornalísticas desta cidade julgam de seu dever e para evitar quaisquer interpretações errôneas, expor ao público campineiro o que se passou e deu lugar à suspensão dos jornais.

No sábado da semana passada, no intuito de patentearmos a nossa solidariedade de operários aos grevistas das Companhias Paulista e Mogiana resolvemos não trabalhar em sinal de protesto.

Assentada essa resolução, dirigimo-nos às 3 empresas, Comércio, Correio e Cidade e lhes comunicamos que não voltaríamos a trabalhar enquanto não fosse resolvida a greve a bem dos operários.

Os abaixo assinados têm que declarar, como um voto de consciência, que se congregaram por aquela forma somente pelo princípio de solidariedade e não porque os animasse qualquer desgosto ou queixa que tivessem das empresas em que trabalham, o que significa dos redatores-chefes das três folhas.

Julgam os abaixo assinados que pronta seria a solução de tão grave crise. Como, porém, até agora não foi resolvida, regressam as suas tendas de trabalho, qualquer que seja a solução futura, especialmente para que a nossa terra não fique privada de imprensa sempre justa e imparcial e possa esta esclarecer os fatos como realmente são e que tão desfigurados têm sido por alguns jornais de São Paulo durante os últimos oito dias.

O nosso regresso ao trabalho provém desse pensamento de que o público saberá avaliar, mas de forma alguma significa falta de solidariedade moral com os nossos companheiros.

Campinas, 25 de maio de 1906

Os trabalhadores gráficos

## ANEXO 44

## Federação Operária de São Paulo

Aos maquinistas e foguistas da São Paulo Railway  
Companheiros !

"Hã seis dias jã que o pessoal da Paulista sus-  
tenta uma luta homérica para reivindicar a dignidade do pro-  
letariado conspurcada pela burguesia - hã dois dias que o pes-  
soal da Mogiana declarou-se em greve como ato de solidariedade

Võs empregados da São Paulo Railway, podeis deci-  
dir a vitória em poucas horas; de vós depende a humilhação de  
finitiva do capitalismo.

Declarai-vos também em greve, deixem que a gran-  
de artéria que dã evasão a todo o comêrcio do Estado fique ina-  
tiva e a vitória do proletariado será certa e imediata.

Companheiros !

O proletariado tem os olhos sobre vós, não fal-  
teis ao apelo que vos dirige na ânsia suprema da luta; lem-  
brai-vos que a sua vitória será também a vossa vitória.

Em greve, companheiros !

Viva o proletariado !

Abaixo o orgulho do capital !

"A Federação Operária de São Paulo"

Commércio de São Paulo - 22/5/06, p.2

A Lucta Proletária - 19 set 1906, p.3

Fanfulla - 21/5/06, p.3 e

Il Secolo - 20/5/06, p.2.

## ANEXO 45

"Os trabalhadores do Rio de Janeiro presentes no dia de hoje ao comércio público de solidariedade aos seus companheiros empregados na Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, tendo em vista a má interpretação dos motivos da greve desses companheiros, por parte, não são dos que ignoram a verdade desses motivos, mas principalmente dos que proposital, abusiva e interesseiramente se prestam a maleficiar os motivos que aqueles companheiros tiveram para declarar a presente greve e para melhor mostrar que a intervenção do governo na aludida greve é por demais parcial, arbitrária e criminosa, são em prejuízo daqueles companheiros, resolvem que, à vista das verdades contidas no artigo publicado sob a rubrica "Ordem do dia" assinado por M.A. , no jornal "A Notícia", de hoje, seja enviada esta moção a todos os jornais diários desta capital, solicitando que esses mesmos jornais transcrevam na íntegra o artigo em questão, pelo que prestarão assim um serviço útil não só para a causa que ora se debate (a justa greve dos empregados da Paulista ) como esse é o fim principal para o verdadeiro esclarecimento da verdade pura e sem modificação.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1906

Comércio de São Paulo - 24/05/06, p.2

## ANEXO 46

Já está no conhecimento de todo o público do Brasil a greve declarada no dia 15 do corrente pelos trabalhadores e demais empregados da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais em Jundiaí, Campinas e Rio Claro, etc... Greve esta que tem tido todo o apoio do público daqueles lugares e muito particularmente da classe comercial, que sabendo que são mais que justas as reclamações dos grevistas, nega-se terminantemente a fornecer alimentos à força de polícia mandada para aqueles lugares com a nota de manter a ordem.

A cumplicidade de nosso governo na questão, como sempre acontece, não se fez esperar, mandando para o serviço daquela empresa particular operários do Estado e contratados da armada nacional.

Apesar, porém, desse abuso do governo, imiscuindo-se nesta luta travada entre o capital e o trabalho e como sempre, em ajuda ao capitalista, os grevistas continuam a não ceder nas suas justas pretensões e firmes na luta encetada, continuam conquistando a estima pública.

Assim, a intervenção criminosa do governo paulista, como do desta capital, nada mais têm feito que atear as paixões dos sofredores, o operariado, e estes têm secundado os grevistas com a sua ampla solidariedade.

Após a greve da fábrica de curtume de Jundiaí, surge a greve solidária e forte da Companhia Mogiana como sinal de protesto contra as vastas arbitrariedades cometidas pela polícia, que, cega na sua coléra, procura prender os companheiros mais ativos, e age de mãos dadas com a diretoria da Companhia Paulista, que procura por todos os meios ao seu alcance intimidar aqueles trabalhadores para que abandonem a greve em benefício da mesma.

E não ficará aí esta greve, se os criminosos intentos do governo Paulista não tiverem termo imediato.

## ANEXO 47

## LIGA OPERÁRIA

Companheiros !

Em virtude da incerteza em que se achavam os operários da Companhia Mogiana se deviam ou não persistir na sua atitude de solidariedade aos companheiros em luta na Companhia Paulista, resolveu o Conselho Administrativo convocar uma assembléia entre os mesmos para se resolver.

Nessa assembléia, que se realizou hoje, às 3 horas da tarde, ficou deliberado, por aprovação unânime, que se mantenham firmes no mesmo propósito de apoio e solidariedade até final solução desta pendência.

Ficou também assentado que aqueles a quem não peje a sua dignidade e ao seu brio de operários conscientes quebrar os laços de solidariedade e trair os seus companheiros, lhes é facultado irem trabalhar, na certeza de que não serão coagidos pelos seus companheiros. Isto o poderão fazer, uma vez que queiram se sujeitar à pecha de traidores - que o serão de seus co-irmãos - e a serem apontados ao desprezo de todos os companheiros conscientes.

Companheiros !

A LIGA, dando-vos ampla liberdade de ação, quis unicamente provar mais uma vez que aqui ninguém está sujeito à coação de espécie alguma. Chama, porém a vossa atenção de operários conscientes para o laço que estão vos armando os vossos opressores e no qual vos estais deixando cair inconscientemente.

Os presidentes das Companhias Mogiana e Paulista, convencidos de que pela altivez nada conseguirão dos operários, coligaram-se e estão empregando contra nós todos uma tática muito nossa conhecida.

Assim é que, procuram por modos brandos e amigáveis atrair ao trabalho os operários da Mogiana, a fim de que os seus companheiros da Paulista, desalentados por esse abandono, vão voltando ao serviço e façam dessa maneira abortar a greve. Tomai tento, companheiros. Nós bem conhecemos os laços de amizade que ligam os Srs. Drs. Antonio Prado e Anto

nio Penteado, e por isso não duvidamos de que estejam trabalhando de comum acordo,

Vede bem: a princípio fizeram sentir a necessidade de um trem de passageiros na Mogiana, porque a Paulista já trafegava entre Campinas e Jundiaí e conseguiram da LIGA uma concessão nesse sentido. Logo em seguida - mesmo com sacrifício - fazem correr um trem de carga na Paulista para fazer constar que era preciso um também na Mogiana; depois, pedem mais uma outra concessão e assim, de concessão em concessão, vos fazem ir cedendo até a sua inteira capitulação.

Isto nos prova que a Companhia Paulista já não pode mais se opor a vossa resistência e por isso, para não ter que ceder e quebrar o seu capricho, procura vos embair por meios ardilosos.

Outra tática: - Hoje foi distribuída uma circular da Mogiana em que se convidaram os operários para voltarem ao trabalho; em uma nota referente a assembléia disse que nela ficara resolvida a volta ao trabalho àqueles que assim desejarem, esquecendo-se porém, propositadamente, de acrescentar que aqueles que não desejarem poderão deixar de o fazer, sem receio de que por isso venham a ser punidos. Foi isso a que se comprometeram.

COMPANHEIROS !

Já que vos declarastes em luta mantende-vos até o fim. Contra vós empregam a argúcia como meio de ação. É preciso que mostreis que também sois bastante inteligentes para a perceber.

E depois, quererá qualquer um de vós, companheiros conscientes, levar o epíteto de TRAIADOR, agora quando nos demonstram que o fim da luta está próximo ?

Oh ! não ! De certo que não ! É por isso que soltamos este brado;

COMPANHEIROS

Não desamparemos os nossos companheiros da Paulista.

Campinas, 24 de maio de 1906

Comércio de São Paulo - 27/05/06, p.2

## ANEXO 48

## TRABALHADORES, POVO, SOLDADOS !!

É angustioso o momento para as classes trabalhadoras!

É preciso que, pensando como um sô homem, o operariado brasileiro se levante, consciente e resoluto, para opor à violência armada do governo a sua ação eficaz de revolta aos atos miseráveis da turma governamental !

Companheiros !

Os camaradas das estradas de ferro de São Paulo, sentido-lhes bater dia a dia nas faces honradas o chicote aviltante da burguesia, resolveram, num assomo de dignidade ofendida, declararem-se em greve para derrubar todas as causas do mal que há muito os vem torturando.

O operariado e o povo ignoram quase que por completo os motivos de um tal movimento, que cada dia se vai mais e mais alastrando, patenteando assim ao governo, quer de São Paulo, quer da União, que o cérebro operário vai dobrando já num crescente movimento de consciência revolucionária.

A diretoria da Paulista (talvez ignorem isso os operários) no intuito, como é lícito pensar, de inutilizar o esforço dos trabalhadores na sua campanha em prol dos seus interesses, nas associações que fundaram, procurava há muito, ludibriando assim a boa fé dos mesmos trabalhadores que ela mal assalariava, e ainda em cima desrespeitava com atos arbitrários, fundar centros beneficentes, e de fato os fundou, extorquindo deles uma quota mensal que redundava não se sabe em proveito de quem, sendo ela avultada, visto serem em número superior a 3.000 os operários da Paulista.

Quando doentes, esses operários, já se si exaustos pelo trabalho fatigante não tinham as convenientes consultas dos médicos e se as tinham, às vezes, o facultativo tratava-os como seres inferiores e desprezíveis - como irracionais.

Por estes e outros motivos, aqueles camaradas iniciaram, no dia 15 do corrente, o seu movimento reivindicador, contando, para isso, com o auxílio de outras classes congêneres, a fim de fazer triunfar a causa por que se batem.

Logo no princípio, porém, surgiram traições do gverno, essa miserável e abjeta entidade que tudo envenena, até as coisas mais puras, e começaram os auxílios ao capitalismo e conseqüente pretensão de sufocar o movimento. Foram enviadas forças e mais forças para debelar a greve e o mesmo nefasto gverno, mancomunado com empresas particulares, exploradoras impudicas e reles do suor operário, como a "Light", emprestavam os seus operários, para, coisa incrível, irem atraiçoar os seus irmãos lutadores em causa tão justa quanto digna.

Operários ! Prestai o vosso decidido apoio aos companheiros da Paulista, porque assim prestareis o vosso concurso a uma conquista grandemente humana, qual a de levantar a dignidade proletária à altura que merece.

E a vós, operários da Estrada de Ferro, e a vós, maquinistas de empresas particulares e da armada, cumpre-vos o dever de auxiliar os vossos companheiros a alcançarem a vitória que é também a vossa.

Ao povo !

Agora a vós, irmãos do povo, quase sempre indiferentes às lutas travadas entre o capital e o trabalho, agora, a vós cumpre também demonstrar a vossa solidariedade neste momento, porque vós também sois os espezinhados, roubados e traídos, vós também constituís essa massa anônima que produz tudo, vós sois também do número de deserdados, sois também a carne de canhão e a besta de carga que tudo suporta para sustentar a ordem vigente que vos acabrunha. Prestai pois, a vossa solidariedade em nome da justiça humana, em nome dos bons sentimentos de fraternidade a causa operária que ora se debate.

Aos soldados !

Agora tu, soldado, instrumento inconsciente nas mãos dos mandões que te exploram e aviltam a tua dignidade de ser pensante, fazendo-te marchar e disparar as tuas armas contra os peitos dos teus irmãos que gemem e sofrem as torturas da fome e horrores da tirania, ao toque de uma corneta, agora reflete:

Es operário como nós e, por conseqüência, nosso irmão, e por isso a nossa causa deve ser a tua, deves defender-nos porque o que defendes atualmente é o governo, a propriedade, a lei, coisas todas que longe de te dignificarem, te aviltam !

Escolhe entre os dois caminhos o mais claro o mais seguro a trilhar: ou presta o teu apoio aos carrascos de teus irmãos, os operários, ou nega-te a fazer fogo contra aqueles que ainda ontem eram teus companheiros de oficina.

Solidariedade e firmeza, justiça e dignidade é o que pedimos, operários, povo, soldados !

Procurai pôr em prática a vossa solidariedade e o vosso amor pela causa da liberdade e do bem estar humano e tereis trabalhado por uma causa grandemente nobre, grandemente humana !

Estanquemos as lágrimas dos que sofrem as bofetadas aviltantes da burguesia e procuremos fazê-los seguir o nosso caminho rebelando-se contra a tirania e a opressão!

Avante, companheiros, apoiemos a greve da Paulista e caso ela tenha ainda maior repressão por parte do governo, então declaremos a greve geral como um meio de combate.

Avante ! Agir é o nosso dever !

Sejamos calmos, para obrar com a máxima energia na luta. Avante !

Nota: Convida-se o operariado e o povo a assistir, terça-feira, 22, um comício de solidariedade e de apoio aos nossos irmãos em greve, atualmente em São Paulo.

Povo ! Operários ! Correi ao comício !

Comércio de São Paulo - 25/05/06, p.1

## ANEXO 49

Apelo ao Exército (distribuído em São Paulo, Jundiaí, e Rio Claro e Campinas)

Soldados !

Nesta hora solene de sacrifícios e de lutas, para a reivindicação dos mais sagrados direitos - primeiro entre todos, o da vida - vós sereis chamados a cumprir uma missão indigna e infame: aquela de marchar contra os nossos irmãos na miséria, para sufocar em sangue este grandioso movimento da greve geral que tem recebido a adesão de todas as classes trabalhadoras e de todos os homens do progresso.

Mas vós não deveis marchar !

Para fazer crer que sois co-interessados na manutenção de um regime social baseado no desfrutamento econômico e na tirania política dos grandes sobre os pequenos, para induzir-vos a sustentar sobre as pontas das baionetas os interesses e a burra dos capitalistas, para transformar-vos como outros tantos autômatos e cegos instrumentos de repressão e de morte, na presença da multidão de vítimas que pedem justiça, os vossos superiores dir-vos-ão que tendes um sagrado dever para cumprir, uma pátria em perigo para defender, um inimigo para combater e ordenar-vos-ão fazer fogo contra o povo.

Mas vós não deveis matar !

As vossas armas não de abaixar-se diante do exército dos oprimidos que reclamam o direito de liberdade e de vida. Vosso dever não é de matá-los, mas fraternizar com eles; a pátria que vós deveis defender não é a bolsa dos capitalistas, nem a selvagem política das classes dirigentes, mas a justa causa do povo de que fazeis parte, condenado a viver na mais vergonhosa escravidão.

Não presteis fé às mentiras oficiais que vos pintam os grevistas como perturbadores da ordem, como inimigos da sociedade; não deis ouvidos às palavras infames desses assassinos agaloados, vossos algozes, que desejariam lançar-vos como bestas ferozes contra vossos irmãos, porque estes são dignos de toda a vossa simpatia e solidariedade.

A causa que eles defendem é justa, a luta é sagrada.

O que eles pedem não é a riqueza ou o poder, eles que tudo produzem, que tudo transformam, que o mundo todo embelezam com o esforço dos seus braços e suas inteligências em proveito exclusivo dos patrões que os espoliam; eles pedem simplesmente melhores condições de vida, porém, numa palavra que acabe esse regime de exploração que os embrutece e os esfomeia, tirando o pão da boca de seus filhos.

Tereis coragem de matá-los ?

Não, não; deveis todos recusar-vos a marchar contra eles e apontar as vossas espingardas contra os vossos superiores.

A vossa missão, para que fostes chamados, ou espontaneamente escolhestes era aquela de resguardar as fronteiras da vossa pátria das possíveis invasões estrangeiras, e não essa de converter-vos em assassinos de vossos irmãos, com quem tendes comuns os interesses e a causa.

Se o povo tumultua, se o povo ameaça, se o povo se insurge, se o povo destrói, aterra, convulsiona... pior para os seus tiranos !

Não tendes nada a perder, tendes antes até tudo a ganhar se a atual greve geral degenerasse num movimento revolucionário social.

Sede, então, com o povo, em defesa do povo e, no momento de agir, quando os vossos superiores mandarem fuzilar a multidão, abaixai as carabinas, refleti um instante que nos querem fazer cometer um crime; recordai os horrores dos quartéis, as infâmias impostas pela disciplina, as prepotências sofridas da parte dos sanguinários que vos mandam fazer fogo e, se tudo isto não basta para provocar em vossa alma um frêmito de indignação e de revolta, lançai um olhar sobre a multidão ululante, procurai no meio dela o perfil esquelético e trêmulo de uma mãe, de um irmão, de um filho aparecendo-vos como visão dolorosa, que vos fará cair as armas da mão.

Soldados ! Não marcheis ! Não mateis !

Rebelai-vos contra todas as ordens dos bandidos que nos conduzem ao assassinio; desertai dos quartéis e aglomeraí-vos em redor da bandeira da revolução social que avança triunfante!

Viva a greve geral !

Viva a causa dos trabalhadores!

Os homens livres.

## ANEXO 50

## AO PROLETARIADO PAULISTANO

Companheiros,

Os nossos irmãos, que há dez dias lutam energicamente para reivindicar a dignidade do proletariado todo, bradam pelo vosso apoio, pela solidariedade de todos os homens de trabalho.

Deixareis, companheiros que este brado angustioso se perca em meio do silêncio covarde de todos?

Não ! Vós acudireis ao apelo dos oprimidos, vós deveis o vosso apoio à causa deles, a causa de todos vós.

Companheiros.

Sõ a GREVE GERAL pode subjugar o orgulho do capitalismo opressor; sõ a GREVE GERAL pode dar a vitória à causa dos nossos irmãos.

À GREVE GERAL, portanto.

Companheiros.

Que nenhum de vós trabalhe amanhã. Deixai-vos ficar em casa.

Qualquer de vós que falte a este pacto de solidariedade será um traidor infame, um krumiro desprezível.

Viva a GREVE GERAL !

Viva o proletariado !

--- -- SP, 25-5-06 - A Federação Operária de São Paulo.

Comércio de São Paulo - 26/5/06, p.1.

## ANEXO 51

## AOS OPERÁRIOS DE SÃO PAULO

Companheiros,

Hã mais de 10 dias que os nossos companheiros em pregados na Companhia Paulista sustentam uma luta como nunca se verificou nesta terra ainda nova nas lutas entre o capital e o trabalho.

Võs já conheceis a razão da greve.

O pessoal da Paulista hã longo tempo sofria os insultos, as arbitrariedades, a prepotência vil de um régulo, perverso e covarde - o Dr. Monlevade - e de alguns miseráveis assecclas seus. Este homem nefasto, tão caro ao presidente da Companhia, não perdia ocasião de patentear o seu ódio e o seu desprezo para com os trabalhadores, lesando-os nos seus interesses e magoando-os na sua dignidade. Tornou obrigatória a Sociedade Beneficiente da Companhia que passou a ser gerida por ele e por seus acólitos; extorquia mensalmente três mil réis aos trabalhadores para sô beneficiar alguns amigos seus, os quais comiam à farta à custa do suor dos salários dos míseros empregados.

Estes longamente têm sofrido e calado. Mas tudo acaba neste mundo, até a paciência dos oprimidos. Um último incidente, uma injustiça clamorosa praticada contra um companheiro, Thomas Degani, fez transbordar a indignação por tanto tempo comprimida e a greve rebentou.

Companheiros:

O que tem sido esta greve nestes dez dias vós o sabeis; sabeis a odiosa inflexibilidade do Dr. Antonio Prado, presidente da poderosa Companhia Paulista; sabeis da escandalosa parcialidade do governo, das incríveis violências, das calúnias contra os grevistas; sabeis da maravilhosa resistência dos grevistas e da solidariedade dos companheiros de outras estradas e oficinas.

A vitória é certa, companheiros mas é preciso a vossa coadjuvação, é preciso um movimento geral do proletariado, porque está em questão a dignidade do operariado inteiro deste país.

Se limitais a vossa solidariedade a votos platônicos de simpatia, se o egoísmo reles e covarde se apossa de

vós, talvez os Prado e companhia consigam cantar vitória.

Mas vós não fareis isso ! Pensareis bem na responsabilidade enorme que pesa sobre vós e decidireis da vitória com a vossa atitude enérgica.

Companheiros,

Declaremos a GREVE GERAL, cruzemos os braços, façamos com que deixe de pulsar a vida desta grande cidade.

A burguesia não encontrará, por certo, traidores que bastem para nos substituir; o governo não disporá de soldados que cheguem para vencer-nos. E estes, esperamos, não se hão de esquecer de que já foram operários e voltarão a sê-lo novamente.

À GREVE GERAL, portanto !

Nenhum de vós deve comparecer ao trabalho amanhã, sábado, 26 de maio, nenhum de vós, esperamos, envergonhará o proletariado com a deserção, com a traição infame.

Guerra aos traidores !

Viva a GREVE GERAL !

São Paulo, 25 de maio de 1906 - Federação Operária de São Paulo.

Comércio de São Paulo - 26/5/06, p.2.

## ANEXO 52

## LIGA OPERÁRIA

## COMPANHEIROS

A Companhia Paulista mudou de tática agora. Percebendo que com as violências praticadas pela polícia contra os nossos companheiros nada ela conseguia, resolveu então adotar o sistema de que se serviu em Jundiaí, espalhando boletins mentirosos e infames, como infames são os que os escreveram.

Não deis crédito a esses canalhas, a esses vendidos que vos querem arrastar para o abismo.

Ninguém compareça ao trabalho enquanto não forem atendidas as nossas reclamações.

Seria uma vergonha para o proletariado do Rio Claro se comparecesse ao serviço quando os nossos companheiros de Jundiaí, Campinas, Capital, Rio e de outros centros operários continuam firmes e solidários conosco.

A Liga Operária de Rio Claro não se envolve em política. Ela quer simplesmente a reivindicação dos direitos operários conspurcados pelos potentados da Companhia Paulista.

Os operários que forem ao trabalho serão considerados Judas da classe e os seus nomes apontados ao desprezo público.

## COMPANHEIROS

A nossa luta deve continuar. Esperamos movimentos de solidariedade no Rio e em diversas Companhias Ferroviárias.

O apoio que temos é de toda a população do Rio Claro, que admira a nossa calma e perseverança.

O sr. Dr. Joaquim Teixeira das Neves Jr., que desinteressadamente se colocou ao lado dos operários para a defesa dos seus direitos, continua a merecer inteira confiança da Liga Operária.

Calma e -a -postos, sempre firmes, e desprezemos os boletins desses bandidos que assinaram - Operários conscientes.

Daremos notícias do que houver aos nossos companheiros.

Rio Claro, 25 de maio de 1906.

## ANEXO 53

"Sabemos quem fez, quem engendrou a baixa e torpe investida para criar a dúvida na vitória da causa dos operários, pretendendo, por um boletim em anonimato, estabelecer a desunião entre os mesmos.

A campanha encetada pelos operários foi e é dirigida tão somente pela diretoria da Liga, que absolutamente não tem e não pode ter política alguma, máxime no Rio Claro, onde mais exacerbada ela é e mais profundos são os rancores que entre si nutrem os partidos militantes.

Quando os operários iniciaram o seu movimento, procuraram e obtiveram a simpatia pública e o apoio que lhes deram os seus amigos - tanto de uma política como de outra.

A luta, na qual estamos empenhados, nunca foi contra o governo, mas sim contra uma empresa particular - a Companhia Paulista - de modo que visou algum de política podia originar-se da conduta dos operários.

As pessoas que prestaram o seu auxílio aos operários jamais conspurcaram os seus bons ofícios prestando-se com interesse mediato ou imediato, para sua política; mesmo porque os apontados no boletim em anonimato são apoiadores desse mesmo governo, com o qual, hoje, devem justamente estar ressentidos, os operários, porque lhes faltou, como a cidadãos brasileiros é dado pela lei, com as necessárias garantias de liberdade e até de justiça.

Vítimas de uma prepotência e da força armada, os operários não perderam a sua calma e a sua dignidade, calma que há de sufocar a baixa exploração daqueles que não tiveram o ânimo de virem auxiliá-los em sua campanha; dignidade altiva para que sejam publicamente gratos aqueles que concorreram com os seus leais esforços em prol da causa do operariado.

Portanto, não podia ser operário o miserável que lançou aquelas linhas infames ao público.

Esse miserável é conhecido pelo povo de Rio Claro tanto quanto o seu assessor.

Companheiros !

Mais um pouco de paciência e firmeza. A Liga está trabalhando em prol dos vossos direitos.

Temos comunicações diretas com as Ligas de Campinas e Jundiaí. Ali todos estão firmes. Aguardaremos, pois, as suas ordens.

Os JUDAS da classe operária, José Philadelpho Cazuza, Antonio dos Santos, José Frederico Martins e o muito conhecido ex-coletor Major João Pinto Pereira, de um passado vergonhoso e de um presente tristíssimo, devem ser apontados ao desprezo do povo de Rio Claro e principalmente da classe operária.

Companheiros !

Os trens estão correndo com o pessoal superior.

Calma e solidariedade.

Qualquer notícia que recebermos vos será comunicada por meio de boletins.

Nada devemos resolver sem ordem de Jundiaí.

Companheiros !

As notícias de São Paulo são animadoras.

A greve geral deve se declarada na capital.

A Federação Operária pede-vos que vos conserveis solidários por mais dois dias, porque a vitória é certa.

- Constatou, ontem, insistentemente, na capital, que os srs. drs. Monlevade e Burnier e o chefe da estação de Jundiaí-Paulista haviam apresentado a sua demissão dos cargos que ocupam na Companhia Paulista, e que o Sr. Dr. Antonio Prado declarou que nada decidira, deixando essa incumbência ao inspetor geral da Companhia, Sr. Dr. Torres Neves.

- Na Capital Federal também continua o movimento de solidariedade para conosco.

- Os Srs. Drs. Angelo Mendes, José Mendes de Almeida e Dario do Amaral já requereram "habeas-corpus" a favor de nossos companheiros que seguiram presos para a capital.

Estas notícias foram publicadas no "Comércio de São Paulo" de hoje.

Calma, solidariedade e coragem, companheiros.

Rio Claro, 26 de maio de 1906.

A LIGA OPERÁRIO DO RIO CLARO

## ANEXO 54

O Conselho da Liga Operária modificou em parte, os motivos que originaram a greve, modificação já apresentada à diretoria da Companhia Paulista.

Companheiros !

Eis a modificação.

1 - Remoção do chefe da Estação de Jundiá;

2 - Reintegrar em seu lugar o conferente Thomas Degani;

3.- A Sociedade Beneficente dos empregados da Companhia Paulista que seja voluntária;

4 - Reintegração por completo de todo o pessoal em greve sem exceção de pessoa alguma e que não seja demitido ne nhum empregado sem motivos justificados e sem serem reconhecidos como tais pela Liga Operária;

5 - Anistia geral dos implicados por questões da greve;

6 - Aumento de 25% a todos os trabalhadores, em geral, da Companhia Paulista que recebem ordenado inferior a 4\$000 diários. Quanto ao Dr. Monlevade e Henrique Burnier, a Liga Operária, larga mão deles.

Já vides, companheiros, que esta modificação é muito valiosa para todos os que - trabalhando mais - recebem menos ordenado.

Companheiros !!!

Agora, podemos dizer que estamos no princípio da jornada, nada de desânimo; haja firmeza e solidariedade; faça cada um por sua vez, o que a sua consciência lhe aconselhe, me nos o de trair os nossos companheiros que estão firmes.

Agora deve recrudescer a luta contra os nossos opres sores com mais firmeza e brio, pois que a todos nós interessa por igual, posto que se trata de mais ordenado e da entrada de todos os operários cada um no seu posto.

Em Jundiá, todos os companheiros se recusam termi nante e dignamente a voltarem ao trabalho enquanto não ganharmos.

Companheiros !!!

Sereis vós ~~homens~~ fortes do trabalho, que fareis traição aos nossos camaradas e ireis abandoná-los nesta hora suprema ?

Não, companheiros, não acreditamos; larguem do trabalho aqueles poucos trabalhadores do tráfego que voltaram ao trabalho, porque a tração não foi nem irá trabalhar sem ordem da Liga.

Companheiros !!!

Avante. Nada de pensar em ir trabalhar enquanto a Liga não der ordens, nada de pensar em trair os nossos companheiros porque além de ser uma baixeza e uma covardia, sereis apontados com o dedo e desprezados por todos aqueles homens de brio e que lutam em prol dos interesses de todos nós.

Faça cada qual o que puder para não irmos humilde e covardemente abaixarmos ante os potentados, porque assim procedendo, nos tratariam pior que aos cães.

Avante pois, Camaradas !! Façamos de conta que agora que estamos no princípio e gritemos todos unanimemente.

Viva a solidariedade operária do Brasil e do mundo inteiro !!

Secretaria da Liga Operária

Fanfulla- 28/5/06,p.1

## ANEXO 55

A Sociedade União Operária fez o seguinte  
Apelo à Diretoria da Companhia Paulista :

"Exmo. Sr. Presidente e dd. Membros da diretoria da Companhia Paulista - A Sociedade União Operária de Santos, profundamente comovida e interessada pela atitude aflitiva que se origina da dissidência de seus colegas de classe com essa importante via férrea paulista e sua preclara Diretoria e nos limites da Ordem e Justiça, que são o apanágio de seus estatutos e dos sentimentos da totalidade de seus membros, vem em nome destes 1074 associados solicitar dessa dd. Diretoria seus bons ofícios no sentido de se finalizar de um modo honroso e justiceiro esse lamentável e prejudicial estado de coisas .

Considerando que são esses dedicados obreiros que constituem o alicerce do progresso e do engrandecimento dessa Companhia, pelo ardor e tenacidade com que se entregam dia e noite à luta do trabalho insano de suas oficinas, que se cresçam anos e anos ao calor de suas locomotivas e gastam a existência inteira pugnando pelos interesses e ampliando os haveres desta estrada que lhes dá o ganha pão, morrendo sempre escravizados a seu dever, ou vítimas dos desastres a que está sujeita a classe a que pertencem; considerando que esses tristes trabalhadores-homens que desconhecem outra felicidade que não o recanto de seus lares, o carinho de suas esposas e mães, o reconhecimento de seus pobres filhos - vivendo sempre na situação difícil dos que ganham pouco para subsistir, homens que ignoram o bem estar e as comodidades das classes protegidas pela fortuna, que nascem para sofrer e sofrendo atravessam a existência inteira, tombando exaustos no fim da jornada, sem o natural e tão ardentemente almejado consolo de saber que, morrendo, terão posto suas famílias a salvo e ao abrigo da miséria.

Fazendo essas justas considerações é que esta Sociedade vem pedir-vos benevolência e Justiça em prol desses homens honestos, desses Pais que são encaram a vida como um sacrifício, para desse sacrifício auferirem o diminuto, o parco salário que vem mitigar a fome de suas esposas e filhos.

Sede benevolentes para com essa classe humilde e

laboriosa - cedei alguma coisa a favor desses obscuros operários pondo termo ao levante ordeiro desses homens do trabalho dissipando, assim, o temor, enxugando as lágrimas das pobres famílias que temem pelo futuro de seus chefes.

Pouco, muito pouco custará a essa distinta e nobre Companhia, atender ao que milhares de seus operários desejam.

Sumamente grato será e muito penhorará a esta Sociedade se, como espera, puder lograr com sua solicitação nascida dos ditames da Razão e Justiça, a atenção e boa vontade da dd. Diretoria que preside os destinos dessa grandiosa Estrada."

Diário de Santos - 29/5/06, p.2

## ANEXO 56

## APELO

AOS DOMÉSTICOS, COCHEIROS, CARROCEIROS, EMPREGADOS DE HOTÉIS E RESTAURANTES, FERROVIÁRIOS DA INGLESA, MOTORNEIROS E CONDUTORES DA "LIGHT", GAZISTAS, ELETRICISTAS, ETC

Neste momento já está declarada a greve geral como protesto veemente contra a conduta infame da polícia mancomunada com os "czares" da Companhia Paulista.

Vós todos, companheiros que ainda trabalhais quebrando a nossa solidariedade, vós que tendes um coração que não pode deixar de simpatizar com essa luta homérica, a primeira que no Estado de São Paulo se realiza, porque a ela somos arrastados pelas arbitrariedades, vós deveis escutar o grito da vossa consciência de homens livres e briosos e declarar-vos também em greve, acompanhando os demais trabalhadores.

Vinde, companheiros, uni-vos a nós, mostremos todos que se a burguesia é forte, sua força é efêmera e rui ao primeiro sopro do proletariado que só trabalha e produz.

Sus! Sede homens e não máquinas automáticas; lembrai-vos de que o vosso pão e o pão de vossos filhos serão muito mais garantidos pela vossa energia do que pela vossa abjeção.

Sus ! Despertai da apatia em que viveis, acrescentai nova força aos companheiros da Paulista.

Em greve companheiros !

Não sejais desprezíveis krumiros !

Avante !

Viva a Greve Geral !

Os operários em greve

## ANEXO 57

## AOS OPERÁRIOS

Companheiros !

Começou em São Paulo o movimento de solidariedade em favor dos grevistas da Paulista, tendo já aderido várias classes, como gráficos, chapeleiros, sapateiros, mecânicos e outros operários.

O mesmo movimento se estenderá, com toda a certeza, ao Rio de Janeiro e Santos.

Já que, por mero capricho prepotente, a Companhia Paulista recusa atender as reclamações justíssimas dos nossos companheiros em greve, é necessário que demos um exemplo salutar de solidariedade, contribuindo para uma vitória que todos os homens de justiça desejam ardentemente.

Vós, companheiros de todas as classes, aderireis certamente a este movimento tão cheio de dignidade e de justiça !

Apelamos para o vosso sentimento de solidariedade !

É necessário protestar contra as violências policiais ! À greve geral, companheiros !

Abandonai todos o trabalho !

Viva a solidariedade operária! A Federação Operária

Comércio de São Paulo - 27/5/06, p.2

"Srs. Redatores do Commércio de São Paulo"

Penhorado pelo valioso concurso que nos tem sido prestado pelo vosso jornal, o qual com a m̃axima imparcialidade tem tratado os ũltimos acontecimentos relativos à greve dos nossos companheiros da Companhia Paulista, vimos pedir-lhe a publicação deste protesto contra as inverdades publicadas pelo "O Estado de São Paulo".

Com referênc̃ia aos fatos dados ontem no bairro da Lapa, aquele jornal não se portou com imparcialidade ou justiça ao noticiã-lo.

Pois quando um grupo de grevistas reunidos pacificamente em um campo fronteiro às oficinas procurava catequizar-nos para que nos aliassem à greve geral, essas ṽtimas da brutalidade da pol̃cia, pois que nos acercava, num momento de angŭstia, com lenços que ṽamos tremular no espaço, não nos permitia a aproximação, não s̃o pela grande distãncia que nos separava, bem como pela incompatibilidade em que nos achavamos em aderir a greve, motivos estes que nos abstemos de patentear por força maior de circunstãncias.

Em todo caso não nos mantemos como muita gente julga, adversãrios dos nossos companheiros.

O que presenciemos, juntamente com os moradores da Lapa, trazendo-nos terror, foi a intervençã da pol̃cia, que ao chegar deu princ̃pio a cenas vandãlicas jã hã muito conhecidas, espaldeirando a torto e a direito o povo pacífico; a pol̃cia, em pouco tempo, metamorfoseou num pandemônio o bairro pacífico da Lapa, com as suas arbitrariedades.

Por conseguinte, protestamos que a luta fosse estabelecida entre ñs, e mais que tiṽessemos atirado grevistas em poços, pois que por estes lados tais precipícios não existem e nem tão pouco foram por eles transpostos os cercos dos terrenos da Companhia Inglesa.

Admiramos muito que um jornal que se diz independente, "O Estado de São Paulo", tenha usado de suas notícias porquanto não peja de dar publicidade a fatos inverossímeis contanto que lhe traga interesse, não se importando de sacrificar o critério de uma classe laboriosa e independente.

Agradecendo este obs̃quio, assinamos os empregados da Companhia Inglesa.

(Conta com 46 assinaturas)

Commércio de São Paulo - 30/5/06, p.2

## ANEXO 59

## AO PÚBLICO

Não obstante achar-se extinta a greve das Compa  
nhias Paulista e Mogiana, onde os perturbadores da ordem não  
encontraram elementos para a prática de seus planos tenebrosos  
graças às eficazes medidas tomadas pela polícia, coadjuvada pe  
la reação dos próprios operários que entenderam voltar ao ca  
minho do dever e do trabalho, é certo que esses mesmos perturba  
dores voltam as suas vistas para esta capital, esperando encon  
trar aqui campo vasto para a execução de seus fins criminosos,  
perturbando desta forma a ordem pública, a paz e o sossego das  
famílias, e desorganizando o trabalho, fim primordial de todas  
as suas investidas.

Mas a polícia não pode permitir a continuação de  
semelhante estado de coisas e, assim, previne o público que se  
vão empregar todas as medidas, mesmo as mais severas, tendentes  
ao restabelecimento da ordem. Para este desiderato a polícia  
pede e espera do público ordeiro todo o auxílio, abstendo-se de  
intervir em qualquer ajuntamento e mesmo de estacionar em qual  
quer ponto onde possa haver motivo para intervenção policial.

Polícia, 28 de maio de 1906

Augusto Meirelles Reis  
Chefe de Polícia

Comércio de São Paulo - 29/05/06, p.1

## ANEXO 60

## Manifesto Acadêmico

## ÀS ESCOLAS SUPERIORES

## AO POVO

Este boletim é uma exposição dos acontecimentos destes últimos dias, narrados ligeiramente pela imprensa e um caloroso apelo que a Faculdade de Direito faz à solidariedade das demais Escolas Superiores de São Paulo.

Começaremos por historiar os fatos para que deles ressalte a enormidade do ultraje que acaba de sofrer a coletividade acadêmica.

Antes de tudo fique isto bem patente: as alterações da ordem verificadas diariamente no Largo de São Francisco, de sábado a esta tarde, foram provocadas pela polícia.

Ela é que tem criado a agitação que reina há dias no seio da coletividade acadêmica perturbando o regular funcionamento das aulas e exacerbando os ânimos com um aparato acintoso de força armada em frente ao edifício da Escola; imiscuindo à turba dos estudantes, com a incumbência expressa de promover distúrbios, facínoras que tem a seu serviço; efetuando prisões de acadêmicos que outro delito não cometeram senão o de compelir os seus colegas a dar acolhida no pátio interno da Academia, contra as violências policiais, a uma multidão de operários inermes conglomerados no exercício de um direito.

Agora essa polícia que vê na Faculdade um foco de desordeiros e sediciosos, fazendo-a cercar diariamente de soldados e polícias secretas - acaba de desfechar na dignidade de toda a classe o mais tremendo de todos os golpes.

Relatemos os fatos.

No edifício da escola permanecia ontem, como de costume, à espera das aulas, um grupo numeroso de alunos.

Como, nessa ocasião, a força de cavalaria, depois de haver dissolvido um ajuntamento de curiosos, espancasse um pobre velho que passava, protestos veementes levantaram-se entre os estudantes. Foi o suficiente para que o piquete de cavalaria formasse diante do edifício, ameaçando invadi-lo.

Os acadêmicos, terminado o incidente, compreendendo a gravidade da situação, resolveram retirar-se para que fossem fechadas as portas da escola.

Antes, porém, uma comissão composta dos Srs. Sousa Pinheiro, Lino Moreira e Antão de Moraes dirigiu-se ao delegado João Baptista de Sousa, que ali se achava, a fim de indagar se havia mandado de prisão contra os colegas Ricardo Gonçalves, Joaquim Domingues Pereira Fº e Freitas Valle, conforme se propalava. Recebendo resposta negativa, a comissão declarou à autoridade que um grupo de 200 estudantes, para significar que não participava do movimento grevista, ia abandonar o largo e acompanhar a casa os seus 3 colegas que se julgavam ameaçados de prisão. A autoridade prometeu aos acadêmicos "sob palavra de honra" que não haveria intervenção policial para impedi-los de levar a efeito semelhante desígnio, oferecendo-se mais a acompanhá-los para garanti-los com a sua presença, o que foi recusado por desnecessário.

Calmos, confiando imprudentemente na palavra de um esbirro arbitrário e irresponsável, os estudantes desceram em silêncio, como num préstito fúnebre, a rua São Bento. Mal haviam dado uma centena de passos, agregam-se ao cortejo, sorrateiramente, um grupo de "secretas", sicários que a polícia arranca aos ergastulos, nos dias de agitação, para instrumentos de brutalidades inomináveis. A malta criminosa, sem um pretexto, agride inopinadamente os estudantes a cacetadas e tiros de revólver.

Vencido o primeiro impulso de fuga, um pequeno grupo tenta repelir, mas debalde, o infamíssimo ataque. Um tiroteio cerrado dispersa-o. A cavalaria, a uma ordem do ignóbil delegado surge imediatamente depois para secundar os secretas. A redação do Commércio de São Paulo, recolhem-se acossados fugitivos e feridos.

Diante da violência monstruosa, inaudita, que sofreu, a coletividade acadêmica resolve firmar o presente protesto e, para o desagravo de tão grande afronta, invoca o apoio de todas as escolas superiores. A polícia declara que agira energicamente para impedir o estabelecimento de força ou a presença de autoridades policiais nas imediações da academia. Quanto ao delegado João Baptista de Sousa, a classe acadêmica o aponta ao desprezo da população paulistana. A sua ação miserável fá-lo mais infame que todos os sicários de sua escolta.

A Academia de São Paulo

## ANEXO 61

## DECEPÇÃO REPUBLICANA

Sr. Redator - Tive hoje uma das maiores decepções na minha vida de moço republicano.

Precocemente descrente da efetividade do regime liberal e democrático implantado em nosso país pelo movimento altamente simpático de 15/11/1889, desvirtuado depois pela politiquice rasteira e pequenina do coronelismo inepto - ainda assim pensava que o art. 72 da nossa carta fundamental valia mais que a vontade ferrenha duma polícia mal orientada.

Entretanto, hoje tive a mais completa desilusão no momento em que, levado mais pela curiosidade, me aproximei no largo de São Francisco, ao meio dia, de um grupo de ho nestos operários que cercavam uma autoridade policial que pretendia embargar-lhes estupidamente o exercício de um direito respeitado em todas as sociedades adiantadas.

Vi-o acompanhado de um policial, corretamente vestido de roupa cinzenta clara, os bigodes elegantemente frisados a emoldurarem-lhe o rosto que a velhice, a experiência da vida ainda não enrugou, ao saber que lhe pesava aos ombros a tremenda responsabilidade do juramento de honrar a sacro-santa da justiça e levantar bem alto a bandeira do Direito, ao receber naquela academia a cujos estudantes iam os operários pedir protestos de simpatia - um diploma, tive um pouco de confiança.

E quando menos esperava, achei-me à frente da referida autoridade - o Dr. João Baptista de Sousa. Nessa mesma ocasião, dois colegas meus disseram-lhe que aquela reunião não fora convocada pelos acadêmicos. Respondeu-lhes então o Sr. Dr. Delegado que já sabia disso e tinha ido ao local para preveni-los de que lançaria mão de energia para impedir qualquer reunião.

Mesmo pacífica ? redarguiu um outro meu colega que estava ao meu lado. Mesmo pacífica; é ordem que recebi circunstaciou muito calmamente, sem ter o remorso de quem comete um crime...

E a constituição ? Ela garante o direito de reunião... (art. 72 § 8º: A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem).

Ah ! A Constituição... Isso lá eles interpretam como entendem !!! dogmatizou o elegante delegado, como dando a entender que eles, os seus superiores (naturalmente o Dr. Presidente do Estado e o seu Chefe de Polícia) têm as atribuições majestáticas e divinas de um imperador de todas as Rússias para calcar aos pés o estatuto fundamental da República.

Simplesmente ridículo !

Não pude, sr. redator, resistir aos gritos da minha consciência a dizer-me que protestasse contra um tal sacrilégio, para que não pensasse o povo que ali estava reunido, que a constituição política do nosso país, apesar de tão enxovalhada e rasgada, estivesse escrita nas patas dos cavalos policiais.

Um estudante de direito.

A Terra Livre - 13/6/06, p.2 e

Comércio de São Paulo - 28/5/06, p.2

## ANEXO 62

São Paulo, 29 de maio de 1906

Exmo. Sr. redator d'A Platêa

Cordiais Saudações

É um protesto e bem formal e bem enérgico junto a um esclarecimento exato o que faço eu nestas linhas interpretando, na sua absoluta maioria o sentir de todos os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em relação aos últimos deploráveis acontecimentos desenrolados nesta cidade.

Exploram já e desairosissimamente para nós, para a coletividade toda, a intervenção insensata de 3 acadêmicos nos vandalismos de sábado e de ontem.

Moços de sangue ardejo e tonitroante eloquência, com um grande arsenal de sonoras chapas, aproveitam sempre essas ocasiões para uma exibição...

Esses terríveis revolucionários desatendendo às delicadas exortações da autoridade policial, no sábado, incitaram os operários à greve e à revolta; atacaram o governo, a polícia, a burguesia; desrespeitaram as câs venerandas do nosso diretor e invadiram a academia.

Os grevistas, arrastados por esses exaltados moços, reúnem-se no pátio da nossa escola e prometem lá voltar para discutirem e ali estabelecerem uma liga, um centro diretor da greve geral !

Ontem, como fatal consequência, assistimos àquelas tristes cenas.

Ora, a academia absolutamente não é solidária com esses injustificáveis desatinos, com essas explorações e com esse desprestígio das nossas tradições ordeiras e sensatas.

As vergonhosas arruaças de ontem enxovalhando o nosso nome, alarmando o poder constituído e a população paulista, fazendo-nos coparticipantes de um movimento perigoso e injustificável, e mais, as enormes responsabilidades que nos atribuem, causaram no seio da nossa corporação uma grande mágoa e uma grande indignação.

A academia não é, pois, solidária com as turbulências havidas e nem, muito menos, com os demagogos em embrião.

Aceitai, sr. redator os meus agradecimentos e alta estima.

## ANEXO 63

## A TODOS

"O povo nos países civilizados tem a norma inviolável que é a lei, expressão da vontade geral ; nos países bárbaros não tem outro limite senão a própria vontade do mesmo poder, que pode ir até onde chegar a paciência ou a fraqueza passiva dos governados" - (Fastos da Ditadura Militar)

Tal era a opinião do Dr. Eduardo Prado, irmão do autocrata prefeito de São Paulo, cuja conduta na greve dos empregados da Paulista coloca o Brasil no rol dos países bárbaros.

Nesta tarefa antipatriótica é ele eficazmente auxiliado pela polícia que não perde ocasião de demonstrar o seu servilismo coagindo operários, estudantes e advogados, prendendo uns e outros, como fez depois do comício ontem realizado, sem a menor justificação, violando domicílios e correspondências, detendo e falsificando telegramas e boletins; dissolvendo reuniões particulares e comícios públicos, com o intuito de enfraquecer o espírito de solidariedade para com os grevistas da Paulista, pela força armada e pelo terror.

O operariado, porém, consciente do seu direito e da justiça da causa abraçada, não esmorece diante de quaisquer violências, e altamente protestando contra essas arbitrariedades, contra a prepotência e capricho do prefeito e a ambição desavergonhada do Sr. Monlevade, aceita a greve geral à qual já aderiram mais 6.000 trabalhadores, convidando o comércio a fechar suas portas.

A greve da Paulista atinge os interesses de todas as classes, portanto, todos devem cooperar pela sua justa solução.

Operários, abandonai as oficinas, como fizeram os vossos companheiros das seguintes casas:

Kraig e Martins - Companhia Mechanica - Typographia - M.L. Bühnaedes - Andrade & C. - Vanorden e C. -

Mofreita - Gerke e Rothschild - Klabin Irmãos - E. Riedel - Ca  
 sa Garraux - Cardoso e Motta - Laemmert & C. - Estabelecimen  
 to Cardinale - Avanti ! Deutsche Zeitung - Typographias do  
 Globo e Anezio Azambuja - Fáblicas de calçados M. Mellilo, F.  
 Scatomacchia, Angelo Ferro, A. Gravino e União - Lidgerwood -  
 Fáblicas de Chapêus de E.Cervone e Irmão, Sebastião Ramos, J.Gangi,  
 D. Ramenzoni, J. Bosisio e Filhos e João Adolpho - Moinho Ma  
 tarazzo - Irmãos Canton, Marê e Monti, Siqueira, Progresso, Ami  
 cucci, Rosenheim e Meyer, Andrade e Mello, Ribeiro, Rappel,  
 Hartmann e Reischenbach, Hennies Irmãos e Manderbach & C.

Empregados, abandonai os vossos empregos ! Co-  
 merciantes, fechai as portas de vossos estabelecimentos !

Soldados, lembrai-vos que despidos da farda sois  
 homens do povo.

Viva a solidariedade humana; viva a greve geral!  
 São Paulo, 27/5/1906

TRABALHADORES EM GREVE

Comércio de São Paulo - 28/5/06, p.1

## ANEXO 64

## AOS COLEGAS BARBEIROS E CABELEIREIROS

## COMPANHEIROS !

Em nome da solidariedade de toda a classe trabalhadora, os convidamos a cooperar na greve geral, como sinal de protesto contra a selvagem prepotência do capital e a iníqua reação governativa.

Devemos sustentar bem elevado o nosso decoro de trabalhadores, e, unidos, insurgir-nos contra a violência, lutando pelas justas reivindicações do proletariado. Assim seremos dignos, e por isso contamos com o vosso apoio, atendendo ao nosso apelo.

O grupo iniciador

Comércio de São Paulo - 28/5/06, p.1

## ANEXO 65

## AOS OPERÁRIOS DA INGLESA

COMPANHEIROS !

Mais uma vez vimos apelar para a vossa solidariedade e esperamos que seja a última.

Foi declarada a greve geral em São Paulo em solidariedade com os companheiros da Companhia Paulista, que estão sustentando uma luta na qual está empenhada a dignidade do proletariado todo.

V<sup>õs</sup>, companheiros, podereis, em grande parte, decidir da vit<sup>õ</sup>ria nesta luta.

Ontem o Sr. Dr. Fidelis declarou pelos jornais que o seu pessoal não se declararia solidário com os grevistas da Paulista. Confirmareis essa afirmativa que equivale a declaração de que sois traidores da causa operária ?

Não, companheiros, sois operários; tendes os mesmos direitos a garantir que os vossos companheiros em luta.

Vinde conosco ! A luta ! Não deveis comparecer hoje ao trabalho !

Comércio de São Paulo - 28/5/06, p.1

## ANEXO 66

## OPERÁRIOS !

A Federação Operária de São Paulo, obtida a esplêndida manifestação destes dois últimos dias, nos quais, para ensinamento do governo e da burguesia, a greve de solidariedade com os ferroviários da Paulista assumiu proporções inesperadas, convida a classe operária desta cidade a retomar o trabalho.

A demonstração destes dias esteve imponente e significa que os sentimentos da solidariedade, pulsam no ânimo de todos os proletários, que a necessidade de um acordo para o triunfo dos direitos comuns é sentida e intensa e será um incentivo àquela união que deverá conduzir as massas exploradas pelo caminho das maiores reivindicações.

O fim foi obtido. O ato de solidariedade resultou completo. Isto demonstra que a força reside em nós se quisermos e se soubermos querer.

Companheiros operários, ao trabalho.

Mas lembrai-vos que em Jundiaí e em toda a linha Paulista a luta não terminou ainda. A prepotência patronal não tem limites e a voz dos nossos companheiros, os quais empreenderam e estão sustentando uma luta titânica, é desprezada.

E a arrogância dos que, com arbitrariedades, com dinheiros, com o apoio dos governos e da polícia, com os abusos, com as violências inauditas, com a força brutal e com todas as artimanhas sempre vencem, servirá para avivar em nós o sentimento de solidariedade.

E aquela solidariedade moral, tão altamente conseguida estes dias, siga a material.

Abram-se subscrições por toda a parte para apoiar os nossos companheiros ferroviários, os quais poderão ser vencidos amanhã, mas não humilhados perante a conquista de um direito tão nobremente e energicamente proclamado.

Viva a solidariedade operária !

A FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO

Comércio de São Paulo - 30/5/06, p. 2 e

A Luta Proletária - 1/9/06, p.4

## ANEXO 67

"À imprensa rogamos não dê notícias alarmantes , pois desde já declaramos não responder às provocações dos mantedores da ordem, se a isso chegarem.

Ao público negociante lebramo-lhe também que sendo de nós que ele vive, não deve deixar de nos apoiar nesta emergência, se a ele recorrermos.

Ninguém deve estranhar a nossa conduta, declaran-do-nos em greve geral; este nosso procedimento de solidarieda-de para com os da Paulista é muito mais honroso do que o procedimento dos diretores da Companhia e do governo; aqueles, recrutando gente à força para trabalhar e este emprestando fo-guistas navais, marinha, exército e polícia.

Companheiros, São Paulo deu o grito; respondamos a esse grito.

Viva a greve geral ! Viva o operariado brasilei-ro ! Viva a solidariedade operária ! Abaixo o capital orgulho-so !

Que ninguém atraia a causa !

A hora e a ocasião é de prova !

À greve geral todos !

Comércio de São Paulo - 1/6/06, p.2 e

A Tribuna - 31/5/06, p.1

## ANEXO 68

São Paulo, 27 de maio de 1906

Sr. Redator do FANFULLA

Hã dias deparamos com uns boletins convidando os trabalhadores grãficos a declarar-se em greve, como ato de solidariedade com os empregados da Companhia Paulista, rubricados pela "União dos Trabalhadores Grãficos", bem como reparamos em diversos jornais que, dando notícia dos acontecimentos de ontem, a ela se refere erradamente.

Cumpre-nos cientificar ao p<sup>u</sup>blico em geral e particularmente ao operariado que o Conselho Administrativo da "União dos Trabalhadores Grãficos" visto não poder desempenhar regularmente suas funções executivas, porquanto a polícia não permite reunião normal dos s<sup>o</sup>cios, deixando cada um a faculdade de agir com o pr<sup>o</sup>prio crit<sup>o</sup>rio.

Portanto, ninguém pode assinar quaisquer boletins ou documentos em nome da "União": contra esta arbitrariedade protestamos energicamente.

Errada é a informação de que foi a "União" que promoveu a atual greve geral, porquanto, pelo motivo acima, não poderia aderir coletivamente, nem havia preparo ou acordo pr<sup>e</sup>vio.

Assim, como ninguém teve encargo de entender-se com os membros de qualquer outra agremiação grãfica para obter adesões ã greve em que cada grãfico age livremente como quer.

Terminando en<sup>e</sup>rgica e justamente contra a viol<sup>e</sup>ncia policial que encarcera os nossos colegas (...) sem motivos justificados.

Na certeza de que V.Sa. não nos negarã a publicação desta, antecipadamente vos agradecem a fineza.

Alguns s<sup>o</sup>cios da "UNIÃO"

## ANEXO 69

"A Federação Operária de São Paulo, em nome dos companheiros de Jundiáí, protesta energicamente contra a versão espalhada pela polícia e da qual fez eco a imprensa, deturpando mais uma vez os fatos duma maneira escandalosa, afirmando que o conflito de tão tristes consequências que se deu em Jundiáí, no dia 29, foi provocado pelos operários "que tentaram assaltar as oficinas da Companhia".

O conflito se deu no largo da Matriz, lugar bem distante das oficinas, e na ocasião em que um grupo de grevistas da Paulista se achava reunido com os operários grevistas também, das oficinas Arens, sendo atacados a tiros pela polícia. Os poucos operários que dispunham de armas reagiram então em defesa própria contra a bárbara agressão, resultando mortos dois operários e um soldado.

Para que o público, e especialmente o operariado do Brasil inteiro conheça pormenorizadamente o desenrolar desta luta entre o capital e o trabalho, a Federação Operária de São Paulo publicará um "número único" dedicado exclusivamente à greve da Paulista no qual ficará demonstrado de maneira bem patente quem é o responsável do derramamento de sangue proletário em Jundiáí.

A Federação Operária de São Paulo

Comércio de São Paulo - 1/6/06, p.2

## ANEXO 70

## GREVE

Na manhã de 15 de maio teve a Diretoria aviso de que o pessoal se declarara em greve geral, partindo logo para Jundiaí o Presidente da Diretoria, a fim de conhecer as ocorrências e providenciar para o restabelecimento do tráfego.

Não carecemos dar os detalhes e pormenores do movimento por serem do domínio público, e reconhecendo a diretoria, pelo órgão do seu presidente, que diariamente ía a Jundiaí, quão fúteis e sem fundamento eram os motivos determinantes do movimento, todo com verdadeiro caráter anarquista, pelas depredações de natureza diversa postas em prática desde a véspera do dia em que se iniciou a greve, começou a agir para restabelecer e normalizar o seu serviço.

Com o auxílio sempre pronto e solícito do Governo, a quem a diretoria manifesta o seu reconhecimento e em consequência de diversas providências de pronto tomadas, pôde a Companhia, dentro de prazo muito curto, restabelecer os trens de passageiros e de cargas no trecho de Jundiaí a Campinas. Feito isto, foi estendendo a sua ação para adiante, e em poucos dias normalizou-se por completo o transporte de passageiros e de mercadorias em todas as suas diversas linhas, sem na da ceder aos grevistas, e demitindo do serviço os empregados que, tomando a direção do movimento, se tornaram responsáveis pelos danos causados.

Fonte - Relatório da Companhia Paulista-  
publicado em julho de 1906, p.11

## ANEXO 71

Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçã, Presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Dr. Washington Luís Pereira de Sousa - 1906.

Parede dos operários da Paulista

Durante a última quinzena do mês de maio de 1906, esteve o espírito público sobressaltado com a parede dos operários das oficinas da Companhia Paulista em Jundiaí, parede que por princípio de solidariedade estendeu-se a todos os operários dessa Companhia, e aos da Companhia Mogiana resultando daí a suspensão do tráfego por alguns dias, nestas duas vias férreas.

O pretexto para este movimento, ao que parece há muito premeditado, foi a adoção de certas medidas administrativas pela estrada, medidas que não se relacionavam com os interesses operários, não lhes aumentava o salário nem lhes diminuía o trabalho. Queriam alguns operários das oficinas a remoção de um chefe de estação, e a destituição de um engenheiro. Abandonando o trabalho, por não serem atendidos, manifestaram-se, a princípio em atitude pacífica.

Logo que este fato chegou ao conhecimento do Governo, procurou este tomar todas as providências e medidas que o caso exigia, no intuito de garantir os bens da Companhia e manter a ordem pública. Fez imediatamente seguir para Jundiaí o Dr. 2º delegado auxiliar a uma força de 75 praças, conservando de prontidão na Capital, o 1º batalhão, o Corpo de Cavalaria e para que não ficasse desfalcada a guarnição da Capital forma mobilizadas forças dos destacamentos da zona do norte. Entretanto, a diretoria da Companhia Paulista por sua vez, empregava todos os meios conciliatórios, para dissipar a parede a fim de chegar a um acordo com os paredistas. Mas as propostas que com solicitude lhes fazia o Sr. Conselheiro A. Prado, presidente da diretoria da Companhia, eram recusadas depois de prévias conferências secretas, na sede da Liga Operária, foco de movimento paredista.

Nesta atitude, mantiveram-se os paredistas cerca de dois dias. Nas primeiras horas, porém, do dia 17 começaram os atos de violência, pois foram cortadas e interrompidas as linhas telegráficas de Jundiaí.

Um destacamento que havia seguido para Rio Claro em consequência da parede que até ali se estendera, não pôde passar de Campinas, porque os operários haviam untado trechos da linha com substâncias graxas, para impossibilitar a marcha do comboio. Assim procediam em outras linhas e ramais da Companhia, com o fito de impedir a remessa de praças. O reforço dos destacamentos, nos pontos atingidos pela parede começou desde então a ser feito com longas e penosas caminhadas a pé.

Assim, foram deixando os paredistas a atitude pacífica em que se mantiveram até então e, tentavam, por meios violentos, impor a aceitação de suas exigências.

Desta forma, foi preciso a polícia agir energeticamente para acautelar o material e bens da Companhia, e por cobro a esse movimento tão prejudicial ao público, à lavoura e ao comércio.

Fez, pois, o governo seguir força de cavalaria e infantaria devidamente municadas para Jundiaí, às ordens do Dr. 2º delegado auxiliar, e para Campinas e Rio Claro, lugares onde estão instaladas as oficinas das estradas de ferro Paulista e Mogiana, onde portanto havia mais aglomeração de operários. Nesses três lugares foi verificado um movimento de 1.214 homens sendo 30 oficiais e 1.184 praças de infantaria e cavalaria. Logo chegou ao conhecimento do Governo a prática de atos de depredação com que os paredistas manifestaram sua hostilidade contra a Companhia Paulista. No dia 17, esgotaram-se os reservatórios de água das estações, destinadas à alimentação das caldeiras das locomotivas. Vários trechos da linha entre Jundiaí e Campinas foram danificados.

Os paredistas de Jundiaí tentaram impedir a partida de um trem guarnecido de pessoal e de um contingente policial, sendo repelidos à força. Esse trem seguiu em inspeção e verificou que em vários trechos da linha os trilhos haviam sido arrancados, estavam soltas as talas de junção e obstruída uma grande parte do leito da estrada. O Dr. 2º delegado mandou fazer auto de corpo de delito nos danos verifica-

dos e instaurou processo contra os seus autores.

Desde então começou uma série de atentados contra o material da Companhia, sendo baldados os esforços empregados pela diretoria para o restabelecimento do trabalho. A polícia agiu vigilante em tais emergências, ainda que para isso tivesse de enfrentar sérias dificuldades. O comércio de Jundiaí, fazendo causa comum e correspondendo ao apelo dos paredistas com o fito de dificultar a ação policial, fechou as portas, negando pão e água às pessoas que não residissem na aquela cidade. Igual procedimento teve o comércio da estação de Louveira para onde seguira uma força, a fim de garantir a ordem ali. Teve o Governo de lutar com a falta de víveres para a Força, sendo necessário transportá-los de outros pontos.

Não podendo, porém, suportar por mais tempo esse estado de coisas que estava prejudicando enormemente a vida econômica da Companhia, esta tratou de obter pessoal estrangeiro para o serviço das locomotivas, de modo que, auxiliada pela polícia, pudesse fazer correr alguns de seus trens. Esta providência produziu resultados excelentes pois, tendo sido contratados 38 maquinistas navais, a Companhia iniciou o tráfego de carros de passageiros, ainda que com alguma irregularidade, guarnecidos de praças de armas embaladas que, com a máxima vigilância, protegiam e asseguravam a carreira dos trens.

Desde logo os paredistas começaram a divergir, opinando uns pela terminação da parede e pela volta ao trabalho, enquanto outros persistiam no movimento, ainda que para este fim fosse preciso o derramamento de sangue. Desse modo pensava a Liga Operária, fomentada por indivíduos desordeiros e alguns anarquistas que, agindo às ocultas, procurando subtrair-se à ação policial, insuflavam os paredistas; e, ao mesmo tempo, em nome da Liga, procuravam alcançar a adesão de outras estradas de ferro e de oficinas industriais, conseguindo a adesão dos operários da Companhia Mogiana que em 19 de Maio se declaravam em parede. A esse movimento aderiram os operários de várias oficinas, o pessoal do Ramal Férreo Compineiro e do Ramal de Cabras. Felizmente, porém, os paredistas desta cidade se mantiveram em perfeita ordem. Os promotores da parede tentaram generalizar o movimento a todas as classes operárias no intuito de coagir a Companhia, pela desorganização geral do trabalho em todo o Estado, a ceder as suas propostas. Boletins sediciosos foram profusamente espalhados em Jundiaí, Campinas, Santos e nesta Capital, incitando os operários em geral a fa

zer causa comum com os grevistas de Jundiaí. A maior parte destes boletins foi apreendida pela polícia.

A Companhia Paulista, apesar das dificuldades com que lutava, envidava todos os esforços para o restabelecimento regular e completo do tráfego de suas linhas. E assim foi que no dia 21 de Maio conseguiu fazer correr os trens de alguns de seus ramais e os que de Jundiaí vão ao Rio Claro. Para garantia desta medida foi necessário que desde Campinas até esta última cidade a estrada estivesse guardada em todo o seu percurso por praças, armados e municados. Valeu esta providência o pronto auxílio prestado a uma turma de conserva, inopinadamente atacada pelos paredistas, e a prisão de alguns deles, quando afrouxavam parafusos de um trecho de trilhos, para arrancá-los.

Os operários da Companhia Mogiana, que sempre se conservaram em atitude pacífica, voltaram desde o dia 24 ao trabalho, começando desde então a marcha regular dos trens dessa Companhia.

A Liga Operária sentiu-se desde logo enfraquecida, não só pelo abandono em massa desses companheiros como pela resistência profícua oposta pela Companhia Paulista, garantida pela polícia.

Abandonando Jundiaí, onde então viviam ocultos alguns membros da Liga, dirigiram-se para esta Capital e aqui tentaram generalizar o movimento ao pessoal de fábricas e oficinas.

Um comício no Largo de São Francisco foi logo dispersado, mas alguns operários, como os Gráficos, aderiram ao movimento, tendo havido durante alguns dias perturbações materiais da ordem nesta Capital, tumultos, ataques e danificação de bondes, sendo necessário o emprego das mais enérgicas medidas por parte do então Chefe de Polícia, Dr. Augusto Meirelles Reis que nessa emergência prestou bons serviços.

Afinal restabeleceu-se o tráfego sendo considerada terminada a greve em junho, tendo-se recolhido a Força a esta Capital a 10 desse mês.

Diversos foram os soldados feridos, morto foi um soldado de cavalaria em Jundiaí pelos operários paredistas.

Fonte - Relatório publicado pela Typographia Brazil de Rothschild & Companhia - 1907 - Arquivo do Estado - p.124 a 127

## ANEXO 72

## Carta dos empregados da Mogiana, em Ribeirão Preto

"Diante da celeuma acérrima, aliás justíssima, que se levantou, não só no operariado, como nas demais classes, com relação à greve na Companhia Mogiana, é mister que se explique o caso, a fim de que fique também provado a veracidade dos fatos.

Não de todo preparados para um tão grande quanto altruístico movimento, os empregados da Companhia Mogiana a quem chegavam os gritos lancinantes de seus companheiros da Paulista, declararam-se em greve "ex-abrupto" (é o termo próprio), em solidariedade a estes, para fazer vingar suas justas reclamações.

Nada mais sublime e grandioso !

Entretanto, guiados desde o início da greve pelo conselho de Campinas, dele esperávamos as ordens, prontos para cumpri-las, quaisquer que elas fossem, sendo por isso vítimas duma mistificação, de que resultou o tremendo fiasco, cujas consequências têm sido bem dolorosas, não só para os próprios operários da Mogiana, como também para os empregados da Paulista.

De acordo em acordo entre a Liga e a Companhia Mogiana, foi esta tácita e paulatinamente normalizando o seu tráfego, com a escusa de que se assim não fosse a estrada seria militarmente ocupada pelo governo.

E assim, ameaçada a integridade da Mogiana, os operários reúnem-se, deliberam, num rasgo de generosidade fazer correr um trem, mais outro, um outro mais ainda.

Não satisfeitos ainda, deliberaram a volta para o serviço. E assim se fez.

Acontece, porém, que no mesmo dia que isso se passava em Campinas, um boletim era espalhado pelas ruas dessa cidade, onde se fazia apelo ao brio e honra do operariado, chamando de traidores todos aqueles que se apresentassem ao serviço.

E se o pessoal da linha Mogiana se apresentou em serviço, foi em consequência dum telegrama, que do conselho de

Campinas procedia, dirigido aos demais conselhos, e assinado pelo Sr. Lourenço Ludrs. Esse telegrama convidava a volta ao serviço, não dava condições impostas.

Não nos cabe, portanto, qualquer referência malévola, não temos parte no fiasco realizado.

Podemos garantir, entretanto, que muitos corações palpitarão com violência; muitos gemidos surdos e dolorosos se escaparam, quando o silvo da locomotiva anunciava a partida do trem anistiado pela Liga.

Podemos garantir que nesse momento éramos capazes, firmes em nossos primitivos propósitos de solidariedade, de levar, se preciso fosse, até o sacrifício o nosso ideal.

Mas para tanto, era forçoso que fôssemos secundados, deixando de parte qualquer consideração estulta, sem razão de ser, que na presente emergência não vinha apelo.

Grande foi nossa decepção diante da atitude inerte dos operários das outras empresas. Maior ainda foi quando a Liga da Mogiana fez uns acordos, no mais acrisolado momento, quando a solidariedade, a todo o transe, se tornava imprescindível, deixando em campo aberto, sem defesa, os grevistas da Paulista lutando com as prepotências dos capitais, sob a guarda de um déspota do antigo regime, auxiliado pelos desmandos do "governo do povo pelo povo" sempre pronto a dar a nota triste e sangüinolenta de suas quixotescas façanhas.

Triste é o conceito que de nós fazem os empregados da Paulista, agora que nos colocamos ao lado dos solidários companheiros das demais Estradas, que no momento mais necessário da luta se conservaram impassíveis, como se a vitória da causa não dependesse também o seu bem estar, a reivindicação de seus direitos tão miseravelmente conspurcados pelos czares da nova espécie.

E para cúmulo das desgraças, tudo isto acontece num país onde a Lei é letra morta, o Direito é uma utopia, num país onde a justiça está gravada nas baionetas dos esbirros, nas patas dos cavalos.

E os nossos companheiros da Companhia Paulista, vítimas de tanta injustiça, de tanta traição e tão pouco orgulho se estorcem. Grandes e incomparáveis, nos últimos arrancos da agonia desesperadora, após uma luta titânica, que se rá passagem indelével no diagrama das transformações da vida humana.

Honra a esses heróis, a quem a solidariedade de seus companheiros, mais agudou a derrota".

## ANEXO 73

"Nos primeiros dias de maio último, os operários de diversos mistêres declararam-se em parede, desejando muitos o aumento de salários e todos os estabelecimento das "oito horas de trabalho".

Funcionava na Capital, à Travessa da Sê nº 2, a chamada "Federação Operária", composta, segundo se dizia, de representantes das diversas profissões, com existência legal, mas com assistência numerosa, que deliberava imposições e enviava ultimatum aos patrões, dirigindo, enfim, o movimento pa-redista em São Paulo, que logo se propagou a Santos, Campinas e Ribeirão Preto.

A princípio calma e dentro da lei, logo a parede começou a manifestar-se por ameaças e violências. Teve então a polícia de intervir, fazendo dissolver estes ajuntamentos de operários, que se tornaram ilícitos, dos quais partiam movimentos que, com ameaças e violências materiais perturbavam a ordem pública e mandando recolher à prisão preventiva diversas cabeças, que foram depois postos em liberdade. Muitos foram submetidos a processo, tendo sido diversos condenados. A ordem pública restabeleceu-se imediatamente, sem haver necessidade da força armada que esteve aquartelada durante o tempo da agitação".

Fonte - EGAS, E. Galeria dos Presidentes de São Paulo - Período Republicano de 1889-1920, Vol. II, p. 240.